

Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano

George Marine

José Carlos P. Peliano

ipea

série estudos para o planejamento

19

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)**

Presidente do Conselho de Administração

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento

Presidente do IPEA

ÉLCID COSTA COUTO

Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento

Superintendente do Instituto de Planejamento (IPLAN)

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Superintendente do Instituto de Pesquisas (INPES)

HAMILTON CARVALHO TOLOSA

Diretor-Geral do Instituto de Programação e Orçamento (INOR)

ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO

Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico
(CENDEC)

JAYME COSTA SANTIAGO

**MIGRANTES NO MERCADO
DE TRABALHO METROPOLITANO**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

Instituto de Planejamento (IPLAN)

Edifício BNDE, 11.º andar, SBS — Brasília

Instituto de Pesquisas (INPES)

Rua Melvin Jones, 5, 29.º andar — Rio de Janeiro

Instituto de Programação e Orçamento (INOR)

↳ **Edifício BNDE, 10.º andar, SBS — Brasília**

↳ **Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (GENDEC)**

Campus da Fundação Universidade de Brasília

Serviço Editorial

Rua Melvin Jones, 5, 28.º andar — Rio de Janeiro



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO — IPLAN

Série Estudos para o Planejamento n.º 19

**MIGRANTES
NO MERCADO
DE TRABALHO
METROPOLITANO**

George Martine

José Carlos P. Peliano

Brasília, 1978

Martine, George

Migrantes no mercado de trabalho metropolitano, por George Martine e José Carlos P. Peliano. Brasília, IPEA/IPLAN, 1978.

232 p. tab., gráf. (IPEA/IPLAN. Estudos para o planejamento, 19)

1. Migração urbana — Brasil 2. Trabalhadores migrantes — Brasil.
I. Peliano, José Carlos P. II. Instituto de Planejamento Econômico e Social.
Instituto de Planejamento. III. Série. IV. Título.

CDD 301.3610981

CDU 325.11(81)

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento.

No final deste trabalho encontra-se relação completa das obras publicadas pelo IPEA.

INDICE

APRESENTAÇÃO	1
AGRADECIMENTOS	3
INTRODUÇÃO	5
— CONTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA MIGRAÇÃO À PEA METROPOLITANA	9
1.1 — Participação na PEA	9
1.2 — Níveis de Qualificação	19
1.3 — Resumo e Conclusões	22
II — PERFIL OCUPACIONAL	29
2.1 — Delimitação das Categorias Ocupacionais	29
2.2 — Inserção Ocupacional de Migrantes e Na- turais	31
2.2.1 — PEA Masculina	31
2.2.1.1 — PEA Masculina de 10-19 Anos	34
2.2.1.2 — PEA Masculina de 20-29 Anos	37
2.2.1.3 — PEA Masculina de 30-39 Anos	39
2.2.1.4 — PEA Masculina de 40 Anos e Mais ..	40

2.2.2 — PEA Feminina	41
2.3 — Resumo e Conclusões	47
III — ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL	51
3.1 — Introdução	51
3.2 — Estratificação Ocupacional na PEA Masculina	52
3.3 — Estratificação Ocupacional na PEA Feminina	55
3.4 — Estratificação Ocupacional segundo Residência no Núcleo ou na Periferia	57
3.5 — Resumo e Conclusões	62
IV — DIFERENCIAIS DE RENDA E INFLUÊNCIA DA ORIGEM DOS MIGRANTES	65
4.1 — Diferenciais de Renda por <i>Status</i> Migratório	65
4.2 — Diferenciais de Renda por Origem dos Migrantes	73
4.2.1 — Objetivo, Conceito e Restrições	73
4.2.2 — Procedência dos Migrantes e Diferenciais de Renda em São Paulo e Rio de Janeiro	76
4.2.3 — Diferenciais de Renda entre Migrantes Nordestinos segundo Tipos de Migração	82
4.3 — Resumo e Conclusões	90
V — POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E AS ESTRUTURAS DE RENDA E OCUPAÇÃO	93
5.1 — Posição na Ocupação	93
5.2 — Posição na Ocupação e Renda	97
5.2.1 — PEA Masculina	97
5.2.2 — PEA Feminina	102
5.3 — Posição na Ocupação e Ocupação	107
5.3.1 — PEA Masculina	107
5.3.2 — PEA Feminina	111

5.4 —	Resumo e Conclusões	114
5.4.1 —	Categorias Ocupacionais	116
5.4.2 —	<i>Status</i> Migratório	120
VI —	POBREZA URBANA, SUBUTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DUALISMO NO MERCADO DE TRABALHO	123
6.1 —	Objetivos e Justificativas	123
6.2 —	A Migração e a Constituição dos Grupos Sub-Remunerados	124
6.2.1 —	Ocupação, Renda e Pobreza Urbana	124
6.2.2 —	A Operacionalização do Conceito de Pobreza Urbana	125
6.2.3 —	Características da Pobreza Urbana nas Regiões Metropolitanas	126
6.3 —	A Pobreza Urbana e as Interpretações Dualistas do Mercado de Trabalho	130
6.4 —	O Subemprego	133
6.4.1 —	Formulação do Conceito de Subemprego e Implicações ...	133
6.4.2 —	Limitações Teórico-Empíricas ..	137
6.4.2.1 —	A Perspectiva Dualista do Subemprego	137
6.4.2.2 —	Circularidade Metodológica	139
6.4.2.3 —	Os Pressupostos do Subemprego	140
6.5 —	O Setor Informal e o Setor Tradicional ..	143
6.5.1 —	Esquematização de Algumas Formulações	143

6.5.2 — Implicações	146
6.5.2.1 — O Modelo de Toda- ro-Harris	146
6.5.2.2 — A Missão da OIT no Quênia	149
6.6 — Pobreza, Dualismo e Diretrizes Políticas	151
6.7 — Resumo e Conclusões	156
VII — DIFERENCIAIS MIGRATÓRIOS: RESULTADOS E IMPLICAÇÕES	161
7.1 — Principais Resultados	161
7.2 — Diferenciais por Tempo de Residência e suas Implicações	170
7.3 — Dimensões da Evasão e Sobrevivência ..	174
7.4 — A Retenção Seletiva de Migrantes	178
7.5 — Resumo e Conclusões: Implicações para uma Política Migratória	182
ANEXO — CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E CA- TEGORIAS OCUPACIONAIS	191
ANEXO II — OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIO- NAIS SELECIONADAS DA PEA MAS- CULINA	199
ANEXO III — PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO CAL- CULO DA TAXA DE RETENÇÃO	207
BIBLIOGRAFIA	209

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos

- I.1 Nível Educacional da População Masculina de 10 Anos e Mais, por *Status* Migratório, Idade Padronizada (Regiões Metropolitanas — 1970) 23
- I.2 — Nível Educacional da População Feminina de 10 Anos e Mais, por *Status* Migratório, Idade Padronizada (Regiões Metropolitanas — 1970) 25

Tabelas

- I.1 Composição (%) da PEA Masculina e Feminina por *Status* Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970 10
- I.2 — Taxas de Atividade da PEA Masculina e Feminina por *Status* Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970 13
- I.3 — Taxas de Atividade da PEA Masculina e Feminina por *Status* Migratório, segundo Faixas Etárias Seleccionadas: Regiões Metropolitanas — 1970 14
- I.4 — Taxas de Atividade da PEA Masculina e Feminina por *Status* Migratório (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970 15

I.5-A — Freqüência Escolar (%) da População Masculina por <i>Status</i> Migratório, segundo Faixas Etárias Seleccionadas: Regiões Metropolitanas — 1970	17
I.5-B — Freqüência Escolar (%) da População Feminina por <i>Status</i> Migratório, segundo Faixas Etárias Seleccionadas: Regiões Metropolitanas — 1970	18
I.6 — Participação (%) da População Feminina de 10 Anos e Mais nos Afazeres Domésticos por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	19
II.1 — Participação (%) da PEA Masculina em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas, por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	32
II.2 — Participação (%) da PEA Feminina Total em Serviços Domésticos, por Idade: Regiões Metropolitanas — 1970	42
II.3 — Participação (%) da PEA Feminina Total em Serviços Domésticos, por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	43
II.4 — Participação (%) da PEA Feminina em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas, por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	45
III.1 — Estratificação Ocupacional (%) da PEA Masculina por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	53
III.2 — Estratificação Ocupacional (%) da PEA Feminina por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	56
III.3 — Proporção (%) da PEA Residente em Municípios Periféricos de Quatro Regiões Metropolitanas, por Sexo e <i>Status</i> Migratório: 1970	59
III.4 — Estratificação Ocupacional (%) da PEA Masculina por <i>Status</i> Migratório, segundo Local de Residência (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970	60

III.5 — Estratificação Ocupacional (%) da PEA Feminina por <i>Status</i> Migratório, segundo Local de Residência (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970	61
IV.1 — Distribuição de Renda (%) da PEA por <i>Status</i> Migratório e Sexo: Regiões Metropolitanas — 1970	67
IV.2 — Distribuição de Renda (%) da PEA Migrante por Sexo: Regiões Metropolitanas — 1970 ..	68
IV.3 — Distribuição de Renda (%) da PEA por <i>Status</i> Migratório e Sexo (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970	71
IV.4 — Distribuição de Renda (%) da PEA Migrante por Sexo (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970	72
IV.5 — Naturalidade e Procedência da PEA Migrante nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro	75
IV.6 — Posicionamento Relativo (<i>Ranking</i>) de Renda da PEA Masculina por <i>Status</i> Migratório e Lugar de Procedência dos Migrantes, segundo Idade: Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro — 1970	77
IV.7 — Posicionamento Relativo (<i>Ranking</i>) de Renda da PEA Feminina por <i>Status</i> Migratório e Lugar de Procedência dos Migrantes, segundo Idade: Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro — 1970	78
IV.8 — Distribuição de Renda (%) da PEA Masculina Nordestina, Residente nas Regiões Metropolitanas do Centro-Sul e Nordeste, por <i>Status</i> Migratório, Tipo de Migração, Destino e Tempo de Residência dos Migrantes — 1970 (Idade Padronizada)	84
IV.9 — Distribuição de Renda (%) da PEA Feminina Nordestina, Residente nas Regiões Metropolitanas do Centro-Sul e Nordeste, por <i>Status</i> Migratório, Tipo de Migração, Destino e Tempo de Residência dos Migrantes — 1970 (Idade Padronizada)	85

V. 1 — Posição na Ocupação (%) da PEA por <i>Status</i> Migratório e Sexo: Regiões Metropolitanas — 1970	94
V. 2 — Posição na Ocupação (%) da PEA Migrante por Tempo de Residência e Sexo (Idade Padronizada): Regiões Metropolitanas — 1970	96
V. 3 — Posição na Ocupação e Renda (%) da PEA Masculina por Condição Migratória: Regiões Metropolitanas — 1970	99
V. 4 — Posição na Ocupação e Renda (%) da PEA Migrante Masculina por Tempo de Residência: Regiões Metropolitanas — 1970	101
V. 5 — Posição na Ocupação e Renda (%) da PEA Feminina por Condição Migratória: Regiões Metropolitanas — 1970	104
V. 6 — Posição na Ocupação e Renda (%) da PEA Migrante Feminina por Tempo de Residência: Regiões Metropolitanas — 1970	106
V. 7 — Posição na Ocupação da PEA Masculina por Ocupação e <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	109
V. 8 — Posição na Ocupação da PEA Masculina Migrante por Ocupação e Tempo de Residência: Região Metropolitana — 1970	110
V. 9 — Posição na Ocupação da PEA Feminina, por Ocupação e <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	113
V.10 — Posição na Ocupação da PEA Feminina Migrante por Ocupação e Tempo de Residência: Regiões Metropolitanas — 1970	115
V.11 — Comparação das Situações de Renda e Ocupação das Posições Ocupacionais nas Regiões Metropolitanas, segundo Sexo e <i>Status</i> Migratório — 1970	117
VI.1 — Distribuição (%) da Pobreza Urbana por <i>Status</i> Migratório, segundo Sexo e Regiões Metropolitanas — 1970	127

VI.2	— Comparação da Participação de Migrantes na Pobreza Urbana e na PEA por Sexo: Regiões Metropolitanas — 1970	129
VI.3	— Distribuição da Pobreza Urbana por <i>Status</i> Migratório, segundo Sexo (Idades Padronizadas): Regiões Metropolitanas — 1970	131
VI.4	— Percentagem da PEA Migrante e Natural do Setor Secundário e Subsetor da Construção Civil Recebendo Salários até Cr\$ 200,00: Regiões Metropolitanas — 1970	153
VII.1	— Taxa de Retenção da População Migrante por Sexo, Quadro de Procedência e Período de Chegada nas Regiões Metropolitanas — 1959/70	176
VII.2	— Nível de Escolaridade da População Migrante Adulta por Sexo, segundo Tempo de Residência: Regiões Metropolitanas — 1970	180
A.II.1	— Participação (%) da PEA Masculina de 10-14 Anos em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	200
A.II.2	— Participação (%) da PEA Masculina de 15-19 Anos em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	201
A.II.3	— Participação (%) da PEA Masculina de 20-29 Anos em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	202
A.II.4	— Participação (%) da PEA Masculina de 30-39 Anos em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	203
A.II.5	— Participação (%) da PEA Masculina de 40-64 Anos em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970	204
A.II.6	— Participação (%) da PEA Masculina de 65 Anos e Mais em Ocupações e Categorias Ocupacionais Seleccionadas por <i>Status</i> Migratório: Regiões Metropolitanas — 1970 ...	205

APRESENTAÇÃO

Os deslocamentos espaciais de população vêm se constituindo tema dos mais discutidos entre planejadores e cientistas sociais, tendo motivado, no Brasil, a criação do Programa Nacional de Migrações Internas, do Ministério do Interior (MINTER). Essa atenção não decorre de mera curiosidade acadêmica ou modismo intelectual, pois as migrações são certamente fenômeno da maior importância para a programação do desenvolvimento, sobretudo em países que, como o Brasil, apresentam dimensões continentais, grandes espaços internos a ocupar e graves desequilíbrios regionais de renda.

Diversas pesquisas têm abordado, nos últimos anos, aspectos ligados à dimensão e às conseqüências da migração, em diversos níveis de generalidade e de agregação. O presente trabalho, realizado em esforço conjunto do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) do Instituto de Planejamento do IPEA, da Secretaria de Planejamento e Operações (MINTER) e do Projeto BRA-70-550, das Nações Unidas (PNUD-OIT-UNESCO), analisa o posicionamento relativo dessas populações nas estruturas econômico-sociais das regiões metropolitanas do País — para onde se dirige mais de um terço de todos os migrantes brasileiros — como ponto de partida para discussão do significado desses movimentos para a realização das aspirações que os motivaram, bem como dos benefícios e disfunções que acarretaram à organização da sociedade.

No contexto dos esforços que se vêm desenvolvendo para a formulação de diretrizes de política relacionadas com o fenô-

meno migratório, reveste-se de particular interesse a tentativa, que se faz neste trabalho, de sintetizar os resultados obtidos a partir de visão crítica da estrutura do mercado de trabalho.

Contrariando a opinião corrente, constata o estudo que a população migrante, a nível global, não difere substancialmente da natural, seja em termos de ocupação, de renda, posição na ocupação e participação no setor informal urbano. Detecta, no entanto, diferenças notáveis entre subgrupos de migrantes, sendo as mais contundentes relacionadas com o posicionamento relativo dos migrantes recentes e mais antigos. A tentativa de interpretá-las conduziu os autores à formulação de hipótese inovadora, particularmente relevante para o reexame da tese clássica da adaptação progressiva dessas populações a seu novo ambiente. De acordo com essa hipótese, estaria havendo processo de retenção seletiva de migrantes nas regiões metropolitanas, pelo qual a maioria dos trabalhadores não absorvidos pelo mercado seria compelida a empreender nova migração, em busca de melhores condições de bem-estar, provocando, assim, a criação de contingente de pessoas em constante processo de deslocamento.

Nas suas conclusões, o estudo enfeixa um conjunto de proposições visando à formulação de política de migrações para o País, que, pelo conteúdo, abrangência e sistematização, representa interessante contribuição para a formulação de diretrizes para as ações de governo nesse campo, o que vem reforçar a oportunidade de sua divulgação pelo IPEA.

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Superintendente do IPLAN

ANTÔNIO CABRAL DE ANDRADE
Secretário-Executivo do Centro
Nacional de Recursos Humanos — CNRH

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Migrações Internas, em execução pelo Ministério do Interior, com a participação da SEPLAN, através da FIBGE e do Centro Nacional de Recursos Humanos, e com a assistência técnica do Projeto de Planejamento de Recursos Humanos do PNUD. Os autores agradecem o apoio institucional, logístico e técnico recebido dessas diversas instituições, particularmente nas pessoas do Dr. José Otamar de Carvalho, Secretário de Planejamento e Operações do MINTER, do Dr. Antônio Cabral de Andrade, Secretário-Executivo do CNRH, do Dr. Speridião Faissol, Superintendente de Pesquisas da FIBGE, e do Dr. Samuel Levy, Diretor do Projeto de Planejamento de Recursos Humanos do PNUD.

Diversas pessoas leram, parcial ou integralmente, a versão preliminar deste trabalho e muito contribuíram com sugestões e críticas para o seu aperfeiçoamento. Neste sentido, agradecemos os comentários de Cláudio Salm, Luiz Carlos Eichenberg Silva, Alfonso Rodríguez Arias, Hubert Schmitz, Pedro Demo, Lúscio Camargo, Mary Castro, Lúcia Feitosa, Ricardo Pires, Mário Toniatti, Ivany Gonzales, José Magalhães da Costa, John Redwood e José Alberto de Carvalho. Os defeitos e deslizes porventura remanescentes são, evidentemente, da responsabilidade exclusiva dos autores.

A execução deste trabalho foi facilitada pela assistência das estagiárias Altina Dália Crisóstomo, Glória Maria Pinheiro e Madalena de Medeiros Marques. As diversas versões foram pacientemente datilografadas por Leila Maria Bijos e Ana Bete Marques Ferreira e revistas cuidadosamente por Domingos Campagnolo.

INTRODUÇÃO

Grande parte das discussões sobre migrações internas em documentos oficiais ou na imprensa enfatiza o ônus causado pelos fluxos populacionais, particularmente aqueles dirigidos aos grandes núcleos urbanos. Nessa perspectiva, as migrações são consideradas responsáveis pelo crescimento urbano explosivo bem como pelos diversos problemas sociais decorrentes deste. Por inferência, as dificuldades de ordem social ocasionadas e/ou sofridas pelas populações migrantes teriam origem na incapacidade destas de competir por empregos produtivos, condição essa que se traduziria em baixos níveis de renda — origem da miséria individual e das tensões sociais.

Entretanto, observa-se que o tamanho e a distribuição da população sobre o espaço refletem, em grande parte, a evolução da organização econômica e, portanto, que as realocações espacial e setorial das atividades econômicas são os principais determinantes da direção, intensidade e características das migrações internas.¹ Nesta perspectiva, as migrações não podem ser avaliadas simplesmente em termos de sua suposta deterioração do meio social nos lugares de destino senão, organicamente, em termos de todo o processo de deslocamento popu-

Ver, por exemplo, Juarez Rubens Brandão Lopes e Neide Lopes Patarra, "Redistribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira", in *Cadernos CEBRAP*, n.º 20 (São Paulo); Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho, "Interregional and Urban Migration and Economic Growth in Brazil", pp. 101-150, e Jorge Balán, "Urbanización, Migraciones Internas y Desarrollo Regional", pp. 75-98, ambos publicados em *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional* (Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973), vol. II.

lacional. Assim, os movimentos migratórios são estruturalmente moldados pelas transformações econômicas da sociedade, produzidas pelo processo de acumulação de capital que penetra e se reproduz em espaços diferenciados de forma desigual.

Esses desequilíbrios repercutem na dinâmica migratória, acentuando a necessidade da população de se deslocar de acordo com as alterações na distribuição espacial das atividades econômicas. A relação entre os movimentos populacionais e o processo de formação e acumulação de capital a nível regional é, portanto, encontrada nos desequilíbrios regionais, nas desigualdades setoriais e na distribuição diferenciada de oportunidades econômicas nos mercados locais de trabalho. Sob essa rede estruturalmente ordenada de relações econômico-demográficas é que se deve buscar o entendimento da dinâmica dos movimentos populacionais.

*O objetivo desta pesquisa é o de fornecer um perfil e uma interpretação econômico-demográfica da inserção das populações migrante e não-migrante nas nove Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém.*² Os migrantes que residiam nessas RM em 1970 representavam 36% de todos os migrantes no Brasil e cerca de um terço de todos os migrantes intercensitários, isto é, as pessoas que se deslocaram pelo menos uma vez durante o período 1960/70. Desta forma, torna-se significativa a investigação dos padrões de inserção econômica, especialmente ocupacional, dos migrantes nessas cidades³ de forte atração populacional, para a avaliação das conseqüências da migração no Brasil.

Os dados que servem de base a este trabalho são fornecidos por tabulações especiais referentes às Regiões Metropolitanas, derivadas da amostra de 25% do Censo Demográfico de 1970. Essas tabulações foram formuladas e obtidas pelo

² Versões preliminares de algumas partes deste trabalho foram apresentadas em Manoel Augusto Costa (ed.), *Estudos de Demografia Urbana*, Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), n.º 18, pp. 161-196; *Conferência sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil*, Sessão 3 (Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1976); 28.ª *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Sessão "População, Recursos Humanos e Desenvolvimento Econômico" (Brasília, 1976).

³ Visando a minimizar repetições constantes, utilizar-se-á, de forma intercambiável, as denominações de cidade, metrópole e Região Metropolitana para referência às unidades de observação deste trabalho.

Ministério do Interior como parte de um estudo mais amplo visando à formulação de políticas migratórias no Brasil.⁴

Vale mencionar que vários trabalhos existentes enfocam a situação econômica e/ou demográfica de subgrupos populacionais diferenciados por *status* migratório,⁵ a partir de dados derivados do Censo de 1970.⁶ As análises da inserção do mi-

Ver Ministério do Interior (Secretaria-Geral), *Plano Anual de Trabalho da Secretaria de Pesquisas e Programas* (Brasília, 1974), Capítulo 5.2, pp. 51-71. Uma primeira análise do processo de adaptação da população migrante nas nove RM, através de tabulações especiais do Censo de 1970, foi realizada por uma equipe do ex-SERFHAU: M. G. Castro, L. M. Fraenkel, E. T. Neto, M. D. de Souza e G. P. Grabois, *Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos sobre as Migrações Internas* (Brasília: MINTER/OIT/BNH, 1976). Os dados utilizados aqui são comparáveis aos do SERFHAU, dispondo, porém, de maior volume de informações, de detalhamento e de controle de variáveis intervenientes e independentes.

⁵ Por "status migratório" (condição migratória) entende-se, ao longo deste trabalho, a diferenciação entre naturais (não-migrantes) e migrantes (definidos pela residência num município distinto do de nascimento) e, ao mesmo tempo, a diferenciação entre grupos de migrantes segundo seu tempo de residência no município atual (0-2, 3-5, 6-10, 11 anos e mais).

⁶ A lista destes trabalhos já é bastante extensa. Ver, *inter alii*, Milton da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva, *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973), n.º 19; Speridião Faissol, *Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro: FIBGE/Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, 1973); M. G. Castro, *et alii*, *op. cit.*; Hélio Moura e José Olímpio Coelho, *Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características Demográficas* (Fortaleza: BNB/ETENE, 1975); Hélio Moura, C. S. Holder e Aidil Sampaio, *Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre Naturais e Migrantes* (Fortaleza: BNB/ETENE, 1975); C. S. Lacerda, J. Japiassu e Z. Aureliano, "Migrações e Educação nas Áreas Metropolitanas do Brasil" (Recife: MINTER/SUDENE, 1975), mimeo; George Martine e José Carlos Peliano, "Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas", in Manoel Augusto Costa (ed.), *op. cit.*, pp. 161-196; Manoel Augusto Costa, *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*, Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), n.º 21; Kalman Schaeffer e Cheywa Spindel, *São Paulo, Urban Development and Employment* (Genebra: ILO, 1976); José Carlos Peliano, "Setor Informal ou Pobreza Urbana?", in *Migrações Internas* (Rio de Janeiro: Fundação Ford, junho de 1976), pp. 35-50; Elza Keller, "Migrações Internas na Região Sudeste: Alguns Resultados Preliminares" (Rio de Janeiro: FIBGE, 1976), mimeo; Cheywa Spindel, "A Metrópole e o Migrante: Região Metropolitana de São Paulo" (São Paulo, 1974), mimeo; George Martine, "Adaptação de Migrantes ou Sobrevivência dos Mais Fortes?", in *Proleto de Planeamento de Recursos Humanos*, Relatório Técnico n.º 30 (Brasília: PNUD, 1976); Carlos Osório, *Desigualdades de Renda e Absorção de Migrantes nas Regiões Metropolitanas Nordestinas*, Série Texto para Discussão (Recife: PIMES/Universidade Federal de Pernambuco, 1976), n.º 98.

grante nas estruturas econômicas de unidades espaciais diferenciadas têm produzido algumas generalizações coincidentes, assim como resultados divergentes, ou mesmo conflitantes, como se observará oportunamente. O trabalho atual sofre de algumas das mesmas limitações genéricas de seus antecessores, pois também é baseado em dados censitários. No entanto, aproveitando-se de informações mais detalhadas e/ou munidas de um maior controle sobre variáveis intervenientes básicas, procura-se aqui trazer luzes adicionais sobre algumas questões fundamentais, tais como: o processo de inserção do migrante na estrutura econômica das Regiões Metropolitanas; a evolução da situação sócio-econômica do migrante com a maior permanência nas RM; e o significado desses padrões para a compreensão do fenômeno migratório e para a formulação de políticas nessa área.

Para tal fim, faz-se uma abordagem sucessiva da situação relativa de subgrupos populacionais, diferenciados por condição migratória, em termos de participação na PEA (População Economicamente Ativa), ocupação, renda e posição na ocupação. No corpo do trabalho, constituído pelos Capítulos I a V, visa-se a apresentar e examinar o vasto material disponível nas tabulações especiais no MINTER sobre a situação do migrante no mercado de trabalho metropolitano. Nos dois últimos capítulos, procura-se sintetizar as informações dentro de uma visão crítica da estrutura e do funcionamento do mercado de trabalho e avaliar seu significado diante da possibilidade de políticas migratórias. Para facilidade dos leitores menos preocupados com o detalhamento dos dados ou menos familiarizados com os aspectos técnicos, apresenta-se, no fim de cada capítulo, um resumo das principais considerações.

Embora tenha propósitos limitados, este trabalho procura fornecer uma melhor caracterização de questionamentos básicos que sirva de apoio a reflexões mais acuradas sobre o significado do fenômeno migratório e como ponto de partida para estudos adicionais.

CAPÍTULO I — CONTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA MIGRAÇÃO À PEA METROPOLITANA

1.1 — Participação na PEA

A procura de melhores oportunidades sócio-econômicas é geralmente apresentada como o principal componente da motivação migratória. Entende-se que os migrantes respondem principalmente às oportunidades espacialmente diferenciadas de emprego, sejam elas reais ou esperadas, uma vez que é através da inserção econômica no mercado de trabalho que os migrantes podem realizar suas aspirações de bem-estar sócio-econômico. Assim, ao se avaliarem as conseqüências da migração para as áreas de destino ou para os próprios migrantes, assume particular importância a maneira pela qual estes se integram na estrutura ocupacional.

Em decorrência dessa observação, cabe perguntar, inicialmente, se os migrantes produzem um impacto significativo na constituição da População Economicamente Ativa (PEA) das RM brasileiras, se eles conseguem encontrar emprego nessas cidades e se o nível de participação dos migrantes no mercado de trabalho se diferencia substancialmente daquele dos naturais.

Na Tabela I.1 pode-se observar que *os migrantes contribuem de forma decisiva para a formação da PEA metropoli-*

tana, pertazendo 62% da PEA agregada das nove RM.¹ É evidente que esse nível global, por coincidência idêntico para os

TABELA 1.1
COMPOSIÇÃO (%) DA
PEA MASCULINA E FEMININA POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não-Migrante	Total PEA N = 100%
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total		
(a) Homens							
São Paulo	13,5	8,3	12,6	34,7	69,1	30,9	2.214.913
Rio de Janeiro	10,0	6,4	8,9	35,6	60,9	39,1	1.693.848
Belo Horizonte	13,0	9,7	13,1	32,6	68,4	31,6	353.883
Porto Alegre	12,0	7,7	10,5	32,6	62,8	37,2	366.564
Curitiba	12,0	8,1	8,9	23,3	52,3	47,7	204.658
Recife	10,3	6,2	6,9	23,8	47,2	52,8	349.048
Salvador	9,3	5,0	6,8	22,6	43,7	56,3	243.941
Fortaleza	8,9	5,7	7,0	23,2	44,8	55,2	210.639
Belém	5,9	4,4	5,3	17,3	32,9	67,1	122.025
Total	11,6	7,3	10,3	32,4	61,6	38,4	5.759.519
(b) Mulheres							
São Paulo	14,2	9,0	13,0	30,1	66,3	33,7	867.044
Rio de Janeiro	11,5	6,9	9,2	33,6	61,2	38,8	664.222
Belo Horizonte	15,9	10,6	13,2	31,2	70,9	29,1	164.609
Porto Alegre	13,3	8,5	11,1	31,6	64,5	35,5	163.309
Curitiba	14,8	9,5	10,3	23,7	58,3	41,7	74.162
Recife	14,1	7,0	7,8	23,4	52,3	47,7	142.642
Salvador	12,9	7,3	8,0	22,1	50,3	49,7	111.140
Fortaleza	12,2	6,3	8,1	23,1	49,7	50,3	84.818
Belém	7,9	5,3	5,9	15,5	34,6	65,4	48.886
Total	13,3	8,1	10,8	29,7	61,9	38,1	2.320.832

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

É oportuno lembrar que a definição censitária de "migrante" abrange todas as pessoas que residem fora do município de nascimento. Como as RM com as quais se trabalha aqui são constituídas por conjuntos de municípios, a categoria "migrante" inclui, portanto, um número desconhecido de migrantes intrametropolitanos (pessoas que nasceram em um município de uma RM e que residem atualmente em outro município da mesma). *Ceteris paribus*, o número de migrantes intrametropolitanos seria maior nas RM constituídas por um número maior de municípios, isto é, São Paulo e Rio de Janeiro; no entanto, o grande volume do fluxo migratório total para essas cidades deve diluir o efeito das migrações intrametropolitanas. Em Belo Horizonte, que ocupa uma posição intermediária no conjunto das RM com relação ao número de municípios constituintes, uma pesquisa direta revelou que, em 1970, 6,6% de todos os migrantes enumerados que para lá se deslocaram entre 1951/70 haviam nascido na própria RM. Acredita-se, portanto, que a proporção de migrantes intrametropolitanos não chega a afetar os resultados das comparações por status migratório. Ver Léa Melo da Silva, "Pesquisa de Fluxos Migratórios para Belo Horizonte", in *Migrações Internas...*, *op. cit.*, vol. I, p. 153.

grupos masculino e feminino, varia consideravelmente de cidade para cidade. Por exemplo, entre os homens os migrantes atingem 69% da PEA na maior RM (São Paulo) e apenas 33% na menor (Belém). Ademais, os migrantes predominam na PEA masculina das cinco cidades metropolitanas do Centro-Sul. Entre as mulheres, intervalos similares de variação são encontrados; no entanto, a predominância das migrantes é mais generalizada que entre os homens, tendo em vista que somente em Belém e Fortaleza é que se inclui na PEA uma maior proporção de naturais.

Um segundo ponto importante a salientar é a função destacada da mobilidade populacional para a constituição do mercado de trabalho metropolitano: o exame da participação dos migrantes na PEA, por tempo de residência, nas respectivas RM, indica que os migrantes recentes (aqueles com dois anos e menos de residência) constituem proporção significativa da PEA total. Estes atingem 12% para os homens e 13% para as mulheres na PEA conjunta das nove RM. O significado das proporções apresentadas fica mais em destaque quando se verifica que a mão-de-obra migrante recente equivale a cerca de um terço da PEA natural. Os intervalos de variação em torno desses valores, no entanto, se alteram consideravelmente de cidade para cidade.

Os migrantes constituem, assim, a maior parte do total da PEA das RM; a grande contribuição dos migrantes recém-chegados para a PEA total indicaria, numa primeira aproximação, a funcionalidade dos deslocamentos populacionais para a criação e manutenção de uma reserva de mão-de-obra para o mercado. A próxima questão, portanto, se refere à atividade relativa das populações migrante e natural. A despeito de constituírem a maior parte da PEA das RM, os migrantes poderiam, teoricamente, estar ainda proporcionalmente menos ativos do que os naturais, ou seja, os migrantes poderiam, simplesmente, ser mais numerosos, em termos proporcionais, na força de trabalho do que na PEA.

Na realidade, entretanto, como se observa nas Tabelas I.1 e I.2, os migrantes, *homens e mulheres, apresentam taxas de atividade consideravelmente maiores do que os naturais em cada uma das RM*. A vantagem migrante, entre os homens, atinge pelo menos 18 pontos de porcentagem em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador e a menor diferença é de nove pontos em Curitiba. Entre as mulheres, a vantagem das migrantes varia entre 4 a 12 pontos de porcentagem. Novamente se observa que os migrantes recentes, dos quais se

esperaria uma maior dificuldade em serem absorvidos na PEA, apresentam taxas de atividade ao nível de outros grupos migrantes; de fato, no caso das mulheres, as migrantes recentes acusam maiores taxas do que qualquer outro grupo, migrante ou natural, em todas as RM, à exceção de Curitiba.

Quanto às taxas de desemprego aberto, pouco significam em termos da realidade brasileira, já que os baixos níveis de desemprego no Brasil, verificados em todos os estudos com base em dados censitários, refletem mais as dificuldades de conceituação e medição do desemprego e as deficiências do sistema de previdência social (a cobertura incompleta e os baixos níveis de seguro-desemprego obrigam os trabalhadores a buscarem qualquer meio de sobrevivência, mesmo instável e mal pago) do que a capacidade relativa de encontrar e manter empregos. Para os propósitos deste trabalho, basta mencionar que quaisquer diferenças existentes tendem geralmente a favorecer os migrantes.² (Dados não apresentados.)

Assim, como são explicadas as maiores taxas de atividade entre os migrantes? O exame de alguns diferenciais de participação, na Tabela 1.3, revela que a composição etária é um fator crucial. Mais especificamente, a vantagem migrante concentra-se sistematicamente no grupo de 10-29 anos, ficando, em geral, a maior diferença com o grupo de 15-19 anos. Sob este aspecto, as taxas de atividades padronizadas pela idade³ na Tabela 1.4 revelam uma redução pronunciada dos diferenciais entre migrantes e naturais com relação aos dados não

As taxas de desemprego aberto variam, na PEA masculina, entre 1,0 e 3,8% para naturais, sendo que as menores taxas são encontradas em Curitiba e as maiores em Fortaleza. Entre migrantes, onde as taxas tendem a ser menores que entre naturais, o desemprego também diminui ligeiramente com o tempo de residência. Na PEA feminina, as taxas variam entre 1,0 e 1,7%, não sendo afetadas pela condição migratória.

No intuito de resumir as informações referentes aos vários grupos de migrantes e naturais e de facilitar a interpretação das mesmas, a técnica de padronização ou "tipificação" direta é utilizada repetidamente neste trabalho. A influência do fator idade nessas taxas padronizadas fica praticamente eliminada, já que a padronização estabelece quais seriam as taxas (de atividade, de participação numa determinada ocupação, etc.) alcançadas pelos vários grupos de migrantes e naturais se todos os grupos tivessem a mesma estrutura por idade e sexo. Neste trabalho, a população residente do Brasil foi utilizada como modelo. Embora exista, teoricamente, o risco de introduzir algumas distorções menores por estes procedimentos, as vantagens da padronização em termos de sintetização e concisão analítica justificam amplamente o seu uso. Ver George W. Barclay, *Techniques of Population Analysis* (Nova York: John Wiley and Sons, Inc., 1958).

TABELA 1.2

**TAXAS DE ATIVIDADE DA PEA MASCULINA E FEMININA POR
STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas	Homens						Mulheres					
	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total		0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo	80	78	76	79	79	61	34	33	30	26	29	25
Rio de Janeiro	75	72	69	74	73	55	31	28	25	25	26	20
Belo Horizonte	69	67	68	79	71	53	34	31	29	29	30	21
Porto Alegre	71	69	69	73	71	57	31	30	29	28	29	23
Curitiba	70	72	72	78	74	65	49	50	49	52	50	42
Recife	67	66	64	73	69	53	29	25	23	23	25	18
Salvador	75	70	71	81	77	58	39	36	31	29	33	21
Fortaleza	66	65	64	75	70	58	28	25	24	24	25	19
Belém	64	63	63	75	69	54	26	25	23	23	24	18

TABELA 1.3

TAXAS DE ATIVIDADE DA PEA MASCULINA E FEMININA POR STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS SELECIONADAS: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas e Idades		Homens					Mulheres						
		Migrantes por Tempo de Residência					Total Não-Migrante	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não-Migrante
		0-2	3-5	6-10	11 e +	Total		0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo:	10-14	12	8	8	12	10	6	15	9	7	11	11	5
	15-19	75	69	67	65	69	56	57	56	51	47	53	38
	20-29	95	94	95	91	94	88	40	42	41	42	41	41
Rio de Janeiro:	10-14	6	4	3	5	5	2	12	5	4	6	7	2
	15-19	61	50	46	45	50	34	48	39	32	28	36	20
	20-29	93	92	92	88	91	83	37	38	38	38	37	35
Belo Horizonte:	10-14	10	6	7	11	8	5	14	6	5	7	8	3
	15-19	56	52	53	53	54	44	53	43	33	31	41	23
	20-29	87	85	89	88	87	84	41	44	43	42	42	38
Porto Alegre:	10-14	6	4	4	7	5	4	10	6	4	5	6	4
	15-19	55	46	47	49	50	43	47	38	31	30	37	25
	20-29	91	88	90	89	89	85	39	42	41	40	40	37
Curitiba:	10-14	7	6	6	11	7	8	13	8	4	7	9	4
	15-19	60	56	51	54	56	54	46	39	33	33	39	26
	20-29	88	88	90	89	88	91	34	37	41	39	38	30
Recife:	10-14	6	5	5	8	6	4	13	5	2	4	7	2
	15-19	51	45	37	40	44	34	44	33	23	22	33	17
	20-29	87	86	85	85	85	82	36	36	34	34	35	29
Salvador:	10-14	12	6	4	12	8	4	22	7	4	5	12	2
	15-19	62	49	43	43	51	38	55	44	28	23	41	16
	20-29	90	85	88	88	88	84	44	47	43	37	42	32
Fortaleza:	10-14	11	6	6	11	8	8	12	3	2	6	7	3
	15-19	51	41	37	40	43	37	39	26	21	18	28	17
	20-29	85	83	82	83	83	81	36	37	36	33	35	29
Belém:	10-14	5	6	4	8	5	2	9	6	2	4	6	2
	15-19	47	38	34	40	40	29	42	32	21	17	29	14
	20-29	82	83	84	86	84	79	33	34	36	36	35	29

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

TABELA 1.4

**TAXAS DE ATIVIDADES DA PEA MASCULINA E FEMININA POR
STATUS MIGRATÓRIO (IDADE PADRONIZADA): REGIÕES
METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas	Homens						Mulheres					
	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total		0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo	71	70	70	68	69	66	29	29	28	29	29	26
Rio de Janeiro	67	66	64	62	64	59	27	25	24	25	26	21
Belo Horizonte	64	63	65	64	64	62	29	28	27	27	28	23
Porto Alegre	64	61	62	62	62	61	27	27	27	27	28	24
Curitiba	65	66	66	66	66	67	26	26	26	26	27	20
Recife	64	62	61	61	62	59	26	23	21	22	24	19
Salvador	68	66	65	66	66	62	33	30	27	26	31	22
Fortaleza	66	63	62	63	63	65	25	21	22	22	24	19
Belém	62	62	62	62	62	58	23	23	22	22	23	18

padronizados. *Deduz-se, em consequência, que os migrantes apresentam maiores taxas de atividade em grande parte porque eles incluem maiores proporções de jovens.* Contudo, permanece a observação de que os migrantes são mais ativos e consequentemente apresentam menores taxas de dependência.

Resta a importante interrogação: por que os migrantes jovens se encontram na PEA em maior proporção que os naturais da mesma idade? Uma explicação seria simplesmente a de que as baixas taxas de atividade entre os naturais estivessem associadas à inatividade voluntária, por exemplo, ao terem eles uma maior proporção que freqüenta escolas; do mesmo modo, é possível que as mulheres não-migrantes tivessem menos necessidade de trabalhar fora do lar a fim de suplementar a renda familiar.

Uma das hipóteses é confirmada de acordo com os dados da freqüência escolar relativa na Tabela I.5. *Em todas as RM, os naturais têm maiores proporções freqüentando escolas que os migrantes nos grupos de 10-14 e de 15-19 anos.* Esta observação é válida, sem exceção, em todas as RM, para ambos os sexos, embora a desvantagem da mulher migrante seja mais pronunciada; o mesmo acontece na faixa de 20-29 anos, à exceção de Curitiba para os homens e mulheres e de Fortaleza para as mulheres. Ademais, as maiores diferenças para ambos os sexos estão no grupo de 15-19 anos, justamente onde os migrantes exibem maior vantagem de participação na PEA.

Os dados sobre freqüência escolar por tempo de residência mostram que a vantagem dos naturais geralmente vale para todos os subgrupos de migrantes, embora isto, ocasionalmente, não ocorra com relação aos migrantes mais antigos, isto é, aqueles com mais de 10 anos de residência na RM. Destaca-se a desvantagem educacional dos migrantes recentes, os quais estão sistematicamente sub-representados na população escolar de todas as RM. De um lado, esse fato seria atribuível às dificuldades de adaptação e à relativa falta de conhecimento quanto à disponibilidade de oportunidades educacionais entre os migrantes recentes; de outro, estaria de acordo com as altas taxas de participação na PEA desse grupo, particularmente de mulheres.

No que se refere à suposição de que as naturais seriam menos ativas simplesmente porque tivessem condições de permanecer em casa, os dados da Tabela I.6 não a comprovam, pois as mulheres migrantes são proporcionalmente mais numerosas na categoria de afazeres domésticos do que as natu-

TABELA 1.5-A

**FREQÜÊNCIA ESCOLAR (%) DA POPULAÇÃO MASCULINA
POR STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
SELECIONADAS: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas e Idades	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo						
10-14	75	84	85	80	81	89
15-19	16	23	24	27	23	37
20-29	2	3	2	4	3	8
Rio de Janeiro						
10-14	76	87	89	87	85	91
15-19	26	37	41	43	37	53
20-29	3	5	4	6	5	10
Belo Horizonte						
10-14	75	85	84	77	81	87
15-19	32	36	34	33	33	42
20-29	8	12	7	6	8	9
Porto Alegre						
10-14	84	91	91	86	88	90
15-19	32	41	40	35	36	44
20-29	6	8	6	5	6	8
Curitiba						
10-14	76	84	88	78	82	83
15-19	29	34	39	36	34	36
20-29	7	9	8	7	8	6
Recife						
10-14	72	78	79	76	76	80
15-19	32	39	43	43	39	45
20-29	6	8	8	7	7	8
Salvador						
10-14	67	83	84	77	77	86
15-19	30	44	48	46	40	51
20-29	6	12	9	8	8	11
Fortaleza						
10-14	62	79	82	79	74	75
15-19	38	49	54	50	47	49
20-29	8	11	10	10	10	11
Belém						
10-14	82	87	91	82	86	91
15-19	41	55	59	50	51	62
20-29	11	12	11	9	10	13

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

TABELA 1.5-B

**FREQÜÊNCIA ESCOLAR (%) DA POPULAÇÃO FEMININA POR
STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
SELECIONADAS: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas e Idade	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrante
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo						
10-14	65	79	82	75	75	87
15-19	12	19	25	28	21	41
20-29	2	2	2	3	2	6
Rio de Janeiro						
10-14	53	82	85	80	77	89
15-19	16	27	35	38	29	48
20-29	3	3	4	5	4	8
Belo Horizonte						
10-14	65	78	79	74	74	84
15-19	19	26	30	35	27	43
20-29	4	5	4	6	5	8
Porto Alegre						
10-14	72	84	87	80	81	87
15-19	19	29	36	36	29	43
20-29	4	5	5	5	5	8
Curitiba						
10-14	67	77	80	72	73	76
15-19	18	27	37	33	27	32
20-29	4	5	5	4	4	4
Recife						
10-14	62	78	82	77	72	80
15-19	23	34	43	44	34	46
20-29	6	6	6	7	6	8
Salvador						
10-14	52	78	82	81	69	87
15-19	22	35	50	52	36	59
20-29	7	9	7	9	8	13
Fortaleza						
10-14	59	80	82	79	72	77
15-19	32	46	53	54	44	49
20-29	9	11	11	11	11	11
Belém						
10-14	70	87	91	85	81	90
15-19	29	49	56	54	45	59
20-29	6	13	11	9	10	13

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*; e MINTER, *Programa de Migrações*.

rais. A interpretação desse fato é de algum modo ambígua, uma vez que é admissível, contrariando a suposição feita acima, que a maior participação feminina na PEA possa estar diretamente, e não inversamente, relacionada com uma situação sócio-econômica mais privilegiada. Além do mais, a definição de afazeres domésticos pode variar consideravelmente de um grupo a outro. Por exemplo, é possível que um número considerável de mulheres de baixo *status* social que permanecem em casa seja de trabalhadoras sem remuneração, ou empregadas domésticas, em tempo parcial, que executam trabalhos ocasionais. De qualquer forma, dentro das limitações dos dados utilizados, *o diferencial de freqüência escolar permanece como a principal explicação para as maiores taxas de atividade dos migrantes.*

TABELA 1.6

PARTICIPAÇÃO (%) DA POPULAÇÃO FEMININA DE 10 ANOS E MAIS NOS AFAZERES DOMÉSTICOS POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não-Migrante
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo	53	52	52	62	57	42
Rio de Janeiro	54	54	54	59	57	45
Belo Horizonte	48	49	50	55	52	41
Porto Alegre	51	49	48	54	52	43
Curitiba	53	52	50	60	55	55
Recife	51	52	53	60	56	49
Salvador	42	42	47	55	49	43
Fortaleza	48	48	49	58	53	49
Belém	48	42	45	59	51	45

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

1.2 — Níveis de Qualificação

Os pontos mais importantes da análise precedente podem ser resumidos da seguinte forma: os migrantes constituem a maior parte da PEA das RM e apresentam as maiores taxas de atividade; trata-se, contudo, de uma vantagem discutível, já

que é exatamente nos subgrupos de migrantes, que explicam a maior participação, onde ocorre o menor acesso ao sistema escolar. Se essa situação persistisse no tempo, poder-se-ia formular a hipótese de que, em nível agregado, os migrantes iriam obter ocupações menos qualificadas; nesta perspectiva, a entrada prematura na PEA seria decorrente de uma condição de inferioridade sócio-econômica e implicaria, *ceteris paribus*, a obtenção de um nível educacional inferior.

No entanto, essa inferência pode ser apressada, pois a análise do nível ocupacional (medido em termos de anos de estudo — critério muito mais relevante para a influência qualitativa em eventuais níveis ocupacionais que a mera frequência escolar) demonstra que a maior frequência escolar da população natural não se traduz necessariamente em maior escolaridade, isto é, a nível agregado os migrantes têm uma situação educacional comparável à dos naturais em idades similares.⁴

No Gráfico 1.1, onde são fornecidos dados, padronizados por idade, sobre nível educacional por *status* migratório, pode-se observar que, *na população masculina*, os naturais têm um nível educacional claramente mais alto que o grupo migrante como um todo apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Isto é, nessas três RM os naturais têm menores proporções de sua população nas duas categorias educacionais inferiores (sem instrução e primário incompleto), ocorrendo o inverso nas categorias de primário completo e secundário. (A proporção de pessoas que cursaram a universidade é muito pequena e varia pouco segundo o *status* migratório.) Nas outras RM a situação se altera: em Salvador, os naturais ainda levam uma pequena vantagem educacional, mas em Porto Alegre, Recife e Belém não existem variações significativas, enquanto que em Curitiba e Fortaleza os migrantes apresentam níveis educacionais globalmente superiores.

Por outro lado, é interessante observar que o nível educacional das migrantes melhora sensivelmente com o tempo de residência em todas as RM, à exceção de Recife e Belém. Assim, pode-se ver que, embora os migrantes recentes apresentem um perfil educacional nitidamente desfavorável, os migrantes mais antigos se equiparam e mesmo superam o nível educacional da população natural na maioria das cidades. Deve-se alertar, no entanto, para o fato de que os dados censitários utilizados neste trabalho se referem a estoques líquidos

Uma análise detalhada de nível educacional por *status* migratório encontra-se em C. S. Lacerda, J. Japiassu e Z. Aureliano, *op. cit.*, e em Hélio Moura, C. S. Holder e Aidil Sampaio, *op. cit.*

de migrantes (sobreviventes), o qual evidentemente afeta as comparações.⁵ Como a melhoria educacional por tempo de residência ocorre apesar da desvantagem dos migrantes em termos de escolaridade, conforme demonstrado anteriormente, pode-se supor que a retenção seletiva dos elementos mais capacitados (e, portanto, a reemigração dos que estão menos preparados para competir no mercado de trabalho) seja responsável pela vantagem dos migrantes mais antigos. Esta hipótese será investigada sistematicamente no último capítulo.

Na população feminina, a maior frequência escolar das naturais implica efetivamente uma escolaridade significativamente mais elevada, como se observa no Gráfico 1.2. Com exceção de Fortaleza, onde não há diferenças, as naturais têm um nível educacional sistematicamente superior ao das migrantes. Esta vantagem se dá em graus diferenciados, segundo níveis de desenvolvimento, sendo mais pronunciada naquelas do Centro-Sul.⁶ Como ocorre entre os homens, o nível educacional

⁵ As comparações entre subgrupos de migrantes separados segundo tempo de residência, feitas aqui e no resto deste trabalho, são afetadas não somente pela composição etária diferenciada dos grupos, a qual pode ser minimizada pelas técnicas de padronização, mas também pela exposição diferenciada aos riscos da mortalidade e da reemigração. De fato, os dados utilizados se referem a estoques líquidos de migrantes, o que influi necessariamente sobre a interpretação que se lhes der, já que os migrantes mais antigos seriam mais afetados que os recentes pela reemigração e pela mortalidade, e que estes fatores podem ser seletivos de determinadas camadas sociais. No último capítulo, aborda-se sistematicamente o significado da evasão e sobrevivência para a análise do processo de adaptação. Por enquanto, o leitor deve ter presente a natureza dos dados utilizados. Uma discussão mais extensa destes problemas metodológicos e de suas implicações práticas pode ser encontrada em George Martine, *op. cit.* Para uma abordagem ampla dos problemas metodológicos inerentes a estudos dessa natureza, ver também M. G. Castro, "Uma Experiência de Pesquisa sobre Migrações Internas através de Dados Secundários", in *Conferência sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Ford, junho de 1976).

⁶ Conceituar "desenvolvimento econômico", em geral ou em termos de regiões específicas, não é tarefa fácil, principalmente porque suas abordagens variam de acordo com a teoria econômica subjacente. A tarefa torna-se ainda mais complicada quando o conceito é operacionalizado através de indicadores numéricos parciais. O procedimento adotado neste trabalho não foge às limitações usuais. Na operacionalização utilizou-se, conjuntamente, a renda média da PEA metropolitana (cifras de M. G. Castro, *et alii*, *op. cit.*, pp. 52-56) e o índice de Gini. A "hierarquia metropolitana" assim medida, resultou, conforme previsível, no predomínio das RM do Centro-Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte) sobre as do Norte-Nordeste (Salvador, Recife, Belém e Fortaleza), nesta ordem decrescente, respectivamente.

das migrantes aumenta sistematicamente com a permanência na metrópole.

Do exposto e supondo a existência de uma relação entre situação sócio-econômica e nível educacional,⁷ não se esperaria que, na PEA masculina, os migrantes que se mantêm na RM estivessem sistematicamente inferiorizados, constituindo-se assim num peso negativo para a sociedade urbana. Em contraste, na população feminina esperar-se-ia que as naturais levassem vantagens consideráveis em todas ou quase todas as cidades. Por outro lado, a situação dos migrantes, tanto homens quanto mulheres, melhoraria gradativamente em todas as cidades à medida que aumentasse o tempo de residência. Nas páginas que se seguem, serão analisadas as situações sócio-econômicas relativas dos diversos subgrupos populacionais, utilizando dados referentes à ocupação, posição na ocupação, renda e participação na pobreza urbana.

1.3 — Resumo e Conclusões

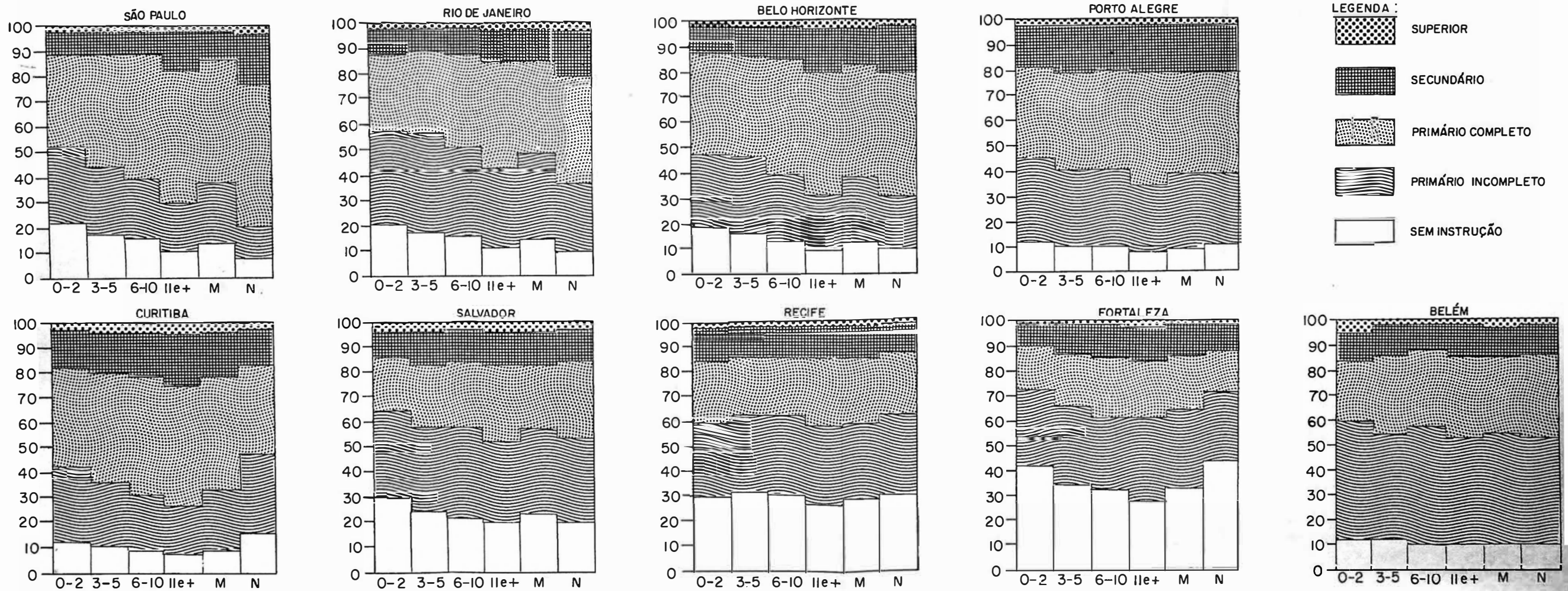
Os migrantes correspondem a pouco menos de dois terços da PEA agregada das nove RM e predominam sobre o estoque de naturais na maioria delas; entre estes, a participação elevada dos migrantes recentes (isto é, 0-2 anos de residência) sugere que a migração contribui decisivamente para a formação e manutenção de uma reserva de mão-de-obra no mercado.

Além de contribuir com a maior parcela da PEA metropolitana, os migrantes também sustentam taxas de atividade significativamente superiores às dos naturais em todas as RM, entre homens e mulheres. Os migrantes recentes, por seu turno, atingem taxas ao nível daquelas dos demais grupos migrantes, reforçando seu papel altamente funcional à oferta de mão-de-obra metropolitana. O desemprego aberto revelado pelas cifras oficiais é reduzido (em torno de 2%), com as taxas apontando níveis ligeiramente mais baixos entre migrantes.

⁷ Esta suposição não implica, evidentemente, a aceitação pura e simples da teoria do capital humano, já que o problema de causalidade entre educação e situação sócio-econômica é muito mais complexo; de fato, pode-se contrapor que o nível educacional seja determinado mais pelo posicionamento dos grupos na estrutura de classes, o qual influencia predominantemente as condições de competição no mercado de trabalho.

Gráfico I . 1

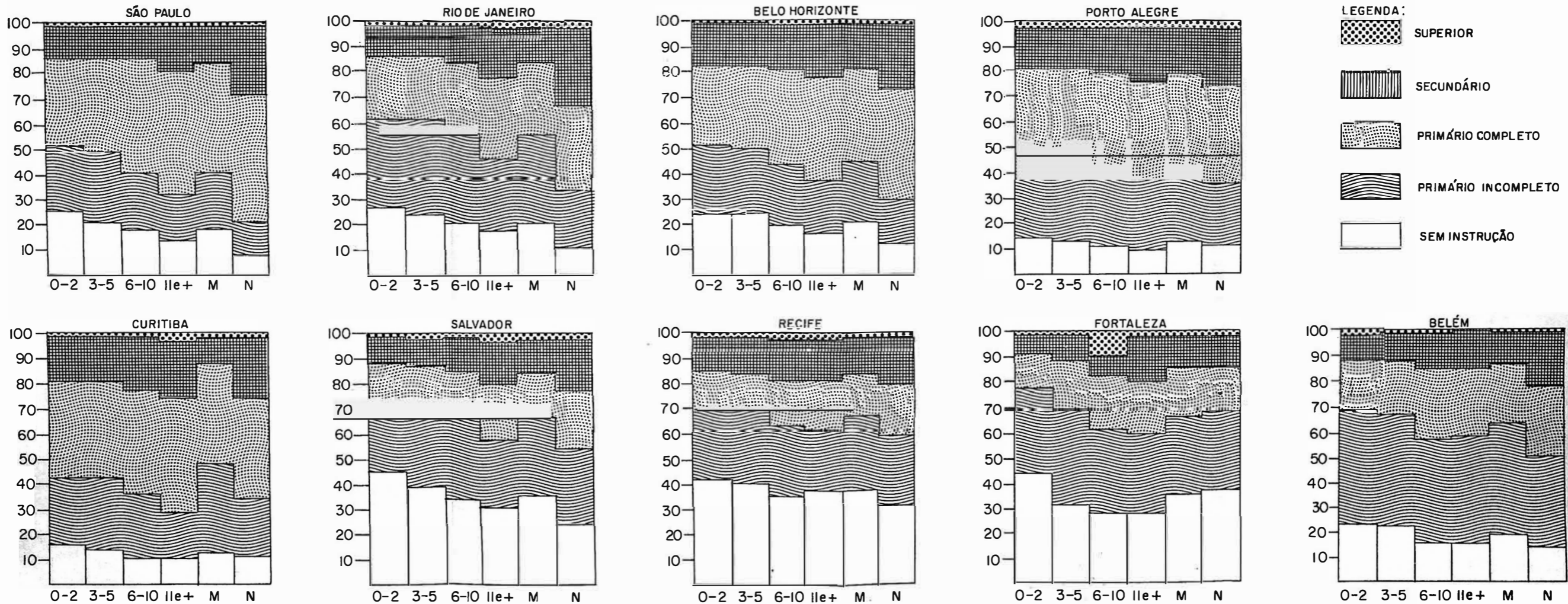
NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO MASCULINA DE 10 ANOS E MAIS, POR STATUS MIGRATÓRIO, IDADE PADRONIZADA (REGIÕES METROPOLITANAS - 1970)



Nota : M = total migrantes e N = total não-migrantes.

Gráfico I.2

NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO FEMININA DE 10 ANOS E MAIS, POR STATUS MIGRATÓRIO, IDADE PADRONIZADA (REGIÕES METROPOLITANAS – 1970)



Nota: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

As maiores taxas de atividades entre os migrantes têm na idade um fator fundamental de explicação pelo lado da oferta de mão-de-obra. A vantagem migrante concentra-se sistematicamente entre os jovens (10-29 anos) em todas as RM. Por sua vez, a entrada prematura dos migrantes na PEA metropolitana implica um menor acesso ao sistema escolar. Assim, o diferencial de frequência escolar a favor dos naturais apresenta-se como a contrapartida das maiores taxas de atividades dos migrantes. Os níveis educacionais tendem a favorecer os naturais no conjunto das metrópoles, claramente entre as mulheres e ligeiramente entre os homens, embora a escolaridade dos migrantes tenda a melhorar com o tempo de residência.

CAPÍTULO II — PERFIL OCUPACIONAL

2.1 — Delimitação das Categorias Ocupacionais

A situação ocupacional de grupos sociais evidentemente constitui o aspecto fundamental do seu posicionamento na estrutura sócio-econômica. Entretanto, a investigação da composição ocupacional, a nível agregado, sofre de sérias limitações na medida em que as agrupações disponíveis abrangem atividades de posicionamento, *status* e rendimentos diferenciados.

Num esforço de minimização de algumas heterogeneidades que geralmente caracterizam os agrupamentos ocupacionais derivados dos dados censitários, as tabulações especiais obtidas pelo MINTER fornecem dois novos tipos de classificação. Para a elaboração desses grupos foi utilizado um trabalho da FIBGE¹ no qual era atribuído um índice social a cada um dos 259 grupos ocupacionais que constam na classificação censitária, sendo baseado esse índice na média nacional de renda e educação, associada a cada grupo ocupacional.

¹ Estas agregações foram feitas com base no trabalho de Nelson do Valle Silva, "Posição Social das Ocupações" (Rio de Janeiro: FIBGE/Centro de Informática, 1973), mimeo. Ver também Ministério do Interior (Secretaria-Geral/CESE), "Classificação dos Grupos de Ocupação, Considerando Documento Elaborado por Nelson do Valle Silva" (Brasília: FIBGE, 1974), mimeo.

Utilizando esse índice social de ocupação, foram inicialmente agrupados os 259 grupos em 28 categorias segundo os critérios seguintes:

- a) de homogeneidade de índices;
- b) de homogeneidade em termos de setores e tipos de atividade;
- c) da relevância de algumas ocupações específicas para a avaliação do processo migratório.

Essas 28 categorias, por sua vez, foram reagrupadas por grupos (separando, ademais, ocupações rurais e ocupações não estratificáveis) segundo seu índice social, constituindo-se, assim, cinco estratos bastante diferenciados em termos de *status* sócio-econômico. (Ver o Anexo I para uma relação completa das ocupações constantes dessas duas classificações.)

Os problemas metodológicos inerentes aos estudos de estrutura ocupacional através de dados censitários evidentemente não foram eliminados de todo por estes procedimentos. Entre outras limitações, observa-se que o retrato um tanto estático e inexpressivo que se delineia por intermédio de dados censitários não pode refletir a vitalidade da força de trabalho e das mil maneiras que seus integrantes encontram para sobreviver ou enriquecer. De fato, ocupações mais indeterminadas (como a do biscateiro), embora abranjam número considerável de trabalhadores e sejam potencialmente importantes para a compreensão da dinâmica da força de trabalho mais móvel, não podem ser captadas através de levantamentos com preocupações de representatividade estatística.² Da mesma forma, é necessariamente eliminada do panorama ocupacional censitário toda e qualquer atividade ilícita ou criminosa; assim, desaparecem prostitutas, marginais, mendigos, vadios, banqueiros e bicheiros de jogos ilícitos, "malandros", etc., sem consideração da sua importância numérica ou posicional na organização social das grandes cidades.

O objeto destes comentários não é, evidentemente, o de sugerir que os instrumentos vigentes de coleta intentem assumir a tarefa de detalhar todas essas informações, senão o de

² Para exemplos de abordagens em profundidade de algumas categorias ocupacionais, ver Luis A. S. Machado, *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*, dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Rio de Janeiro: UFRJ, maio de 1971); T. C. Araujo Costa, J. Souto de Oliveira, L. M. Garcia de Oliveira e R. Santos Prado, "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica" (Rio de Janeiro: FIBGE/ Grupo Projeto Indicadores Sociais, 1974), mimeo.

assinalar as limitações das informações em uso. De qualquer forma, os dados gerados para este trabalho permitem uma análise bastante mais detalhada e flexível da estrutura ocupacional metropolitana, em particular, e facilitam uma abordagem original do perfil ocupacional de migrantes e naturais.

Neste capítulo, será utilizada a classificação mais detalhada, em 28 ocupações, com o objetivo de fornecer uma descrição preliminar da estrutura ocupacional metropolitana, a qual servirá como pano de fundo às análises posteriores. Nesta fase, procurar-se-á delimitar os grupos ocupacionais de maior participação no contexto da economia metropolitana, comparar a situação ocupacional de migrantes e naturais e inferir o efeito que o tempo de permanência possa ter sobre a evolução da situação ocupacional.

2.2 — Inserção Ocupacional de Migrantes e Naturais

2.2.1 — PEA Masculina

Ao ser examinada a distribuição da população masculina nas principais ocupações ou categorias ocupacionais, sem discriminar idade, não se observam diferenças significativas entre migrantes e naturais que sejam válidas para todas as RM (ver Tabela II.1). No entanto, encontram-se alguns padrões interessantes por sua sistematização, embora não tenham significado estatístico, ou o tenham em apenas algumas cidades. Por exemplo, *os naturais têm uma proporção mais alta da sua PEA que os migrantes nas ocupações de escritório em todas as RM*, embora esta vantagem seja significativa apenas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Por sua vez, *os migrantes predominam na construção civil, em serviços não qualificados (compostos por 70% de porteiros, vigias e serventes) e nas categorias de proprietários de nível médio* (cujo maior componente são comerciantes), em praticamente todas as RM, embora as diferenças sejam significativas apenas na construção civil no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Afora essas tendências, não se observam grandes diferenças entre migrantes e naturais. Em resumo, pode-se afirmar, que a esse nível de agregação da população, sem discriminar subgrupos de migrantes e sem controlar idade, e de desagre-

TABELA II.1

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS, POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970^a

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	17	12	11	9	11	5	23	16	14	13	13	8	21	20	16	12	15
a) Serventes de Pedreiro	8	4	3	2	3	1	12	6	5	5	5	3	11	9	6	3	6	4
2. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almoçarilhos)	6	5	6	6	6	12	5	5	5	5	10	0	7	7	7	6	6	9
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações (Motoristas, Maquinistas, etc.)	4	5	6	7	6	6	5	5	6	7	7	7	5	6	6	7	6	6
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos (Porteiros, Vigias, Serventes, Cozinheiros, Garçons, etc.)	8	8	7	6	7	5	12	13	13	10	10	7	9	8	7	6	7	6
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	8	9	11	10	10	3	5	6	6	6	6	5	6	7	6	7	6	8
6. Proprietários de Nível Médio (Comerciantes, Hoteleiros e Donos de Pensão)	2	3	4	7	5	4	2	2	4	4	3	3	3	3	4	7	5	3
7. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	4	4	4	3	4	5	7	7	7	6	6	8	7	6	6	5	5	6
8. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	3	3	4	5	4	6	3	3	4	5	4	6	3	4	4	6	5	5
9. Vendedores Ambulantes	2	2	.3	3	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	1

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	13	11	9	8	9	8	17	13	10	9	10	8	12	13	12	11	12
a) Serventes de Pedreiro	6	4	3	2	3	3	8	4	3	2	3	2	5	5	4	3	4	3
2. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almoçarilhos)	7	8	7	7	7	10	6	7	7	7	8	6	5	5	5	5	5	7
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações (Motoristas, Maquinistas, etc.)	6	5	7	7	7	7	6	7	6	8	2	7	7	6	8	9	8	7
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos (Porteiros, Vigias, Serventes, Cozinheiros, Garçons, etc.)	3	6	6	6	6	5	7	6	6	4	5	3	9	10	9	9	8	6
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	9	9	9	8	8	7	6	6	6	6	6	5	5	5	5	5	5	6
6. Proprietários de Nível Médio (Comerciantes, Hoteleiros e Donos de Pensão)	3	4	5	7	5	4	3	4	5	6	5	5	3	5	7	6	7	5
7. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	4	4	4	4	4	9	5	5	4	3	4	3	5	5	5	4	5	6
8. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	4	5	5	6	5	3	4	5	6	5	3	4	3	4	4	4	4	3
9. Vendedores Ambulantes	1	1	1	1	1	2	2	2	1	2	2	1	2	5	5	5	5	6

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	23	17	14	14	16	15	20	13	12	11	14	12	12	10	10	10	10
a) Serventes de Pedreiro	13	7	6	5	7	5	10	5	4	3	5	3	6	4	3	3	4	4
2. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almoçarilhos)	5	7	7	5	6	8	3	6	7	5	5	7	4	6	4	5	5	7
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações (Motoristas, Maquinistas, etc.)	5	8	8	7	6	8	6	7	8	9	8	6	6	5	7	11	8	8
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos (Porteiros, Vigias, Serventes, Cozinheiros, Garçons, etc.)	9	10	9	8	8	8	8	8	7	6	7	7	6	6	8	6	6	7
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	5	4	5	5	5	7	3	6	4	5	5	5	4	4	5	4	5	5
6. Proprietários de Nível Médio (Comerciantes, Hoteleiros e Donos de Pensão)	3	5	5	8	6	4	7	8	10	11	9	7	1	5	9	11	8	4
7. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	8	7	7	4	5	5	5	5	7	4	5	4	4	6	5	4	5	5
8. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	3	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4
9. Vendedores Ambulantes	4	4	4	4	4	3	6	5	5	8	5	7	7	6	8	6	6	6

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.^a A tabela exclui atividades agrícolas assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estatísticas.

Nota: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

gação das ocupações (utilizando 28 categorias), que existem alguns padrões de diferenciação que são bastante claros nas principais RM do Centro-Sul e apenas sugestivos nas restantes.³

Em termos da evolução da situação ocupacional dos migrantes, segundo tempo de residência, porém, vários padrões se salientam. Por exemplo, a proporção de migrantes classificados como proprietários de nível médio (na maioria comerciantes) aumenta sistematicamente com o tempo de residência em todas as RM. Na maioria dos casos, a diferença é bastante significativa, como, por exemplo: em São Paulo, de 2% para migrantes recentes a 7% para migrantes antigos; em Belo Horizonte, de 3 para 7%; Salvador e Recife, de 3 para 8%; Belém, de 1 para 11%. Esse aumento na categoria de proprietários de nível médio poderia ser explicado (deixando momentaneamente de lado o problema da retenção seletiva) por dois fatores convergentes: para se estabelecer no comércio, o migrante precisa de certo conhecimento do mercado e também de um mínimo de capitalização, sendo que a probabilidade de obter os dois tende a aumentar com o tempo de residência na cidade. Ademais, ao nível agregado, os migrantes antigos são mais velhos que os recentes e a idade é, *ceteris paribus*, fator contribuinte para a experiência e capitalização.

O acréscimo da representação dos migrantes à medida que aumenta seu tempo de residência também se faz sentir, embora com dimensões mais reduzidas, em duas outras categorias ocupacionais: técnicos e auxiliares de nível médio e ocupações no ramo de transportes e comunicações, constituídas em 80% por motoristas. Em contrapartida, a proporção de migrantes diminui gradativamente com o tempo de residência na indústria de construção civil. Dentro dessa categoria, é interessante observar que a ocupação de *servente de pedreiro*, cujo status é bastante inferior às outras ocupações do mesmo ramo, absorve uma proporção importante dos migrantes recém-chegados às RM, embora poucos destes permaneçam muito tempo nela.

Nessa forma, a diferença de participação no grupo de serventes de pedreiro entre migrantes com 0-2 anos de residência e aqueles que têm 3-5 anos é bastante pronunciada, como, por exemplo, de 12 a 6% no Rio, de 8 a 4% em São Paulo e Curitiba, de 13 a 7% em Salvador e de 10 a 5% em Fortaleza.

³ As atividades primárias constituem uma proporção mínima da PEA metropolitana, sendo considerável apenas em Curitiba e Fortaleza. Visto que o interesse principal do trabalho centra-se nas estruturas ocupacionais urbanas, as ocupações primárias foram excluídas da análise, embora comentado seu peso em alguns grupos etários.

O rápido esvaziamento dessa ocupação pode ser facilmente explicado por ser ela uma ocupação fisicamente árdua e mal remunerada, e pelo fato de que, com uma estada relativamente curta nas obras de construção, o servente pode passar a exercer outras funções um pouco mais qualificadas e melhor remuneradas no mesmo setor. Em todo caso, confirma-se novamente o papel importante da construção civil na absorção de migrantes recém-chegados; no entanto, fica destacada aqui a importância da ocupação específica *servente de pedreiro* que, sendo uma atividade dura, mal remunerada e que não requer nenhum tipo de treinamento, absorve sozinha uma proporção de migrantes recém-chegados igual ao resto das ocupações do ramo, tomadas globalmente. *Isto evidentemente faz com que servente de pedreiro seja, de longe, a ocupação individual que mais recebe novos migrantes.*

Os padrões ocupacionais descritos acima para a PEA masculina como um todo, evidentemente, podem nivelar variações importantes derivadas de uma estrutura etária diferenciada entre diversos subgrupos de migrantes e naturais. As tabulações especiais do MINTER permitem, a seguir, um aprofundamento dessa análise ao nível de grupos etários diferenciados. Posteriormente, far-se-á uma recapitulação das principais tendências e uma rápida avaliação do seu significado. Deve-se alertar que as tabelas, cuja leitura serve de base à análise que se segue, não são uniformes no que tange às ocupações nelas incluídas, pois, para cada grupo etário, são analisadas apenas aquelas categorias mais representativas no grupo. Devido ao seu volume, as citadas tabelas foram colocadas no Anexo II.

2.2.1.1 — PEA Masculina de 10-19 Anos

Ficou demonstrado anteriormente que a população migrante nas RM brasileiras tem taxas de participação maiores do que as da população natural, mas que essa diferença se deve em grande parte à maior propensão dos primeiros de entrarem mais cedo na força de trabalho, ou seja, as diferenças mais discriminantes dão-se justamente nos grupos de 10-14 anos e, particularmente, no de 15-19 anos.

No grupo de 10-14 anos encontra-se, como era de se esperar, uma grande concentração da PEA em algumas ocupações específicas. Inicialmente, vale a pena mencionar o número desproporcional desses adolescentes trabalhando em *atividades agrícolas* (dados não apresentados), ou seja, mesmo

dentro do âmbito das RM, prevalece a norma milenar de que se começa a trabalhar mais cedo na agricultura.

Nas ocupações não-agrícolas, observam-se padrões de concentração da PEA adolescente que variam basicamente entre as RM do Centro-Sul, por um lado, e do Norte-Nordeste, por outro.

Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba a maior concentração dos adolescentes se dá em serviços não qualificados, mormente entre trocadores, engraxates, serventes, etc., em ocupações secundárias do comércio, entregadores e balconistas, e entre vendedores de jornais. Em São Paulo, ademais, encontra-se uma concentração significativa entre trabalhadores não qualificados na indústria ou artesanato, enquanto que em Porto Alegre as indústrias de couro, vestuário e têxtil empregam uma quantidade ponderável de adolescentes.

Em contraste, nas RM do Norte e Nordeste há uma concentração sistemática da PEA de 10-14 anos na categoria de vendedores ambulantes. Ademais, em Salvador e Recife observou-se um número bastante grande em serviços domésticos: 33% dos migrantes recém-chegados e 23% de todos os migrantes, em Salvador, estão nesta categoria, enquanto que em Recife e Belém há também relativa concentração nas ocupações de entregadores e balconistas e vendedores de jornais.

No que diz respeito às diferenças por status migratório, a possibilidade de generalizar é minimizada devido a dois fatores metodológicos. Por um lado, o número de pessoas desse grupo etário que participa na PEA é relativamente pequeno (em torno de 3% do total) e, portanto, a representatividade estatística da amostra fica prejudicada, particularmente nas RM menores. Por outro lado, é evidente que o *status* migratório adquire uma dimensão bastante distinta numa população tão jovem como esta. Por exemplo, a grande maioria desses migrantes que têm mais tempo de residência numa determinada RM (6-10 anos e 11 e mais) praticamente residiu aí toda sua vida. Portanto, é discutível e variável o significado do fato de ser migrante para esses grupos.

De qualquer forma, nas RM de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que dispõem, particularmente no caso das duas primeiras, de uma amostra suficientemente numerosa, não se observam diferenças importantes por *status* migratório. Inclusive, impressiona mais a regularidade no nível de participação dos subgrupos. Em Porto Alegre e Curitiba, existem algumas diferenças significativas entre migrantes e naturais; em

ambas, os migrantes predominam em ocupações do comércio, enquanto os naturais prevalecem nas indústrias de couro, vestuário e têxtil em Porto Alegre e nas ocupações de escritório e serviços não qualificados em Curitiba. No entanto, essas diferenças não guardam nenhuma relação com o tempo de residência.

Nas RM de Salvador, Recife e, numa escala menor, Belém, existe uma forte concentração de migrantes nos serviços domésticos; esta é devida em grande parte à predominância dos recém-chegados. Nessa categoria, a peculiaridade cultural/regional de empregar garotos, especialmente os recém-chegados, em serviços domésticos, não deixa de ter seu interesse e sugere a conveniência de estudos específicos a respeito. Finalmente, em Fortaleza, os migrantes adolescentes parecem predominar nas ocupações de vendedores ambulantes e nos serviços não qualificados, enquanto que os naturais prevalecem em ocupações não qualificadas da indústria e do artesanato, mas nenhuma dessas diferenças varia sistematicamente com o tempo de residência.

A PEA de 15-19 anos, que constituía 10% da PEA metropolitana masculina em 1970, dedica-se a atividades bastante mais diversificadas que a de 10-14 anos. Embora tenha geralmente uma proporção ligeiramente mais alta em atividades agrícolas que a PEA total, esta não assume a mesma relevância que a do grupo de 10-14 anos. Entre as atividades não-agrícolas mais importantes para a população de 15-19 anos encontram-se as seguintes: ocupações de escritório, ocupações das indústrias mecânica e metalúrgica, ocupações da construção civil — especialmente servente de pedreiro — serviços não qualificados, ocupações de nível inferior no comércio e, no Norte e Nordeste, vendedores ambulantes. É interessante observar que, em Salvador, os serviços domésticos ocupam uma parte considerável da PEA de 15-19 anos.

Neste grupo também se vê mais claramente alguns padrões de inserção ocupacional segundo status migratório, pelo menos nas RM do Centro-Sul. O mais nítido destes se refere às transformações que ocorrem com relação às ocupações de escritório. Em todas as RM do Centro-Sul, a proporção de migrantes em ocupações de escritório é sempre menor que a da população natural. Nestas mesmas cidades, a proporção de migrantes na categoria aumenta sistematicamente com o tempo de residência. Nas RM do Norte e Nordeste as ocupações de escritório desempenham um papel menos relevante na configuração

global de atividades e a influência da migração é bem menos clara, embora pareça tender no mesmo sentido que nas cidades do Centro-Sul.

Um fenômeno inverso aparece com relação à construção civil, onde, nas RM do Centro-Sul (exceto Curitiba) e em Salvador, os migrantes são proporcionalmente mais numerosos que os naturais. Ademais, nessas mesmas cidades existe uma relação inversa entre trabalho na construção civil e tempo de residência. No entanto, ao serem examinados mais detalhadamente esses padrões, verifica-se que se devem quase que inteiramente à atividade de servente de pedreiro, que ocupa muito mais migrantes e que se esvazia rapidamente à medida que aumenta o tempo de residência. O resto das atividades no setor varia pouco por *status* migratório. A esse respeito, é interessante constatar que, mesmo nas RM do Norte e Nordeste, onde a participação na construção civil não varia sistematicamente entre os totais de migrantes e naturais, os migrantes *recentes* encontram-se desproporcionalmente concentrados na ocupação de servente de pedreiro: 13% em Salvador, 14% em Fortaleza e 12% em Belém.

No que diz respeito ao restante das ocupações que absorvem proporções consideráveis da PEA masculina de 15-19 anos, o efeito da migração é menos claro ou mais variável entre cidades. Nas indústrias mecânica e metalúrgica, por exemplo, pareceria haver uma tendência a aumentar a participação dos migrantes com o tempo de residência em quatro cidades do Centro-Sul e em Salvador. Por outro lado, a participação dos migrantes parece diminuir com o tempo de residência nos serviços não qualificados nessas mesmas cidades, mas nenhum desses padrões é claramente delineado com os dados atuais. Nas RM do Norte e Nordeste, os migrantes tendem a ser mais numerosos que os naturais na categoria de vendedores ambulantes. Ademais, em Salvador, onde os migrantes predominam em serviços domésticos, a proporção diminui claramente com o tempo de residência.

2.2.1.2 — PEA Masculina de 20-29 Anos

O grupo de 20-29 anos reveste-se de particular importância na análise atual devido às suas altas taxas de participação na força de trabalho, ao forte impacto da população migrante neste grupo e à sua contribuição para a PEA metropolitana: *30 a 35% da PEA de cada RM eram constituídos de trabalhadores de 20-29 anos em 1970.*

De forma geral, a PEA desse grupo etário é bem menos propensa a se ocupar em atividades agrícolas dentro da RM que o total da PEA. Ademais, a *especificidade das atividades desenvolvidas é muito reduzida em comparação aos grupos etários analisados acima*, isto é, em qualquer RM o grupo de 20-29 anos figura proeminentemente em 10 ou mais categorias ocupacionais. As ocupações mais absorvedoras da PEA não-agrícola de 20-29 anos variam entre as RM, destacando-se as seguintes: ocupações da construção civil (uns 40% serventes de pedreiro), ocupações de escritório (70% auxiliares), ocupações das indústrias mecânica e metalúrgica e serviços pessoais não qualificados.

Com relação à inserção da população migrante, alguns padrões se definem claramente, se não em termos de regularidade, pelo menos de dimensão das tendências. Em todas as RM os naturais predominam nas ocupações de escritório, sendo a diferença considerável em todas as cidades, exceto Recife e Fortaleza; no entanto, a participação dos migrantes nesta atividade tende a aumentar com o tempo de residência, particularmente nas cidades onde existe uma maior diferenciação entre migrantes e naturais. De forma menos clara, estas duas tendências parecem caracterizar a situação nas ocupações de transportes em todas as cidades e nas ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgica entre as RM do Centro-Sul.

Situação inversa prevalece na construção civil e nos serviços não qualificados. Na construção civil como um todo, e mais ainda na ocupação de servente de pedreiro (outra vez, muito importante na absorção de migrantes recém-chegados), os migrantes predominam em quase todas as cidades, mas particularmente nas do Centro-Sul. No entanto, a participação dos migrantes tende a diminuir à medida que aumenta sua permanência na RM; este padrão é particularmente pronunciado entre serventes de pedreiro, onde a proporção de migrantes nesta categoria cai drasticamente entre 0-2 e 3-5 anos, tendendo a se estabilizar posteriormente. Nos serviços não qualificados, onde as diferenças por *status* migratório são um pouco menores, os migrantes tendem novamente a predominar, embora sua participação diminua com o tempo de residência. As demais ocupações não são afetadas sistematicamente pelo *status* migratório.

2.2.1.3 — PEA Masculina de 30-39 Anos

Este grupo também assume uma função preponderante na economia das RM, quer pela dimensão da sua participação, *variando entre 24 e 28% da PEA*, quer pela produtividade que, pelo menos teoricamente, o caracteriza, dada a sua maior experiência e sua maior propensão a ocupar cargos de responsabilidade que os grupos anteriores. A este respeito, é bastante clara a maior participação deste grupo, em comparação com os precedentes, nas categorias de proprietários, especialmente comerciantes, e nas ocupações profissionais e técnicas de nível médio.

No entanto, é interessante notar que *as ocupações da construção civil continuam absorvendo a maior parte dessa coorte na maioria das cidades*. Em seguida, predominam ocupações de transportes, ocupações das indústrias mecânica e metalúrgica e serviços não qualificados, os quais são constituídos em grande parte por porteiros, vigias e serventes.

O fator migratório parece afetar, mais uma vez, a constituição dos diversos grupos ocupacionais, embora, na maioria dos casos, as diferenças sejam mais sugestivas que significativas. Novamente o caso mais claro diz respeito ao setor da construção civil, que absorve uma proporção importante dos migrantes, especialmente os recém-chegados, na maioria das cidades. Novamente, também, a subcategoria de serventes de pedreiro absorve um contingente importante de migrantes recentes, mas esvazia-se rapidamente com a permanência, em quase todas as RM. O restante das ocupações na construção civil só mostra uma maior participação de migrantes e uma certa redução desta com o tempo de residência em São Paulo e Rio de Janeiro; nas demais cidades, as tendências são menos uniformes.

Na categoria de serviços não qualificados, os migrantes também predominam em São Paulo e Rio de Janeiro, mas, nas demais, os padrões não são definitivos. Por outro lado, nota-se uma certa tendência de aumentar a participação dos migrantes, à medida que avança o tempo de residência, nas categorias de proprietários de nível médio, funções de escritório e ocupações do setor de transportes e comunicações. No entanto, a participação relativa dos naturais e migrantes como um todo não se conforma a um padrão definido para todas as cidades.

2.2.1.4 — PEA Masculina de 40 Anos e Mais

Como era de se esperar, a *população de mais de 40 anos inclui uma proporção bastante superior de administradores, proprietários, profissionais e técnicos de nível superior e médio, em comparação com os grupos mais jovens*. Ao serem diferenciados dois subgrupos etários, 40-64 e 65 anos e mais, observa-se que a proporção de proprietários continua aumentando significativamente com a idade. No entanto, a diversificação progressiva das atividades com o aumento da idade, que se vinha verificando, afeta apenas o grupo de 40-64, sendo a PEA de 65 anos e mais, que é, logicamente, muito reduzida numericamente, bastante concentrada em poucas ocupações.

No grupo de 40-64 anos, *que constitui 25 a 30% da PEA masculina nas Regiões Metropolitanas*, as ocupações mais absorvedoras de mão-de-obra repartem-se entre a construção civil, proprietários de nível médio, ocupações no ramo de transportes e comunicações e, em nível menor, serviços não qualificados e ocupações da indústria de madeira e móveis. Ademais, em cada cidade, há sempre uma repartição bastante numerosa em outras quatro ou cinco ocupações.

Observa-se uma preponderância sistemática dos migrantes na categoria de proprietários de nível médio. Os migrantes também são um pouco mais numerosos que os naturais em termos proporcionais na construção civil, nos serviços não qualificados e na indústria de madeira e móveis. Inversamente, os naturais tendem a preponderar nas funções de escritório e entre profissionais e técnicos de nível superior e médio. O restante das ocupações não varia sistematicamente segundo *status migratório*; de fato, mesmo os diferenciais mencionados são novamente mais sugestivos do que significativos.

Quanto à evolução registrada à medida que aumenta o tempo de residência dos migrantes, os *padrões encontrados no grupo de 40-64 anos se assemelham muito aos observados para outros grupos etários*. Isto é, por um lado existe uma certa tendência de os migrantes aumentarem sua participação com o tempo de residência nas ocupações já mencionadas de nível superior, assim como nas ocupações do setor de transportes e comunicações. Por outro, a participação dos migrantes tende a variar inversamente com o tempo de residência nos serviços não qualificados e na construção civil, particularmente na categoria de serventes de pedreiro.

No grupo de 65 anos e mais, que constitui menos de 2% da PEA metropolitana masculina, as atividades agrícolas vol-

tam a ocupar um lugar de destaque na configuração global. Na verdade, elas são, de longe, mais importantes aqui do que em qualquer outro grupo etário. Por um lado, isto evidentemente indica que a falta de acesso à previdência social obriga a mão-de-obra agrícola a continuar trabalhando muito tarde do que nos outros setores. Por outro, vale notar que esta atividade absorve entre 25 a 45% dos migrantes recentes no grupo, os quais, deve-se recordar, representam um número de pessoas relativamente pequeno.

Entre as ocupações não-rurais, o contingente mais numeroso daqueles que continuam em atividade se encontra nas categorias de profissionais e técnicos e proprietários de nível médio. As outras ocupações de destaque estão no outro extremo da hierarquia — na construção civil, nos serviços pessoais e no comércio ambulante, isto é, haveria maior propensão dos grupos populacionais mais e menos capacitados a se manterem mais tempo na PEA.

Com relação ao *status* migratório, as diferenças mais notáveis se encontram justamente nas duas ocupações de maior absorção da PEA de 65 anos e mais. Por um lado, os naturais predominam amplamente nas ocupações agrícolas; observa-se, porém, que a participação dos migrantes nesta atividade, em vez de se aproximar ao nível da dos naturais, tende a diminuir com o tempo de residência. É a primeira vez que se apresenta este fenômeno, mas é facilmente compreensível em vista da idade do grupo e do tipo de ocupação considerado. Por outro, os migrantes são sempre mais numerosos na categoria de proprietários de nível médio e a participação aqui aumenta gradativamente com o tempo de residência. Em outras atividades, existem algumas diferenças, mas estas são assistemáticas.

2.2.2 — PEA Feminina

Se na PEA masculina a influência do fator migratório na dinâmica da estrutura ocupacional é mais sugestiva que significativa e requer uma análise cuidadosa da interação entre migração, idade, tempo de residência e nível de desenvolvimento para ser apreciada, a situação na PEA feminina é singularmente contundente. Em todos os grupos etários importantes, e em todas as cidades, além de uma evolução muito clara na situação ocupacional das mulheres migrantes segundo sua permanência na cidade, há uma diferenciação nítida entre migrantes e naturais.

Como já fora observado em numerosos estudos, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, a ocupação-chave no que se refere à PEA feminina das grandes cidades é a de *empregada doméstica*. Na RM brasileira onde esta ocupação tem *menor* participação no total (São Paulo), a proporção de todas as mulheres na PEA que trabalham em serviços domésticos atinge 31%. Cinco das nove RM têm mais de dois quintos de sua PEA feminina na ocupação, sendo que a percentagem mais alta (47%) é encontrada em Recife (ver Tabela II.2).

Em todas as cidades e em todos os grupos etários as migrantes são significativamente super-representadas nos serviços domésticos (ver Tabelas II.2 e II.3). A predominância das migrantes nessa categoria é mais pronunciada em São Paulo e Rio de Janeiro (20 e 23 pontos de percentagem, respectivamente) e menor em Porto Alegre (6 pontos). Por outro lado, as diferenças relativas entre migrantes e naturais geralmente são maiores nos grupos de 15-19 e de 20-29 anos, embora haja algumas variações em torno desses valores.

TABELA II.2

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA FEMININA TOTAL EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS, POR IDADE: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas	Grupos de Idade						Total
	10-14	15-19	20-29	30-39	40-64	65 e +	
São Paulo	52	35	27	30	32	44	31
Rio de Janeiro	82	61	37	33	37	50	41
Belo Horizonte	82	67	40	33	38	50	45
Porto Alegre	70	51	28	24	27	45	32
Curitiba	73	52	30	23	23	34	33
Recife	88	68	40	39	42	57	47
Salvador	88	77	44	34	36	48	46
Fortaleza	73	59	33	26	32	49	37
Belém	92	75	37	28	34	54	42

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

TABELA II.3

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA FEMININA TOTAL EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS, POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Não-Migrantes
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
São Paulo	54	46	37	28	38	18
Rio de Janeiro	68	61	52	41	50	27
Belo Horizonte	65	57	48	37	48	36
Porto Alegre	51	40	31	26	34	28
Curitiba	56	48	34	26	38	26
Recife	69	58	50	42	53	40
Salvador	75	68	55	41	56	37
Fortaleza	64	47	36	29	41	33
Belém	74	63	45	40	52	37

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

O efeito do tempo de residência sobre a participação das migrantes na ocupação de empregada doméstica é, talvez, mais acentuado ainda. Com pequenas exceções em alguns grupos etários menos numerosos, as migrantes recentes têm uma proporção maior da população trabalhando como empregada doméstica do que qualquer outro grupo. Com as mesmas exceções, esta proporção diminui sistemática e significativamente com o tempo de residência. Em vários casos, a proporção das recém-chegadas nesse serviço alcança cerca do dobro da percentagem das migrantes mais antigas no mesmo grupo etário. Como corolário, é evidente que se se fizesse abstração do grupo de migrantes mais antigas, cujo peso é considerável em todas as cidades, a comparação migrantes-naturais mostraria uma preponderância muito mais acentuada das primeiras nos serviços domésticos.

Com relação à idade, é interessante notar que a participação relativa feminina nos serviços domésticos se assemelha a uma curva tipo *J* invertido. Ou seja, a proporção é maior entre adolescentes, diminui rapidamente nos grupos etários intermediários e volta a subir nas idades mais avançadas. A grande maioria das meninas de 10-14 anos que estão na PEA trabalham como empregadas domésticas. Em cinco das nove RM,

mais de 80% dessas adolescentes estão em serviços domésticos; a proporção atinge pelo menos 70% em outras três RM e, em São Paulo, 52%. Estas percentagens tendem a diminuir rapidamente no grupo de 15-19 anos e novamente no de 20-29 anos.

Para a próxima coorte (30-39 anos), a diminuição é bem mais lenta, tendendo a se estabilizar. A tendência se inverte a partir do grupo seguinte de 40-64 anos, quando a proporção de domésticas aumenta em quase todos os grupos populacionais. Das mulheres que se mantêm na PEA depois dos 65 anos (estas constituem apenas cerca de 1% da PEA feminina em cada RM), a proporção de empregadas domésticas volta a níveis perto de 50% na maioria das cidades. Estas mesmas tendências e variações, segundo a idade, caracterizam todos os grupos populacionais, independentemente do *status* migratório e do tempo de residência.

Dado o predomínio dos serviços domésticos na configuração ocupacional das mulheres, não surpreende o fato de que praticamente todas as outras ocupações que absorvem números consideráveis da PEA feminina nas RM brasileiras tenham um comportamento inverso daquele destacado nos serviços domésticos (ver Tabela II.4). De modo geral, as naturais predominam em todas as outras categorias ocupacionais importantes, embora a proporção de migrantes nestas suba à medida que aumenta o tempo de residência. Do mesmo modo, a abrangência destas ocupações por grupos etários evolui inversamente ao comportamento dos serviços domésticos.

As ocupações mais importantes para a PEA feminina como um todo, depois dos serviços domésticos, são as ocupações de escritório, as da indústria de couro, vestuário e têxtil, e as do ensino primário. Diga-se de passagem que *as ocupações agrícolas não têm importância na PEA feminina de qualquer RM ou grupo etário — com a exceção da PEA natural mais jovem e mais velha em Curitiba.*

No grupo mais jovem de 10-14 anos, dada a preponderância dos serviços domésticos, são poucas as outras ocupações que absorvem uma quantidade considerável de adolescentes; é o caso das indústrias de couro, vestuário e têxtil em São Paulo e Porto Alegre e do artesanato em São Paulo e Fortaleza. Em todas essas ocupações, especialmente no que se refere a São Paulo, as naturais predominam, embora a participação das migrantes tenda a aumentar com a permanência na cidade.

TABELA II.4

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA FEMININA EM OCUPAÇÕES E
CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS, POR STATUS
MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas	Ocupações de Escritório, Ensino Primário e Balconistas						Profissionais, Técnicas Auxiliares e Comerciantes de Nível Médio						Ocupações nas Indústrias Têxtil, Couro e Vestuário						Serviços Domésticos					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
São Paulo	13	16	17	21	18	32	7	9	9	13	9	12	9	11	13	14	12	13	54	46	37	28	38	18
Rio de Janeiro	12	15	18	21	18	35	6	9	11	14	11	14	4	6	8	9	7	7	68	61	52	41	50	27
Belo Horizonte	17	20	23	25	22	32	5	8	10	13	9	10	4	5	6	7	6	6	65	57	48	37	48	36
Porto Alegre	18	21	25	24	23	30	10	13	15	16	14	12	8	10	12	14	12	10	51	40	31	26	34	28
Curitiba	18	22	28	28	21	31	10	11	14	16	14	11	4	4	5	5	5	4	56	48	34	26	38	26
Recife	12	15	20	18	16	24	7	9	10	13	10	10	4	6	7	9	7	8	69	58	50	42	53	40
Salvador	10	13	19	19	16	25	6	6	11	15	10	14	3	4	6	8	6	8	75	68	55	41	56	37
Fortaleza	9	14	22	22	18	20	7	9	12	15	12	11	7	11	11	12	11	10	64	47	36	29	41	33
Belém	11	16	22	21	18	29	6	4	10	11	10	11	5	5	8	9	7	6	74	63	45	40	52	37

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

Entre 15-19 anos, os serviços domésticos ainda desempenham um papel primordial na absorção da PEA feminina, especialmente da população migrante. No entanto, três categorias ocupacionais — trabalho de escritório, ocupações das indústrias de couro, vestuário e têxtil, ocupações secundária do comércio — já absorvem números significativos de mulheres, particularmente nas RM do Centro-Sul. Em todos esses casos, o mesmo padrão por *status* migratório se define claramente, isto é, as naturais predominam, mas a participação de migrantes aumenta sistematicamente com o tempo de residência. A única categoria adicional que merece destaque é a das trabalhadoras na indústria artesanal em Fortaleza e São Paulo; nesta última, as naturais apresentam predominância sensível.

Para a PEA feminina de 20-29 anos, a participação relativa nos serviços domésticos diminui drasticamente em termos absolutos, porém aumenta muito o peso dessa ocupação em todas as cidades. Dessa forma, *não se poderia inferir que a maior representação proporcional desse grupo etário em ocupações outras que os serviços domésticos é atribuível a uma aparente mobilidade ocupacional*. Mesmo que esta mobilidade possa ser verificada em casos individuais, o aumento absoluto das empregadas domésticas de 20-29 anos sugere que aquele padrão certamente não seria a regra e que uma parcela significativa das mulheres que entram no mercado de trabalho após completarem 20 anos, especialmente as migrantes recém-chegadas, também entram no serviço doméstico.

Depois dos serviços domésticos, as categorias que mais absorvem a PEA feminina de 20-29 anos são as ocupações de escritório e o ensino primário. Nestas, o padrão anterior, por *status* migratório (isto é, as naturais predominam e a participação das migrantes varia diretamente com o tempo de residência), é acentuado em todas as RM. Com relação a outras ocupações absorvedoras de números ainda consideráveis da PEA, ocupações das indústrias de couro, vestuário e têxtil, atividades auxiliares do comércio e serviços não especializados, a influência no *status* migratório também se dá no mesmo sentido, embora seja menos nítida.

Em decorrência de sua menor participação absoluta e relativa nos serviços domésticos, as mulheres de 30-39 anos que se mantêm na PEA integram gama mais variada de ocupações. Além das mencionadas para o grupo de 20-29 anos, as mulheres de 30-39 anos também são bastante numerosas nos serviços qualificados e semiquaificados, especialmente enfermeiras e

cabeleireiras, e na categoria de profissionais de nível médio. Ou seja, com a progressão da idade, duas tendências convergentes se desenvolvem: por um lado, haveria maior saída do mercado de trabalho, reemigração, formação da família, etc., e, por outro, maior concentração da PEA restante em ocupações mais qualificadas.

É interessante que o padrão anterior, de maior participação das naturais e aumento com a permanência das migrantes, se distingue claramente apenas nas ocupações de escritório. Nas ocupações das indústrias de couro, vestuário e têxtil e nos serviços não qualificados, além do efeito de permanência ser menos sistemático, as migrantes tendem a igualar ou mesmo a superar as naturais. Nas categorias de professoras primárias, as naturais ainda predominam, mas o efeito do tempo de residência é menos linear, inclusive porque parece haver uma tendência para as migrantes mais antigas saírem do ensino primário. Em suma, o fator migratório, embora claramente operante, não apresenta a mesma linearidade e incidência que nos grupos mais jovens.

No que se refere à PEA feminina de 40 anos e mais, as mesmas tendências citadas para o grupo de 30-39 anos se repetem, isto é, encontra-se a mesma variedade de ocupações; ademais, verifica-se uma vantagem sistemática das naturais nas ocupações de escritório e ensino primário. Nesta última, o comportamento da variável “tempo de residência” é novamente irregular. Nas indústrias de couro, vestuário e têxtil, a proporção de migrantes, mais uma vez, tende a aumentar com a residência e a se igualar ou superar, em termos globais, à das naturais. Nas outras ocupações, no entanto, as proporções variam de forma sistemática. Na população de 65 anos e mais, como observado anteriormente, a PEA feminina volta a se concentrar de forma acentuada nos serviços domésticos, sendo as ocupações na indústria têxtil, couro e vestuário o único outro destaque na maioria das cidades.

2.3 — Resumo e Conclusões

Ao ser analisada a estrutura ocupacional das nove RM brasileiras e o papel das migrações na dinâmica desta estrutura, observa-se a superposição de várias dimensões estratégicas.

Inicialmente, o *determinante imediato da composição ocupacional é dado pela estrutura e modos de produção metropolitanos*. Neste sentido, são facilmente identificáveis diferenças importantes entre as RM no que tange à predominância de setores e atividades. Tais diferenças, por sua vez, influenciam claramente a inserção da população e a evolução desta através do tempo. Por exemplo, os requisitos, em termos de qualificação e experiência, para penetrar na economia industrial de São Paulo devem diferir bastante daqueles que determinam a inserção ocupacional em outras cidades onde existe maior concentração da PEA em serviços e outras atividades não especializadas. Desta forma, é evidente que em São Paulo, e também no Rio de Janeiro, existe uma penetração progressiva dos migrantes que se mantêm na PEA (sobreviventes), nas atividades mais qualificadas e melhor remuneradas, na medida em que aumenta o tempo de residência. Estes padrões são detectáveis, também, em outras cidades, particularmente em determinadas atividades, mas a nitidez dos padrões parece variar inversamente com o nível de desenvolvimento das RM.

Segundo, *é fato notório que a composição ocupacional de um grupo populacional varia com sua estrutura etária*. Esta influencia os níveis de qualificação, de experiência profissional, de capitalização e, portanto, de produtividade. Por exemplo, entre os homens, uma proporção elevada da PEA mais jovem e mais velha dentro das RM exerce atividades agrícolas. Os mais jovens também se ocupam desproporcionalmente em atividades do setor terciário e em ocupações de *status* mais baixo no comércio. As coortes intermediárias, de maior produtividade, têm uma participação muito mais diversificada e dominam as atividades industriais assim como as do setor de transportes e comunicações. Acima de 40 anos, nota-se uma participação mais acentuada em todas as ocupações de *status* mais elevado e, entre os mais velhos que se mantêm na PEA, observa-se uma forte concentração no grupo de proprietários, além da preponderância das atividades agrícolas.

Entre as mulheres, a evolução da ocupação "emprego doméstico" através da estrutura etária assemelha-se a uma curva do tipo *J* invertido, ou seja, seu peso é relativamente maior nos grupos jovens (10-19 anos), diminui nos grupos intermediários (20-39 anos) e volta a aumentar nos grupos etários mais velhos (40 anos e mais).

A inserção da população na estrutura ocupacional das RM é, portanto, condicionada pela base econômica da região e, em nível menor, pela composição etária dos diversos gru-

pos. Tomando-se a *população masculina* das RM como um todo, verificam-se dois padrões destacados. Por um lado, os naturais predominam em atividades de escritório, enquanto que os migrantes estão desproporcionalmente representados, em ordem decrescente, na construção civil, nos serviços não qualificados e entre proprietários de nível médio (especialmente comerciantes). Por outro lado, a representação dos migrantes tende a variar positivamente com o tempo de residência entre proprietários de nível médio e nas atividades do setor de transportes e comunicações, principalmente motoristas; ao inverso, diminui progressivamente com o tempo de residência na construção civil, especialmente entre *serventes de pedreiro*. Vale ressaltar que esta última ocupação desempenha um papel importante na absorção de migrantes recentes em todos os grupos etários.

Estes padrões básicos têm variantes e peculiaridades em cada grupo etário. No grupo de 10-14 anos, o tempo de residência não tem influência sistemática e a condição de migrante só implica maior participação nos serviços domésticos e nas ocupações de vendedores ambulantes em algumas cidades do Norte e Nordeste. Entre 15-19 anos, os migrantes são mais representados na construção civil e nos serviços não qualificados e sub-representados em ocupações de escritório, sendo que o tempo de residência influi negativamente em termos de níveis de participação na primeira e positivamente na segunda categoria.

Nos grupos de 20-29 e 30-39 anos, observam-se os mesmos padrões com relação às ocupações de escritório, aos serviços não qualificados e à construção civil; ademais, os naturais predominam no setor de transportes e comunicações e nas indústrias de transformação, embora nestes setores a participação dos migrantes tenda a aumentar ligeiramente com a permanência. Na PEA de 40 anos e mais, estes tipos de diferenciais ainda podem ser detectados. Além do mais, os migrantes são sub-representados entre profissionais e técnicos de níveis superior e médio; todavia, a participação dos migrantes em todas estas categorias aumenta com o tempo de residência.

A maioria dos padrões detectados na população masculina deve ser entendida mais como indicadores de tendências do que significativos *per se* para o conjunto das RM. Foram salientados diferenciais que, embora pequenos, repetem-se em todas ou quase todas as RM ou, então, diferenciais que são

significativos em algumas cidades e sugestivos em outras.⁴ (Um exame mais detalhado pode ser feito através da leitura das tabelas do Anexo II.)

Como era de se esperar, a ocupação de empregada doméstica domina toda a configuração da *PEA feminina* nas RM brasileiras. A participação das mulheres nesta ocupação varia fundamentalmente segundo idade e *status* migratório.

A diminuição da participação das mulheres nos serviços domésticos à medida que aumenta a idade (pelo menos até se estabelecer uma reversão da tendência nas idades mais avançadas) e o tempo de residência dentro de um determinado grupo etário pareceria indicar uma certa mobilidade social. Isto é, presumindo-se que o emprego doméstico se constituísse num dos níveis ocupacionais mais baixos e que, aos decréscimos nos serviços domésticos, correspondessem aumentos em ocupações de nível nitidamente superior (ocupações de escritório, ensino primário, etc.), poder-se-ia inferir uma mobilidade ascendente a partir dos dados.

No entanto, essa afirmação é debilitada pela consideração de outros fatores que influem na participação ocupacional dos diversos grupos, particularmente aqueles que afetam diferencialmente a entrada e a permanência na PEA e na própria RM. Seriam de interesse, portanto, estudos que aprofundassem a análise da entrada e da retenção seletiva dos diversos grupos de migrantes e naturais segundo nupcialidade, formação da família e outros fatores que afetam diferencialmente a permanência na força de trabalho em diferentes grupos sociais (ver a discussão sobre a evasão seletiva no último capítulo).

Finalmente, é interessante verificar que nas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, os padrões de diferenciação nas populações masculina e feminina, entre diversos grupos de migrantes e naturais, tendem a ser sempre mais acentuados e sistemáticos, sugerindo que estes poderiam ser o protótipo da adaptação migratória a ser esperada nas grandes cidades brasileiras.

⁴ No entanto, acredita-se que a este nível de desagregação em 28 categorias ocupacionais, em que, por definição, raramente uma das categorias reúne mais de 10% da PEA, qualquer padrão sistemático, por mínimas que sejam as diferenças nele contidas, merece consideração.

CAPÍTULO III — ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL

3.1 — Introdução

A utilização de uma classificação detalhada para análise da situação econômica da população migrante nas RM brasileiras, nos moldes do capítulo anterior, fornece uma grande riqueza de detalhes a respeito das ocupações mais importantes para a sua absorção. No entanto, para melhor compreensão do impacto da migração sobre a estrutura do mercado de trabalho e sobre a estratificação social metropolitana, essa visão desagregada precisa ser complementada por uma abordagem que sintetize a posição relativa dos diversos grupos na hierarquia ocupacional.

O presente capítulo visa, portanto, ao exame do posicionamento de migrantes e naturais em termos de cinco estratos ocupacionais, da evolução deste posicionamento em relação à permanência dos migrantes nos mercados de trabalho metropolitanos, assim como à análise dos diferenciais de situação ocupacional entre os diversos subgrupos populacionais segundo o local de residência, ou núcleo-periferia.*

Ao serem examinadas as distribuições das PEA migrante e natural nos estratos ocupacionais, destaca-se imediatamente a grande concentração de todos os grupos populacionais nos estratos de menor qualificação e remuneração (Estratos 1 e 2).

* A listagem de todas as ocupações incluídas em cada estrato ocupacional encontra-se no Anexo I.

Entre os homens, esses dois estratos incluem mais de 60% de toda a PEA, em todos os grupos, à exceção dos naturais de São Paulo, onde a proporção chega a 56%. Entre as mulheres, a concentração nos dois estratos inferiores geralmente atinge proporções ainda maiores. Essa observação, que não chega a surpreender, coincidindo, em grandes linhas, com os resultados de todos os estudos de estratificação, será objeto de comentários específicos no Capítulo VI. Por ora, enfatizar-se-á a análise dos diferenciais por *status* migratório. É imprescindível, uma vez mais, examinar separadamente as PEA masculina e feminina.

3.2 — Estratificação Ocupacional na PEA Masculina

No confronto migrante-natural em termos de estrutura ocupacional, *observam-se, inicialmente, padrões bem diferenciados entre Rio de Janeiro e São Paulo, por um lado, e o restante das RM por outro* (Tabela III.1). Naquelas duas cidades, os naturais estão sistematicamente em melhores condições que os migrantes, no sentido de que apresentam maiores proporções em cada uma das três categorias de mais *status* e menores proporções nas duas outras. No restante das RM, as diferenças entre migrantes e naturais praticamente não existem, embora se encontrem vantagens muito pequenas para os naturais em Porto Alegre e para os migrantes em Recife, Fortaleza e Belém. Isto é, visto em termos globais, a combinação de fatores — seletividade de migração, estrutura do mercado de trabalho, processos de socialização e treinamento diferenciados, facilidades de contato e acesso, processo de adaptação, etc. — proporciona uma vantagem nítida a um dos grupos apenas nas duas metrópoles nacionais. Nestes casos, a população natural parece mostrar-se mais capacitada para aproveitar as oportunidades geradas por uma economia mais dinâmica e diversificada. Nas outras RM, a condição migratória pouco ou nada influi em termos agregados.

Entretanto, *prevalecem padrões bem definidos quanto ao posicionamento na estrutura ocupacional segundo o tempo de residência da população migrante em quase todas as RM*. O maior tempo de residência na cidade implica um aumento sistemático e significativo da representação da população migrante nos três últimos estratos, sendo numericamente maior

TABELA III.1
ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL (%) DA PEA MASCULINA
POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES
METROPOLITANAS — 1970 *

Estratos Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte						Porto Alegre						Curitiba						
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	
A - Idade Não Padronizada																															
1.º Estrato	40	34	31	24	29	23	46	42	39	30	35	29	43	37	33	25	32	31	34	29	27	24	28	29	34	30	25	20	25	26	
2.º Estrato	39	41	42	39	40	33	34	37	37	36	36	33	33	36	36	36	35	35	39	38	37	35	36	32	37	38	38	37	37	37	
3.º Estrato	14	16	18	23	20	27	13	14	15	21	19	24	17	17	20	23	21	21	18	21	22	23	22	24	17	19	22	24	22	21	
4.º Estrato	5	6	6	9	7	11	5	5	5	8	6	9	5	6	7	10	8	8	6	8	9	11	9	10	7	10	9	11	10	9	
5.º Estrato	2	2	4	5	6	2	2	4	6	5	8	2	3	5	7	5	5	4	4	4	5	5	4	4	4	4	6	8	6	6	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
B - Idade Padronizada																															
1.º Estrato	45	39	36	30	35	27	50	47	46	40	44	36	47	44	41	36	41	36	39	36	35	33	35	35	39	35	31	28	32	31	
2.º Estrato	35	35	38	38	37	31	31	33	32	32	31	31	30	32	33	32	31	33	34	35	34	34	34	29	34	35	34	35	34	34	34
3.º Estrato	14	16	18	24	19	28	12	13	15	19	17	22	18	15	17	20	18	20	17	20	20	20	20	23	17	19	23	25	22	22	
4.º Estrato	4	6	6	6	5	9	4	4	5	5	5	6	5	5	7	6	7	6	6	6	7	8	7	8	6	8	7	8	8	7	
5.º Estrato	2	2	2	3	3	5	3	2	3	3	3	5	3	3	4	4	4	4	3	3	3	4	4	4	3	3	4	5	4	5	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Recife																															
Salvador																															
Fortaleza																															
Bahía																															
A - Idade Não Padronizada																															
1.º Estrato	39	40	37	35	37	39	44	38	34	30	35	32	46	39	35	32	35	39	41	39	39	31	35	34	39	39	31	35	34	34	
2.º Estrato	33	34	33	33	33	35	32	31	32	34	33	39	31	33	32	33	33	32	33	33	30	34	35	34	38	34	35	34	35	34	38
3.º Estrato	18	17	20	20	20	19	2	20	21	22	21	20	16	20	25	24	22	20	15	20	20	23	21	19	17	19	23	25	21	19	
4.º Estrato	7	6	6	7	7	5	6	7	7	8	7	6	4	5	6	7	6	8	7	6	8	8	7	7	6	8	7	8	7	7	
5.º Estrato	4	3	4	5	4	3	3	3	6	5	4	4	3	3	3	5	4	3	5	2	2	2	3	4	3	3	4	5	3	4	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
B - Idade Padronizada																															
1.º Estrato	46	47	44	45	45	44	48	43	43	41	45	38	51	45	42	41	45	45	47	47	46	37	43	41	47	47	46	37	43	41	
2.º Estrato	29	30	30	28	29	32	28	27	30	32	29	36	27	29	27	29	28	30	30	27	30	34	31	35	34	35	34	31	35	34	35
3.º Estrato	16	16	18	18	17	16	15	18	18	18	18	18	16	20	24	22	20	19	16	17	18	21	18	17	16	17	18	21	18	17	
4.º Estrato	6	6	5	5	6	5	5	7	6	6	5	5	4	4	5	5	5	4	5	4	5	4	5	5	4	5	4	5	4	4	
5.º Estrato	3	2	3	3	3	3	4	3	3	4	4	3	1	2	2	3	2	2	3	2	2	3	3	2	3	2	3	3	2	2	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fontes: IBGE, *Tabulações Especiais*, e MINITER, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades agrícolas assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

no terceiro e numa diminuição correspondente ao primeiro em oito das outras RM. Em Recife, embora a tendência global seja a mesma que nas outras RM, as diferenças por tempo de residência são muito reduzidas. Em Belém, a tendência de melhoria com o tempo de residência é significativa mas não tão harmônica, isto é, ocorrem inversões no padrão básico em um ou outro subgrupo de migrantes. O segundo estrato, em praticamente todas as cidades, é pouco ou nada influenciado pelo tempo de residência, indicando que, como intermediário, formado por trabalhadores qualificados e semiquilificados, é bastante permeável e, possivelmente, serve de plataforma de ascensão para um número considerável de migrantes que se mantém na PEA metropolitana. Desta forma, a aparente mobilidade ocupacional dos migrantes, à medida que se prolonga o tempo de residência, resulta da diminuição do estoque de migrantes no primeiro estrato.

Em suma, *entre os homens, a condição de migrante implica uma desvantagem significativa quanto à estratificação ocupacional apenas nas RM nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo.* Por outro lado, *o tempo de residência é uma variável crucial, tendo-se observado uma melhoria progressiva e significativa na hierarquia ocupacional com a permanência em praticamente todas as RM.* Inclusive vale observar que a situação dos migrantes mais antigos chega a superar a dos naturais em todas as RM, exceto São Paulo e Rio de Janeiro.

É certo que, como o tempo de residência e o nível de participação na PEA são associados à idade, poder-se-ia argumentar que boa parte das observações feitas seria explicável em função da composição etária diferenciada das várias subpopulações em exame. Como foi demonstrado em capítulos anteriores, a idade é fator proeminente na inserção ocupacional dos diversos grupos.

Neste sentido, o exame das distribuições ocupacionais através das diversas faixas etárias indica que o tempo de residência continua a influenciar a participação relativa nos vários estratos ocupacionais (dados não mostrados). Ademais, ao analisar dados padronizados por idade (ver Tabela III.1), observa-se que as diferenças significativas, anotadas anteriormente, entre migrantes e naturais no Rio de Janeiro e em São Paulo, persistem no mesmo grau de magnitude após o controle por idade. Nas RM restantes, as diferenças entre migrantes e naturais continuam sendo mínimas, embora a leve vantagem dos

naturais em Porto Alegre se estenda agora a Belo Horizonte e Salvador. A ligeira vantagem dos migrantes em Belém ainda é perceptível, mas não em Fortaleza.

Com relação ao efeito da permanência na RM sobre a situação ocupacional dos migrantes, observa-se que a mesma tendência de melhoria progressiva com maior tempo de residência persiste, apesar da padronização etária, em todas as RM, exceto Recife; no entanto, essas diferenças são mais reduzidas nos dois estratos inferiores após o controle por idade, o que significa que parte da vantagem dos migrantes mais antigos era devida à maior idade média deste grupo. Por outro lado, vale ressaltar que as mesmas tendências persistem geralmente a níveis ainda significativos e que, portanto, a maior permanência na cidade implica uma situação ocupacional privilegiada em termos agregados.

3.3 — Estratificação Ocupacional na PEA Feminina

Entre as mulheres, como era previsível em vista da análise mais desagregada feita anteriormente, a estratificação ocupacional por *status* migratório é mais definida (ver Tabela III.2). Os dois últimos estratos, os quais incluem proporção reduzida do total da PEA feminina, mostram pequenas vantagens para as naturais sobre as migrantes apenas em São Paulo e Rio de Janeiro. O terceiro estrato, que entre as mulheres é constituído em grande parte por professoras primárias e afins e funcionárias de escritório, apresenta uma grande vantagem das naturais em todas as RM, à exceção de Fortaleza, onde não existem diferenças. O segundo estrato é composto, em grande parte, de ocupações do setor secundário pouco acessíveis às mulheres, e sua constituição não difere muito segundo o *status* migratório. Finalmente, no primeiro estrato, que absorve mais da metade da PEA feminina de todos os subgrupos populacionais, com exceção das naturais no Rio de Janeiro e São Paulo, e que se constitui predominantemente de empregadas domésticas, prevalece um diferencial de sentido oposto, ou seja, as migrantes superam substancialmente as naturais.

Também, como era de se esperar, as diferenças entre migrantes antigas e recentes são ainda mais acentuadas entre as mulheres. O tempo de residência influi positivamente na penetração das migrantes nos segundo, terceiro e quarto estra-

TABELA III.2

ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL (%) DA PEA FEMININA POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970*

Estratos Ocupacionais	São Paulo					Rio de Janeiro					Belo Horizonte					Porto Alegre					Curitiba										
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	
A - Idade Não Padronizada																															
1.º Estrato	70	72	70	81	68	49	82	78	72	64	70	48	78	74	69	61	68	59	74	68	61	59	63	57	74	69	60	54	63	52	
2.º Estrato	5	7	7	9	8	8	3	4	5	6	5	6	3	4	5	5	4	5	5	5	7	7	7	6	5	5	6	7	6	7	
3.º Estrato	13	16	18	25	20	26	12	14	18	23	19	36	18	19	22	26	22	30	17	19	24	25	22	30	17	20	27	29	24	34	
4.º Estrato	2	3	3	4	3	5	2	3	3	6	5	8	2	3	4	6	4	4	3	5	6	7	6	5	3	5	5	7	5	6	
5.º Estrato	—	—	1	1	1	1	—	1	1	1	1	1	—	—	1	1	1	1	1	—	1	1	1	1	—	—	1	2	1	1	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
B - Idade Padronizada																															
1.º Estrato	78	75	72	63	70	53	82	80	76	69	75	54	76	76	73	66	72	62	74	72	69	64	69	61	73	71	65	53	67	56	
2.º Estrato	6	6	7	8	7	8	3	4	5	4	5	4	3	4	4	5	4	5	5	6	6	7	6	6	5	4	5	7	5	6	
3.º Estrato	12	15	18	24	19	34	11	12	16	21	16	31	16	16	19	23	19	27	17	15	20	23	19	26	17	19	24	27	22	32	
4.º Estrato	7	3	2	3	3	6	3	3	3	4	4	7	4	3	3	5	4	5	4	6	3	3	5	5	4	5	4	6	5	5	
5.º Estrato	1	—	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	—	1	1	1	1	1	—	—	1	1	1	1	—	—	1	1	1	1	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Estratos Ocupacionais	Recife					Salvador					Fortaleza					Belém														
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
A - Idade Não Padronizada																														
1.º Estrato	81	76	68	66	72	65	86	80	73	61	71	60	86	77	66	58	68	68	86	81	71	66	74	59						
2.º Estrato	3	3	4	5	4	5	2	3	4	4	4	6	2	3	4	5	6	5	4	2	2	5	4	3	5					
3.º Estrato	13	17	22	22	19	25	10	13	19	25	19	28	10	17	25	28	22	23	5	15	21	24	19	29						
4.º Estrato	2	3	4	4	4	4	2	3	4	7	5	5	1	2	3	6	4	4	4	2	3	4	4	5						
5.º Estrato	—	1	1	1	1	1	—	1	1	2	1	1	—	1	1	1	1	1	—	—	—	1	—	1						
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100						
B - Idade Padronizada																														
1.º Estrato	79	77	72	71	76	69	81	79	76	69	78	66	83	77	70	64	72	72	77	79	74	74	77	65						
2.º Estrato	5	3	3	4	3	5	2	3	3	4	3	5	2	3	4	6	5	3	4	2	5	4	3	4						
3.º Estrato	14	15	20	20	16	21	13	13	16	21	16	23	12	17	22	24	18	20	10	15	18	18	16	25						
4.º Estrato	3	3	3	4	3	5	3	4	3	5	4	5	2	3	4	6	5	3	9	4	3	3	4	4						
5.º Estrato	—	2	1	1	1	1	—	—	1	1	1	1	—	—	1	1	1	1	—	—	—	1	—	1						
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100						

Fontes: FINE, *Tabulações Especiais*, o MINTER, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades do setor primário, assim como ocupações inativas, não declaradas e não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não migrantes.

tos, sendo estas diferenças particularmente significativas no terceiro. Inversamente, a participação no primeiro diminui rapidamente à medida que aumenta a permanência das migrantes na PEA metropolitana. Por último, vale observar que a idade não é fator decisivo na explicação desses padrões, já que nos dados padronizados por idade (ver Tabela III.2) os mesmos diferenciais persistem, tanto entre migrantes e naturais como entre subgrupos de migrantes diferenciados por tempo de residência, embora tenha havido alguma atenuação nesses padrões.

Portanto, entre as mulheres, a agregação das ocupações em estratos ocupacionais hierarquizados acrescenta muito pouco à análise mais detalhada realizada no capítulo anterior. *A concentração da PEA feminina (particularmente a migrante) nos serviços domésticos domina sobretudo a configuração ocupacional das mulheres; com isso, todas as outras ocupações evoluem de acordo com o comportamento dos serviços domésticos.*

3.4 — Estratificação Ocupacional segundo Residência no Núcleo ou na Periferia

O exame da estratificação ocupacional segundo local de residência, municípios-núcleo e periféricos, dentro das RM, lança luzes adicionais sobre o processo de inserção econômica da população migrante. Evidentemente, tanto a zona político-administrativa denominada município-núcleo como os municípios periféricos de qualquer grande cidade abrangem aglomerações habitacionais e estratos ecológicos bastante heterogêneos. Qualquer município-núcleo inclui toda a gama de zonas residenciais desses bairros aristocráticos, até favelas, o mesmo acontecendo na maioria dos municípios periféricos mais povoados — embora em combinações distintas daqueles elementos. Ademais, o local de residência obviamente não coincide com o local de trabalho para grande parte da população, especialmente a periférica. Entretanto, *ao nível agregado, observam-se diferenças relevantes quanto à estratificação ocupacional da população residente nos dois tipos de localidade.*

Inicialmente, vale assinalar que a PEA residente nos municípios periféricos alcança cerca de 40% do total em Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e propor-

ções menores nas restantes RM. Naquelas quatro primeiras cidades, onde os municípios periféricos assumem maior importância na vida metropolitana, observa-se uma forte diferenciação na propensão a morar na periferia segundo o *status* migratório e o tempo de residência (ver Tabela III.3). *Os migrantes, particularmente os que residem há menos tempo na RM, estão proporcionalmente mais concentrados na periferia que os naturais. Esta tendência é particularmente visível na população masculina.* Dada a conhecida vantagem sócio-econômica agregada do núcleo sobre a periferia e a expulsão da população mais pobre do centro para a periferia, essa constatação sugeriria, inicialmente, uma desvantagem global para a população migrante, especialmente para os recém-chegados.

Proseguindo nesta avaliação, mas voltando agora ao tema da estratificação ocupacional, é interessante observar, na Tabela III.4, que *nas quatro cidades onde a população dos municípios periféricos assume dimensões substantivas (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife), a PEA masculina do núcleo desfruta de uma clara vantagem, em termos ocupacionais, sobre aquela que reside nos municípios periféricos de suas respectivas RM.* O diferencial núcleo-periferia, que toma a forma de uma maior proporção dos residentes do núcleo nos três últimos estratos e de uma menor nos dois primeiros, é bastante mais significativo que aquele entre migrantes e naturais. Todavia, vale destacar que, no Rio de Janeiro e São Paulo, este diferencial afeta muito menos os migrantes que os próprios naturais, ou seja, justamente nas duas RM onde se havia salientado, em comentários anteriores, uma forte vantagem dos naturais sobre os migrantes em termos ocupacionais, observa-se agora que o *status* migratório é menos relevante na periferia, sendo a vantagem dos não-migrantes concentrada, portanto, no município-núcleo.

Em Porto Alegre e Recife os migrantes chegam a ter uma ligeira vantagem ocupacional sobre os não-migrantes na periferia, mas não na Região Metropolitana como um todo — o que evidentemente significa um padrão inverso no município-núcleo.

Com relação ao efeito do tempo de residência sobre a estratificação ocupacional dos migrantes, destaca-se mais uma vez uma crescente melhoria com a maior permanência, tanto no núcleo como na periferia do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo essa progressão mais notável nos municípios-núcleo. Em Porto Alegre, a melhoria dá-se mais suavemente, embora de forma parecida no núcleo e periferia; em Recife, os padrões são assistemáticos.

TABELA III.3

**PROPORÇÃO (%) DA PEA RESIDENTE EM MUNICÍPIOS
PERIFÉRICOS DE QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS, POR
SEXO E STATUS MIGRATÓRIO: 1970**

Sexo, Status Migratório e Tempo de Residência	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife
Homens				
0-2	43	55	59	64
3-5	42	55	54	55
6-10	35	51	52	50
11 e +	24	33	38	34
Total Migrantes	32	41	46	46
Naturais	14	32	36	31
Total	25	37	40	37
Mulheres				
0-2	27	32	38	35
3-5	27	31	37	27
6-10	25	31	35	27
11 e +	19	24	29	21
Total Migrantes	23	27	33	26
Naturais	12	27	28	21
Total	19	27	30	23

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

No que se refere às restantes cinco RM, os dados atuais não permitem uma comparação direta entre periferia e núcleo quanto à estratificação ocupacional. O confronto município-núcleo com o total da RM nesses casos é pouco elucidativo, já que as diferenças entre os dois são mínimas devido à alta concentração da população total dessas RM no município-núcleo. Ressalve-se, porém, que os mesmos padrões observados para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife podem prevalecer também nas outras cinco cidades, onde são camuflados pelo fato de os municípios-núcleo abrangerem a grande maioria da população das suas respectivas RM.

TABELA III.4

ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL (%) DA PEA MASCULINA POR STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA (IDADE PADRONIZADA): REGIÕES METROPOLITANAS — 1970 *

Estratos Ocupacionais e Local de Residência	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte						Porto Alegre						Curitiba					
	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N
Estrato 1																														
Núcleo	46	40	37	30	35	26	53	48	46	39	43	33	48	45	41	35	39	34	35	32	36	30	31	31	38	31	31	28	32	28
Periferia	43	39	37	31	36	34	49	47	47	42	45	44	47	44	41	38	41	39	39	47	40	40	37	33	44	40	40	38	40	38
Área Metropolitana	45	39	36	30	35	27	50	47	46	40	44	38	47	44	41	38	41	39	39	36	35	33	35	35	39	35	31	28	32	31
Estrato 2																														
Núcleo	33	34	36	34	35	31	25	27	27	30	29	28	26	29	30	30	29	32	27	28	27	29	28	23	24	34	32	34	33	33
Periferia	39	42	42	42	41	39	35	37	37	37	36	38	40	40	40	40	40	40	44	40	40	41	40	33	40	40	40	40	40	40
Área Metropolitana	35	38	38	36	37	31	31	33	32	32	31	31	30	32	33	32	31	33	34	35	34	34	34	29	34	35	34	35	34	34
Estrato 3																														
Núcleo	13	17	19	24	20	29	12	13	16	21	18	24	16	18	19	23	20	22	21	26	27	25	26	26	18	20	24	25	22	25
Periferia	13	17	17	17	17	11	12	12	13	16	14	13	14	14	14	14	14	14	12	16	15	16	15	16	15	16	16	16	16	16
Área Metropolitana	14	16	18	24	19	28	12	13	15	19	17	22	16	16	17	20	18	20	17	20	20	21	20	23	17	19	23	25	22	27
Estrato 4 e 5																														
Núcleo	7	9	8	11	10	15	9	11	10	10	9	14	9	9	10	13	12	13	15	14	15	14	15	15	10	10	12	14	13	14
Periferia	4	4	4	5	5	4	3	3	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Área Metropolitana	6	8	8	9	8	14	7	6	8	8	8	11	8	8	9	11	10	11	9	9	10	11	11	12	9	11	11	13	12	12
Total PEA Masculina																														
Núcleo	1.408.255						589.712						241.338						193.951						127.496					
Periferia	465.402						528.636						572.877						124.651						124.651					
Área Metropolitana	1.873.627						1.118.348						714.215						318.602						252.147					
Estratos Ocupacionais e Local de Residência	Recife						Salvador						Fortaleza						Belém											
	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N	0-2	3-5	6-10	11+	M	N						
Estrato 1																														
Núcleo	46	44	44	42	44	41	48	42	44	40	45	40	51	44	41	41	44	43	45	48	46	37	43	41						
Periferia	46	50	46	49	47	54	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48						
Área Metropolitana	46	47	44	45	45	44	48	43	43	41	45	39	51	45	42	41	45	45	47	47	46	37	43	41						
Estrato 2																														
Núcleo	24	24	24	28	26	32	25	27	27	31	27	35	26	30	27	29	28	30	29	27	28	35	30	36						
Periferia	33	34	35	32	34	33	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30						
Área Metropolitana	29	30	30	28	29	32	28	27	30	32	29	36	27	29	27	29	28	30	30	27	30	31	31	35						
Estrato 3																														
Núcleo	17	20	20	20	19	19	15	19	19	20	18	19	16	20	24	21	20	19	14	13	18	21	19	18						
Periferia	15	12	15	14	14	11	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14						
Área Metropolitana	16	16	18	18	17	16	15	19	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18						
Estrato 4 e 5																														
Núcleo	14	12	12	10	11	8	11	12	10	10	10	8	5	6	7	8	7	7	11	8	6	8	8	7						
Periferia	5	4	4	4	4	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4						
Área Metropolitana	9	7	8	8	9	3	9	10	9	10	9	8	5	6	7	8	7	6	8	8	8	8	8	8						
Total PEA Masculina																														
Núcleo	173.347						186.108						141.101						100.311											
Periferia	100.082						20.859						12.987						3.027											
Área Metropolitana	273.440						206.967						154.088						103.338											

Fontes: IBGE, *Tabulações Especiais*, e MINIER, *Programa de Migrados*.

* A tabela exclui atividades agrícolas assim como ocupações indolentes, não declaradas e não estatísticas.

Notas: NC = não computado, M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA III.5

ESTRATIFICAÇÃO OCUPACIONAL (%) DA PEA FEMININA POR STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA (IDADE PADRONIZADA): REGIÕES METROPOLITANAS — 1970^a

Estratos Ocupacionais e Local de Residência	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte						Porto Alegre						Curitiba					
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N
Estrato 1																														
Núcleo	81	76	73	63	72	51	83	81	78	69	75	49	77	77	73	68	72	61	72	89	63	82	67	58	73	72	65	59	NC	55
Periféria	77	73	71	63	70	61	79	77	78	68	74	70	NC	NC	NC	NC	NC	NC	77	77	77	71	75	71	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Área Metropolitana	78	75	72	63	70	53	82	80	76	69	75	54	78	76	73	68	72	62	74	72	69	64	69	61	73	71	65	58	57	58
Estrato 2																														
Núcleo	3	6	7	6	7	-8	3	3	4	5	4	8	2	4	4	4	5	5	6	5	6	8	7	6	6	6	5	4	8	7
Periféria	7	7	8	9	8	8	4	5	5	5	4	5	NC	NC	NC	NC	NC	NC	7	7	6	7	8	8	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Área Metropolitana	6	6	7	8	7	8	3	3	4	4	5	3	3	4	5	4	5	5	6	6	5	6	7	6	5	4	5	4	5	8
Estrato 3																														
Núcleo	12	14	16	24	18	34	9	11	15	20	15	35	18	17	19	23	19	27	17	17	23	24	20	29	17	18	24	27	22	31
Periféria	14	17	18	25	19	28	14	15	18	22	19	22	NC	NC	NC	NC	NC	NC	14	13	17	20	19	20	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Área Metropolitana	12	15	18	24	19	34	11	12	16	21	18	31	18	18	19	23	19	27	17	15	20	23	19	26	17	19	24	27	22	32
Estrato 4 e 5																														
Núcleo	4	3	4	5	4	7	4	4	4	8	5	9	5	4	4	6	5	8	7	8	8	7	7	7	5	5	5	7	6	7
Periféria	2	3	2	2	2	3	2	2	3	4	3	3	NC	NC	NC	NC	NC	NC	2	3	2	2	2	2	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Área Metropolitana	3	3	3	4	4	6	4	4	4	5	5	8	4	4	4	6	5	6	4	6	6	6	6	6	4	5	5	7	6	8
Total PEA Feminina																														
Núcleo				639	529				460	982				139	952				108	579									61	383
Periféria				145	392				172	166				18	351				46	939									7	137
Área Metropolitana				784	921				632	058				158	303				155	518									8	250
Estratos Ocupacionais e Local de Residência	Recife						Salvador						Fortaleza						Belém											
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N						
Estrato 1																														
Núcleo	83	76	72	71	76	68	81	79	76	68	75	65	83	78	70	64	72	69	77	79	73	74	77	65						
Periféria	73	74	75	70	70	73	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	77	79	73	74	77	65						
Área Metropolitana	79	77	72	71	76	69	81	79	76	69	76	68	83	77	71	64	73	72	77	79	73	74	77	65						
Estrato 2																														
Núcleo	2	3	3	4	3	5	2	3	3	4	3	5	2	4	4	6	5	4	4	2	5	4	3	4						
Periféria	5	5	4	5	5	5	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC						
Área Metropolitana	3	3	3	4	3	5	3	3	4	3	5	2	4	4	6	5	3	4	2	5	4	3	3	4						
Estrato 3																														
Núcleo	11	15	20	19	15	21	13	12	18	21	18	24	12	15	22	24	19	22	10	15	18	18	15	25						
Periféria	19	17	21	22	23	20	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC						
Área Metropolitana	14	15	20	19	16	21	13	13	16	21	16	23	12	17	22	24	18	20	10	15	18	18	16	25						
Estrato 4 e 5																														
Núcleo	4	6	5	5	5	3	5	5	6	5	6	2	3	3	3	8	5	5	9	4	3	5	4	5						
Periféria	2	3	2	3	2	1	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC						
Área Metropolitana	3	5	4	5	4	5	3	4	4	6	5	6	2	3	3	3	4	5	4	3	4	4	5							
Total PEA Feminina																														
Núcleo				102	620				100	745				70	689				45	246										
Periféria				30	407				4	972				8	835				5	89										
Área Metropolitana				133	027				105	721				77	523				45	835										

Fonte: IBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui ocupações agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas ou não estatísticas.

Notas: NC = não computado, M = total imigrantes e N = total não-migrantes.

A proporção da PEA feminina que reside nos municípios periféricos é nitidamente inferior à dos homens em todas as RM; a diferença é muito mais pronunciada entre migrantes que naturais (comparar totais na Tabela III.5). Estas observações não surpreendem, levando em consideração a preponderância dos serviços domésticos na configuração da PEA feminina, especialmente migrante, e o fato de que uma grande proporção das empregadas domésticas mora no emprego, que é desproporcionalmente encontrado na parte central da RM.

Com relação à estratificação ocupacional feminina por local de residência, observam-se dois padrões distintos na Tabela III.5. Por um lado, a vantagem dos municípios-núcleo sobre os periféricos, no que se refere aos estratos ocupacionais mais privilegiados (4 e 5), é nítida em todas as cidades para as quais se dispõe de informação e em quase todos os grupos de migrantes e naturais. Isto é, da mesma forma que entre os homens, *embora a níveis mais reduzidos, existem para as mulheres que residem na periferia das grandes cidades muito menos oportunidades de exercer profissões de alto status na periferia do que as que residem no núcleo.* De qualquer forma, devido à pouca penetração da população feminina nesses estratos ocupacionais, os valores observados e os diferenciais são pouco significativos por serem de dimensões reduzidas.

Por outro lado, *nos três estratos ocupacionais restantes (1, 2 e 3) observa-se uma vantagem sistemática a favor da população dos municípios centrais apenas no caso das naturais.* Nas quatro RM para as quais se têm dados, a comparação periferia-núcleo para as naturais se conforma ao padrão observado anteriormente entre os homens. Entretanto, essa tendência não se verifica entre as migrantes onde o confronto periferia-núcleo produz observações assistemáticas e muito menos relevantes que as sobre a influência do *tempo de residência; este sim, dita uma melhoria progressiva da população migrante sobrevente tanto nos municípios-núcleo quanto nos periféricos.*

3.5 — Resumo e Conclusões

A análise da estratificação ocupacional revela, de início, a grande concentração de todos os grupos populacionais nos estratos de baixa qualificação e remuneração; estes abrangem cerca de três quintos da PEA masculina e acima desse nível para a PEA feminina, no conjunto das RM.

Com relação ao *status* migratório, a estratificação ocupacional entre os homens beneficia relativamente mais aos naturais apenas nas metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo), dado que não existem diferenças significativas nas demais; entre as mulheres, as naturais levam vantagens sobre as migrantes na maioria das RM. Entretanto, os migrantes, tanto homens como mulheres, conseguem gradativa melhoria ocupacional quanto mais tempo permanecem integrados nos mercados de trabalho metropolitanos. Por seu turno, a estrutura etária não influencia substancialmente os padrões anteriores.

Há certa relação entre estratificação ocupacional e local de residência, que influencia o posicionamento ocupacional de migrantes e naturais. De um lado, a situação sócio-econômica mais vantajosa do núcleo sobre a periferia condiciona a existência de melhores oportunidades ocupacionais. De outro lado, os naturais residem proporcionalmente menos na periferia que os migrantes; para estes, no entanto, verifica-se uma razão direta entre tempo e local de residência na metrópole. Dada a relativa vantagem sócio-econômica do núcleo, a maior concentração de migrantes na periferia reforçaria e explicaria, principalmente para os recentes, sua desvantagem ocupacional face aos naturais.

Assim sendo, entre os homens observa-se uma clara diferenciação entre núcleo e periferia, favorável ao primeiro, que prevalece em todas as RM. Esta vantagem, em São Paulo, é tão destacada a ponto de obliterar as diferenças entre migrantes e naturais na periferia. Entre as mulheres, a estratificação ocupacional núcleo-periferia é, *grosso modo*, coerente com a conhecida predominância dos serviços domésticos na estrutura ocupacional feminina e com a situação diferenciada dos subgrupos populacionais nessa ocupação. Esta resulta numa desvantagem sistemática da população periférica entre as naturais, a qual é corroborada apenas ao nível dos dois estratos mais privilegiados na população migrante.

CAPÍTULO IV — DIFERENCIAIS DE RENDA E INFLUÊNCIA DA ORIGEM DOS MIGRANTES

4.1 — Diferenciais de Renda por Status Migratório

Grande parte dos estudos econômicos que consideram a distribuição da renda emprega métodos analíticos que buscam identificar as parcelas de renda apropriadas pelas camadas da população.¹ Assim, uma vez conhecida a estrutura da renda em determinada economia, torna-se imediata a comparação entre os grupos de indivíduos e o quanto absorvem da renda total. Utiliza-se aqui o procedimento de comparar as proporções de migrantes e naturais nas diversas faixas de renda e verificar a existência de diferenciais de participação que possam indicar o melhor posicionamento de um dos grupos. Este procedimento, sendo menos esquemático que o primeiro, permite uma visão mais detalhada dos diferenciais, é menos afetado por va-

¹ Dentro desta linha de análise encontram-se alguns estudos feitos sobre o Brasil, como, por exemplo, CEPAL/ILPES, *La Distribución del Ingreso en Brasil* (Santiago, 1970); João Carlos Duarte, *Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970*, Tese de Mestrado (Piracicaba: ESALQ/USP, 1971); Rodolfo Hoffman, *Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e da Posse de Terra no Brasil*, Tese de Livre-Docência (Piracicaba: ESALQ/USP, 1971); Albert Fishlow, "Brazilian Size Distribution of Income", in *American Economic Review* (maio de 1972); e Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973).

TABELA IV.2
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA MIGRANTE ^a POR
SEXO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA
A) Homens SR ^b	1,5	0,7	1,8	0,8	2,8	1,2	1,9	0,7	1,3	0,8	2,7	1,6	2,4	0,7	4,6	1,2	3,2	1,0
1 — 100	4,3	2,0	4,6	2,3	9,7	4,6	4,3	2,6	8,6	3,0	14,7	10,2	11,0	4,8	28,6	16,0	9,9	5,3
101 — 200	36,9	16,4	40,8	24,1	44,0	28,8	41,7	25,9	36,8	20,6	40,6	39,2	45,1	37,1	43,8	38,2	43,9	35,8
201 — 500	41,1	42,7	36,3	41,2	30,0	37,8	36,6	40,5	36,3	43,9	25,5	30,3	24,3	31,7	14,0	27,5	22,8	35,5
501 — 1.001	10,3	23,8	9,7	18,5	7,7	14,7	9,5	17,7	9,0	18,0	8,5	9,5	8,3	12,9	4,8	10,0	8,6	13,1
1.001 e +	5,8	14,4	6,7	13,1	5,7	12,9	5,9	12,7	7,9	13,8	8,1	9,1	8,9	12,8	4,3	7,0	11,6	9,3
Total	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,1	99,9	100,1	100,1	99,9	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0
B) Mulheres SR ^b	1,9	1,3	1,6	0,8	2,2	1,1	3,1	1,4	2,8	1,4	2,1	1,8	1,9	1,3	3,3	1,6	2,7	0,9
1 — 100	32,6	13,9	43,3	21,2	66,7	37,1	45,1	21,1	51,0	19,2	73,6	50,7	78,1	43,4	77,2	48,5	76,6	45,1
101 — 200	43,3	34,9	38,1	36,7	17,7	28,7	33,3	38,8	29,3	36,0	13,5	23,6	10,8	26,1	15,4	30,0	12,7	34,8
201 — 500	17,2	34,9	13,2	28,0	11,4	24,1	15,5	28,8	14,2	31,8	9,2	16,9	6,9	18,7	3,1	14,6	6,2	13,8
501 — 1.000	4,0	11,0	2,8	9,2	1,5	6,7	2,5	7,7	2,2	8,8	1,2	5,2	1,6	7,3	0,6	3,9	1,4	4,0
1.001 e +	0,9	4,0	1,0	4,0	0,5	2,3	0,5	2,3	0,6	2,8	0,4	1,9	0,7	3,3	0,3	1,5	0,3	1,4
Total	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	99,9	100,1	99,9	100,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

^b trabalhadores sem remuneração.

TABELA IV.1
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA POR STATUS
MIGRATÓRIO ^a E SEXO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N
A) Homens SR ^b	1,0	1,7	1,1	2,4	1,8	4,2	1,1	2,9	1,1	5,5	2,1	4,0	1,4	2,6	2,4	4,7	1,7	2,2
1 — 100	3,0	5,4	3,1	4,9	6,5	11,2	3,3	7,3	4,8	12,4	12,0	15,3	6,7	8,9	19,5	35,2	6,6	7,6
101 — 200	23,0	20,0	29,2	27,3	35,2	36,5	30,7	35,0	26,7	32,7	40,2	44,4	40,2	42,8	41,3	35,1	39,3	44,0
201 — 500	43,5	36,7	40,4	37,5	35,5	31,3	40,0	33,0	41,9	32,7	28,3	25,2	29,5	29,2	23,2	16,2	31,6	31,7
501 — 1.000	18,9	21,6	15,6	16,3	11,5	9,7	14,8	12,9	14,3	10,0	9,0	6,6	11,3	9,9	7,9	5,1	11,5	9,2
1.001 e +	10,6	14,6	10,6	11,6	9,4	7,1	10,1	8,9	11,3	6,6	8,5	4,6	10,9	6,5	5,8	3,7	9,3	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1	100,1	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	99,9
B) Mulheres SR ^b	1,5	1,4	1,1	1,4	1,5	1,9	2,1	2,6	1,9	5,4	2,1	2,9	1,5	2,2	2,2	2,3	1,6	1,3
1 — 100	20,1	16,3	27,6	20,9	48,9	39,9	28,4	26,0	31,4	26,7	59,8	48,9	58,1	42,1	58,9	58,9	56,7	40,2
101 — 200	39,4	32,1	38,5	27,9	24,7	30,8	37,6	36,1	34,1	34,9	19,3	27,5	20,1	29,4	25,5	25,3	27,3	36,0
201 — 500	28,2	34,9	23,1	34,6	19,1	21,8	24,6	27,6	24,9	26,6	13,8	16,1	13,7	19,1	9,9	10,1	10,7	16,5
501 — 1.000	8,1	11,8	6,9	11,2	4,3	4,5	5,8	6,1	5,9	4,8	3,7	3,5	4,6	5,4	2,4	2,5	2,9	4,6
1.001 e +	2,7	3,4	2,9	4,0	1,5	1,1	1,5	1,5	1,8	1,6	1,3	1,2	1,9	1,8	1,0	0,8	0,9	1,3
Total	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	99,9	99,9	100,1	99,9

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a M = total migrante e N = total não-migrante.

^b Trabalhadores sem remuneração.

TABELA IV.2
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA MIGRANTE ^a POR
SEXO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA
A) Homens SR ^b	1,5	0,7	1,8	0,8	2,8	1,2	1,9	0,7	1,3	0,8	2,7	1,6	2,4	0,7	4,6	1,2	3,2	1,0
1 — 100	4,3	2,0	4,6	2,3	9,7	4,6	4,3	2,6	8,6	3,0	14,7	10,2	11,0	4,8	28,6	16,0	9,9	5,3
101 — 200	36,9	16,4	40,8	24,1	44,0	28,8	41,7	25,9	36,8	20,6	40,6	39,2	45,1	37,1	43,8	38,2	43,9	35,8
201 — 500	41,1	42,7	36,3	41,2	30,0	37,8	36,6	40,5	36,3	43,9	25,5	30,3	24,3	31,7	14,0	27,5	22,8	35,5
501 — 1.001	10,3	23,8	9,7	18,5	7,7	14,7	9,5	17,7	9,0	18,0	8,5	9,5	8,3	12,9	4,8	10,0	8,6	13,1
1.001 e +	5,8	14,4	6,7	13,1	5,7	12,9	5,9	12,7	7,9	13,8	8,1	9,1	8,9	12,8	4,3	7,0	11,6	9,3
Total	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,1	99,9	100,1	100,1	99,9	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0
B) Mulheres SR ^b	1,9	1,3	1,6	0,8	2,2	1,1	3,1	1,4	2,8	1,4	2,1	1,8	1,9	1,3	3,3	1,6	2,7	0,9
1 — 100	32,6	13,9	43,3	21,2	66,7	37,1	45,1	21,1	51,0	19,2	73,6	50,7	78,1	43,4	77,2	48,5	76,6	45,1
101 — 200	43,3	34,9	38,1	36,7	17,7	28,7	33,3	38,8	29,3	36,0	13,5	23,6	10,8	26,1	15,4	30,0	12,7	34,8
201 — 500	17,2	34,9	13,2	28,0	11,4	24,1	15,5	28,8	14,2	31,8	9,2	16,9	6,9	18,7	3,1	14,6	6,2	13,8
501 — 1.000	4,0	11,0	2,8	9,2	1,5	6,7	2,5	7,7	2,2	8,8	1,2	5,2	1,6	7,3	0,6	3,9	1,4	4,0
1.001 e +	0,9	4,0	1,0	4,0	0,5	2,3	0,5	2,3	0,6	2,8	0,4	1,9	0,7	3,3	0,3	1,5	0,3	1,4
Total	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	99,9	100,1	99,9	100,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

^b trabalhadores sem remuneração.

e Belém. Portanto, na maioria das RM as diferenças importantes entre subgrupos de mulheres manifestam-se ao nível das três faixas de renda mais baixa.

De fato, ao ser aprofundado esse aspecto, verifica-se, adicionalmente, que grupos de RM podem ser distinguidos segundo os níveis de participação de suas PEA, tanto masculina como feminina, nas diversas faixas de renda. Ou seja, existe uma certa hierarquia entre as RM no que se refere às condições de renda de sua PEA.³ Neste particular, sobressaem São Paulo e Fortaleza como as RM que, respectivamente, remuneram mais e menos suas PEA. Na população masculina, em termos gerais, a ordem decrescente seria São Paulo e Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba e as demais RM. Entre as mulheres, a mesma ordem se verifica, com exceção de Belo Horizonte, onde a PEA feminina demonstra níveis de renda mais parecidos com os que prevalecem nas RM do Norte e Nordeste.

Desagregando o grupo migrante entre os subgrupos que o integram, na Tabela IV.2, chega-se à *confirmação da superioridade, anteriormente demonstrada, da situação dos migrantes antigos que se mantém na PEA*. Estes, tanto homens como mulheres, colocam-se em condições muito mais favoráveis que os migrantes recentes em todas as RM. Ademais, embora esses dados não apareçam aqui, constata-se uma melhoria progressiva na renda dos migrantes segundo intervalos de tempo de residência em todas as RM, exceto Belém. *E' interessante notar, adicionalmente, que o grupo de migrantes antigos tem, entre os homens, uma situação de renda superior à dos naturais em todas as cidades, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo. Entre as mulheres, a mesma observação vale em todas as cidades, menos Rio de Janeiro e São Paulo.*

Dessa forma, a estrutura de renda é influenciada decisivamente pela PEA migrante na medida em que esta se adapta e/ou se mantém no mercado de trabalho. Na PEA masculina, o mesmo padrão de adaptação do migrante (sobrevivente) é observado em todas as RM. As proporções de migrantes nas

³ Uma vez que os dados utilizados aqui se referem a classes de rendimentos e não a unidades de salários mínimos regionais, a análise das situações de renda nas diversas RM deve encobrir especificidades dos mercados de trabalho respectivos. Neste sentido, a renda da PEA nas RM do Norte e Nordeste tende a ser subestimada em termos absolutos. No entanto, a mesma hierarquia entre as RM se mantém ao ser realizado o exercício em termos de unidades de salários mínimos locais.

faixas de Cr\$ 1-100 e Cr\$ 101-200 declinam, enquanto elas aumentam sistematicamente nas demais faixas de renda com a ampliação do tempo de residência.

Na PEA feminina, dois padrões se destacam. Em São Paulo e Rio de Janeiro permanece a mesma seqüência descrita no caso dos migrantes homens. Nas RM restantes, as proporções das migrantes somente declinam com o tempo de residência na faixa de renda mais baixa, enquanto aumentam sistematicamente nas demais faixas. Os diferenciais de participação na estrutura da renda entre migrantes recentes e antigos são mais acentuados no caso das mulheres. Isto significa que estas passam relativamente mais rápido que os homens a receber remuneração média maior que as precedentes, pelo menos para aquelas que permanecem vinculadas ao mercado de trabalho.

O confronto dos padrões apresentados pelas PEA masculina e feminina põe em destaque, mais uma vez, a situação menos favorável da mulher face ao homem migrante nos mercados de trabalho. As opções de renda do homem migrante encontram-se mais nas faixas acima do salário mínimo⁴ quanto maior seu tempo de residência na RM. O mesmo não ocorre com a mulher migrante, que é contratada por remuneração em torno do salário mínimo na maioria das RM, à exceção de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os resultados obtidos até aqui, quanto à distribuição de renda por *status* migratório, evidentemente encobrem o efeito possível do fator idade. O exame da interação desta variável com a renda é objetivo da análise a seguir, de acordo com os dados das Tabelas IV.3 e IV.4.

Na PEA masculina, *ao se eliminar a influência das diferenças nas respectivas estruturas etárias dos diversos grupos, observa-se que os diferenciais de renda anteriormente verificados entre migrantes e naturais ficam reduzidos, mas continuam no mesmo sentido precedente.* Ou seja, no Rio de Janeiro e São Paulo os naturais são mais favorecidos, em Belo Horizonte e Porto Alegre as diferenças a favor dos migrantes são reduzidas e nas RM restantes os migrantes mantêm uma situação globalmente superior, embora tenham ocorrido inversões dos padrões em uma ou outra faixa de renda. Considerando os grupos de migrantes recentes e antigos, a vantagem pertenc-

⁴ Considera-se a renda média da faixa de Cr\$ 101,00 a Cr\$ 200,00 como representando, *grosso modo*, o salário mínimo médio nas RM em 1970.

TABELA IV.3
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA POR STATUS
MIGRATÓRIO ^a E SEXO (IDADE PADRONIZADA):
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N
A) Homens SR ^b	2,6	2,5	3,7	5,1	4,7	6,1	3,0	5,0	2,4	9,0	5,8	7,4	3,5	5,3	5,9	8,5	4,1	4,7
1 — 100	8,2	8,6	9,0	10,1	14,0	15,7	9,0	11,9	11,2	15,7	21,3	21,5	14,9	15,1	27,9	40,0	13,4	13,2
101 — 200	30,3	24,8	35,9	31,7	37,6	36,5	37,6	37,7	32,7	34,0	38,5	41,6	42,1	42,8	38,4	31,3	42,6	45,2
201 — 500	36,9	33,4	33,0	31,2	27,9	26,5	32,1	27,5	34,6	27,7	21,8	20,5	22,9	23,8	17,7	13,1	25,0	25,6
501 — 1.000	14,0	18,1	11,0	12,7	8,7	8,6	10,9	10,4	10,7	7,3	6,6	5,2	8,3	7,7	5,9	4,2	8,3	7,2
1.001 e +	8,0	12,7	7,3	9,3	7,2	6,6	7,5	7,6	8,5	6,3	6,0	3,8	8,2	5,3	4,2	3,0	6,6	4,2
Total	100,0	100,1	99,9	100,1	100,1	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1
B) Mulheres SR ^b	1,7	1,5	1,2	1,8	1,7	2,0	2,4	3,2	1,9	5,7	2,3	3,1	1,7	2,9	2,5	2,6	1,7	1,5
1 — 100	23,6	17,2	34,3	26,4	53,5	43,3	35,0	29,9	36,2	29,0	64,3	53,6	63,3	49,3	63,4	62,9	60,8	47,2
101 — 200	39,2	32,0	36,9	28,1	22,7	28,3	36,0	35,4	32,8	34,6	17,3	25,1	18,6	26,1	22,4	22,4	24,3	31,9
201 — 500	25,5	34,0	19,4	29,5	16,7	20,0	20,4	24,1	22,0	24,3	11,7	13,8	12,2	15,6	8,6	8,8	9,8	13,8
501 — 1.000	7,3	12,2	5,7	10,3	4,0	5,0	4,9	5,8	5,5	4,8	3,2	3,2	2,3	4,4	2,2	2,4	2,6	4,0
1.001 e +	2,6	3,1	2,4	4,0	1,4	1,4	1,3	1,6	1,7	1,7	1,1	1,2	1,9	1,6	0,9	0,8	0,8	1,6
Total	99,9	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	100,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a M = total migrante e N = total não-migrante.

^b trabalhadores sem remuneração.

TABELA IV.4
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA MIGRANTE^a POR
SEXO (IDADE PADRONIZADA): REGIÕES
METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém		
	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	
A) Homens SR ^b																			
1 — 100	2,7	2,6	3,7	4,0	4,5	4,7	3,5	2,4	2,1	2,6	4,6	7,2	3,3	4,0	6,8	5,1	4,7	4,3	
101 — 200	8,7	7,0	9,4	8,8	15,7	12,9	9,0	8,6	14,5	9,2	23,8	18,5	16,5	12,9	34,0	26,0	15,5	12,0	
201 — 500	40,2	26,9	42,6	33,2	43,0	34,9	43,5	36,8	38,0	30,5	37,1	39,5	42,3	42,5	38,7	38,1	43,5	41,6	
501 — 1.000	34,3	37,5	30,5	33,6	24,5	29,0	30,3	32,2	31,0	36,4	21,2	22,7	20,6	24,0	12,2	19,5	19,5	27,7	
1.001 e +	8,5	16,8	7,8	12,4	6,6	10,1	7,9	11,9	7,3	12,4	6,6	6,3	7,8	8,5	4,5	6,8	6,9	8,6	
Total	5,5	9,2	5,9	8,0	5,6	8,4	5,9	8,1	7,1	8,9	6,7	5,8	9,5	8,0	3,9	4,5	9,8	5,8	
Total	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,1	100,0	99,9	100,0	
B) Mulheres SR ^b																			
1 — 100	2,4	1,6	1,8	1,3	3,3	2,0	3,4	2,3	3,5	1,6	2,5	2,7	2,3	2,2	3,7	3,1	6,4	1,3	
101 — 200	33,7	18,2	42,8	29,1	62,5	46,0	44,7	28,0	47,4	26,5	69,6	56,7	72,2	52,3	75,4	53,9	67,1	55,7	
201 — 500	40,9	37,8	36,8	37,2	18,0	26,8	32,5	39,4	29,4	37,5	14,9	22,8	11,7	23,8	15,2	28,1	14,4	28,7	
501 — 1.000	17,2	30,8	13,7	23,1	13,1	18,8	15,3	23,3	15,5	25,9	10,9	12,9	8,9	14,6	4,0	11,2	9,2	10,4	
1.001 e +	4,5	8,5	3,4	6,5	2,2	4,8	3,2	5,4	3,3	6,5	1,6	3,7	3,1	4,9	1,1	2,7	2,0	2,8	
Total	1,4	3,1	1,5	2,7	0,8	1,7	0,8	1,5	1,0	2,0	0,5	1,3	1,8	2,2	0,7	1,0	0,8	1,0	
Total	100,1	100,0	100,0	99,9	99,9	100,1	99,9	99,9	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	99,9	99,9	

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

^b Trabalhadores sem remuneração.

cente aos migrantes com maior tempo de residência persiste, embora menos nítida, particularmente nas faixas de renda mais alta, em Recife, Salvador e Belém.

Na PEA feminina, é interessante notar que o exercício de padronização de idades também provocou alterações no sentido de reduzir as vantagens das naturais na maioria das RM, embora estas persistam. Por outro lado, prevalece a superioridade relativa das migrantes com maior tempo de residência, embora tenha sido também reduzida.

Em suma, como era de se esperar, o fator idade, por estar associado a maior permanência no mercado de trabalho, influi consideravelmente na configuração da apropriação da renda dos diversos componentes da PEA metropolitana. No entanto, não consegue explicar todas as diferenças entre os grupos migrante e natural, nem entre migrantes antigos e recentes, onde os primeiros parecem se beneficiar de um maior conhecimento do mercado local.

4.2 — Diferenciais de Renda por Origem dos Migrantes

4.2.1 — Objetivo, Conceito e Restrições

As informações acumuladas e analisadas até aqui demonstram claramente a heterogeneidade da população migrante residente nas RM brasileiras. Neste sentido, é nítida sua diferença de posição na estrutura sócio-econômica de cada RM, segundo, pelo menos, idade, sexo, tempo e local de residência.

Buscando uma caracterização ainda mais precisa do conceito migrante, que permita apreciação mais acurada sobre a posição relativa dos diversos subgrupos e, portanto, sobre o significado do próprio processo migratório, *aborda-se aqui a análise da estrutura de renda segundo a origem dos migrantes.*

Este exercício visa, por um lado, a analisar a composição econômica dos diversos fluxos, comparando assim o efeito, a nível agregado, de condicionamentos, oportunidades e experiências diferenciadas, segundo a origem de subgrupos populacionais. Poder-se-ia supor, por exemplo, que migrantes oriundos de Estados ou regiões mais desenvolvidas desfrutariam, ao

nível agregado, de uma situação sócio-econômica privilegiada. Por outro lado, é possível que a seletividade dos elementos mais capazes em determinados fluxos chegue a superar e a influenciar significativamente o diferencial esperado em termos de condicionamentos agregados.

As tabulações especiais do censo, utilizadas neste trabalho, permitem a análise da relação entre a origem e a situação sócio-econômica atual dos migrantes através de dois conceitos distintos. Primeiro, "origem" pode ser definida como o lugar de nascimento do migrante; segundo, pode ser definida como o último lugar de procedência. Rigorosamente, nenhum dos dois conceitos é ideal, já que não se pode afirmar que um ou outro ou os dois tenha sido o lugar de maior relevância em termos de condicionamentos ou experiências. No entanto, ao nível agregado, e em termos práticos, acredita-se que essa restrição seja apenas relativa, tendo em vista que, como demonstra a Tabela IV.5, mesmo em se tratando das metrópoles nacionais, que recebem uma variedade muito maior de fluxos que as outras RM, o lugar de nascimento coincide com o de procedência, na maioria dos casos. A maior diferença fica por conta das migrações procedentes do Estado do Rio de Janeiro, compostas em grande parte por naturais do Nordeste e Sudeste. Esta discrepância, no entanto, perde significado na medida em que, como se demonstrará oportunamente, a situação sócio-econômica dos naturais dessas regiões não difere muito uma da outra.

Parece mais adequado, entretanto, utilizar o conceito de procedência nessa abordagem, já que, além de coincidir com a definição de migrante utilizada ao longo deste trabalho, ele tem a grande vantagem de distinguir entre naturais da RM e migrantes que vieram para a RM desde outros municípios do mesmo Estado. Ou seja, uma análise baseada no conceito de nascimento eliminaria da análise, de imediato, todos os migrantes intra-estaduais. Estes se constituem, no entanto, no fluxo mais numeroso em todas as RM e, portanto, não podem ser omitidos.

Tendo explicado a preferência pelo conceito de procedência como *proxy* de origem, resta observar que o confronto sobre renda, entre naturais e diversos grupos de migrantes segundo procedência, pode ser efetuado apenas ao nível das duas metrópoles nacionais — São Paulo e Rio de Janeiro. A razão é simples: em todas as outras RM, a maioria dos migrantes, ultrapassando 80% do total em vários casos, procede do mesmo Estado no qual é localizada a RM. Isto implica que,

TABELA IV.5

**NATURALIDADE E PROCEDÊNCIA DA PEA MIGRANTE NAS
REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E RIO DE
JANEIRO ^a**

Regiões	RM de São Paulo		RM do Rio de Janeiro	
	Lugar de Nascimento	Lugar de Procedência	Lugar de Nascimento	Lugar de Procedência
Outros Municípios do Mesmo Estado	837.523	997.477	148.440	559.382
Sudeste	383.208	322.856	676.768	341.721
Sul	81.877	106.331	28.986	27.619
Norte	6.027	4.968	27.146	23.933
Nordeste	550.413	429.503	419.343	347.887
Centro-Oeste	40.018	37.995	23.386	23.635
Total	1.899.066	1.899.130	1.324.069	1.324.177

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui estrangeiros e brasileiros naturalizados.

nessas RM, a análise da estrutura de renda dos migrantes procedentes do Estado circundante confundir-se-ia com a análise feita anteriormente para o total da população migrante. Quanto ao resto dos migrantes, isto é, aqueles que não procedem do Estado circundante, a confiabilidade dos resultados na amostra censitária de 25% ficaria prejudicada nas RM, tendo em vista o nível de detalhamento requerido aqui para a análise da estrutura de renda dos migrantes oriundos de outros Estados e regiões e o tamanho reduzido dos contingentes.

4.2.2 — Procedência dos Migrantes e Diferenciais de Renda em São Paulo e Rio de Janeiro

Nas Tabelas IV.6 e IV.7 são apresentados os dados sobre a posição relativa dos diversos subgrupos das PEA masculina e feminina residentes nas duas metrópoles nacionais, procedentes das demais regiões. Esse posicionamento foi elaborado a partir de uma *avaliação integral da estrutura de renda de cada grupo frente aos outros*.⁵ No primeiro exame dessas informações, destaca-se a *situação privilegiada dos pequenos contingentes de migrantes procedentes do Centro-Oeste e Norte nas duas RM e, adicionalmente, de sulistas no Rio de Janeiro*. À exceção da população de 10-19 anos, afetada por fatores exógenos já comentados, isto é, frequência escolar, relevância menor da condição migratória, etc., os migrantes procedentes das regiões em foco, tanto homens como mulheres, assumem uma posição sistematicamente mais favorável que qualquer outro grupo. Ademais, a situação dos contingentes na população masculina é claramente mais favorável que a dos naturais nas duas RM; isto ocorre também com relação às mulheres no Rio de Janeiro.

Na RM de São Paulo, a liderança dos migrantes procedentes do Centro-Oeste, seguidos pelos do Norte, é observada em ambos os sexos, em todos os grupos etários acima de 20

⁵ O procedimento utilizado nesta avaliação integral consiste em comparar sucessivamente cada par de distribuições de renda e estabelecer uma hierarquia entre elas, de acordo com a existência de vantagens numéricas nos níveis de renda mais altos e desvantagens correspondentes nos níveis mais baixos. No caso de diferenças assistemáticas ou pouco significativas entre distribuições, atribui-se posicionamento idêntico às distribuições em análise. Estas avaliações são repetidas em observações independentes, sendo analisadas e reconciliadas quaisquer discrepâncias.

TABELA IV.6

POSICIONAMENTO RELATIVO (RANKING) DE RENDA DA PEA MASCULINA POR STATUS MIGRATÓRIO E LUGAR DE PROCEDÊNCIA DOS MIGRANTES, SEGUNDO IDADE: REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO — 1970^a

Idade e Tempo de Residência	São Paulo						Rio de Janeiro							
	Estado de São Paulo	Resto Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Naturais	Estado do Rio de Janeiro	Resto Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Naturais
10—19														
0—5	5	3	5	1	2	5	3	4	4	7	2	3	1	4
6—10	4	4	4	1	7	2	3	5	5	2	2	4	1	5
11 e +	4	2	4	1	2	4	4	5	5	2	4	3	1	5
Total	4	2	4	1	2	4	4	4	4	7	2	2	1	4
20—29														
0—5	4	6	5	2	7	3	1	5	6	1	2	7	2	4
6—10	4	6	4	2	7	1	3	6	6	1	3	5	1	4
11 e +	3	6	4	2	7	1	3	6	6	2	3	4	1	4
Total	4	6	5	1	7	1	1	5	5	1	3	5	1	4
30—39														
0—5	4	6	5	1	7	3	2	5	6	1	3	7	2	4
6—10	4	6	4	2	7	1	2	5	7	1	3	5	2	4
11 e +	5	6	3	2	7	1	3	7	4	1	3	4	1	4
Total	4	6	4	2	7	1	3	5	5	1	3	5	1	4
40 e +														
0—5	3	3	3	3	7	1	1	5	5	1	3	7	1	4
6—10	5	6	4	2	7	1	3	5	7	1	3	5	4	4
11 e +	5	6	3	2	7	1	4	7	6	1	3	4	1	4
Total	4	6	4	2	7	1	3	7	6	1	3	5	1	4
Total														
0—5	4	5	5	1	7	3	2	5	6	2	3	7	1	4
6—10	4	6	4	2	7	1	3	5	7	1	3	5	1	4
11 e +	4	6	3	2	7	1	5	7	5	2	3	4	1	5
Total	4	6	5	2	7	1	3	7	5	2	3	5	1	4
(N)	718,013	22,442	72,356	3,203	313,898	28,146	684,927	407,165	225,463	19,105	14,825	246,886	17,774	662,204

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui estrangeiros e brasileiros naturalizados, assim como a população com renda ou origem não declarada.

TABELA IV.7

**POSICIONAMENTO RELATIVO (RANKING) DE RENDA DA PEA FEMININA POR STATUS
MIGRATÓRIO E LUGAR DE PROCEDÊNCIA DOS MIGRANTES, SEGUNDO IDADE: REGIÕES
METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO — 1970^a**

Idade e Tempo de Residência	São Paulo							Rio de Janeiro						
	Estado de São Paulo	Resto Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Naturais	Estado do Rio de Janeiro	Resto Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Naturais
10—19														
0—5	3	6	3	2	6	5	1	5	5	1	1	4	5	1
6—10	2	5	2	5	5	4	1	4	6	2	1	3	7	4
11 e +	3	6	3	1	6	1	3	5	5	2	1	4	3	5
Total	3	6	3	2	6	5	1	5	5	2	1	4	5	4
20—29														
0—5	2	6	5	2	7	2	1	5	6	2	2	6	2	1
6—10	4	6	5	2	6	2	1	6	6	2	1	5	2	2
11 e +	3	6	3	2	6	1	3	6	6	3	2	5	1	4
Total	4	6	5	3	7	2	1	5	5	3	2	5	1	4
30—39														
0—5	4	5	5	2	7	3	1	5	7	4	2	6	1	2
6—10	4	6	5	1	7	3	2	6	7	1	3	5	1	3
11 e +	4	6	4	2	7	1	3	7	6	2	2	5	1	4
Total	4	6	5	2	7	1	3	7	6	3	2	5	1	4
40 e +														
0—5	3	5	5	2	7	4	1	5	7	3	3	5	2	1
6—10	4	6	5	1	7	3	2	6	7	2	3	5	1	3
11 e +	4	6	4	2	7	1	3	6	6	2	2	5	1	4
Total	4	6	5	2	7	1	3	6	6	3	2	5	1	3
Total														
0—5	3	6	5	2	7	3	1	5	7	3	1	5	4	1
6—10	4	6	5	1	7	2	2	6	7	2	3	5	1	4
11 e +	3	6	3	2	7	1	5	6	6	2	2	4	1	4
Total	3	6	5	2	7	1	3	6	6	3	2	5	1	4
(N)	279,464	102,414	39,975	1,765	115,605	9,849	292,385	152,217	116,258	8,514	9,108	100,001	5,861	257,726

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui estrangeiros e brasileiros naturalizados, assim como a população com renda ou origem não declarada.

anos e em todos os tempos de residência, exceto o de 0-5 anos para o Centro-Oeste. De modo geral, a terceira posição na hierarquia é assumida pelos naturais da RM de São Paulo, seguidos de perto pelos migrantes procedentes de outros municípios do próprio Estado de São Paulo, o maior contingente de todos. Os da região Sul assumem o quinto lugar, embora se observe que o posicionamento do contingente melhora sistematicamente, entre os homens, com o tempo de residência. A penúltima posição pertence aos originários do resto da região Sudeste, isto é, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e o último lugar aos nordestinos, cuja situação é sistematicamente inferior, entre homens e mulheres, em todos os grupos com mais de 20 anos de idade.

Ao serem examinadas as diferenças relativas na estrutura de renda da população da RM de São Paulo, pode-se distinguir, portanto, quatro grandes grupos. O primeiro, muito pequeno, é formado pelos migrantes do Centro-Oeste e Norte, que gozam de uma situação privilegiada. O segundo, e maior, é constituído pelos naturais da RM de São Paulo e pelos procedentes do Estado de São Paulo, seguidos dos da região Sul. No quarto grupo, a um nível bastante inferior dos demais, encontram-se os do resto do Sudeste e do Nordeste do País.

Na RM do Rio de Janeiro, padrões similares em posicionamento e direção são encontrados. Entretanto, os sulistas no Rio de Janeiro, com um contingente muito menor que em São Paulo, disputam com um número similar de migrantes, procedentes do Norte e do Centro-Oeste, a melhor colocação em termos de renda; as diferenças, porém, tendem a favorecer os últimos. O primeiro grupo, no Rio de Janeiro, portanto, é formado por três pequenos contingentes oriundos de regiões muito distantes.

Bastante inferior aos três grupos é a situação dos naturais da RM do Rio de Janeiro, que desfrutam uma vantagem considerável sobre o resto dos migrantes do Estado do Rio de Janeiro (isto é, de municípios que não fazem parte da RM do Rio de Janeiro),⁶ do restante da região Sudeste, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, assim como do Nordeste.

⁶ Embora na época do Censo de 1970 a RM do Rio de Janeiro abrangesse dois Estados, a categoria "procedente de outros municípios do mesmo Estado" inclui apenas outros municípios do ex-Estado do Rio de Janeiro, já que todo o ex-Estado da Guanabara integra a RM do Rio de Janeiro.

Esses três grandes grupos, que constituem cerca de 55% da PEA da RM do Rio de Janeiro e quase 95% de todos os migrantes nessa metrópole, não apresentam diferenças significativas entre si. No confronto direto, observa-se, na população masculina, uma situação de relativa igualdade. É interessante observar, portanto, que, ao contrário do que se registrava em São Paulo, no Rio de Janeiro os nordestinos estão praticamente em igualdade de condições com os migrantes procedentes do próprio Estado do Rio de Janeiro e do Sudeste. Estes, tanto na população masculina como na feminina, encontram-se numa situação claramente inferiorizada com relação a todos os outros grupos.

Desta feita, observa-se no Rio de Janeiro uma estratificação, válida tanto para homens como para mulheres, em três principais categorias segundo a procedência. O estrato mais alto é formado pelo contingente relativamente pequeno de migrantes de três regiões distantes — Sul, Centro-Oeste e Norte — e, o segundo, pelos naturais da RM do Rio de Janeiro. A situação do terceiro grupo, formado por contingentes numerosos, procedentes do Estado do Rio de Janeiro, dos outros Estados da região Sudeste e do Nordeste, dista bastante dos dois anteriores.

Em suma, o exame da situação relativa dos migrantes oriundos de diversas regiões do País e dos naturais das RM de São Paulo e Rio de Janeiro revela uma dimensão adicional bastante significativa no conceito de migrante. Nas análises anteriores, foi demonstrado que nas nove RM, a nível global, somente a população natural de São Paulo e Rio de Janeiro gozava de uma clara vantagem sobre a população migrante; a vantagem diminuía ou mesmo desaparecia com relação aos migrantes mais antigos. *Aqui, fica patente que os pequenos fluxos, vindos diretamente de regiões mais distantes para as metrópoles nacionais, são altamente seletivos e apresentam uma situação de renda mais favorável que as dos próprios naturais do Rio de Janeiro e São Paulo.* Ademais, contrariando todas as observações anteriores, essas vantagens relativas independem em grande parte de sexo, idade — a partir dos 20 anos — e tempo de residência — a partir dos cinco anos.

Por outro lado, *praticamente todos os fluxos de maior dimensão têm, ao nível agregado, uma situação inferiorizada com relação tanto aos pequenos fluxos como à população natural.* Esta afirmação aplica-se especificamente aos migrantes do Sudeste e Nordeste nas duas RM, aos do Sul em São Paulo e aos do Estado do Rio de Janeiro na RM do Rio de Janeiro.

Entretanto, a colocação relativa dos migrantes procedentes dos Estados circundantes de São Paulo e Rio de Janeiro merece uma consideração à parte. Por um lado, é certo que a migração maciça impede uma alta seletividade, mesmo tendo em vista o alto nível de desenvolvimento de uma região, como é o caso do Estado de São Paulo. Ademais, há uma variável complementar decorrente da própria natureza dos dados: utilizam-se aqui informações referentes a procedentes, os quais podem ou não ser naturais da região. Em São Paulo, portanto, considerando esta variável e o fato de que os migrantes procedentes do Estado chegam a se equiparar aos naturais da Região Metropolitana, conclui-se que a situação de renda desses contingentes é razoavelmente alta, tendo em vista seu tamanho e o engrossamento do fluxo pelos naturais de outros Estados e regiões.

No Rio de Janeiro, porém, o número menor de migrantes vindos do Estado encontra-se em situação de nítida desvantagem, equiparando-se, portanto, aos do Nordeste e do resto do Sudeste. Esta observação não chega a surpreender quando se considera a preponderância de naturais do Sudeste e do Nordeste nas migrações procedentes do Estado do Rio de Janeiro (ver Tabela IV.5). Isto é, não há possibilidade de, através desses dados, avaliar a situação relativa dos "fluminenses" (isto é, dos naturais de outros municípios do ex-Estado do Rio de Janeiro) que migraram para a RM do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, é altamente relevante a ascendência dos migrantes chegados do Centro-Oeste e Norte sobre os migrantes do próprio Estado de São Paulo e do Sul, e mesmo sobre os naturais da cidade de São Paulo. Esta constatação, aliada ao fato de que a situação dos sulistas é muito mais favorável no Rio de Janeiro do que em São Paulo (onde o contingente é quatro vezes maior), tenderia a indicar que a situação privilegiada desses pequenos grupos, que não percorreram outras etapas intermediárias, se deve à inter-relação entre distância geográfica, tamanho e seletividade dos fluxos diretos. No caso, tais contingentes seriam, possivelmente, constituídos em proporção significativa por proprietários, comerciantes, profissionais e técnicos.⁷ Como exemplo, pode-se citar o fato de que, na população masculina, entre migrantes antigos (11 anos e

⁷ Pode-se supor que os estudantes universitários vindos de longe para se formarem no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que eventualmente se radicam nessas cidades, constituem proporção importante dos contingentes.

mais de residência), a metade dos migrantes procedentes do Centro-Oeste se encontrava na faixa de renda mais alta tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, comparados com cerca de 15% entre os naturais. (Dados não apresentados.)

Os contingentes maiores, em ambas as cidades, provêm das regiões Sudeste e Nordeste. Nos dois casos, com a exceção dos migrantes de São Paulo, oriundos do próprio Estado, esses grandes grupos encontram-se numa situação global de renda bastante inferior, tanto com relação à população migrante de fluxos menores, quanto à população natural de cada cidade.

A situação menos favorecida dos nordestinos, embora seja relativamente melhor no Rio de Janeiro que em São Paulo, era de certo modo esperada, tendo em vista as características sócio-econômicas da região e a provável influência dos fatores de expulsão na etiologia da sua emigração. De alguma forma, a mesma dinâmica, mantidas as devidas proporções, explicaria o posicionamento dos grandes contingentes de migrantes do Sudeste, particularmente tendo em vista os fortes fatores de expulsão de determinadas regiões estagnadas em Minas Gerais e Espírito Santo.

4.2.3 — Diferenciais de Renda entre Migrantes Nordestinos, segundo Tipos de Migração

A migração da população natural da região Nordeste para o resto do País, mais particularmente para a região Sudeste, tem-se constituído, por sua dimensão, constância e características, no protótipo das migrações brasileiras. Os nordestinos contribuem com uma proporção significativa da PEA total nas duas metrópoles nacionais. Além disso, ficou patente a posição desvantajosa desse grande contingente populacional no Rio de Janeiro e, particularmente, em São Paulo. No entanto, talvez a pergunta mais relevante com relação à massa de migrantes nordestinos não seja "qual é o posicionamento desse contingente com relação a outros grupos migrantes e naturais no Rio de Janeiro e em São Paulo?", mas sim "como se apresenta a situação dos migrantes nordestinos com relação à situação dos que não saíram do Nordeste?"

As informações disponíveis permitem uma avaliação parcial do questionamento através de uma comparação entre a situação de renda dos naturais das RM nordestinas com a dos

migrantes nordestinos que residem em São Paulo e Rio de Janeiro e daqueles que migraram para cada uma das três RM do Nordeste.⁸ Estes movimentos para Salvador, Recife e Fortaleza podem ser subdivididos em dois tipos: migrações intra-estaduais e interestaduais. As Tabelas IV.8 e IV.9 apresentam a estrutura de renda, padronizada por idade, da PEA migrante do Nordeste, segundo tipo de migração e destino, assim como da PEA natural de Salvador, Recife e Fortaleza.

Inicialmente, para estabelecer os termos de referência, pode-se observar na última linha das Tabelas IV.8 e IV.9 que, em termos de volume, *o número de migrantes inter-regionais é muito maior que a soma dos migrantes inter e intra-estaduais para as três RM nordestinas*; o número de nordestinos na PEA de São Paulo é maior que a PEA natural em qualquer RM do Nordeste, enquanto que no Rio de Janeiro a PEA nordestina ultrapassa a PEA natural de Salvador e Fortaleza. Da mesma forma, observa-se que o volume de migrações interestaduais para as RM do Nordeste é relativamente pequeno; *o nordestino que se desloca do seu Estado estaria mais propenso a se destinar a uma das metrópoles nacionais do que a uma capital de outro Estado de sua região.*

No que tange à distribuição de renda dos migrantes nordestinos,⁹ *o aspecto mais saliente na PEA masculina diz respeito à diferenciação radical da pirâmide de renda segundo destino e tipo de migração* (ver Tabela IV.8). De modo geral, poder-se-ia dizer que os *nordestinos em São Paulo e Rio de Janeiro* estão desproporcionalmente concentrados nas duas

⁸ Uma avaliação mais completa evidentemente requereria informações sobre a população natural ou não-migrante do Nordeste, assim como sobre a população migrante na gama completa de classes ou tipos de destinos. No entanto, as informações analisadas aqui abrangem cerca de 1,9 milhão de nordestinos na PEA, o que representa uma proporção significativa do total da PEA oriunda do Nordeste, seja ela migrante ou não.

⁹ Ao contrário do procedimento adotado anteriormente ao se estudar o posicionamento relativo de diversos subgrupos populacionais em São Paulo e no Rio de Janeiro, não se apresenta, nas Tabelas IV.8 e IV.9, uma hierarquização dos diversos contingentes segundo avaliações globais das relativas estruturas de renda. Isto se deve a dois motivos: primeiro, como se observará em seguida, a estrutura de renda dos diversos grupos é tão heterogênea que não se presta a uma hierarquização fácil e implicaria a elaboração de um sistema complexo de pesos para cumprir a avaliação; em segundo lugar, dados os níveis diferenciados do salário mínimo e do custo de vida nas diversas regiões, este sistema de pesos teria que ser adicionalmente reajustado de acordo com os indicadores, o que prejudicaria mais ainda a avaliação global.

TABELA IV.8

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA MASCULINA NORDESTINA, RESIDENTE NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO CENTRO-SUL E NORDESTE, POR STATUS MIGRATÓRIO, TIPO DE MIGRAÇÃO, DESTINO E TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MIGRANTES — 1970 (IDADE PADRONIZADA)

Tempo de Residência e Classes de Renda	Inter-Regional		Interestadual			Intra-Estadual			Naturais		
	São Paulo	Rio de Janeiro	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza
0 — 5 anos											
0 — 100	9	9	14	23	30	20	30	39	—	—	—
101 — 200	49	50	43	34	34	45	40	43	—	—	—
201 — 500	36	32	24	24	17	22	21	13	—	—	—
501 — 1.000	4	5	9	8	10	7	5	3	—	—	—
1.001 e +	1	4	9	10	10	5	3	1	—	—	—
Total (N = 100%)	108.595	70.467	4.587	9.482	3.365	26.820	44.327	26.061	—	—	—
6 — 10 anos											
0 — 100	11	12	17	20	19	18	30	35	—	—	—
101 — 200	38	40	35	37	36	45	41	41	—	—	—
201 — 500	42	33	26	23	27	23	19	16	—	—	—
501 — 1.000	6	9	12	9	7	8	6	4	—	—	—
1.001 e +	2	5	10	12	10	5	3	3	—	—	—
Total (N = 100%)	62.493	36.554	1.903	4.356	1.565	13.626	18.582	12.682	—	—	—
11 e + anos											
0 — 100	9	12	14	19	28	17	27	32	—	—	—
101 — 200	33	32	42	39	36	45	41	39	—	—	—
201 — 500	44	36	22	26	20	24	23	20	—	—	—
501 — 1.000	11	12	10	8	8	7	5	6	—	—	—
1.001 e +	3	7	11	8	8	6	4	3	—	—	—
Total (N = 100%)	142.771	139.834	6.778	17.769	4.896	44.175	62.007	42.307	—	—	—
Total											
0 — 100	9	10	15	21	27	19	29	35	20	29	49
101 — 200	38	38	41	36	35	45	41	40	43	42	31
201 — 500	42	35	23	25	21	24	21	17	24	20	13
501 — 1.000	8	10	10	8	9	7	5	5	8	5	4
1.001 e +	2	6	10	9	9	6	4	2	5	4	3
Total (N = 100%)	313.898	246.886	13.268	31.786	9.826	84.621	124.916	81.050	137.261	184.021	116.101

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

TABELA IV.9

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA FEMININA NORDESTINA, RESIDENTE NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO CENTRO-SUL E NORDESTE, POR STATUS MIGRATÓRIO, TIPO DE MIGRAÇÃO, DESTINO E TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MIGRANTES — 1970 (IDADE PADRONIZADA)

Tempo de Residência e Classes de Renda	Inter-Regional		Interestadual			Intra-Estadual			Naturais		
	São Paulo	Rio de Janeiro	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza
0 — 5 anos											
0 — 100	37	41	68	69	72	75	74	77	—	—	—
101 — 200	49	43	13	14	18	13	16	17	—	—	—
201 — 500	12	12	11	12	6	9	8	4	—	—	—
501 — 1.000	1	3	5	3	2	2	1	1	—	—	—
1.001 e +	—	1	2	2	2	1	—	—	—	—	—
Total (N = 100%)	46.158	32.834	1.996	5.795	1.522	19.603	23.558	13.804	—	—	—
6 — 10 anos											
0 — 100	30	30	58	56	66	65	67	64	—	—	—
101 — 200	50	44	21	19	14	18	17	26	—	—	—
201 — 500	19	20	14	16	12	11	12	8	—	—	—
501 — 1.000	1	4	6	6	5	4	3	1	—	—	—
1.001 e +	—	2	2	2	2	1	1	1	—	—	—
Total (N = 100%)	24.997	16.514	840	2.369	771	7.803	6.313	5.914	—	—	—
11 e + anos											
0 — 100	23	26	43	53	54	57	62	58	—	—	—
101 — 200	48	39	27	25	23	24	22	29	—	—	—
201 — 500	25	26	19	16	16	13	12	10	—	—	—
501 — 1.000	3	7	7	5	4	4	3	2	—	—	—
1.001 e +	1	3	3	2	2	2	1	1	—	—	—
Total (N = 100%)	44.446	51.629	2.664	7.732	2.258	21.029	24.835	16.764	—	—	—
Total											
0 — 100	30	32	56	62	62	66	69	67	52	57	66
101 — 200	49	40	19	18	21	17	17	23	26	25	22
201 — 500	18	20	14	14	11	10	11	8	16	14	9
501 — 1.000	2	5	7	4	4	4	2	2	4	3	2
1.001 e +	1	2	3	2	2	2	—	1	2	1	1
Total (N = 100%)	115.605	101.001	5.464	16.716	4.551	48.440	56.710	36.482	55.204	68.102	42.600

Fontes: FIBGE, *Tabelações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

faixas intermediárias de renda, isto é, Cr\$ 101-200 e Cr\$ 201-500. Isto equivale a dizer que os nordestinos, nas duas metrópoles nacionais, servem para preencher as necessidades de mão-de-obra não qualificada e semiquificada, cujos rendimentos se situam em torno, ou um pouco mais acima, do salário mínimo. Vale observar, porém, que a situação desses grupos em São Paulo e Rio de Janeiro tende a melhorar sistematicamente à medida que aumenta o tempo de residência daqueles que se mantêm na PEA, isto é, observa-se um esvaziamento de participação na faixa de Cr\$ 101-200, que inclui a metade dos migrantes recentes, a favor de maior concentração nas duas faixas de renda imediatamente superiores.

A característica mais marcante da distribuição de renda dos *migrantes interestaduais* para as RM do Nordeste é a sua maior dispersão através de todas as faixas, inclusive as de renda mais alta, onde a proporção é bem maior que aquela observada em São Paulo e Rio de Janeiro. Ou seja, os fluxos interestaduais, de dimensões reduzidas, teriam uma certa seletividade positiva análoga àquela observada anteriormente nos pequenos fluxos de regiões distantes para São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, os fluxos interestaduais para Salvador, Recife e Fortaleza incluem também grande proporção de pessoas nos níveis de renda mais baixa. Internamente, a distribuição de renda dos migrantes interestaduais é mais favorável em Salvador e não tanto em Fortaleza. Globalmente, não se verifica uma evolução significativa de renda dos migrantes interestaduais à medida que aumenta seu tempo de residência em qualquer uma das três cidades.

Quanto à *migração intra-estadual*, os baianos, pernambucanos e cearenses que migraram para as capitais dos seus respectivos Estados encontram-se claramente em situação inferiorizada quando comparados com os migrantes interestaduais nas mesmas cidades. Os intra-estaduais são caracterizados por maior concentração nas faixas de renda mais baixa e proporções menores nas faixas médias e superiores. Por outro lado, apresentam diferenças mais pronunciadas segundo a RM de destino, onde, novamente, a situação é mais favorável em Salvador do que Recife e mais nesta do que em Fortaleza. No que se refere à evolução de sua posição no mercado de trabalho, a distribuição de renda é alterada positiva e significativamente, segundo o tempo de residência, apenas em Fortaleza. Se, em termos globais, a situação de renda dos migrantes intra-estaduais é nitidamente inferior à dos interestaduais, as

diferenças entre cidades são ainda mais pronunciadas; os intra-estaduais de melhor situação em Salvador se aproximam bastante dos interestaduais de pior situação em Fortaleza.

Por fim, ao se comparar a *população natural* com os migrantes inter e intra-estaduais nas respectivas cidades de destino, em termos de renda, observa-se, de um lado, que os naturais estão em pior situação que os interestaduais, independentemente do tempo de residência e da localidade; por outro lado, sua situação assemelha-se bastante à dos migrantes intra-estaduais em Salvador e Recife, enquanto que em Fortaleza, cuja estrutura de renda é a menos favorável de todas, a situação dos naturais chega inclusive a ser superada por aquela dos intra-estaduais. Comparadas entre si, as distribuições de renda dos naturais nas três cidades correspondem aos padrões observados anteriormente para os migrantes, ou seja, mais favorável em Salvador e menos em Fortaleza.

Entre as mulheres nordestinas que se encontram na PEA das diversas localidades em estudo, a situação aparentemente favorece muito mais as que se deslocaram para São Paulo e Rio de Janeiro do que aquelas que migraram, ou continuam residindo, numa RM do Nordeste (ver Tabela IV.9). Isto se deve exclusivamente à grande concentração da PEA feminina do Nordeste na classe de renda mais baixa (até Cr\$ 100). É verdade que as *migrantes interestaduais* tendem a ter uma proporção maior nas duas classes de renda mais alta — o que ratificaria a hipótese de seletividade positiva. No entanto, esta representação nos estratos superiores é muito reduzida e a grande maioria se encontra na classe de menor renda, ao passo que em São Paulo e Rio de Janeiro o grupo mais numeroso se concentra na faixa intermediária, que abrange o salário mínimo da época.

As *migrantes intra-estaduais*, da mesma forma que na PEA masculina, ocupam o mais baixo escalão entre os três tipos de migrantes, em função de sua maior representação na classe de renda mais baixa. Entretanto, é interessante observar que, ao contrário do que acontecia entre os homens, a situação de renda das migrantes evolui positivamente com o tempo de residência em todos os tipos de fluxos, fato este que pode estar ligado a maior evasão seletiva do mercado de trabalho, das migrantes menos qualificadas, o que provavelmente não acontece entre os homens.

Ao contrário do que se observou entre os homens, a PEA *natural feminina* nas três RM nordestinas ocupa uma posição privilegiada na estrutura de renda das suas respectivas cidades. As naturais situam-se aproximadamente como as migrantes interestaduais recentes e antigas, em termos de renda, tendo, portanto, uma vantagem sobre as intra-estaduais, mas não em relação às mais antigas em Fortaleza.

Finalmente, pode-se observar que as diferenças na estrutura de renda das migrantes e naturais nas RM variam no mesmo sentido que entre os homens, isto é, a estrutura de renda de Salvador é um pouco mais favorável que em Recife e muito mais que em Fortaleza.

Em suma, o exame da estrutura de renda da população migrante nordestina revela padrões de diferenciação bastante claros segundo o tipo de migração e destino. Inicialmente, vale salientar a atração que exercem São Paulo e Rio de Janeiro, particularmente a primeira, sobre a população do Nordeste. Para cada 100 homens na PEA das três RM nordestinas, 160 residem em São Paulo ou Rio de Janeiro; entre as mulheres, a proporção é de 100 para 130.

Os migrantes que se dirigem para as metrópoles nacionais conseguem ultrapassar o mais baixo escalão de renda, mas, em compensação, são sub-representados nos níveis mais altos. O número reduzido de nordestinos que atravessam uma fronteira estadual para chegar a uma RM regional é de composição heterogênea, sendo encontrado em todos os níveis de renda. Os intra-estaduais estão bastante inferiorizados com relação aos interestaduais nas mesmas cidades. Por último, os naturais somente conseguem ultrapassar os interestaduais recentes entre os homens; na PEA feminina, as naturais somente perdem para as migrantes interestaduais mais antigas das mesmas cidades. O tempo de residência da população migrante tende a favorecer de forma positiva a posição da PEA feminina como um todo e da masculina no Rio de Janeiro e São Paulo, mas exerce uma influência mínima nos fluxos inter e intra-estaduais masculinos para as RM do Nordeste.

A maior proporção de migrantes interestaduais encontrados nas faixas de renda mais alta confirmaria a relação inversa observada anteriormente entre dimensão dos fluxos e seletividade. Isto é, os grandes fluxos, no caso migrações inter-regionais e intra-estaduais, comportariam menor proporção de pessoas qualificadas do que nos fluxos mais reduzidos. Mesmo havendo maior seletividade de elementos mais capacita-

dos nos fluxos menores, a análise tem demonstrado que a *inserção da população migrante é determinada pelo nível de desenvolvimento da sociedade receptora*, haja vista a maior concentração de migrantes, inclusive de interestaduais, nos níveis de renda mais baixos no Nordeste do que no Centro-Sul e a situação, tanto de migrantes inter e intra-estaduais como de naturais, na RM de Salvador, superior à de Recife e nesta à de Fortaleza.

De alguma forma, portanto, a preferência pelas RM do Centro-Sul parece justificada em termos da configuração de renda da maioria, isto é, embora o pequeno contingente de migrantes interestaduais tenha uma proporção maior nos níveis de renda mais alta, a parcela de homens e mulheres nordestinos que percebem uma renda aproximada ou superior ao salário mínimo é mais alta em São Paulo e Rio de Janeiro do que nas RM do Nordeste. Estas diferenças são grandes demais para serem explicadas em função de variações do salário mínimo ou do custo de vida regional. Ou seja, a possibilidade de escapar ao escalão mais baixo de renda é maior nas RM do Centro-Sul; tal vantagem é particularmente evidente entre as mulheres. Ademais, é significativo que a evolução positiva dos rendimentos, segundo o tempo de residência, é sistemática para ambos os sexos em São Paulo e Rio de Janeiro, mas apenas para as mulheres nas RM do Nordeste.

A aparente racionalidade desses movimentos no entanto não deve ser exagerada. Inicialmente, pode estar havendo uma seletividade natural nos diversos fluxos, a qual influencia o sentido das comparações entre grupos. Ademais, deve ser lembrado que, ao ser comparada a situação de nordestinos em São Paulo e Rio de Janeiro com a de outros grupos populacionais nas mesmas cidades, aqueles se encontram geralmente em situação desvantajosa. Da mesma forma, a assinalada melhoria de renda segundo o tempo de residência pôde apenas significar, no caso dos homens, uma reemigração dos estratos mais baixos da população e, no caso das mulheres, uma evasão seletiva do mercado de trabalho em função tanto da reemigração como da impossibilidade de continuar trabalhando devido ao acréscimo de responsabilidades domésticas.

Tendo em vista, porém, a situação mais desvantajosa dos migrantes intra-estaduais e o tamanho reduzido dos fluxos interestaduais, parcialmente mais favorecidos, parece que a opção Rio de Janeiro—São Paulo para os migrantes nordestinos não seja a pior, muito embora os salários percebidos por eles

nessas cidades de forma alguma possam ser confundidos com uma renda que permita uma qualidade de vida relativamente adequada.

Quanto às migrações para as RM do Nordeste, a comparação de renda entre migrantes e naturais nessas cidades indica que, pelo menos entre os homens, a situação dos migrantes é globalmente equiparável ou mesmo superior à dos naturais. Presumindo uma correlação direta entre níveis de desenvolvimento e oportunidades econômicas, traduzidas, operacionalmente, em termos de uma estrutura de renda mais favorável, poder-se-ia afirmar que o deslocamento para as RM nordestinas tem acarretado, ao nível agregado, uma certa melhoria para esses migrantes. No entanto, a precariedade da premissa exige esforços adicionais de investigação na área.

4.3 — Resumo e Conclusões

O aspecto mais contundente que resulta da análise da distribuição de renda nas RM brasileiras é a desproporcional concentração de indivíduos, independentemente de *status* migratório, nas faixas de baixa remuneração. Essa concentração chega a mascarar e condicionar mais diretamente o sentido dos diferenciais de renda entre migrantes e naturais que as participações destes no topo da distribuição.

No conjunto das metrópoles, os diferenciais de renda favorecem ligeiramente os homens migrantes, exceto em São Paulo e Rio de Janeiro, e significativamente as mulheres não-migrantes em todas as RM. Em ambos os casos, os migrantes conseguem melhoria de renda quanto maior o tempo de permanência no mercado de trabalho, enquanto a influência do componente etário não chega a alterar decisivamente os padrões dos diferenciais anteriores.

A situação relativa de renda dos grupos componentes da população de São Paulo e Rio de Janeiro revela um quadro que surpreende frente aos conceitos tradicionais sobre o papel da migração na estrutura econômica das grandes cidades. Saliante-se, de um lado, a seletividade altamente positiva dos pequenos fluxos procedentes de regiões distantes — mesmo daquelas regiões cujo nível de desenvolvimento é inferior ao

da cidade de atração — e, de outro, a situação negativa dos grandes fluxos, destacando-se o nordestino cuja situação é inferior à de todos os demais.

Os migrantes nordestinos dirigem-se mais para as metrópoles nacionais, especialmente para São Paulo, do que para qualquer RM de sua região. Esses migrantes inter-regionais atingem, em média, situação de renda superior a todos os grupos populacionais das metrópoles nordestinas — Salvador, Recife e Fortaleza — e superam os próprios naturais, que se equiparam aos migrantes interestaduais. Estes, por sua vez, levam nítida vantagem sobre os intra-estaduais. Entretanto, a situação de renda desses grupos, assim como dos migrantes inter-regionais, além de ser condicionada pela estrutura sócio-econômica das RM de destino, demonstra uma relação direta entre renda e tempo de residência, tanto para homens quanto para mulheres.

O quadro sugere que a inserção da população migrante nos mercados de trabalho é significativamente condicionada pelo nível de desenvolvimento da metrópole de destino e, em nível menor, pela inter-relação entre distância geográfica, tamanho e seletividade dos fluxos.

CAPÍTULO V — POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E AS ESTRUTURAS DE RENDA E OCUPAÇÃO

5.1 — Posição na Ocupação

A abordagem da situação relativa de migrantes e naturais, feita através da análise de suas respectivas posições na estrutura ocupacional, resulta ser *per se* pouco conclusiva.

Por um lado, como mostram os dados da Tabela V.1, *existem poucas diferenças significativas quanto à posição dos respectivos grupos na estrutura ocupacional*. Decerto, entre os homens em todas as RM, os naturais têm uma proporção maior de sua PEA na categoria “sem remuneração”, enquanto os migrantes apresentam maior proporção como empregadores, exceto em São Paulo. No entanto, essas duas categorias incluem uma parte mínima de toda a PEA e, portanto, as diferenças por condição migratória, nitidamente favoráveis aos migrantes, não são significativas em termos quantitativos.

Por outro lado, cerca de 95% das PEA masculina e feminina são compostas de empregados e autônomos. *A priori*, não se pode inferir quanto à superioridade de uma ou outra categoria, particularmente tendo em vista a heterogeneidade de níveis, *status* e rendimentos ali englobados, e a possibilidade de uma inserção diferenciada por *status* migratório dentro de cada categoria. As variações da participação da PEA migrante e natural nas categorias empregados e autônomos são assistemáticas entre as RM. A percentagem da PEA masculina migrante na categoria autônomos é maior em cinco cidades e menor nas outras quatro. De modo geral, quando numa de-

TABELA V.1

**POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%) DA PEA POR STATUS
MIGRATÓRIO ^a E SEXO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Sexo e Posição na Ocupação ^b	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	M	N	M	N	M	N	M	H	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N
a) Homens																		
E	80,3	81,5	81,6	84,2	79,9	79,2	79,7	74,1	77,5	63,4	76,9	77,8	78,4	77,6	70,8	68,0	73,3	78,2
A	16,3	14,1	14,4	11,8	16,1	14,8	16,7	18,8	18,6	29,0	19,4	17,5	17,4	18,6	25,2	26,6	22,5	18,6
E	2,4	2,8	2,8	1,6	2,1	1,9	2,4	2,1	2,6	2,1	1,5	0,9	2,8	1,8	1,5	0,8	2,2	1,0
SR	1,1	1,6	1,1	2,3	1,9	4,1	1,3	2,9	1,3	5,5	2,1	3,8	1,5	2,5	2,4	4,6	2,0	2,2
Total	100,1	100,0	99,9	99,9	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0
b) Mulheres																		
E	90,3	92,1	88,9	92,0	84,4	88,4	88,0	89,4	89,2	85,4	80,5	81,3	80,0	77,6	76,0	73,1	82,3	83,6
A	7,7	6,1	9,7	6,3	13,8	9,5	9,5	7,6	8,4	8,8	17,2	15,7	18,0	19,8	21,6	24,4	15,6	14,8
E	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2	0,5	0,4	0,2	0,2	0,3	0,2
SR	1,6	1,5	1,1	1,4	1,5	1,9	2,2	2,7	2,0	5,4	2,1	2,7	1,5	2,2	2,3	2,3	1,8	1,3
Total	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0

Sexo e Posição na Ocupação ^b	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Belém	
	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA
a) Homens																		
E	88,0	75,0	88,0	78,4	83,3	76,9	85,2	76,2	82,2	73,5	82,5	73,8	84,8	74,7	74,5	68,5	76,7	71,0
A	9,7	20,6	9,2	16,9	12,6	18,8	11,6	19,8	14,7	22,1	13,9	22,7	11,4	21,0	20,2	28,2	17,8	25,0
E	0,7	3,6	0,9	3,9	1,2	3,1	1,0	3,2	1,5	3,5	1,0	1,9	1,4	3,5	0,8	2,1	1,9	2,7
SR	1,6	0,8	1,9	0,8	3,0	1,2	2,2	0,8	1,7	0,9	2,7	1,6	2,4	0,8	4,5	1,3	3,5	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0
b) Mulheres																		
E	94,1	87,5	93,5	86,4	90,4	79,8	91,5	85,8	91,4	86,9	90,4	72,9	91,4	69,9	84,4	69,4	90,3	75,6
A	3,9	10,6	4,8	12,3	7,2	18,7	5,1	12,2	5,4	11,0	7,3	25,1	6,6	28,0	12,2	28,8	6,7	22,8
E	0,1	0,7	0,1	0,6	0,1	0,5	0,2	0,5	0,2	0,7	0,1	0,4	0,1	0,3	—	0,3	0,1	0,6
SR	2,0	1,3	1,6	0,8	2,3	1,1	3,3	1,5	3,0	1,5	2,1	1,7	1,9	1,8	3,4	1,6	2,7	1,1
Total	100,1	100,1	100,0	100,1	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	99,8	100,1

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, o MINTER, *Programa de Migrações*.

^a M = total migrante, MR = migrantes recentes, MA = migrantes antigos e N = total não-migrante.

^b E = empregados, A = autônomos, Ê = empregadores e SR = trabalhadores sem remuneração.

terminada RM os migrantes têm preponderância relativa na categoria autônomos, apresentam uma desvantagem de magnitude similar na categoria empregados, e vice-versa. Na PEA feminina, os dados são ainda menos conclusivos. Além do mais, ao se padronizar idade (dados não apresentados), vários diferenciais são alterados ou invertidos de forma assistemática.

Entretanto, é interessante observar na Tabela V.1 que, ao se comparar a posição na ocupação dos migrantes recentes com a dos antigos, diferenças sistemáticas são encontradas. Em todas as RM, os migrantes antigos, tanto homens quanto mulheres, exibem uma proporção bastante superior nas categorias autônomos e empregadores e uma representação menor nas categorias empregados e sem remuneração em relação aos recentes. Inclusive, nota-se que os migrantes antigos teriam uma proporção significativamente maior nas categorias empregadores e autônomos do que os próprios naturais. Mais uma vez, existe certa ambigüidade quanto ao significado de uma preponderância na categoria autônomos devido à heterogeneidade desta. Contudo, ao se examinarem esses dados em conjunto, poder-se-ia supor que a condição de autônomos implicaria uma situação mais privilegiada para os migrantes antigos, situação esta adquirida com a antiguidade e maior conhecimento do mercado.

Neste particular, é interessante notar que, ao se padronizar a idade na Tabela V.2, os diferenciais anteriores entre migrantes recentes e antigos se reduzem de maneira considerável. Isto indica que, de fato, o migrante antigo é, de modo geral, mais velho que o recente, e que a antiguidade realmente é crucial na constituição dos grupos autônomos e empregadores. Por outro lado, vale ressaltar que, mesmo depois de se controlar idade, os antigos continuam acusando proporções superiores nas categorias empregadores e autônomos, o que demonstraria a importância de uma familiarização com o mercado local para o ingresso nesses dois grupos e/ou uma rejeição pelo mercado de certos grupos ocupacionais, que provocam um revezamento na categoria empregados.¹

¹ Por outro lado, os dados utilizados não informam sobre a constituição das categorias autônomos e empregados em termos de poder econômico ("pequenos" e "grandes negócios"); neste caso, não se pode excluir a possibilidade de estar havendo um esvaziamento de empregados do setor formal a favor de uma participação maior como autônomos ou pequenos empregadores no setor informal. Esta alternativa, evidentemente, também requer uma familiarização mínima com o mercado local, a qual seria, supostamente, adquirida com a maior permanência nas metrópoles.

TABELA V.2
**POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%) DA PEA MIGRANTE^a POR
 TEMPO DE RESIDÊNCIA E SEXO (IDADE PADRONIZADA):
 REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Sexo e Posição na Ocupação ^b	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre		Curitiba		Recife		Salvador		Fortaleza		Bolíem	
	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA	MR	MA
a) Homens																		
E	85,7	80,6	86,1	81,5	80,6	78,4	83,1	80,6	81,4	77,7	80,8	74,3	82,4	76,0	72,8	71,6	75,6	73,2
A	10,7	14,7	9,4	12,4	13,6	14,9	12,2	14,9	14,7	17,4	13,9	17,8	12,6	17,9	19,7	22,2	17,6	20,7
—	0,9	2,3	0,9	2,4	1,2	2,1	1,1	2,1	1,5	2,4	0,9	1,2	1,8	2,2	0,9	1,3	1,8	1,7
SR	2,8	2,5	3,7	3,8	4,7	4,7	3,7	2,5	2,5	2,6	4,5	6,8	3,3	3,9	6,6	4,9	5,0	4,4
Total	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1
b) Mulheres:																		
E	90,8	89,5	91,0	89,6	84,4	83,6	88,1	88,6	87,0	89,5	85,6	78,9	85,7	76,5	76,6	74,0	81,6	80,8
A	6,7	8,4	6,9	8,8	11,9	14,0	7,9	8,7	8,7	8,4	11,8	18,0	11,7	20,8	19,5	22,8	11,7	17,4
—	0,2	0,5	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,1	0,5	0,4	0,5	0,0	0,2	0,3	0,4
SR	2,4	1,7	2,0	1,3	3,5	2,1	3,7	2,4	3,8	1,7	2,6	2,6	2,3	2,3	4,0	3,1	6,4	1,5
Total	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,0	100,1	100,1	100,0	100,1	100,1	100,1	100,1	100,0	100,1

Fontes: FIBGE, *Tabulações Espaciais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

^b E = empregados, A = Autônomos, — = empregadores e SR = trabalhadores sem remuneração.

Em resumo, a heterogeneidade das posições ocupacionais utilizadas acima, ao agregarem dimensões variadas da força de trabalho em agrupamentos gerais, impede que se decida pela presença de melhores condições dos grupos migrante e natural no mercado de trabalho. No entanto, é bastante interessante a constatação da presença de diferenças sistemáticas entre grupos de migrantes recentes e antigos nas RM, as quais parecem favorecer uniformemente os mais antigos.

5.2 — Posição na Ocupação e Renda

O tamanho e a heterogeneidade das categorias autônomos e empregados prejudicam, portanto, a análise do posicionamento relativo de subgrupos populacionais, permitindo detectar apenas os padrões mais acentuados, como no caso da diferenciação entre migrantes antigos e recentes. No entanto, parece inegável a alta relevância da posição na ocupação para a composição de estratos e classes sociais na sociedade capitalista. Sendo assim, a observação conjunta de posição na ocupação e renda deve propiciar elementos para melhor avaliar a estrutura do mercado de trabalho e definir mais precisamente o campo de análise.

5.2.1 — PEA Masculina

A consideração das posições ocupacionais em relação à estrutura de renda na Tabela V.3 revela, no conjunto, padrões de estratificação muito similares entre a maioria das RM. *As condições de renda tendem a beneficiar os empregadores em primeiro lugar, em seguida os autônomos e, por último, os empregados.*² Apenas em Recife, Salvador e Fortaleza os empregados atingem, possivelmente, situações semelhantes às dos autônomos. Mesmo assim, se as diferenças de renda de um

² Este quadro indicativo da distribuição da PEA pelas categorias ocupacionais, com alterações pouco significativas para os propósitos deste trabalho, se mantém quando se consideram, isoladamente, os agrupamentos de migrantes e naturais (dados não apresentados).

grupo ao outro nestas três RM não se mostram conclusivas, pelo menos tendem a indicar uma pequena vantagem relativa a favor dos autônomos.

Levando em conta o *status* migratório, conforme os dados da Tabela V.3, verifica-se, em termos gerais, que os *naturais em São Paulo e Rio de Janeiro* encontram-se em melhores condições de renda que os migrantes em quase todas as posições ocupacionais. Como empregadores, a vantagem relativa dos primeiros manifesta-se na última faixa de renda, enquanto que para as posições restantes, empregados e autônomos, nas duas últimas faixas — à exceção da situação dos autônomos no Rio de Janeiro, que é pouco conclusiva.

Nas demais RM, em algumas ligeiramente e noutras significativamente, a situação de renda dos migrantes mostra-se mais favorável que a dos naturais em todas as posições ocupacionais, à exceção dos empregadores em Porto Alegre. Nota-se, além disso, que as diferenças mais pronunciadas de participação a favor dos migrantes dão-se entre autônomos e empregados, particularmente nas duas últimas faixas de renda. No caso dos empregadores, a última faixa de renda é a discriminante.

Em suma, observa-se que nos dois grupamentos de RM observados (São Paulo e Rio de Janeiro, de um lado, e as demais, do outro), a diferença de renda entre migrantes e naturais é sempre menor entre os empregadores em relação às demais posições ocupacionais; os autônomos apresentam a seguir os melhores níveis relativos de renda, e os migrantes (exceção de São Paulo), enquanto autônomos e empregados, se constituem nas opções ocupacionais onde se verificam as maiores diferenças relativas de renda em relação aos naturais. Tais observações permitem inferir que a condição migratória entre os empregadores tem pouca relevância, que, à exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, os migrantes estão decididamente em melhores condições econômicas no mercado de trabalho e, finalmente, que os autônomos e empregados têm menor representação de naturais, fato este que seria influenciado, predominantemente, pela maior freqüência destes às escolas na faixa de 10-19 anos, em comparação aos migrantes.

TABELA V.3

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a E RENDA (%) DA PEA MASCULINA
 POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais e Condição Migratória	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte			Porto Alegre			Curitiba		
	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê
1 — 100															
M	3.1	3.0	0.0	2.8	5.3	0.2	6.1	10.1	0.2	3.0	5.4	0.0	4.6	6.3	0.0
N	8.1	3.4	0.0	4.6	9.5	0.1	11.1	15.9	0.6	6.4	12.5	0.3	9.8	21.0	0.4
101 — 200															
M	25.5	15.3	0.9	31.4	24.5	3.4	38.5	27.3	3.2	33.7	22.4	2.1	29.0	22.0	1.5
N	22.5	12.3	0.3	28.4	28.5	2.4	40.4	30.6	3.7	37.8	33.0	2.0	35.2	35.6	5.0
201 — 500															
M	45.6	40.9	11.1	41.9	39.0	21.6	37.4	33.0	15.1	41.9	37.2	17.9	44.3	38.4	15.4
N	38.0	34.6	8.0	39.4	34.4	15.1	33.5	30.0	18.2	35.4	30.6	15.6	38.1	28.1	20.0
501 — 1000															
M	17.2	26.4	28.8	14.3	20.4	32.9	10.0	17.8	27.7	13.0	21.8	32.7	12.7	19.6	28.3
N	20.4	29.5	27.0	16.4	16.7	31.8	9.0	13.9	29.4	12.5	14.4	31.3	10.6	9.7	25.2
1001 e +															
M	8.0	14.3	59.1	9.6	10.8	41.9	7.9	11.7	53.9	8.4	13.2	47.3	9.3	13.8	54.8
N	12.1	20.2	64.6	11.2	11.8	50.6	5.9	9.6	48.1	8.0	9.5	50.8	6.3	5.6	49.4
Total ^c															
M	100.0	99.9	99.9	100.0	100.0	100.0	99.9	99.9	100.0	100.0	100.0	100.0	99.9	100.1	100.0
N	100.0	100.0	99.9	100.0	99.9	100.0	99.9	100.0	100.0	100.1	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Rendimentos Mensais e Condição Migratória	Recife			Salvador			Fortaleza			Belém		
	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê
1 — 100												
M	10.3	20.4	0.5	5.1	11.1	0.1	17.9	26.9	0.8	6.1	9.4	0.0
N	13.4	27.2	0.0	7.7	16.0	0.4	33.8	45.9	3.8	6.7	12.7	0.4
101 — 200												
M	42.9	36.8	2.2	43.0	26.7	3.5	45.3	36.2	4.0	43.3	33.4	2.0
N	48.3	39.4	2.0	44.5	44.7	3.6	39.5	31.1	7.4	47.2	38.3	2.8
201 — 500												
M	30.0	25.6	14.6	30.7	28.9	15.0	23.6	24.3	19.0	32.3	33.8	10.9
N	27.4	21.9	17.5	31.1	26.3	15.7	17.6	15.6	15.1	32.5	32.8	15.4
501 — 1000												
M	8.6	10.2	24.7	10.8	13.4	25.3	7.5	8.7	29.4	10.0	15.2	27.7
N	6.5	7.4	29.2	10.5	8.1	25.3	5.3	5.0	26.4	8.9	10.6	28.6
1001 e +												
M	8.1	7.0	58.0	9.7	9.8	56.1	5.7	4.0	47.8	8.3	8.2	59.5
N	4.4	4.1	51.4	6.3	5.0	55.0	3.8	2.5	47.2	4.7	5.6	52.8
Total ^c												
M	99.9	100.0	100.0	100.1	99.0	100.0	100.0	100.1	100.0	100.0	100.0	100.1
N	100.0	100.0	100.1	100.1	100.1	100.0	100.0	100.1	99.9	100.0	100.0	100.0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a E = empregados, A = autônomos e Ê = empregadores.

^b M = migrantes e N = não-migrantes.

^c Exclusivo os trabalhadores sem remuneração.

As distribuições dos grupos de migrantes³ pelas posições ocupacionais em relação às condições de renda das RM refletem comportamentos semelhantes. Os migrantes empregados, autônomos e empregadores apresentam melhoria sensível em suas rendas quanto mais tempo permanecem vinculados aos mercados de trabalho metropolitanos. *As informações disponíveis (ver Tabela V.4) indicam que ocorre um reajustamento na distribuição de renda ao longo do tempo de permanência que beneficia progressivamente os migrantes mais antigos.* A intensidade e os níveis desse reajustamento diferem, no entanto, entre as RM⁴ e entre as posições ocupacionais.

De modo geral, as situações de renda das três posições ocupacionais apresentam-se relativamente mais favoráveis aos migrantes das RM do Centro-Sul, destacando-se São Paulo e Rio de Janeiro, no sentido de que a intensidade e os níveis de reajustamento nas distribuições respectivas conferem, dos migrantes recentes aos antigos, vantagens significativas de posicionamento nas estruturas de renda em comparação com as outras RM. Neste caso, ambos os grupos de migrantes concentram-se menos nas faixas de renda baixa e mais nas de renda alta. Ademais, salienta-se que a vantagem de renda dos migrantes nas RM do Centro-Sul é acentuada, na medida em que o tamanho de seus contingentes em todas as posições ocupacionais, à exceção de Curitiba, é superior àquele das demais metrópoles (Recife, Salvador, Fortaleza e Belém).

Quanto à diferenciação migratória pelas posições ocupacionais, algumas observações adicionais são apropriadas. A melhoria na situação de renda dos autônomos é relativamente mais acentuada que a dos migrantes empregados em todas as RM quanto mais tempo permanecem eles no mercado de trabalho. Assim é que, entre os autônomos, a participação rela-

³ É necessário acrescentar que, devido ao grande número de informações disponíveis — três categorias ocupacionais x quatro grupos de tempo de residência x cinco classes de renda x nove áreas metropolitanas — procurou-se simplificar a apresentação dos resultados pela consideração de apenas dois (grupos) de tempo de residência — zero/dois anos, ou os “migrantes recentes”, e 11 anos e mais, ou os “migrantes antigos”. Vale notar, todavia, que as conclusões tomadas a partir da consideração dos dois subgrupos de migrantes escolhidos foram elaboradas pela verificação adicional da situação dos demais subgrupos (dados não apresentados). Essa observação é também válida para o caso da análise da PEA feminina que será feita a seguir.

Entendo como *intensidade* a variação observada nas participações dos indivíduos nas faixas consideradas e como *níveis* os valores absolutos dessas participações.

TABELA V.4

**POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a E RENDA (%) DA PEA MIGRANTE MASCULINA
POR TEMPO DE RESIDÊNCIA:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Rendimentos Mensais e Tempo de Residência	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte			Porto Alegre			Curitiba			
	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	
1 — 100																
MR	4,3	5,5	0,1	4,4	8,0	0,3	9,1	16,6	0,7	3,0	8,8	0,0	8,6	10,4	0,0	
MA	2,0	2,3	0,0	2,1	4,3	0,1	4,2	7,4	0,1	2,2	4,3	0,0	2,6	5,1	0,0	
101 — 200																
MR	39,1	25,0	2,3	42,8	34,3	3,2	47,8	33,3	6,7	44,5	31,3	3,6	39,3	29,9	5,3	
MA	18,4	12,4	0,6	26,0	21,2	3,2	31,6	23,5	2,1	28,8	19,7	1,7	22,2	18,9	0,9	
201 — 500																
MR	41,9	43,2	13,3	37,0	38,2	18,6	31,4	28,7	21,9	37,5	37,2	22,2	36,8	38,5	16,9	
MA	45,7	39,2	9,9	43,2	38,7	21,0	40,5	33,4	13,6	43,0	36,3	16,5	47,5	39,0	15,1	
501 — 1.000																
MR	9,5	17,6	30,5	9,3	13,0	30,9	6,6	14,7	23,7	8,6	14,9	38,3	7,9	13,8	27,2	
MA	22,3	29,3	28,3	16,9	23,2	33,6	13,0	20,6	27,7	15,5	24,2	32,4	16,3	22,3	29,5	
1.001 e +																
MR	5,2	8,8	53,8	6,5	6,4	47,1	5,2	6,6	46,9	5,5	7,8	35,9	7,3	7,4	50,6	
MA	11,6	16,7	61,2	11,9	12,6	42,1	10,8	15,1	56,5	10,5	15,5	49,4	11,4	15,7	54,5	
Total ^c																
MR	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	100,1	100,1	99,9	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	
MA	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Rendimentos Mensais e Tempo de Residência	Recife			Salvador			Fortaleza			Beloém			
	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	
1 — 100													
MR	14,3	20,9	0,0	10,8	15,8	0,0	28,6	36,3	0,0	9,4	15,0	0,0	
MA	7,8	19,6	0,6	3,6	10,1	0,0	13,4	24,2	1,1	4,7	7,6	0,0	
101 — 200													
MR	43,0	37,1	2,4	47,5	42,4	4,3	48,2	39,3	2,7	47,2	43,0	2,2	
MA	42,2	36,0	2,0	39,9	34,4	3,2	41,8	34,0	4,1	39,8	29,9	1,3	
201 — 500													
MR	26,4	25,8	17,9	25,5	21,4	16,2	13,9	16,7	30,2	23,1	25,9	15,4	
MA	32,8	26,0	13,6	33,1	30,4	14,7	28,4	27,3	16,7	37,3	34,5	10,9	
501 — 1.000													
MR	8,2	10,7	18,8	7,6	11,7	34,1	4,8	5,2	24,8	8,0	9,9	30,9	
MA	8,9	10,7	24,7	12,3	13,9	23,4	9,7	9,8	28,8	10,7	18,6	28,6	
1.001 e +													
MR	8,1	6,5	60,9	8,5	8,7	45,4	4,6	2,5	42,3	12,2	6,2	61,5	
MA	8,4	7,8	59,1	11,2	11,2	58,6	6,8	4,8	49,3	7,5	9,4	59,2	
Total ^c													
MR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	
MA	100,1	100,1	100,0	100,1	100,0	99,9	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: FIDGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a E = empregados, A = autônomos e Ē = empregadores.

^b MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

^c Exclusivo os trabalhadores sem remuneração.

tiva dos migrantes recentes em relação aos antigos se acentua além da faixa de renda de maior participação de indivíduos. Em outras palavras, para os empregados, a faixa de renda de maior participação tende a ser apenas uma, enquanto para os autônomos a tendência é a de que a faixa de renda de maior participação perca gradativamente sua importância relativa a favor da que se lhe segue acima. Esta tendência é encontrada em todas as RM dos migrantes recentes aos antigos.⁵ Estes, por seu turno, chegam a superar a situação dos naturais em todas as RM, como empregados e autônomos, embora em São Paulo e Rio de Janeiro a diferença seja pequena.

Quanto aos empregadores, registram-se duas considerações. Primeiro, seu número, pelo menos em Recife, Salvador, Fortaleza e Belém, é bastante reduzido em relação às outras RM, o que afeta sensivelmente uma análise mais detalhada. Segundo, a faixa de maior concentração de indivíduos localiza-se na faixa de maior renda, à exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, isto é, os empregadores se apresentam relativamente em pior situação de renda justamente nas duas RM mais desenvolvidas. Assim sendo, caberia a pergunta: como São Paulo e Rio de Janeiro remuneraram, em média, relativamente menos os empregadores migrantes? Ou, de outro modo, o que aconteceria com a situação de renda dos empregadores nas demais RM se os seus grupos tivessem tamanho absoluto próximo ao do Rio de Janeiro e São Paulo? Neste caso, a concorrência seria possivelmente maior e, portanto, também maior a probabilidade de as rendas médias daqueles grupos diminuir. Por outro lado, deveria também alterar a composição da categoria em termos de grandes e pequenos empregadores, o que inevitavelmente redundaria em outros resultados.

Diante das estruturas de renda, portanto, distingue-se claramente a hierarquia empregadores/autônomos/empregados para migrantes e naturais em todas as RM.

5.2.2 — PEA Feminina

A situação de renda das mulheres, segundo seu posicionamento ocupacional nos mercados de trabalho das RM, difere daquela apresentada pelos homens em dois aspectos significa-

⁵ As exceções aparentes de Belo Horizonte e Rio de Janeiro deixam de sê-lo quando se acompanha o sentido das participações por todos os grupos de migrantes (dados não apresentados).

tivos. As diferenças localizam-se na sua participação como autônomas e empregadas. *De um lado, observa-se ligeira vantagem relativa das empregadas sobre as autônomas, no que se refere à participação mais acentuada daquelas nas faixas de renda alta. De outro lado, verifica-se que este novo comportamento ocupacional se manifesta em agrupamentos de metrópoles diferentes dos anotados para a PEA masculina.*

De modo geral, no entanto, como se verificou entre os homens, a hierarquia das posições na ocupação entre as mulheres apresenta, para o conjunto das RM, as empregadoras em melhores situações relativas de renda (ver Tabela V.5). Mas como os níveis e as diferenças de participação na renda nesta categoria são pouco significativos na maioria das metrópoles — devido ao número reduzido de mulheres — buscar-se-á analisar somente as variações de participação nas duas outras posições.

Apenas em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba a situação de renda das autônomas mostra-se superior à das empregadas. Esta vantagem relativa é expressa em geral nas três últimas faixas de renda. Nas demais, as situações de renda entre as duas posições ocupacionais mostram vantagens relativas para as empregadas, ligeiramente em Belo Horizonte e Belém e claramente nas demais. Nesses casos, as desvantagens relativas das autônomas expressam-se nas faixas de renda mais baixas. Ao conferir estes padrões com os dados da Tabela V.1, deduz-se que, *grosso modo*, a situação de renda das autônomas varia inversamente com o tamanho relativo da categoria e diretamente com o nível de desenvolvimento da RM.

Dentro do quadro geral apresentado, a consideração do *status* migratório permite que se destaquem comportamentos ocupacionais e situações de renda específicos da PEA feminina nos mercados de trabalho metropolitanos. Deste modo, percebem-se variações nas participações de migrantes e naturais nas distribuições de renda como empregadas e autônomas, conforme os dados da Tabela V.5.

Em geral, a situação relativa de renda tende a beneficiar as naturais em todas as RM, com algumas alterações, no entanto, na posição de autônomas. Neste caso, verifica-se que em Belo Horizonte e Belém o *status* migratório não chega a ser relevante e em Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Fortaleza as migrantes apresentam uma ligeira vantagem sobre as naturais. O número de empregadas, todavia, é substancialmente maior que o de autônomas e, em conseqüência, as melhores condições relativas de renda a favor das migrantes au-

TABELA V.5

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a E RENDA (%) DA PEA FEMININA POR CONDIÇÃO
MIGRATÓRIA:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais e Condição Migratória	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte			Porto Alegre			Curitiba		
	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê
1 — 100															
M	20,6	20,0	0,5	27,4	33,9	1,5	49,6	51,2	2,1	29,7	24,1	0,0	33,4	20,0	0,0
N	16,7	15,6	0,4	20,4	33,7	0,8	39,8	50,0	0,0	25,5	29,5	0,0	27,7	34,3	3,2
101 — 200															
M	41,8	28,0	1,7	39,9	31,8	9,5	25,1	25,6	3,4	39,9	35,5	7,4	35,1	31,5	6,8
N	33,1	27,7	2,1	28,2	31,2	8,1	31,8	28,0	11,3	37,5	33,3	8,3	37,5	32,5	4,8
201 — 500															
M	28,1	35,1	22,2	23,2	24,9	28,2	19,7	16,9	26,9	24,7	28,8	28,5	24,6	34,4	25,0
N	35,4	36,9	20,5	36,0	23,1	24,2	22,7	17,3	30,2	28,5	26,5	37,0	28,5	23,2	35,2
501 — 1.000															
M	7,7	12,2	33,6	6,9	6,9	31,5	4,3	4,5	39,4	5,5	8,8	38,0	5,5	10,4	35,8
N	11,7	14,0	32,8	11,5	8,7	30,2	4,7	2,7	36,8	9,1	7,6	23,2	4,8	6,9	34,4
1.001 e +															
M	2,4	4,6	40,1	2,8	2,6	29,3	1,4	1,8	28,1	1,3	2,9	26,1	1,5	3,8	32,4
N	3,1	5,8	44,2	4,0	3,3	36,7	1,0	1,9	21,7	1,3	3,1	31,5	1,5	3,0	22,4
Total															
M	100,1	99,9	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	100,0	99,9	100,1	100,1	100,0	100,1	100,1	100,0
N	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Rendimentos Mensais e Condição Migratória	Recife			Salvador			Fortaleza			Belém		
	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê	E	A	Ê
1 — 100												
M	59,7	68,2	4,3	59,7	57,7	1,6	57,7	69,7	6,0	58,2	56,0	0,0
N	46,3	70,9	2,8	38,8	60,1	2,0	55,5	75,2	5,1	38,6	53,6	0,0
101 — 200												
M	20,0	18,7	9,8	19,7	24,0	3,3	27,7	20,7	6,0	23,4	24,3	7,0
N	30,3	18,6	7,6	31,3	25,8	7,4	28,7	17,8	5,1	38,0	28,8	0,0
201 — 500												
M	15,0	9,6	30,7	14,0	13,2	26,1	10,8	7,6	35,8	10,1	14,5	35,1
N	18,3	8,0	38,6	21,7	10,9	38,6	12,0	5,3	19,2	17,3	13,1	30,4
501 — 1.000												
M	4,0	2,3	30,7	4,8	3,2	38,7	2,7	1,5	17,9	2,6	3,9	35,1
N	3,9	1,8	15,9	6,3	2,3	22,3	2,9	1,3	41,0	4,8	3,0	40,2
e +												
M	1,3	1,2	24,5	1,8	1,8	32,2	1,1	0,5	34,3	0,7	1,3	22,8
N	1,2	0,7	35,2	2,0	0,8	29,7	0,9	0,4	29,5	1,3	-1,5	29,4
Total												
M	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	100,0	100,0	100,1	100,1	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTÉR, *Programa de Migrações*.

^a E = empregadas, A = autônomas e Ê = empregadoras.

^b M = migrantes e N = não-migrantes

* Excluídas as trabalhadoras sem remuneração.

tônomas reflete apenas um predomínio aparente e de pouco significado em termos dos diferenciais migratórios no conjunto das RM.

Com relação ao grupo migrante, observa-se que, de uma maneira geral, a distribuição de renda é mais ou menos semelhante em todas as RM (ver Tabela V.6), ou seja, elevam-se os níveis médios de renda das migrantes recentes em relação às antigas. Neste caso, as empregadas aparecem com uma melhoria significativa de renda; as autônomas, mais em algumas RM e menos em outras, e as empregadoras constituem pequeno contingente no conjunto da PEA feminina e, portanto, têm representatividade limitada, com melhoria menos acentuada de renda quanto maior tempo permanecem vinculadas aos mercados de trabalho metropolitanos. Entretanto, são variados a intensidade e o nível de reajustamento da participação na PEA feminina migrante, no tempo, dentro da estrutura de renda das RM.

Entre as empregadas, a melhoria de sua situação de renda é claramente notada quando se confronta a faixa de renda de maior concentração de migrantes com as últimas faixas. Neste caso, em todas as RM verifica-se que, enquanto declina a participação da faixa de maior concentração de mulheres, aumenta a participação nas últimas faixas de renda pela absorção de grande parte daquelas. Ademais, as migrantes antigas conseguem melhores situações relativas de renda que as naturais ligeiramente em Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza e claramente em Recife e Salvador.

Entre as autônomas, a melhoria da situação de renda, dado o tempo de residência, afigura-se de forma menos sistemática, com pequenas alterações de sentido de participação na renda entre migrantes recentes e antigas, muito embora, para o conjunto das RM, persista a vantagem relativa das últimas. Apenas em Recife e Salvador constata-se ligeira tendência a retrocesso nos ganhos de renda das migrantes antigas, quando, então, nas faixas de renda baixa as participações destas aumentam relativamente mais. Nas demais metrópoles, no entanto, as migrantes antigas colocam-se em condições mais favoráveis com intensidades variadas de melhoria na situação de renda. Estas, inclusive, chegam a superar às das naturais em Porto Alegre e Curitiba.

Quanto às empregadoras, a situação de renda das migrantes como tal não permite generalizações para o conjunto das RM. Isto porque seu tamanho reduzido faz com que a representatividade dos valores encontrados nas respectivas dis-

TABELA V.6

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a E RENDA (%) DA PEA MIGRANTE FEMININA POR
TEMPO DE RESIDÊNCIA:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Rendimentos Mensais e Tempo de Residência	São Paulo			Rio de Janeiro			Belo Horizonte			Porto Alegre			Curitiba		
	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē
1 — 100															
MR	33,4	31,6	2,4	44,5	33,9	0,0	69,5	53,2	0,0	47,6	31,2	0,0	54,5	21,1	0,0
MA	13,9	16,6	0,2	19,9	32,7	1,7	34,8	49,7	3,0	21,3	22,3	0,0	19,7	18,9	0,0
101 — 200															
MR	44,7	31,5	11,3	39,1	31,5	9,8	17,6	25,0	0,0	34,1	38,9	21,1	29,8	34,5	18,2
MA	36,6	27,0	2,8	37,7	32,7	8,7	29,6	27,0	4,7	40,4	33,8	6,1	37,6	29,0	3,5
201 — 500															
MR	17,1	27,6	26,6	12,7	25,4	19,5	11,3	14,9	24,0	15,8	19,2	18,4	13,5	31,7	18,2
MA	35,2	37,1	21,8	28,7	25,1	28,3	26,0	17,2	26,0	28,9	31,2	30,7	31,7	37,0	32,5
501 — 1.000															
MR	3,9	7,2	31,5	2,7	6,8	42,7	1,2	4,4	32,0	2,2	7,1	28,9	1,7	10,3	45,5
MA	10,6	14,0	32,9	9,5	7,0	31,7	7,2	4,5	36,6	7,4	9,5	36,0	8,5	10,7	33,3
1.001 e +															
MR	0,9	2,1	28,2	1,0	2,4	28,0	0,3	2,6	44,0	0,3	3,6	31,6	0,4	2,4	18,2
MA	3,6	5,4	42,3	4,1	2,6	29,6	2,4	1,6	29,8	2,0	3,3	27,2	2,5	4,3	30,7
Total ^c															
MR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,1
MA	99,9	100,1	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	100,0

Rendimentos Mensais e Tempo de Residência	Recife			Salvador			Fortaleza			Belém		
	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē	E	A	Ē
1 — 100												
MR	76,0	66,2	26,7	81,8	51,3	0,0	81,3	70,8	0,0	80,6	57,6	0,0
MA	45,8	68,5	2,7	38,3	50,0	2,0	41,2	69,0	0,0	42,6	55,7	0,0
101 — 200												
MR	13,1	21,3	26,7	10,0	24,1	0,0	15,2	20,9	0,0	12,6	19,7	0,0
MA	26,0	18,5	7,1	27,6	24,2	2,0	34,6	20,9	7,3	38,8	24,4	9,5
201 — 500												
MR	9,3	10,1	20,0	6,3	17,0	50,0	2,7	7,0	0,0	5,3	20,5	0,0
MA	20,0	9,4	27,7	21,7	11,9	24,1	17,6	8,0	29,1	14,0	13,4	31,0
501 — 1.000												
MR	1,1	2,1	0,0	1,4	4,7	0,0	0,5	1,0	0,0	1,2	2,3	60,0
MA	6,2	2,2	37,5	8,8	3,0	39,7	4,8	1,6	21,8	3,6	5,0	33,3
1.001 e +												
MR	0,4	0,3	26,7	0,5	2,9	50,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,0	40,0
MA	2,0	1,4	25,0	3,5	1,9	32,2	1,7	0,5	41,8	1,2	1,6	26,2
Total ^c												
MR	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,1	100,0
MA	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a E = empregadas, A = autônomas e Ē = empregadas.

^b MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigas.

^c Exclusivo das trabalhadoras sem remuneração.

tribuições de renda não facilite conclusões seguras. Na realidade, observam-se tendências assistemáticas na participação desta categoria nas estruturas de renda das metrópoles. No entanto, a valerem os resultados de São Paulo e Rio de Janeiro como representativos da distribuição de renda entre as empregadoras em condições semelhantes de tamanho populacional, pode-se dizer que existe uma melhoria relativa de renda das migrantes recentes em relação às antigas.

Finalmente, observou-se, como no caso dos homens, que a melhoria na situação de renda das migrantes que permanecem nos mercados de trabalho metropolitanos é proporcionalmente mais acentuada nas cinco RM do Centro-Sul, destacando-se São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas metrópoles, a participação na renda das migrantes recentes são menores nas faixas de renda baixa e a das migrantes antigas são maiores nas faixas de renda alta, em relação às demais metrópoles.

5.3 — Posição na Ocupação e Ocupação

Nesta seção, abordar-se-á a distribuição das posições ocupacionais em termos de estratos ocupacionais agregados, no conjunto das RM. Como já explicado no Capítulo III, a estratificação das ocupações foi realizada tomando-se em consideração o nível médio de renda e de educação associado a cada uma delas; portanto, a análise da posição na ocupação por estratos ocupacionais acrescenta à anterior a dimensão educacional. Desta forma, é possível admitir que os resultados daí decorrentes não difiram muito dos precedentes (posição na ocupação *versus* renda) para o conjunto das RM, muito embora possam ocorrer pequenas alterações em algumas categorias ocupacionais e/ou RM, não só pela influência relativa da variável educação, como também pelo fato de que as cinco faixas de renda não sejam necessariamente compatíveis com os intervalos de renda associados aos cinco estratos ocupacionais obtidos por meio do índice de posição social.

5.3.1 — PEA Masculina

A análise das distribuições das posições ocupacionais pelos estratos ocupacionais permite concluir, de imediato, que a hie-

*rarquia*⁶ empregadores/autônomos/empregados/trabalhadores sem remuneração se mantém para o conjunto das RM (ver Tabela V.7). Os empregadores concentram-se mais nas ocupações dos Estratos 3, 4 e 5; neste caso, nas RM do Centro-Sul, à exceção do Rio de Janeiro, o último estrato é proporcionalmente maior do que os outros, enquanto que nas RM restantes o terceiro estrato supera os demais. Os autônomos ocupam-se mais nas atividades dos Estratos 1, 2 e 3; por seu turno, nas RM do Centro-Sul, os Estratos 2 e 3 absorvem a maioria dos indivíduos, enquanto nas RM restantes os dois primeiros estratos são predominantes. Os empregados também se encontram, como os autônomos, distribuídos proporcionalmente mais nos Estratos 1, 2 e 3, embora existam diferenças significativas nas estruturas ocupacionais das duas categorias. Nas RM do Centro-Sul, os Estratos 2 e 3 são os mais representativos, ressaltando o primeiro (2), enquanto nas demais RM as atividades dos indivíduos predominam nos Estratos 1 e 2. Finalmente, os trabalhadores sem remuneração distribuem-se proporcionalmente mais nos Estratos 1 e 4 em todas as RM, embora em algumas delas os Estratos 2 e 3 assumam valores significativos.

A introdução do status migratório na análise permite a observação de padrões diferenciados de inserção das posições ocupacionais no mercado de trabalho das RM. Assim, verifica-se que somente no Rio de Janeiro e São Paulo os naturais superam os migrantes nas três posições ocupacionais. O predomínio relativo dos naturais reflete-se, em geral, por sua participação maior nos três últimos estratos ocupacionais e, conseqüentemente, menor nos dois primeiros, em comparação aos migrantes.

Nas demais RM, migrantes e naturais se alternam em termos de melhores situações ocupacionais alcançadas através das atividades desempenhadas no mercado de trabalho. Os migrantes atingem situação mais favorável que os naturais como empregadores apenas em Fortaleza; como autônomos em todas as RM, exceto nas metrópoles nacionais; como empregados em Curitiba, Recife, Fortaleza e Belém. Os naturais têm predomínio sobre os migrantes na categoria empregadores em todas as RM deste grupo, à exceção de Fortaleza, e na categoria empregados apenas em Porto Alegre. Finalmente, as situações

⁶ Esta hierarquia é entendida na medida em que as categorias ocupacionais se distribuem pelos estratos ocupacionais. Estes, como foram ordenados segundo um índice de posição social, determinam, então, a superioridade relativa de cada uma daquelas categorias.

TABELA V.7

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ^a DA PEA MASCULINA POR OCUPAÇÃO E STATUS
MIGRATÓRIO: ^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Ocupação e Status Migratório	São Paulo				Rio de Janeiro				Belo Horizonte				Porto Alegre				Curitiba				
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	
Ocupação 1																					
M	32,1	20,8	0,8	43,3	39,0	22,7	0,6	16,3	34,7	25,1	0,3	33,2	30,2	16,6	0,6	19,3	28,9	16,7	0,4	16,7	
N	24,7	16,0	0,4	62,8	11,2	21,5	0,7	51,7	33,5	24,7	0,2	50,9	32,0	21,3	0,4	60,1	20,9	15,6	0,5	62,9	
Ocupação 2																					
M	42,0	38,2	1,3	6,9	35,8	41,3	1,3	4,4	35,8	34,9	0,8	12,8	38,3	36,5	1,7	11,5	38,3	40,4	1,8	6,6	
N	33,7	38,4	1,2	17,9	40,8	44,8	0,8	16,1	35,1	39,4	1,6	18,6	31,3	37,0	1,4	25,4	35,9	45,2	1,5	18,1	
Ocupação 3																					
M	16,3	32,2	30,8	2,9	15,0	27,7	58,7	4,0	17,5	31,5	36,4	3,0	18,4	34,8	39,3	10,7	18,9	30,3	31,2	0,0	
N	27,3	30,9	25,2	6,0	30,5	21,3	52,8	5,2	20,4	26,4	33,1	4,9	22,4	28,9	33,8	3,6	20,6	26,9	32,4	2,8	
Ocupação 4																					
M	7,0	5,4	12,4	46,6	6,4	4,3	12,5	73,2	7,7	5,9	23,4	50,6	9,4	6,6	16,0	53,7	9,4	7,1	20,4	76,7	
N	10,5	8,4	14,1	13,1	11,2	5,6	15,0	26,9	7,3	5,2	24,9	25,6	10,1	6,6	20,7	9,7	8,9	6,3	14,9	16,2	
Ocupação 5																					
M	2,7	3,4	54,7	0,4	3,8	4,0	25,8	2,0	4,2	4,5	39,0	0,4	3,8	5,4	42,4	4,8	4,5	5,4	46,2	0,0	
N	3,9	6,3	59,0	0,2	6,3	6,7	30,7	0,0	3,7	4,3	40,2	0,0	4,3	6,3	43,7	1,2	4,3	6,1	50,7	0,0	
Total																					
M	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	
N	100,1	100,0	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	
Ocupação e Status Migratório	Recife				Salvador				Fortaleza				Belém								
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR					
Ocupação 1																					
M	37,8	34,6	0,0	29,4	37,3	29,7	1,2	17,6	38,3	30,0	0,6	47,1	36,4	33,6	0,4	16,9					
N	39,4	38,0	0,0	54,6	32,8	30,4	0,0	54,3	40,2	34,4	0,4	59,4	35,7	33,4	0,9	37,5					
Ocupação 2																					
M	35,0	28,7	2,0	6,8	35,3	31,5	1,0	5,8	35,4	28,1	0,2	5,3	38,4	25,6	0,3	5,2					
N	35,7	33,0	3,0	23,9	39,1	41,0	2,1	30,8	34,4	29,7	1,2	15,4	36,7	34,5	0,9	11,1					
Ocupação 3																					
M	15,6	31,7	45,6	9,4	15,8	32,9	56,9	7,9	16,2	38,2	38,3	5,1	15,0	36,0	53,9	4,0					
N	16,0	24,5	42,4	6,1	18,4	23,3	52,8	2,4	16,0	31,0	45,7	3,1	17,3	26,7	41,1	12,5					
Ocupação 4																					
M	7,8	2,9	15,3	51,9	7,0	3,6	17,0	68,8	6,9	2,6	20,4	42,5	6,5	3,3	16,8	73,9					
N	6,0	2,7	14,7	15,4	6,4	2,9	16,4	12,5	6,4	2,6	21,5	20,5	5,4	3,0	22,2	38,9					
Ocupação 5																					
M	3,8	2,1	37,1	2,4	4,6	2,3	24,0	0,0	3,2	1,2	40,5	0,0	3,7	1,5	28,0	0,0					
N	2,9	1,8	40,0	0,0	3,3	2,4	28,6	0,0	3,0	1,4	31,2	1,6	2,9	2,5	34,9	0,0					
Total																					
M	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					
N	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0					

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a Ê = empregados, A = autônomos, E = empregadores e SR = trabalhadores sem remuneração.

^b M = migrantes e N = naturais.

TABELA V.8
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a DA PEA MASCULINA MIGRANTE POR OCUPAÇÃO E
TEMPO DE RESIDÊNCIA:^b REGIÃO METROPOLITANA — 1970

Ocupação o Tempo de Residência	São Paulo				Rio de Janeiro				Belo Horizonte				Porto Alegre				Curitiba			
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR
Ocupação 1																				
MR	42,2	26,4	1,1	37,6	48,4	28,4	0,2	9,6	46,1	29,2	0,0	22,9	36,2	19,6	1,0	10,4	37,3	21,9	0,0	18,5
MA	26,4	18,5	0,7	46,4	34,2	21,0	0,7	16,9	28,0	13,7	0,3	42,2	27,4	15,9	0,4	23,0	23,2	15,0	0,2	23,0
Ocupação 2																				
MR	39,0	43,1	1,1	4,7	33,4	44,7	1,7	4,5	33,1	36,3	0,0	8,9	39,8	38,9	4,6	7,5	38,4	42,7	1,1	6,0
MA	42,3	36,6	1,2	7,2	36,3	40,0	1,3	6,9	36,1	34,7	1,0	15,6	37,5	35,7	1,4	15,6	37,5	39,9	2,2	18,0
Ocupação 3																				
MR	12,5	24,1	33,9	1,4	11,5	20,7	53,5	5,1	13,9	29,3	35,9	1,7	15,6	33,2	38,6	13,1	14,6	28,4	36,3	0,0
MA	18,9	34,9	30,0	4,0	17,0	29,9	59,0	4,7	19,8	33,5	35,3	1,5	19,3	34,7	37,8	5,9	21,8	30,9	27,6	0,0
Ocupação 4																				
MR	4,1	3,6	14,8	55,6	3,9	3,7	17,1	78,3	4,7	3,4	35,0	66,5	5,8	5,5	24,6	66,6	6,5	4,8	16,5	75,5
MA	9,1	6,2	12,2	40,5	7,9	4,5	12,1	69,4	10,2	7,3	21,4	39,3	11,2	7,2	15,3	44,8	11,6	7,3	20,9	59,0
Ocupação 5																				
MR	2,1	2,8	49,0	0,7	2,7	2,6	27,5	2,5	2,2	1,8	29,2	0,0	2,7	2,8	31,2	2,4	3,3	2,1	46,2	0,0
MA	3,2	3,8	56,0	0,0	4,7	4,7	27,0	2,0	5,9	5,7	42,1	1,5	4,6	6,5	45,1	10,6	6,1	6,9	49,1	0,0
Total																				
MR	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1	100,0
MA	99,9	100,0	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1	99,9	100,0	99,9	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0

Ocupação o Tempo de Residência	Recife				Salvador				Fortaleza				Belém							
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR				
Ocupação 1																				
MR	40,1	38,0	0,0	34,8	45,9	31,4	3,0	20,9	49,0	37,9	0,0	55,6	41,8	43,8	2,9	22,7				
MA	35,7	33,2	0,0	24,8	32,1	28,7	1,3	23,0	33,6	20,4	0,8	34,3	32,8	28,5	0,0	5,0				
Ocupação 2																				
MR	34,3	29,3	3,6	9,7	32,6	33,1	2,0	4,5	34,1	23,6	0,0	0,0	35,7	26,3	0,0	9,3				
MA	35,4	28,6	1,9	7,8	37,4	31,4	1,0	3,3	36,5	28,9	0,3	11,8	40,6	26,7	0,0	0,0				
Ocupação 3																				
MR	15,3	28,8	39,3	5,8	12,5	31,2	54,3	11,9	10,6	36,4	41,9	13,0	12,3	25,6	47,8	0,0				
MA	16,0	32,5	46,1	10,2	16,8	33,7	59,0	4,1	17,6	38,2	37,6	4,9	15,7	39,4	58,4	6,3				
Ocupação 4																				
MR	7,1	2,4	14,8	50,7	5,1	3,0	20,4	62,7	4,0	1,6	26,4	31,5	5,6	3,1	27,2	68,0				
MA	8,6	3,3	15,1	54,9	8,1	3,8	15,0	69,7	8,3	2,9	19,4	49,0	6,9	3,5	11,8	88,8				
Ocupação 5																				
MR	3,2	1,9	44,4	0,0	4,0	1,3	40,4	0,0	2,3	0,5	31,8	0,0	4,7	1,3	22,1	0,0				
MA	4,3	2,3	36,9	2,4	5,6	2,4	24,7	0,0	4,0	1,7	42,9	0,0	3,9	1,8	29,8	0,0				
Total																				
MR	100,0	99,9	100,1	100,0	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	100,1	100,1	100,0	100,0				
MA	100,0	99,9	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	99,9	100,0	100,1				

Fontes: FIDBE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a E = empregados, A = autônomos, Ê = empregadores e SR = trabalhadores sem remuneração.

^b MR = migrantes recentes e MA = migrantes antigos.

relativas de migrantes e naturais na categoria empregados em Belo Horizonte e Salvador apresentam-se praticamente semelhantes.⁷

Quanto à situação ocupacional dos migrantes nota-se, na Tabela V.8, que se processa no sentido de uma melhoria gradativa na maioria dos mercados de trabalho metropolitanos. Neste caso, a vantagem dos migrantes antigos sobre os recentes é verificada em todas as RM para as categorias autônomos e empregados. O mesmo ocorre na categoria empregadores, com exceção do Rio de Janeiro, Recife e Belém, onde a situação ocupacional dos migrantes antigos é ligeiramente inferior à dos recentes, mas não na dos trabalhadores sem remuneração, à exceção de Recife, Salvador e Fortaleza, onde os migrantes antigos superam os recentes. Vale acrescentar, finalmente, que os antigos chegam a superar as condições ocupacionais dos naturais (participação destes relativamente inferior nos últimos estratos) nas categorias autônomos e empregados na maioria das RM, à exceção do Rio de Janeiro e São Paulo. Na categoria empregadores a situação ocupacional dos dois grupos tende a se equivaler, analisando-se todos os estratos, embora os naturais cheguem a superar ligeiramente os migrantes antigos pelo menos em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Finalmente, os naturais são superados pelos migrantes antigos como trabalhadores sem remuneração em todas as RM.

5.3.2 — PEA Feminina

Nas estruturas ocupacionais das RM, a inserção no mercado de trabalho das mulheres pelas posições assumidas nas ocupações reflete claramente a hierarquia empregadoras/empregadas/autônomas/trabalhadoras sem remuneração. Apenas em São Paulo e Porto Alegre observa-se uma reversão de tendência para as categorias empregadas e autônomas, onde estas levam ligeira vantagem sobre aquelas.

⁷ Quanto aos trabalhadores sem remuneração, embora não se possa literalmente decidir por vantagens de migrantes e naturais, pode-se, pelo menos em relação à situação ocupacional, argumentar que a experiência adquirida em atividades hierarquicamente mais favorecidas deve proporcionar melhores condições de desempenho ocupacional em comparação com pessoas que nunca trabalharam. Neste sentido, os migrantes desta categoria, que ocupam predominantemente o quarto estrato, estão em melhor situação que os naturais, concentrados no primeiro estrato.

Analisando esta hierarquia em cada RM, pode-se distinguir padrões de estratificação ocupacional bem definidos. As empregadoras têm maior representação nos três últimos estratos em todas as RM, exceto Belém, onde não existem atividades desempenhadas pelas mulheres no último estrato. Apenas em São Paulo verifica-se peso relativo maior de atividades no último estrato, enquanto nas demais o terceiro é proporcionalmente mais representativo. Empregadas e autônomas distribuem-se com maior frequência entre os Estratos 1 e 3 em todas as RM e o primeiro estrato é relativamente superior. Entretanto, as empregadas superam as autônomas, fora São Paulo e Porto Alegre, em geral pela maior participação destas no primeiro estrato da hierarquia. Por fim, as trabalhadoras sem remuneração concentram-se mais nas atividades dos Estratos ocupacionais 1, 3 e 4. Destes, o primeiro e o último são os mais representativos na maioria das RM.

Com relação ao status migratório, os dados da Tabela V.9 indicam superioridade das naturais sobre as migrantes em todas as RM, embora existam exceções em algumas delas para determinadas posições ocupacionais. Em São Paulo e Rio de Janeiro, a vantagem das naturais manifesta-se nas três primeiras posições da hierarquia, enquanto na categoria trabalhadoras sem remuneração a tendência anterior se inverte. Em Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, o predomínio das naturais limita-se à situação ocupacional das empregadas e autônomas, já que são superadas pelas migrantes como empregadoras e trabalhadoras sem remuneração. Finalmente, nas restantes RM, as naturais apresentam vantagens na estrutura ocupacional como empregadas e empregadoras, à exceção de Belém; como autônomas, exceto Salvador; e como trabalhadoras sem remuneração, sem exceção.

A situação ocupacional das mulheres migrantes, nos mercados de trabalho metropolitanos, segundo os dados da Tabela V.10, apresenta variações tanto com relação às posições ocupacionais quanto às RM, muito embora, no conjunto, o resultado seja positivo. Desta forma, em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, a situação ocupacional das migrantes antigas em todas as posições e ocupações é superior àquela apresentada pelas migrantes recentes. Nas demais RM, observa-se que este padrão se mantém apenas para as empregadas; no caso das autônomas em Porto Alegre, Recife e Salvador percebem-se situações ocupacionais praticamente semelhantes entre migrantes recentes e antigas e em Belo Horizonte, Fortaleza e Belém a inserção com o decorrer do tempo de residência

TABELA V.9

**POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a DA PEA FEMININA POR OCUPAÇÃO E STATUS
MIGRATÓRIO:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Ocupação e Status Migratório	São Paulo				Rio de Janeiro				Belo Horizonte				Porto Alegre				Curitiba				
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	
Ocupação 1																					
M	69,1	64,0	2,2	48,7	69,8	60,8	0,7	13,7	66,2	82,6	0,0	19,5	64,9	61,7	1,6	27,5	64,1	60,0	2,3	15,7	
N	49,7	54,9	0,8	62,6	46,6	72,9	1,3	32,8	56,3	77,9	3,8	50,0	57,2	58,0	2,3	50,2	53,6	51,2	3,2	33,1	
Ocupação 2																					
M	7,3	8,9	3,8	5,9	5,3	3,3	3,9	8,8	4,7	4,2	3,4	6,6	6,5	13,5	2,9	8,2	6,0	9,2	1,7	0,7	
N	8,0	11,1	3,9	3,2	6,8	4,3	1,8	5,4	5,4	6,0	11,3	11,4	5,9	12,0	6,8	3,8	6,4	10,5	2,4	0,0	
Ocupação 3																					
M	19,6	22,5	35,4	12,8	19,4	11,9	56,6	22,9	23,7	10,5	51,7	24,2	22,2	20,4	49,9	22,3	23,9	24,4	51,1	24,8	
N	26,6	26,6	32,0	15,3	38,2	15,8	52,7	24,8	32,9	11,9	48,1	0,0	30,1	24,8	59,9	24,4	33,9	32,6	61,6	18,9	
Ocupação 4																					
M	3,4	3,3	17,0	32,3	4,5	3,0	20,0	53,4	4,7	1,6	25,4	49,2	5,7	2,3	16,2	40,7	5,0	5,3	19,3	57,8	
N	4,7	5,0	16,6	18,5	7,1	4,6	20,1	37,2	4,8	2,6	17,9	38,6	5,9	2,8	19,8	21,5	5,1	3,5	17,6	48,0	
Ocupação 5																					
M	0,6	1,3	41,8	0,3	1,0	1,1	18,7	1,4	0,8	1,0	19,5	0,5	0,7	2,2	29,4	1,3	1,0	1,1	25,6	0,9	
N	0,9	2,4	48,6	0,4	1,4	2,4	24,1	0,0	1,0	1,7	18,9	0,0	0,9	2,4	11,3	0,0	1,0	2,2	15,2	0,0	
Total																					
M	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	
N	99,9	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	

Ocupação e Status Migratório	Recife				Salvador				Fortaleza				Belém				
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	
Ocupação 1																	
M	70,2	82,4	2,3	22,1	70,8	83,6	1,2	26,9	65,4	81,4	0,0	14,2	73,3	81,3	0,0	3,8	
N	60,7	84,6	0,0	29,4	53,6	82,6	3,5	43,1	61,3	84,8	0,0	53,8	56,1	81,3	0,0	19,0	
Ocupação 2																	
M	4,5	2,6	4,1	1,8	4,2	1,3	1,0	6,7	5,6	3,0	6,0	1,3	3,8	2,9	0,0	1,9	
N	6,0	2,6	5,4	7,8	7,1	2,2	0,0	9,8	5,1	1,9	0,0	0,0	5,3	3,2	0,0	0,0	
Ocupação 3																	
M	20,1	13,9	67,8	8,4	19,0	13,4	70,2	12,3	23,2	14,9	47,8	18,8	19,2	13,1	68,4	26,9	
N	27,9	11,4	47,7	18,3	30,9	13,6	56,4	6,5	27,1	12,6	52,4	15,4	31,8	13,7	74,5	16,5	
Ocupação 4																	
M	4,1	0,6	11,1	67,6	5,0	1,1	15,5	54,1	4,5	0,4	23,9	65,7	3,2	2,1	24,6	68,4	
N	4,5	0,6	26,2	39,2	6,9	0,8	18,8	40,7	5,4	0,7	19,5	30,8	5,6	1,0	21,6	64,6	
Ocupação 5																	
M	1,0	0,5	14,6	0,0	1,1	0,6	11,1	0,0	1,2	0,3	22,4	0,0	0,5	0,6	7,0	0,0	
N	1,0	0,7	20,8	5,2	1,5	0,8	21,3	0,0	1,0	0,1	28,0	0,0	1,1	0,9	3,9	0,0	
Total																	
M	99,9	100,0	99,9	99,9	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
N	100,1	99,9	100,1	99,9	99,9	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1	99,9	100,0	99,9	100,0	100,0	100,1	

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais* do IBNER, *Programa de Migrações*.

* E = empregadas, A = autônomas, Ê = empregadas e SR = trabalhadoras sem remuneração.

* M = migrantes e N = não-migrantes.

é positiva; as *empregadoras* em Porto Alegre, Salvador e Belém têm nas migrantes antigas situação ocupacional mais favorável que nas recentes; em Belo Horizonte e Recife a situação se inverte pronunciadamente e, em Fortaleza, a categoria não apresenta participação de migrantes recentes. Finalmente, a situação ocupacional das migrantes antigas na categoria trabalhadores sem remuneração é desfavorável em relação às recentes em todas as RM deste grupo, à exceção de Salvador, onde se percebe equivalência ocupacional.

Vale adicionar que a inserção ocupacional progressiva das migrantes chega a superar a das naturais em algumas posições ocupacionais. Em São Paulo e Rio de Janeiro, as naturais conservam seu predomínio ocupacional sobre as migrantes antigas, exceto no caso das trabalhadoras sem remuneração. Em Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba mantém-se o predomínio ocupacional das naturais, claramente como autônomas e ligeiramente como empregadas; como empregadoras e trabalhadoras sem remuneração, as migrantes antigas superam as naturais. Em Recife, Salvador, Fortaleza e Belém, as naturais somente atingem situação ocupacional mais favorável que as migrantes antigas como empregadoras (em Fortaleza, ligeiramente) e como empregadas em Belém; nos demais casos a vantagem ocupacional das migrantes antigas é percebida claramente em algumas categorias e ligeiramente noutras.

Finalmente, observa-se que, embora o tamanho absoluto das categorias empregadoras e trabalhadoras sem remuneração seja reduzido, via de regra, na maioria das RM, os valores relativos respectivos deixam transparecer tendências sistemáticas de inserção ocupacional das mulheres, fato este não percebido na seção posição na ocupação *versus* renda.

5.4 — Resumo e Conclusões

Dado o número e o detalhe de informações apresentadas nas duas seções precedentes sobre posição na ocupação, torna-se necessária a elaboração de um quadro sintético das principais conclusões.

Após constatar que o seccionamento hierárquico do mercado de trabalho urbano em quatro posições ocupacionais, elaborado pelo Censo Demográfico, não permitia uma caracterização adequada da composição do mercado, devido princi-

TABELA V.10

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO^a DA PEA FEMININA MIGRANTE POR OCUPAÇÃO E TEMPO DE RESIDÊNCIA:^b REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Ocupação e Tempo de Residência	São Paulo				Rio de Janeiro				Rio Horizonte				Porto Alegre				Curitiba				
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	
Ocupação 1																					
MR	79,8	74,1	6,1	32,6	83,6	82,5	0,0	8,1	78,8	85,7	0,0	7,5	75,7	61,6	0,0	22,3	76,0	68,0	0,0	15,5	
MA	61,5	60,4	1,8	55,8	61,7	80,4	0,9	20,4	55,9	80,0	0,0	33,0	62,0	68,2	1,1	34,1	54,4	56,3	0,0	13,1	
Ocupação 2																					
MR	5,0	7,3	7,6	4,1	2,8	4,0	9,0	8,8	5,1	4,8	0,0	4,0	5,2	12,3	0,0	11,2	4,7	8,5	0,0	1,7	
MA	8,4	8,6	3,9	6,3	6,7	3,3	3,2	10,1	5,3	3,9	1,7	6,9	6,8	14,0	4,2	7,6	6,3	11,1	0,0	0,0	
Ocupação 3																					
MR	13,0	14,9	35,9	18,5	11,4	9,3	61,0	23,6	16,3	7,3	56,0	26,9	15,8	22,6	42,1	26,9	16,1	15,3	88,2	23,6	
MA	24,7	25,0	34,5	9,8	23,8	12,4	55,1	19,4	29,4	12,5	48,1	20,6	24,9	21,2	46,9	18,5	29,6	25,7	50,9	28,1	
Ocupação 4																					
MR	1,8	2,5	21,4	44,9	1,9	3,0	29,3	57,2	1,6	1,5	0,0	61,5	2,9	1,2	31,8	38,6	1,9	7,3	13,6	51,1	
MA	4,6	3,3	16,3	27,9	6,4	2,9	19,7	43,1	7,6	1,6	29,0	39,5	7,2	2,3	10,3	38,9	7,3	5,5	23,7	58,8	
Ocupação 5																					
MR	0,4	1,2	29,0	0,0	0,4	1,1	0,0	2,4	0,2	0,7	44,0	0,0	0,4	2,3	26,3	1,1	0,3	0,9	18,2	2,1	
MA	0,8	1,3	43,5	0,2	1,3	1,2	21,0	1,0	1,3	1,1	21,2	0,0	1,1	2,3	37,0	0,9	1,8	1,3	25,4	0,0	
Total																					
MR	100,0	100,0	100,0	100,1	100,1	99,9	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	100,0	
MA	100,0	92,9	100,0	100,0	99,9	100,1	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,0	

Ocupação e Tempo de Residência	Recife				Salvador				Fortaleza				Belém				
	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	E	A	Ê	SR	
Ocupação 1																	
MR	82,3	82,3	0,0	16,4	86,5	80,6	0,0	13,3	87,3	85,1	0,0	3,4	86,9	90,0	0,0	0,0	
MA	60,1	82,6	3,4	18,9	53,3	83,6	1,5	33,3	49,2	80,5	0,0	30,8	63,3	79,3	0,0	6,9	
Ocupação 2																	
MR	3,1	2,8	0,0	0,0	2,3	1,0	0,0	16,3	2,0	3,2	0,0	3,4	2,1	1,7	0,0	0,0	
MA	6,2	2,3	6,0	3,9	6,1	1,1	2,5	4,6	8,2	3,1	0,0	0,0	4,9	2,4	0,0	0,0	
Ocupação 3																	
MR	12,6	14,8	73,3	5,5	9,4	18,1	75,0	28,0	9,5	11,7	0,0	27,4	8,4	8,3	60,0	24,4	
MA	25,6	14,0	69,9	5,8	28,8	13,4	68,5	6,9	32,4	15,6	50,9	13,2	26,6	14,8	61,9	13,8	
Ocupação 4																	
MR	1,7	0,6	0,0	78,1	1,6	2,2	25,0	35,5	0,8	0,0	0,0	55,8	2,6	0,0	40,0	75,6	
MA	6,4	0,7	10,3	71,4	9,1	1,1	15,8	55,2	8,2	0,6	21,8	56,0	4,1	2,8	28,6	79,3	
Ocupação 5																	
MR	0,3	0,0	26,7	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
MA	1,7	0,5	10,3	0,0	2,1	0,8	11,8	0,0	2,9	0,3	27,3	0,0	1,1	0,7	9,5	0,0	
Total																	
MR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
MA	100,0	100,1	99,9	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*; e MINTER, *Programa de Migrações*.^a E = empregadas, A = autônomas, Ê = empregadas e SR = trabalhadoras sem remuneração.^b MR = migrantes recentes (0 a 2 anos) e MA = migrantes antigas (11 anos e mais).

palmente à heterogeneidade das duas principais categorias, empregados e autônomos, optou-se por uma diferenciação dos quatro grupos segundo renda e, posteriormente, segundo ocupação.

Esta última apresenta uma vantagem adicional pelo fato de ter sido elaborada a partir de um índice de posicionamento social que combina as variáveis renda e educação. Assim, dentro de certos limites, pode-se inferir algo sobre os efeitos da estrutura de renda e da escolaridade⁹ nas formas assumidas pelas hierarquias das posições na ocupação das RM respectivas. Mais ainda, o detalhamento de informações analisadas permite verificar as situações resultantes em termos de sexo e *status* migratório e, neste caso, a situação dos migrantes por tempo de residência nas RM.

Com o propósito de facilitar a comparação proposta, foi elaborada a Tabela V.11, onde se encontram as informações resultantes das análises anteriores sobre posição na ocupação *versus* renda e posição na ocupação *versus* ocupação, desagregadas por categorias ocupacionais e *status* migratório-estoques de migrantes e naturais (M x N) e situação dos migrantes sobreviventes por tempo de residência (ou MR x MA).

5.4.1 — Categorias Ocupacionais

O exame das informações da Tabela V.11 permite verificar que a hierarquia empregadores/autônomos/empregados, para os homens, e empregadoras/empregadas/autônomas, para as mulheres, se mantém no conjunto das RM, independentemente dos níveis de renda e estratos ocupacionais. Por certo que existem variações entre as RM com respeito às situações de ocupação e renda de cada uma delas, destacando-se, neste caso, aquelas do Centro-Sul como as que apresentam vantagens comparativas sobre as demais.⁹ Os níveis de desenvolvi-

Os dados utilizados na elaboração do índice de posição social referem-se à educação formal (ver Capítulo III). Entretanto, pode haver um viés significativo nos resultados no caso de indivíduos que tiveram, ou ainda estivessem freqüentando, cursos de treinamento ou de formação profissionais específicos. Acredita-se que, provavelmente, a categoria empregados seja a predominante nestes casos, uma vez que grande parte daqueles cursos (SENAI, SENAC e PIPMO principalmente) são ministrados em convênios com empresas para determinadas tarefas ocupacionais.

⁹ Verificar os detalhes nas seções anteriores sobre posição na ocupação.

TABELA V.11

COMPARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RENDA ^a E OCUPAÇÃO ^b DAS POSIÇÕES OCUPACIONAIS ^c NAS REGIÕES METROPOLITANAS, ^d SEGUNDO SEXO E STATUS MIGRATÓRIO — 1970

Variáveis	Observações
A) Homens	
1) Posição na Ocupação x Renda:	
I. Categorias Ocupacionais	Hierarquia predominante: $\bar{E}/A/\underline{E}^{\circ}$ em todas as Regiões Metropolitanas
II. M x N ^o	Situação de renda favorável aos naturais nas três categorias ocupacionais apenas em SP e RJ. Nos demais casos (à exceção dos \bar{E} em PA) mantém-se o predomínio relativo dos migrantes claramente em algumas Regiões Metropolitanas e ligeiramente noutras
III. MR x MA ^f	Inserção positivo dos migrantes por tempo de residência em Todas as Categorias Ocupacionais e Regiões Metropolitanas
2) Posição na Ocupação x Ocupação:	
I. Categorias Ocupacionais	Hierarquia predominante: $E/A/\underline{E}^{\circ}$ em todas as Regiões Metropolitanas
II. M x N ^o	Situação ocupacional favorável aos naturais nas três Categorias Ocupacionais apenas em SP e RJ; como \bar{E} nas demais Regiões Metropolitanas à exceção de FO, e como \underline{E} apenas em PA. Nos demais casos a vantagem relativa fica a favor dos migrantes, claramente em algumas Regiões Metropolitanas e ligeiramente noutras
III. MR x MA ^f	Inserção positiva dos migrantes por tempo de residência como \bar{E} e A em todas as Regiões Metropolitanas. Como \bar{E} percebe-se inserção ligeiramente negativa (participação declinante nos Estratos Ocupacionais 4 e 5) apenas em RJ, RE, e BE

(continua)

Variáveis	Observações
B) Mulheres	
1) Posição na Ocupação x Renda: I. Categorias Ocupacionais	Hierarquia predominante: E/A/E ^c no conjunto das Regiões Metropolitanas — Situação de renda a favor das A em relação às E apenas em SP, PA e CB
II. M x N ^o	Situação de renda favorável às naturais em todas as Regiões Metropolitanas como E e E. Como A tem situações semelhantes em BH e BE e ligeiramente desfavoráveis em PA, CB, RE, SA e FO
III. MR x MA ^f	Inserção positiva das migrantes por tempo de residência para o conjunto das Categorias Ocupacionais e Regiões Metropolitanas — Inserção ligeiramente negativa como A em RE e SA
2) Posição na Ocupação x Ocupação: I. Categorias Ocupacionais	Hierarquia predominante: E/A/E ^o no conjunto das Regiões Metropolitanas — Situação ocupacional a favor das A em relação às E em SP e PA
II. M x N ^o	Situação ocupacional favorável às naturais nas três Categorias Ocupacionais no conjunto das Regiões Metropolitanas, com as exceções particulares: vantagem migrante como E em BH, PA, CB e BE e como A em RE, FO e BE
III. MR x MA ^f	Inserção positiva dos migrantes por tempo de residência para o conjunto das Categorias Ocupacionais e Regiões Metropolitanas — Inserção ligeiramente negativa como E em BH e RE e semelhantes como A em PA, RE e SA

^a Referentes à distribuição das posições ocupacionais pelas classes de renda seguintes Cr\$ 1-100, 101-200, 201-500, 501-1.000 e 1.001 e mais.

^b Referentes à distribuição das posições ocupacionais pelos cinco estratos de ocupação (ver Anexo I).

^c E (empregadores), E (empregados) e A (autônomos). Não foram considerados nesta comparação os trabalhadores sem remuneração (somente presentes nas informações de posição na ocupação versus ocupação).

^d SP (São Paulo), RJ (Rio de Janeiro), BH (Belo Horizonte), PA (Porto Alegre), CB (Curitiba), RE (Recife), SA (Salvador), FO (Fortaleza) e BE (Belém).

^e M = total migrantes e N = total não-migrantes.

^f MR = migrantes recentes (0-2 anos de residência) e MA = migrantes antigos (11 anos ou mais de residência).

mento daquelas economias metropolitanas devem ser os determinantes das condições relativamente mais favoráveis de inserção das PEA masculina e feminina nos respectivos mercados de trabalho no seu conjunto.

O confronto entre os padrões de hierarquia das posições na ocupação das PEA masculina e feminina no conjunto das RM acentua, novamente, duas características do posicionamento inferior das mulheres no mercado de trabalho. Observa-se em todas as RM, ligeiramente em umas e claramente noutras, que as participações das posições ocupacionais nas estruturas de renda e de ocupação são proporcionalmente mais favoráveis aos homens, uma vez que estes se distribuem mais nos altos escalões da estrutura sócio-econômica das RM, em comparação à distribuição das mulheres. De outro lado, a própria diferença dos padrões das posições ocupacionais entre homens e mulheres implica situação menos favorável destas, em seu conjunto, nos mercados de trabalho metropolitanos.

O fato de as empregadas se apresentarem em condições de ocupação e renda superiores às das autônomas traduz, em termos concretos, a reduzida capacidade de ascensão da mulher na estrutura sócio-econômica das RM; isto porque aquela superioridade relativa se deve predominantemente ao maior peso das empregadas domésticas sobre as demais atividades. Como se sabe, as condições de trabalho oferecidas pelos serviços domésticos, embora sejam a maneira mais fácil de ingresso feminino no mercado de trabalho, são altamente desfavoráveis não só quanto ao desempenho profissional (alta rotatividade, baixa remuneração relativa, jornadas de trabalho maiores,¹⁰ reduzida cobertura previdenciária,¹¹ etc.), mas também em termos de aquisição de conhecimentos e aptidões para ingresso futuro em ocupações mais qualificadas. No conjunto, portanto, as diferenças ocupacionais entre as hierarquias constatadas para as PEA masculina e feminina, bem como as ocupações típicas dentro daquelas hierarquias, somam-se todas na situação social menos favorável das mulheres nas metrópoles brasileiras.

¹⁰ Este aspecto implica, por si só, a obtenção da "mais-valia absoluta" da força de trabalho doméstica. As outras características reforçam este aspecto.

¹¹ O acesso aos benefícios da previdência social e, concomitantemente, da regulamentação trabalhista para as empregadas domésticas teve início no período 1971/72. Como os dados utilizados aqui são de 1970, a cobertura previdenciária devia ser praticamente esporádica.

Finalmente, observou-se que, ao ser acrescentada a variável educação na análise das posições ocupacionais nos mercados de trabalho metropolitanos, as hierarquias ocupacionais estabelecidas inicialmente para homens e mulheres, a partir da estrutura de renda, não são modificadas.

Evidencia-se, portanto, uma estreita relação entre níveis de ocupação, educação e renda, a qual não permite inferir, *a priori*, algo sobre o sentido da causalidade entre estes fatores. Aparece como mais plausível a suposição de que as três variáveis sejam predominantemente condicionadas pela estrutura e características do sistema de produção, ou seja, pelas modalidades de expansão da sociedade capitalista. Desta forma, a rigidez da estratificação social, por ser condicionada fortemente pelas relações de trabalho no mercado, prejudica as propostas políticas que visam a redistribuir renda por expansão das oportunidades educacionais.¹² Isto porque a hierarquia das posições ocupacionais, mascarando a estratificação social na apropriação diferenciada dos meios de produção, manipula a distribuição dos rendimentos entre os indivíduos. Logo, planeja-se na superfície do sistema político-econômico, sem obter necessariamente os efeitos desejados, quando se pretende melhorar a distribuição de renda a partir deste instrumento convencional de política social.¹³

5.4.2 — Status Migratório

A desagregação das informações comentadas acima por *status* migratório leva, no conjunto, às mesmas conclusões, embora existam pequenas variações localizadas nas categorias

¹² Nesta linha de proposição ver, principalmente, Carlos Geraldo Lango-ni, *op. cit.* Evidentemente, um melhor nível educacional pode implicar melhor nível de rendimento em casos individuais. Entretanto, a nível agregado, esses efeitos perdem-se por entre os determinantes da estrutura e da rigidez da estratificação social. Ver a Resenha Bibliográfica de Pedro Malan e John Wells, "Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, n.º 4 (dezembro de 1973), pp. 1103-24. Sobre a relação entre os poderes político e econômico, ver Jorge Graclarena, "Estrutura de Poder y Distribución del Ingreso en América Latina", in *Distribución del Ingreso*, Seleção de Alejandro Foxley (México: Fondo de Cultura Económica, 1974).

¹³ Martin Carnoy, "Schooling, Income, The Distribution of Income and Unemployment: A Critical Appraisal" (California: Stanford University, 1973), mimeo, desenvolve e discute o papel das políticas educacionais e suas implicações nas estruturas de emprego e renda.

ocupacionais de algumas RM. Estas variações, no entanto, como se verá a seguir, são fortemente influenciadas por fatores estatísticos.

Na PEA masculina, percebe-se uma ligeira vantagem do total migrante sobre o natural no conjunto das RM. Isto se deve, em grande parte, ao subgrupo dos migrantes antigos que chega inclusive a superar os naturais na maioria das metrópoles, à exceção do Rio de Janeiro e São Paulo. Em consequência, parte daí a situação favorável dos migrantes nas categorias ocupacionais quanto mais tempo permanecem nos mercados de trabalho das RM.

Comparando mais de perto os resultados fornecidos pelas estruturas de renda e de ocupação, nota-se que, com a introdução da variável educação, os migrantes diminuem ligeiramente seu predomínio relativo sobre os naturais. Entretanto, isto ocorre praticamente só na categoria empregadores, cujo tamanho absoluto face às demais é bastante reduzido. Segue-se daí que, provavelmente, outro fator mais importante esteja atuando na configuração do resultado, isto é, a seletividade dos contingentes menores de indivíduos. Ou seja, seria de se esperar comportamentos diferentes de naturais e migrantes nas estruturas de renda e de ocupação, caso fosse a categoria empregadores de tamanho absoluto próximo aos das demais.

Na PEA feminina, persiste o mesmo padrão de hierarquia das posições ocupacionais no conjunto das metrópoles quando se comparam as estruturas de renda e de ocupação. Persiste a vantagem relativa das naturais sobre as migrantes, muito embora as migrantes antigas em algumas RM cheguem a, pelo menos, se equiparar às naturais em certas categorias ocupacionais. Neste sentido, confirma-se a situação favorável das migrantes no conjunto das RM, com pequenos retrocessos nas categorias autônomas e empregadoras.

Observa-se, portanto, que as variações detectadas na comparação das estruturas de ocupação e de renda localizam-se basicamente na categoria de empregadoras, onde se faz sentir fortemente a influência do tamanho reduzido e, em consequência, da pouca representatividade estatística do contingente. Neste caso, cabe o comentário feito sobre a PEA masculina.

Vale comentar, por fim, que a análise das posições na ocupação em relação às estruturas de renda e de ocupação das metrópoles brasileiras demonstra claramente que a influência dos níveis educacionais tem um sentido diferenciado para as PEA masculina e feminina. Entretanto, os resultados

sugerem que a hierarquização das posições ocupacionais é rigidamente influenciada pelas estruturas de renda das metrópoles que, por sua vez, mantêm relações diretas com a propriedade diferenciada dos meios de produção. Evidentemente que estas considerações prendem-se ao quadro geral apresentado pelo conjunto das metrópoles, razão pela qual é de se esperar que existam variações de hierarquia ocupacional em algumas RM, embora, acredita-se, não cheguem a alterar substancialmente os padrões observados. De outro lado, a situação dos migrantes tampouco foi afetada pelos níveis de escolaridade, medidos através de hierarquia ocupacional.

CAPÍTULO VI — POBREZA URBANA, SUBUTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DUALISMO NO MERCADO DE TRABALHO

6.1 — Objetivos e Justificativas

Esta pesquisa teve até aqui o objetivo de fornecer um perfil da situação econômica das populações migrante e natural nas nove Regiões Metropolitanas brasileiras. A análise foi centrada na comparação dos diferenciais de participação dessas populações nos mercados de trabalho metropolitanos, bem como na detecção de padrões diferenciados, segundo o tempo de residência dos migrantes.

As suposições, citadas no início, de que a maioria dos contingentes migratórios poderia ser formada mais por indivíduos educacional e profissionalmente desqualificados e destinados a preponderar no grupo dos sub-remunerados, foram parcialmente questionadas e invalidadas nos capítulos precedentes. De fato, constatou-se que os níveis de participação dos migrantes, tomados como um todo, não discrepam significativamente daqueles dos naturais na maioria das RM. Existem vantagens globais para a população natural em São Paulo e Rio de Janeiro entre homens e, na maioria das RM, entre mulheres; *entretanto, os sinais de uma convergência de todos os grupos para as categorias de renda e ocupação mais baixas chegam a se destacar e, portanto, a merecer mais atenção do que as diferenças.*

Dada a magnitude dos contingentes populacionais vinculados a atividades de baixa renda e a propalada "ajuda" da migração para a "inchação" do grupo, a elucidação de sua dinâmica merece um esforço adicional, que deve ensejar um indício mais categórico da responsabilidade da migração no surgimento da "marginalidade" metropolitana e, de forma mais geral, delimitar suas conseqüências para o desenvolvimento da própria estrutura produtiva. *O objetivo deste capítulo é, portanto, o de caracterizar melhor a composição desse grupo populacional sub-remunerado (que se denominará inicialmente de "pobreza urbana"), dando ênfase à influência da migração no seu aparecimento e, posteriormente, de sintetizar e interpretar as observações dentro de uma visão crítica do mercado de trabalho, que permita abordar o assunto das alternativas de formulação política na intersecção das áreas de emprego, renda e migração.*

6.2 — A Migração e a Constituição dos Grupos Sub-Remunerados

6.2.1 — Ocupação, Renda e Pobreza Urbana

Conforme se observou, a procura de melhores oportunidades econômicas é o principal componente da decisão de migrar. Em última instância, é evidente que a realização desses objetivos só pode ser conseguida através da obtenção de um emprego que propicie uma renda satisfatória. No sistema capitalista, a propriedade e a combinação dos fatores na produção condicionam a distribuição dos rendimentos que, por sua vez, determina a aquisição de bens e serviços no mercado. A inserção na estrutura ocupacional e os rendimentos assim adquiridos definem níveis de consumo e a efetivação das oportunidades econômicas.

Desta forma, na tentativa de caracterizar melhor a constituição da pobreza urbana, torna-se conveniente vincular as estruturas ocupacional e de renda. Neste sentido, adotar-se-á um conceito operacional de pobreza urbana que abranja a parcela da mão-de-obra ocupada em atividades de poucos requisitos de qualificação e com remunerações abaixo de um mí-

nimo necessário à sua reprodução (isto é, subsistência e reposição da força de trabalho).

O conceito proposto, portanto, refere-se ao estado de insuficiência de bem-estar sócio-econômico de uma determinada parcela da mão-de-obra urbana. Para tanto, combina-se o aspecto da reprodução dessa mão-de-obra, através de seu pagamento necessário para obter-se um mínimo de bens e serviços, com o aspecto da estratificação sócio-econômica, através de seu posicionamento ocupacional no mercado de trabalho. A combinação dos dois aspectos se justifica a partir da própria lógica do processo de acúmulo de capital que se apóia, em grande medida, na *apropriação* do excedente econômico dessa parcela de mão-de-obra. Destarte, evidencia-se, com referência à reprodução de mão-de-obra, a *apropriação* do excedente via circuito da distribuição (pagamento ao fator trabalho) e, ao mesmo tempo, com respeito à estratificação ocupacional, evidencia-se a garantia da *apropriação* limitando-se a subida dos indivíduos na estrutura ocupacional, que culmina no aumento de atividades menos qualificadas.

6.2.2 — A Operacionalização do Conceito de Pobreza Urbana

Diante da estrutura ocupacional e do perfil da renda disponíveis nas tabulações especiais que servem de base ao estudo, operacionalizou-se o conceito de pobreza urbana pelo cruzamento, para a PEA, dos três estratos ocupacionais inferiores (Estratos 1, 2 e 3 na Classificação Agrupada do Anexo I) com as classes de renda Cr\$ 1-100, 101-200, mais os indivíduos sem remuneração e os desempregados. Vale mencionar, porém, que estas duas últimas categorias constituem parcela mínima do total. O limite superior de renda coincide, *grosso modo*, com os valores do salário mínimo vigente nas RM na ocasião do censo.¹

Entende-se que os diferentes valores regionais do salário mínimo cobertos por aquela faixa não chegam a prejudicar o conceito proposto, se bem que possam trazer pequenas alterações de estimativas de uma RM para outra. De fato, o salário mínimo tem condicionado a estruturação do perfil de renda na economia brasileira (tanto do contingente que o recebe quanto na hierarquização dos contingentes superiores através da indexação dos seus rendimentos). Por conseguinte, os desvios de renda acima do salário mínimo, dentro daquela faixa de renda (Cr\$ 101,00 a Cr\$ 200,00), devem ser pouco significativos.

Dadas as conhecidas discrepâncias entre o poder real de compra do salário mínimo e os objetivos para os quais ele foi instituído (isto é, o salário mínimo, por definição oficial, deveria ser capaz de satisfazer às necessidades do trabalhador e de sua família em termos de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte), acredita-se que os critérios aqui utilizados isolam efetivamente níveis mínimos de pobreza urbana.² Isto é, foi identificada, por estes procedimentos, a proporção mínima da população metropolitana que certamente vive em condições de mera subsistência — os grupos da pobreza urbana.

6.2.3 — Características da Pobreza Urbana nas Regiões Metropolitanas

Observa-se, através dos dados na Tabela VI.1, a importância que assumem os grupos de indivíduos vinculados à pobreza urbana nas PEA metropolitanas. Entre os homens, ela abrange cerca de um quarto da PEA total nas RM do Centro-Sul e acima de dois quintos nas do Norte-Nordeste. Entre as mulheres, a proporção sempre atinge níveis muito mais elevados, devido à inclusão das empregadas domésticas nesta categoria. São Paulo e Fortaleza são as RM de menor e maior participação, respectivamente, na pobreza urbana.

Dito isso, a pergunta mais relevante para os nossos propósitos é a seguinte: seriam estas atividades, características da sub-remuneração, exercidas tipicamente por migrantes? Os dados apresentados na Tabela VI.1 tendem a sugerir que, pelo menos na *PEA masculina*, a *participação relativa nos grupos de pobreza urbana não varia sistematicamente entre migrantes e naturais*: em sete RM as diferenças são mínimas, enquanto que Belém e Fortaleza apresentam padrões contraditórios de diferenciação por *status* migratório. *Entre as mulheres, porém, as migrantes sistematicamente preponderam no grupo*. Por outro lado, é interessante observar que, corroborando mais uma vez o padrão citado em todos os capítulos anteriores, a *perma-*

² Ver Ministério do Trabalho, *O Salário Família* (Rio de Janeiro, 1954). Observa-se que estas exigências estipuladas pela lei, em termos de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte, são efetivamente padrões mínimos de sobrevivência, já que omitem outras necessidades básicas para a vida humana, tais como saúde, educação, lazer, etc. Para uma discussão da inadequação atual do salário mínimo às necessidades do trabalhador, ver DIESE, "Dez Anos de Política Salarial" (São Paulo, 1975), mimeo.

nência dos migrantes, tanto homens como mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos, geralmente implica uma redução substancial da participação da pobreza urbana nas atividades totais.

TABELA VI.1

DISTRIBUIÇÃO (%) DA POBREZA URBANA POR STATUS MIGRATÓRIO, SEGUNDO SEXO E REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Sexo e Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não-Migrantes
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
A) Homens						
São Paulo	31,4	23,7	21,7	14,8	20,4	19,3
Rio de Janeiro	37,6	32,7	30,2	22,3	27,0	24,6
Belo Horizonte	44,6	43,1	38,1	28,6	35,5	36,9
Porto Alegre	37,4	31,3	29,1	23,9	28,3	30,0
Curitiba	33,3	27,3	24,0	18,1	24,0	22,2
Recife	40,4	43,3	40,7	38,8	40,1	42,0
Salvador	46,6	43,7	40,6	35,8	39,7	40,4
Fortaleza	52,1	52,8	49,3	43,2	47,2	41,9
Belém	44,1	43,8	41,4	35,1	38,9	43,0
Total	36,0	31,0	27,8	21,4	26,4	27,9
B) Mulheres						
São Paulo	68,3	61,2	54,4	44,2	53,7	41,6
Rio de Janeiro	78,1	73,0	67,4	55,3	63,4	45,4
Belo Horizonte	81,2	78,2	71,3	63,3	71,0	67,5
Porto Alegre	75,1	69,0	62,6	57,3	63,5	58,7
Curitiba	75,6	68,4	58,9	51,7	61,8	54,5
Recife	82,6	78,1	69,6	68,4	73,7	68,7
Salvador	84,1	81,2	75,1	66,2	74,3	66,3
Fortaleza	85,7	81,0	76,6	71,7	77,2	75,5
Belém	85,4	82,4	78,2	73,1	78,2	69,5
Total	74,8	69,2	62,3	53,4	61,6	52,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

Observa-se através da Tabela VI.2 que, confirmando as expectativas derivadas dos julgamentos depreciativos do fenômeno migratório feitos pela opinião pública, a população migrante, tanto masculina como feminina, realmente contribui significativamente para a constituição da pobreza urbana. De fato, os migrantes predominam no grupo em todas as RM do Centro-Sul na PEA masculina e em todas as RM na PEA feminina, exceto Belém. Novamente esta ascendência é enganosa, porém, já que na população masculina a predominância dos migrantes na pobreza urbana reflete apenas a sua maioria numérica na PEA, isto é, *os migrantes são mais numerosos no grupo da pobreza urbana simplesmente porque são mais numerosos na PEA. Na população feminina, ao contrário, a representação das migrantes na pobreza urbana supera significativamente a sua participação na PEA total, exceto em Fortaleza e Belém.*

Em vista das correlações demonstradas em capítulos anteriores entre estrutura demográfica e nível de inserção na PEA, o componente etário afeta a participação relativa dos diversos grupos na pobreza urbana. Para analisá-la, a Tabela VI.3 apresenta um quadro teórico da participação dos diversos subgrupos populacionais por *status* migratório, se tivessem todos a mesma estrutura etária (isto é, idade padronizada). Observa-se, de imediato, que a composição etária é realmente um dos fatores significativos na caracterização do grupo. De fato, comparando os valores percentuais das Tabelas VI.1 e VI.3, percebe-se que ocorre aumento nas taxas de participação na pobreza urbana com a padronização em todas as RM para quase todos os subgrupos (algumas exceções para os migrantes recentes, mormente entre as mulheres).

Este aumento teórico nas taxas de participação, porém, tende a ser menor (ou mesmo invertido) para os migrantes recém-chegados e maior para os antigos. Dada a relação direta e monotônica que existe entre tempo de residência e idade, este padrão evidentemente significa que *a participação nas atividades incluídas na pobreza urbana é muito maior nas idades jovens.*

A padronização por idade também afeta a interpretação da participação relativa de migrantes e naturais na pobreza urbana, pelo menos na PEA masculina. Entre as mulheres, permanecem os padrões anteriores no sentido de uma forte preponderância das migrantes no grupo, a qual, no entanto, diminui sensivelmente com a permanência nas RM. Entre os homens, porém, observa-se que os migrantes agora chegam a

TABELA VI.2

**COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE MIGRANTES NA
POBREZA URBANA E NA PEA POR SEXO: REGIÕES
METROPOLITANAS — 1970**

Regiões Metropolitanas	Homens		Mulheres	
	Pobreza Urbana	PEA	Pobreza Urbana	PEA
São Paulo	70,3	69,1	71,7	33,7
Rio de Janeiro	63,1	60,9	68,8	38,8
Belo Horizonte	67,6	68,4	71,9	29,1
Porto Alegre	61,4	62,8	66,3	35,1
Curitiba	54,2	52,3	61,3	41,7
Recife	43,3	47,3	53,1	49,7
Salvador	46,0	47,2	54,1	47,7
Fortaleza	47,8	44,8	50,3	50,3
Belém	30,7	32,9	37,3	65,4

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

predominar no grupo, embora tais diferenças sejam mais sistemáticas do que de dimensões expressivas. Deduz-se, então, que a maior idade média, principalmente dos migrantes mais antigos (cujos valores são mais afetados pela padronização), contrabalança os dados originais da Tabela VI. 1, ou seja, que há maior participação dos migrantes recém-chegados no grupo da pobreza urbana. Por outro lado, a diminuição de participação com o tempo de residência persiste, embora a níveis mais reduzidos. Logo, pode-se concluir que o fator determinante da adaptação positiva dos migrantes deve residir na retenção seletiva dos indivíduos, os quais, a par do padrão de demanda qualitativa de mão-de-obra,³ conseguem ocupações e rendimentos nos mercados de trabalho que justificam sua permanência nas metrópoles.

³ A demanda de mão-de-obra no período 1960/70, em especial, foi relativamente mais acentuada nos segmentos ocupacionais qualificados (técnicos de nível superior, funcionários da alta administração e outros). Ver Hans Lembke e Lísio Camargo, "Estrutura Ocupacional da PEA: Análise Comparativa e Padrões de Mobilidade, 1960/70", in *Projeto de Planejamento de Recursos Humanos*, Relatório Técnico n.º 34 (Brasília: PNUD, 1977).

Em síntese, fica evidenciado que o status migratório implica uma contribuição desproporcional ao grupo da pobreza urbana apenas entre as mulheres e que o tempo de residência afeta significativa e negativamente a participação de migrantes no grupo; este último padrão aparenta estreito relacionamento com a seletividade da retenção de migrantes nas RM através do tempo. Adicionalmente, verifica-se que os grupos etários mais jovens, entre homens e mulheres, têm taxas de atividades específicas de peso considerável na constituição daquele segmento do mercado de trabalho. A necessidade de sobrevivência individual e/ou a tarefa de auxílio à complementação da renda familiar aparecem como fatores explicativos mais prováveis desta configuração.

6.3 — A Pobreza Urbana e as Interpretações Dualistas do Mercado de Trabalho

A rápida caracterização da pobreza urbana feita na seção anterior demonstra que a dimensão migratória não é fator principal na sua constituição, pelo menos na população masculina. Dado que a PEA das Regiões Metropolitanas é composta em mais de 70% por homens (ver Tabela I.1), pode-se afirmar que a pobreza urbana, como um todo, transcende a condição migratória. No entanto, encontra-se uma clara relação entre idade, tempo de residência e participação na pobreza urbana.

A verificação empírica da extensão da pobreza urbana feita acima é bastante útil para a delimitação da magnitude do problema e, particularmente, para a desmistificação da contribuição dos movimentos migratórios ao seu crescimento. Entretanto, estes dados, *per se*, contribuem pouco para a identificação de medidas que pudessem vir ao encontro das necessidades dos grupos envolvidos. O restante deste capítulo apresenta uma tentativa de buscar outros elementos para uma compreensão formal da origem e natureza da pobreza urbana que facilitem a interpretação das implicações da análise.

A incapacidade de absorver produtivamente e a níveis adequados de remuneração grandes setores populacionais tem-se constituído num dos maiores e mais conhecidos problemas do modelo capitalista nos países em desenvolvimento.

TABELA VI.3

**DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA URBANA POR STATUS
MIGRATÓRIO, SEGUNDO SEXO (IDADES PADRONIZADAS):
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

Sexo e Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não- Migrantes
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
A) Homens						
São Paulo	36,7	33,2	31,3	26,9	30,0	25,9
Rio de Janeiro	40,9	39,7	37,3	33,1	35,6	30,9
Belo Horizonte	48,3	48,9	45,1	40,3	43,5	40,2
Porto Alegre	42,1	39,4	38,5	37,6	38,2	35,7
Curitiba	36,7	35,8	33,4	31,3	32,8	26,1
Recife	41,7	46,7	45,5	43,2	43,9	43,9
Salvador	48,4	48,5	46,7	45,9	47,8	45,1
Fortaleza	51,2	53,4	50,5	50,4	50,2	41,6
Belém	48,8	49,3	48,8	45,0	47,3	48,6
B) Mulheres						
São Paulo	67,6	63,2	57,6	49,5	56,4	42,3
Rio de Janeiro	76,7	74,9	70,1	62,7	68,3	50,6
Belo Horizonte	78,1	78,0	73,9	69,6	73,5	68,2
Porto Alegre	74,5	71,2	67,6	64,0	68,0	61,9
Curitiba	72,6	69,0	62,4	59,6	65,0	55,5
Recife	79,6	78,0	72,6	72,7	76,3	71,1
Salvador	79,0	78,9	76,6	72,0	76,2	69,7
Fortaleza	83,9	81,6	77,3	74,1	78,5	76,8
Belém	79,0	81,5	78,5	78,0	79,3	73,0

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

As inconveniências resultantes dessa incapacidade têm gerado debates intensos sobre suas causas, dimensão, manifestações e conseqüências sócio-econômicas. De modo geral, tais debates têm sido conduzidos sob diversas perspectivas dualistas que, para fins heurísticos, concebem a sociedade como sendo dividida em dois grupos rigidamente demarcados. Entre as perspectivas, encontram-se as dicotomias moderno-tradicional,

marginal-integrado, urbano-rural, empregado-subempregado, protegido-não protegido, capitalista-subsistência, formal-informal, etc.⁴

Embora os setores populacionais e econômicos menos favorecidos contemplados nas diversas abordagens dualistas tenham um substrato empírico comum, não se pode afirmar que sejam idênticos, nem que os resultados das diversas tentativas de explicar sua existência sejam complementares ou passíveis de redução ou adição. De fato, cada uma das concepções dualistas do subdesenvolvimento incorpora um arcabouço teórico-ideológico peculiar, fazendo com que os caminhos políticos propostos ou implícitos tenham conteúdos específicos.

Não é propósito deste trabalho tentar uma crítica completa, nem justificar ou percorrer as diversas interpretações dualistas, senão buscar, através da discussão de algumas delas, uma melhor compreensão dos determinantes da pobreza urbana que esclareça alternativas de atuação governamental nas áreas de emprego, renda e migração. Entre as alternativas conseqüentes com distintos níveis de generalização, visa-se a encontrar subsídios para políticas de médio alcance que, discussões semânticas e eficácia relativa à parte, seriam aquelas capazes de melhorar, dentro da atual conjuntura, a configuração de renda e emprego dos estratos populacionais menos favorecidos. Para tal fim, será analisada sinteticamente uma das abordagens que, historicamente, tem sido das mais influentes sobre a estruturação de políticas na área de emprego e renda — a abordagem do subemprego. Esta visão será complementada por uma breve discussão de outros enfoques dualistas selecionados.

⁴ Para uma bibliografia e discussão da evolução dos estudos de marginalidade, ver Lúcio Kowarick, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina* (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975). Os aspectos da abordagem moderna do dualismo econômico estão em Arthur W. Lewis, *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour* (Inglaterra: The Manchester School of Economics and Social Studies, maio de 1954); Rosenstein Rodan, "Disguised Unemployment in Agriculture", in *Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics* (Roma: FAO, julho/agosto de 1957); e Ragnar Nurske, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries* (Inglaterra: Oxford University Press, 1953). Para uma crítica brasileira destes enfoques, ver Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in *Estudos CEBRAP*, n.º 2 (São Paulo, outubro de 1972), pp. 3-82; Raul Ekerman, "Absorção de Mão-de-Obra nos Mercados Formal e Informal, Tecnologia e Distribuição de Renda" (São Paulo: FIPE/USP, 1976), mimeo; José Sérgio Leite Lopes, "Notas Críticas ao Desemprego e Subemprego no Brasil" (Rio de Janeiro: FINEP, 1974), mimeo.

6.4 — O Subemprego

A atenção bem como a controvérsia decorrente sobre o subemprego dificultam sua análise e exigiriam, para um trabalho mais completo, uma apresentação extensa das suas diversas formulações. Dados os objetivos sumários desta seção, consideram-se os aspectos mais relevantes da questão baseados numa revisão bibliográfica seletiva,⁵ embora bastante representativa das diversas correntes de pensamento.

6.4.1 — Formulação do Conceito de Subemprego e Implicações

Nas suas origens, o conceito de subemprego tratava da situação da força de trabalho envolvida em atividades econômicas que, por suas próprias características de funcionamento, admitiam a ociosidade de seus integrantes durante parte do período de trabalho (dia, semana, mês, ano). Em certos casos, quando normal⁶ o período, o conceito referia-se igualmente às situações em que o desempenho econômico era considerado improdutivo. Desta forma, considerava-se economicamente inútil parte do tempo despendido na execução daquelas atividades. Nota-se, em conseqüência, que *a referência básica do conceito dizia respeito ao período de tempo admitido (conventionado) como necessário e útil ao desempenho das atividades econômicas.*

⁵ Considerou-se com mais atenção, nesta revisão, os estudos teóricos do subemprego, justamente porque se buscaram nos postulados básicos do conceito as orientações implícitas ou explícitas predominantes acerca da compreensão do funcionamento do mercado de trabalho, bem como das alternativas de políticas de emprego. Em vista disso, deixou-se de lado a avaliação de todo o esforço empírico que vem sendo feito pela OIT e congêneres, no sentido de tornar operacionalmente compatíveis com a realidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento nos diagnósticos e propostas políticas de emprego. Nessa linha encontram-se, entre outros, OIT, *Medición del Subempleo: Conceptos y Métodos*, 11.^a Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (Genebra, 1966); OIT, *Hacia el Pleno Empleo* (Genebra, 1970); e David Turnham, *The Employment Problem in Less Developed Countries — A Review of Evidence* (Paris: OECD, 1971).

⁶ "Normal" em relação aos padrões convencionais do mercado de trabalho, que se resumem em uma jornada de oito horas e seus múltiplos (semana, mês e ano).

Este marco referencial se deve a que o conceito e, posteriormente, a teorização do subemprego tomaram corpo⁷ a partir de investigações sobre a situação da força de trabalho⁸ e da produção agrícola. Neste aspecto, partiu-se da constatação, via de regra nas regiões menos desenvolvidas, de que existiam indicações de "superpopulação" na agricultura,⁹ o que implicava que uma grande parcela da força de trabalho não haveria de ser necessária para uma dada produção agrícola sob os métodos e técnicas prevalecentes.

Posteriormente, principalmente depois da formalização do problema por Lewis,¹⁰ adaptou-se o conceito de subemprego à situação de parcela da força de trabalho urbana que, não se encontrando envolvida em atividades assalariadas (típicas dos setores de acumulação de capital), se dedicava às atividades autônomas de trabalho (basicamente no setor terciário). O raciocínio sobre a ociosidade e/ou improdutividade dessas atividades (fatores influentes na baixa produtividade do conjunto da mão-de-obra) seria basicamente o mesmo concebido para as condições de trabalho e produção agrícola, ou seja, existiria uma parcela da força de trabalho urbana "dispensável" à manutenção de uma dada escala de produção. Observa-se, como *advertência*, que a argumentação desenvolvida gira em torno do conceito original do subemprego (ver as referências bibliográficas nas notas de rodapé 4 e 12 deste capítulo), pelo que *não se incursiona, nos mesmos termos, nas subseqüentes variações do conceito*.¹¹

⁷ É importante frisar que os economistas clássicos já faziam referência às situações de superpopulação relativa e suas manifestações específicas, embora tenham colocado a questão, diferentemente dos teóricos do subemprego, de forma mais dinâmica ao vinculá-la às transformações histórico-estruturais das economias da época.

⁸ Refere-se à "força de trabalho" (em lugar de "PEA"), dado que nas áreas rurais de países em desenvolvimento praticamente não existe diferença operacional entre as duas denominações.

⁹ No sentido de "desequilíbrio ao nível dos fatores de produção" (terra, capital e trabalho). Dadas a tecnologia e a organização fundiária, haveria excesso relativo (e mesmo absoluto) do trabalho em comparação aos estoques de capital e de terra utilizados.

¹⁰ Lewis, *op. cit.*

¹¹ A adaptação para a área urbana do conceito de subemprego percorreu uma série variada de proposições, cobrindo aspectos econômicos (o trabalho como fonte individual de renda ou como fator de produção), sociológicos (o trabalho como meio de desempenho de determinado papel na sociedade) e psicológicos (o trabalho como fator de integração pessoal ou grupal na sociedade). Ver a este respeito Albert Lauterbach, "Employment, Unemployment and Underemployment: A Conceptual Re-

A partir desta argumentação generalizada, os *analistas do subemprego*¹² admitiam que a produtividade marginal da parcela ociosa e/ou improdutiva da força de trabalho ou a sua contribuição física por indivíduo à geração do produto seria irrelevante (positiva mas próxima de zero) e algumas vezes negativa. Assim, a parcela subempregada seria simplesmente “excesso” de força de trabalho que, diante de uma demanda formal¹³ limitada de mão-de-obra agregada, se envolveu “involuntariamente” em atividades econômicas por natureza temporárias, intermitentes ou eventuais — com características de sobrevivência econômica.

A subutilização de mão-de-obra seria, nesta perspectiva, resultante de desequilíbrios temporários (de curto ou médio prazos)¹⁴ no processo econômico na medida em que, face ao acúmulo de estoques líquidos de bens e serviços, ocorresse um declínio na demanda de trabalho, provocado por uma queda na demanda agregada de bens e serviços no mercado (segundo a tradição analítica keynesiana).

Com algumas variações em torno das causas,¹⁵ os analistas do emprego persistiram na sua preocupação com as condições de funcionamento do processo de produção. Foram ressaltados problemas como “ausência de fatores complementares”, “escalas de produção insuficientes” (ao nível da economia), “disparidades tecnológicas” (entre setores e/ou regiões),

examination”, in *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 36, n.º 3 (julho de 1977), pp. 283-298. No presente trabalho, a análise do conceito de subemprego limita-se aos seus aspectos mais clássicos na teoria econômica.

¹² Ver, principalmente, Lewis, *op. cit.*; Rodan, *op. cit.*; Nurske, *op. cit.*; e Joan Robinson, “Disguised Unemployment”, in *Economic Journal*, vol. 46, n.º 182 (junho de 1936).

¹³ Utiliza-se aqui a expressão “mercado formal de trabalho” para designar aquelas atividades não só regulamentadas por legislações específicas (de trabalho, previdência social, etc.), mas, sobretudo, as que estão diretamente empenhadas na acumulação de capital. Ver Oliveira, *op. cit.*, e Ekerman, *op. cit.*

¹⁴ Keynes admite que pode ocorrer desemprego “estrutural” por longo período de tempo na medida em que, pela própria dinâmica de crescimento da economia, persistam estes desequilíbrios.

¹⁵ Ver, especialmente, Helga Hoffman, *Desemprego e Subemprego no Brasil*, tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Brasília, agosto de 1972); Gunnar Myrdal, *Asian Drama* (Inglaterra: Pelican Books, 1970); F. S. O'Brien e C. L. Salm, “Desemprego e Subemprego no Brasil”, in *Revista Brasileira de Economia*, vol. 24, n.º 4 (outubro/dezembro de 1970), pp. 93-137.

“mobilidade deficiente dos fatores de produção” (regional e/ou setorial) e “organização da produção” (situações de monopólio ou oligopólio). Por fim, os neokeynesianos assumiram todas essas causas para explicar o subemprego como um fenômeno estrutural, “entendido como um componente do sistema e como gerado pelo próprio tipo ou modelo de desenvolvimento considerado”.¹⁶

A partir dessas concepções, as alternativas de intervenção governamental seriam, basicamente, de dois tipos:

a) *Por um lado, tendo em vista a relação entre desequilíbrios temporários no processo econômico e a subutilização de mão-de-obra, a redução desta última exigiria tão-somente aumentos nas taxas de investimentos (formação de capital) e de consumo (via expansão dos gastos públicos), a fim de financiar a expansão da demanda e assim evitar sua retração. Neste sentido, a manutenção do ritmo de crescimento econômico compatível com o incremento da força de trabalho seria medida suficiente, segundo os teóricos do subemprego, para assegurar a minimização, ou mesmo o desaparecimento, da subutilização de mão-de-obra.*

b) *Por outro lado, a constatação dos problemas de funcionamento do processo de produção (demanda de trabalho), bem como da influência de mão-de-obra (oferta de trabalho), levaria à formulação de diretrizes políticas pelo Governo, visando a diminuir a subutilização do trabalho na economia, basicamente através de um melhor aproveitamento do próprio trabalhador. Essas proposições variam, dependendo das situações analisadas, quanto à predominância de um ou mais fatores limitantes ao aumento da produtividade da mão-de-obra. No entanto, são geralmente canalizadas para esforços de treinamento e formação profissional.¹⁷ Ou seja, parte da subutilização seria devida à própria incapacidade de uma parcela dos trabalhadores para serem aproveitados de forma produtiva. Neste raciocínio, os esforços de treinamento e de formação profissional empreendidos e/ou subsidiados pelo setor público serviriam para aumentar tanto a eficiência do sistema dinâmico de produção como sua capacidade de absorção de mão-de-obra.*

¹⁶ H. Hoffman, *op. cit.*, p. 69.

¹⁷ Nesta linha encontram-se as investidas da chamada Teoria do Capital Humano e a orientação de grande parte das medidas políticas propostas e implementadas na área de recursos humanos.

6.4.2 — Limitações Teórico-Empíricas

Numa visão crítica do enfoque do subemprego, podem ser alistados três tipos inter-relacionados de argumentos. O mais genérico se dirige à própria dicotomização do sistema produtivo em dois setores díspares e às implicações teórico-ideológicas desta postura. O segundo aborda a circularidade de raciocínio que postula a existência e simultaneamente define as características de um setor subutilizado, enquanto o terceiro ataca os pressupostos teóricos ligados às principais características do setor subempregado (ociosidade, improdutividade e involuntariedade).¹⁸

6.4.2.1 — A Perspectiva Dualista do Subemprego

A crítica mais contundente da conceituação do subemprego é também aplicável à grande parte das abordagens dualistas. Em síntese, *critica-se a simplificação arbitrária implicada na dicotomização da sociedade produtiva em dois setores díspares e o reforço que esta dualidade traz para a lógica interna do sistema capitalista de produção.*

De fato, a aparente diferenciação de utilização de mão-de-obra em dois setores estanques encobre uma realidade mais complexa, na qual o componente histórico-estrutural das relações de produção entre os agentes econômicos confere uma dinâmica própria àqueles dois setores, através da qual se desarticulam e se recriam modos de produção e de apropriação do excedente. Nesta dinâmica de crescimento e de transformação econômica é que se encontra verdadeiramente o ponto de partida para a análise das diferenças de utilização de mão-de-obra e não numa realidade de aparência estática e distorcida.

Dentro de uma perspectiva mais dinâmica da convivência, interdependência e evolução mútua desses dois setores, as noções de ociosidade, improdutividade e involuntariedade assumem outros contornos. Estas noções somente têm validade quando o ponto de referência é o setor dinâmico, o que implica admitir, *a priori*, que somente este teria razão de ser, e seria

¹⁸ A discussão que se segue baseia-se numa interpretação livre de elementos encontrados nos trabalhos de Oliveira, *op. cit.*, Ekerman, *op. cit.*, H. Hoffman, *op. cit.*, Myrdal, *op. cit.*, O'Brien e Salm, *op. cit.*, Leite Lopes, *op. cit.*, e PREALC/OIT, "La Subutilización de la Mano de Obra Urbana en Países Subdesarrollados", in *Sistemas de Informação para Políticas de Empleo* (Brasília: IPEA/IPLAN, 1975).

a razão de ser, numa economia de mercado. Neste sentido, o não-dinâmico teria existência temporária, constituindo-se, por isso mesmo, em "reserva" potencial de mão-de-obra para aquele setor.

Por certo que existem diferenças de utilização de mão-de-obra entre os dois setores, mas sua aparição e manutenção são condicionadas pelo próprio *modus operandi* do sistema. Se a acumulação de capital é objetivo fundamental, então, *ceteris paribus*, são indispensáveis a absorção contínua de mão-de-obra (que requer uma reserva em disponibilidade) e a conseqüente apropriação do excedente econômico, via incorporação de parte da produtividade do trabalho, à formação de capital. Obviamente que o papel do setor não-dinâmico como reserva de mão-de-obra encobre sua própria condição de inferioridade para competir no mercado, forçado que é ao desempenho das atividades de sobrevivência econômica. A estrutura estamentada do poder econômico, consubstanciada pela apropriação diferenciada dos meios de produção e viabilizada pelo aparato político-institucional, não poderia ter como preocupação central propiciar melhores alternativas de relações de produção para o setor não-dinâmico. Esta impossibilidade é particularmente óbvia quando se leva em consideração a funcionalidade do setor não-dinâmico em termos de uma oferta estrutural de mão-de-obra (isto é, dependente da expansão do capital) para o setor dinâmico, que permite baratear custos de produção e incrementar sua margem de lucros.

Entretanto, o fato de a força de trabalho do setor não-dinâmico exercer o papel de reserva de mão-de-obra do setor dinâmico não deve provocar imagens de uma massa homogênea de trabalhadores ociosos e sub-remunerados, caracterizados por uma atitude de espera permanente. Como será demonstrado nas páginas seguintes, o chamado setor "não-dinâmico" é altamente heterogêneo, abrangendo diversos setores, cada um com sua própria racionalidade e *modus operandi*, alguns dos quais competem em condições favoráveis com o setor dinâmico na absorção de grandes segmentos de trabalhadores.

Da mesma forma, o setor dinâmico não se constitui em massa homogênea de trabalhadores bem remunerados. O setor não-dinâmico não tem o monopólio da pobreza e determinadas atividades relativamente absorvedoras de mão-de-obra que se encontram no setor dinâmico são igualmente mal pagas.

Enfim, o método analítico empregado pelas teorias neoclássica e keynesiana na elaboração do conceito de subemprego baseia-se numa racionalidade econômica generalista. Esta racionalidade fundamenta-se na lógica capitalista de produção, como se todos os agentes econômicos atuassem *homogeneamente* sob sua determinação. *Este procedimento negligencia a heterogeneidade estrutural de realidades sócio-econômicas e torna-se uma manifestação concreta da reificação do capitalismo.* Na realidade, longe de se constituírem em dois sistemas nitidamente definidos, os setores dinâmico e de subsistência, suas inter-relações aos níveis de produção, distribuição e consumo, bem como seus padrões de absorção de mão-de-obra, sugerem um quadro bem mais complexo e pouco explorado de atribuições econômicas interdependentes.

6.4.2.2 — *Circularidade Metodológica*

Na formulação do conceito de subemprego utiliza-se um *procedimento viciado*, bastante comum nas ciências sociais, *que consiste em conceber, inicialmente, determinado fenômeno e suas características para, posteriormente, e com base nestas características, qualificá-las e interpretá-las dentro da realidade estudada como condicionantes da existência do próprio fenômeno.* No caso, a subutilização de mão-de-obra implicaria uma produtividade marginal nula do trabalho e esta, por sua vez, seria sempre encontrada nos casos onde se constatasse a subutilização de mão-de-obra. Este círculo vicioso analítico apenas traduz a fatalidade da situação dos subutilizados e a existência "providencial" do setor dinâmico; só deixariam de ser subutilizados na medida direta da expansão deste.

A teorização do subemprego fundamenta-se nas diferenças de utilização de mão-de-obra entre dois setores econômicos aparentemente distintos — um com características de acumulação de capital e outro com características de sobrevivência econômica. Dessa dualidade setorial é que surge a noção de "excedente" de mão-de-obra que abrange aquela parcela da força de trabalho ociosa e/ou improdutiva, cuja retirada das atividades às quais se dedica não acarretaria alteração no nível de produção. Ora, se se admite a existência desses dois setores, suas diferenças quanto à relação de produção, nível tecnológico, eficiência do trabalho e capital, etc., estariam pre-determinadas a favor do setor de acumulação de capital. Ou seja, a análise dos dois setores é orientada para a constatação de diferenças substanciais que foram postuladas anteriormente.

Desta forma, o enfoque do subemprego (assim como outros enfoques dualistas análogos) e sua roupagem teórica se reduzem à mera constatação de diferenças substanciais de utilização de mão-de-obra entre o setor dinâmico e o não-dinâmico (ou de sobrevivência econômica).

6.4.2.3 — Os Pressupostos do Subemprego

Na ótica do subemprego, a subutilização de mão-de-obra seria fato inevitável (na falta de intervenção governamental) para uma parcela da força de trabalho que, face à relativa rigidez da demanda de mão-de-obra pelo aparelho produtivo dinâmico, teria que se dedicar, *involuntariamente*, a determinados tipos de atividade econômica caracterizados pela *ociosidade* de seus integrantes durante o tempo normal de trabalho e/ou pela *improdutividade* de seu desempenho econômico.

Essa argumentação conceitual, evidentemente, baseia-se num padrão de referência que a justifica nos seus próprios termos; tal padrão se liga às características de funcionamento do aparelho produtivo dinâmico da economia no qual o tempo de trabalho e sua produtividade/homem seriam os parâmetros, considerados “racionais”, de avaliação da utilização da mão-de-obra. *A proposição de que o subemprego é involuntário, ocioso e improdutivo para aquela parcela de mão-de-obra não absorvida pelo setor dinâmico não resiste a um escrutínio mais rigoroso.*

A afirmação de que o subemprego é *involuntário* para toda a parcela de mão-de-obra não absorvida pelo setor dinâmico tem encontrado negação empírica em trabalhos recentes.¹⁰ Nestes, constata-se que o setor não-dinâmico absorve mão-de-obra para sua expansão econômica independentemente da trajetória do setor dinâmico; ademais, observa-se que aquele setor tende a absorver proporções crescentes da força de trabalho urbana e que os elementos recrutados para o setor não são apenas os sobejos do setor dinâmico. Neste sentido, cabe destacar, inclusive, a observação feita no Capítulo II de que determinadas ocupações do setor dinâmico (notadamente na

¹⁰ Os trabalhos da OIT em diversos países, mais particularmente no Quênia, tiveram papel destacado nessa negação. Ver International Labour Office (ILO), *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya* (Genebra, 1972). No Brasil, ver Luis A. S. Machado, *op. cit.*, e Thomas Merrick e Fausto Brito, “Informal Sector Employment in Brazil: A Case Study for Belo Horizonte” (Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1974), mimeo.

construção civil) são os pontos de penetração de jovens e de outros elementos não qualificados ou inexperientes no mercado de trabalho metropolitano; a ascensão ocupacional em muitos desses casos consiste em passar para atividades do setor “não-dinâmico”.

Por outro lado, a questão da *involuntariedade* perde sentido já que no próprio funcionamento do mercado as relações de trabalho vão-se articulando e se modificando de acordo com as regras do sistema de produção de bens e serviços. Não resta dúvida que as ocupações mais qualificadas e os melhores rendimentos encontram-se em grande medida no setor dinâmico; esta vantagem é garantida pelo processo de crescimento capitalista que legitima este setor institucionalmente e lhe confere intensivo apoio governamental. No entanto, apesar da discriminação, parcela considerável da força de trabalho permanece articulada nas relações de trabalho características do setor não-dinâmico e realiza suas aspirações econômicas dentro dele.

Quanto ao elemento de *improdutividade* que caracterizaria as atividades econômicas do setor não-dinâmico, é necessário observar, inicialmente, que os critérios de eficiência econômica devem ser entendidos dentro e a partir de sua lógica de produção, onde as relações de trabalho são diferentes das existentes no setor dinâmico. O setor não-dinâmico tem na sobrevivência econômica seu critério fundamental de eficiência, muito antes de qualquer preocupação com a acumulação de capital. Nesta perspectiva é que deve ser considerada a utilização do fator trabalho; nas unidades familiares, a sobrevivência econômica se traduz na repartição da produção de acordo com as necessidades de consumo, e nos pequenos estabelecimentos, na divisão dos retornos da produção para cobertura dos custos fixos.

Segundo, e talvez mais relevante para a formulação de políticas, observa-se que, dentro da realidade econômica dos países em desenvolvimento, a eficiência deveria ser avaliada não em termos do fator de produção abundante (trabalho), mas sim do fator escasso (capital). No enfoque do subemprego, a medida de eficiência econômica dos indivíduos subutilizados no mercado é fornecida pela produtividade marginal do trabalho, negligenciados os outros fatores que se combinam na produção do bem ou do serviço.

Contra esse tipo de colocação pode-se argumentar que, embora a produtividade do trabalho seja baixa no setor não-dinâmico, "... isto é o resultado inevitável de sua exclusão do capital e tecnologias modernas". Nas situações onde existem "... condições de relativo excesso de trabalho, relativa escassez de capital e especialmente de recursos externos, é a eficiência ou produtividade por unidade de capital ou de recursos externos que é mais importante".²⁰ Nesta comparação, é bastante possível que o setor não-dinâmico leve vantagem, particularmente se ela for feita, como deveria ser, em unidades que tenham recebido graus semelhantes de proteção e promoção governamentais.

Finalmente, no que diz respeito à *ociosidade*, que estaria presente nas atividades típicas do subemprego, cabe observar que a própria noção varia significativamente em termos dos referentes tempo-espaço e da especificidade da atividade econômica. Segundo os teóricos do subemprego, a utilização "racional" da mão-de-obra implica um período "normal" de trabalho (8 horas/dia e seus múltiplos) sem ociosidade. Nas ocupações do setor dinâmico, é relativamente fácil delimitar sem muitas arbitrariedades o que constitui "trabalho" e "ócio". Normalmente, o "trabalho" se realiza dentro de um local fixo usado exclusivamente para a execução de atividades produtivas. Neste local, os trabalhadores entram e saem em horário determinados e realizam tarefas específicas, sendo, portanto, relativamente fácil identificar o local, o período e as atividades de trabalho e separá-los do "ócio".

No setor não-dinâmico, a identificação e delimitação do local, do período e das atividades de "trabalho" são bastante mais problemáticas, particularmente nas pequenas empresas e/ou famílias, onde as funções são heterogêneas e intercambiáveis e as atividades de "ócio" e "trabalho" alternam-se repetidamente. Os locais de trabalho também são mais difíceis de precisar. Machado, por exemplo, ilustra bem o descompasso entre os critérios aplicáveis aos dois setores citando o caso do biscateiro,²¹ o qual tem no botequim sua fonte principal de informação sobre oportunidades de trabalho, passando, conseqüentemente, muitas horas "trabalhando" em circunstâncias que normalmente seriam denominadas de "ócio". O conceito

²⁰ Estes argumentos foram extraídos de H. Singer, H. Lubell, V. Tokman e P. R. de Souza, "Memorando ao Seminário sobre Políticas de Emprego para o Setor Informal Urbano" (Brasília, 2-6 de fevereiro de 1976), mimeo.

²¹ Machado, *op. cit.*

de ociosidade relativa, portanto, é de difícil medição, merecendo crédito apenas quando considerados os parâmetros relevantes a cada setor.

Em síntese, *o arcabouço teórico estruturado em torno do conceito de subemprego fornece um instrumental que permite a interpretação da pobreza urbana descrita anteriormente e a indicação de alternativas de intervenção política para seu equacionamento. No entanto, as proposições implícitas nesta formulação teórica, assim como suas deduções práticas, são questionáveis em termos de propriedade metodológica e em termos de validade dos seus supostos.* Em seguida, serão mencionadas algumas outras colocações dualistas particularmente relevantes para a formulação de políticas nas áreas de intersecção entre migração, renda e emprego, e apresentada uma recapitulação das principais conclusões desenvolvidas nestas páginas.

6.5 — O Setor Informal e o Setor Tradicional

6.5.1 — Esquematização de Algumas Formulações

Outro enfoque dualista que se desenvolveu recentemente e que tem exercido grande influência sobre acadêmicos e planejadores na área de emprego é o que postula uma dicotomização da produção econômica e da força de trabalho em setores “formais” e “informais”. De certa forma, esta abordagem deriva de, e se relaciona, do enfoque do subemprego. Entretanto, a discussão sobre o setor informal tem-se desenvolvido geralmente num nível de teorização menos sofisticado, em decorrência de seus objetivos mais pragmáticos, e assume, particularmente em determinadas formulações, especificidades teórico-ideológicas incompatíveis com as do subemprego. Para nossos propósitos, a discussão da dicotomia formal-informal (e outras relacionadas) é particularmente útil, em parte por seu pragmatismo e em parte por desencadear considerações adicionais altamente relevantes para a avaliação de alternativas de intervenção política.

A formulação mais completa e inovadora em torno do conceito do setor informal talvez seja aquela elaborada por uma

*missão da OIT no Quênia.*²² Demonstra-se que o setor informal urbano assume características específicas no mercado de trabalho ao propiciar a seus integrantes oportunidades de emprego e renda necessárias à sua manutenção e desempenho. Constatou-se que o setor informal (que basicamente coincide com as atividades características de subutilização) absorve mão-de-obra para sua expansão econômica independentemente da evolução do setor formal (ou de acumulação de capital). O relatório da Missão prevê que "o setor informal urbano absorveria em 1985 uma maior proporção da força de trabalho urbana do que o faz atualmente", ademais, contrariando o juízo de valor subjacente ao conceito do subemprego, o relatório sugere que "o setor informal não é um problema, mas a fonte do futuro crescimento do Quênia".²³ *Conclui que, dadas as suas potencialidades, recomenda-se um apoio governamental ao setor informal.*

A investigação antropológica realizada no Rio de Janeiro por Machado²⁴ coincide em vários pontos com esta concepção dualista da missão da OIT, particularmente no que diz respeito à *valorização positiva de ocupações no setor informal*. Focalizando o mercado de trabalho de baixa renda, Machado distingue dois subsetores de atividades e demonstra que os trabalhadores não qualificados buscam, de preferência, empregos no setor "formalizado" que ofereçam estabilidade e cobertura da previdência social, embora a baixos níveis de renda e produtividade e sem perspectivas de mobilidade ocupacional. O outro setor, o "não formalizado", opera em condições mais competitivas e não oferece estabilidade nem segurança social; no entanto, configura-se como mais atraente porque possibilita, para os bem-sucedidos, a maximização da renda nas atividades de serviços ou em pequenas empresas comerciais.

Outra abordagem dualista bastante influente, particularmente entre os estudiosos da migração, é aquela retomada por Todaro e Harris em termos dos setores "tradicional" e "moder-

²² ILO, *op. cit.* Ver, adicionalmente, Merrick e Brito, *op. cit.*, Machado, *op. cit.*, Hamilton C. Tolosa, "Subutilização e Mobilidade de Mão-de-Obra Urbana" (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, novembro de 1975), mimeo; S. V. Sethuraman, "Towards a Definition of the Informal Sector" (Genebra: ILO, 1974), mimeo; John Weeks, "Policies for Expanding Employment in the Informal Urban Sector of Developing Economies", in *International Labour Review*, vol. III (janeiro de 1975); e M. G. Castro, *et alii*, *op. cit.*, Cap. 2.

²³ ILO, *op. cit.*, p. 25.

²⁴ Machado, *op. cit.*

no".²⁵ A tentativa de explicar as conseqüências dos deslocamentos espaciais da população sobre a estruturação interna do mercado de trabalho e sobre a mobilidade sócio-econômica dos migrantes levou Todaro e, posteriormente, Harris a formularem uma interpretação dualista do mercado de trabalho, englobando a migração e a absorção produtiva de mão-de-obra. Segundo esses autores, os deslocamentos da força de trabalho à procura de melhores oportunidades econômicas podem ser interpretados através de um modelo de migração rural-urbana no qual a absorção de mão-de-obra nos mercados urbanos de trabalho se resume a dois estágios definidos. Nestes, o migrante rural não qualificado, ao chegar à cidade, tende a passar algum tempo no setor tradicional até que, estabelecendo contatos e assimilando experiências e conhecimentos do mercado, consiga seu lugar no setor moderno.

Harberger,²⁶ por sua vez, considera o fenômeno a partir de uma concepção neoclássica do mercado urbano de trabalho, onde o setor "não protegido" é visto como a oferta de mão-de-obra urbana em confronto com a demanda exigida pelo setor "protegido". Neste contexto, o salário médio do setor não protegido desempenha o papel do preço de oferta da mão-de-obra, o qual se fixa proporcionalmente às variações do estoque da força urbana de trabalho, quando têm influência marcante os deslocamentos migratórios para as cidades.

Numa investigação realizada em Belo Horizonte, Merrick e Brito²⁷ operacionalizam o setor informal urbano em termos do não acesso à previdência social (exceto profissionais liberais e empregados do setor público, mais as empregadas domésticas). Demonstram eles que o setor informal desempenha claramente a função de estágio inicial de trabalho até a incorporação definitiva de parte da PEA no setor formal, segundo as concepções de Todaro-Harris e Harberger. Concluem, toda-

²⁵ Michael P. Todaro, "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries", in *American Economic Review*, vol. 44 (1969); Michael P. Todaro e P. Harris, "Migration, Unemployment and Development: A Two Sector Analysis", in *American Economic Review*, vol. 45 (1970); e Michael P. Todaro, *Internal Migration in Developing Countries* (Genebra: ILO, 1976).

²⁶ Arnold C. Harberger, "On Measuring the Social Opportunity Cost of Labor", in *International Labour Review*, n.º 103 (junho de 1971).

²⁷ Merrick e Brito, *op. cit.*; Thomas Merrick, "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte", in *The Journal of Developing Areas*, vol. 10 (abril de 1976); e Thomas Merrick, "Labor Absorption and the Traditional Urban Sector" (Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973), mimeo.

via, que os diferenciais migrantes-naturais não são significativamente importantes na determinação da composição básica do informal, ou seja, *migrantes e naturais participam em proporções mais ou menos semelhantes neste setor.*

6.5.2 — Implicações

Os pressupostos ideológicos subjacentes e as implicações políticas explícitas ou implícitas na dicotomização do mercado de trabalho variam bastante, de acordo com o proponente. Aqui, para simplificar, serão discutidas as conseqüências teórico-práticas de apenas dois trabalhos mais diretamente relevantes ao tema em pauta — o de *Todaro-Harris* e o da *Missão da OIT no Quênia*.

6.5.2.1 — O Modelo de Todaro-Harris

A perspectiva de Todaro-Harris,²⁸ centrada principalmente no problema da absorção de mão-de-obra rural e não qualificada no mercado de trabalho urbano-industrial, não discrepa significativamente da postura desenvolvida pelos teóricos do subemprego. A preocupação essencial nos dois enfoques gira em torno do problema da absorção de mão-de-obra menos qualificada e menos “eficiente” pelos setores dinâmicos da economia. De certa forma, porém, a formulação de Todaro-Harris é mais restrita pelo fato de se concentrar apenas sobre um segmento do mercado de trabalho — aquele constituído por migrantes rural-urbanos.

Na formulação de Todaro-Harris, a alimentação contínua do setor tradicional seria garantida pelo fluxo constante de migrantes rural-urbanos. Dada a capacidade dos migrantes de serem absorvidos pelo setor moderno da economia após cumprirem um estágio prévio no setor informal, *pode-se inferir que a intervenção governamental no processo torna-se perfeitamente dispensável.* Poder-se-ia sugerir, no máximo, a conveniência de fornecer assistência aos migrantes durante o trajeto e na chegada (ao local de destino) a fim de facilitar sua integração na sociedade receptora. Essa assistência poderia incluir desde a proteção social no momento da chegada até o eventual fornecimento de serviços de treinamento e formação pro-

²⁸ Todaro e Harris, *op. cit.*

fissionais, que teriam a função de encurtar o estágio a ser realizado pelo migrante no setor tradicional antes de ingressar definitivamente no rol dos favorecidos que atuam no setor moderno da economia.

Essa visão sintética da contribuição feita por Todaro-Harris à explicação da absorção de mão-de-obra pelos setores tradicional e moderno pode ser discutida principalmente em termos da sua validade empírica. Inicialmente, o modelo já tradicional da ocorrência migratória adotada naquele trabalho se concentra em apenas um tipo de movimento populacional, qual seja, as migrações de origem rural e destino urbano. No entanto, as categorias "rural" e "urbano" não assumem contornos muito definidos nem especificidades relevantes em um país como o Brasil.²⁹ Ademais, na grande maioria dos países, inclusive nos subdesenvolvidos, esse tipo de movimento está rapidamente perdendo importância, diante do processo inexorável da urbanização.³⁰ No Brasil, em 1970, os movimentos mais importantes eram do tipo urbano-urbano e apenas 18% de todas as migrações tinham origem rural e destino urbano.³¹

Adicionalmente, cabe salientar que a avaliação positiva do desempenho dos migrantes à medida que aumenta seu tempo de residência é sujeita a reinterpretação. É verdade que diversos trabalhos recentes, inclusive o presente (ver particularmente as Tabelas VI.1 e VI.3), indicam uma relação positiva e significativa entre ocupação e renda, por um lado, e tempo de residência, por outro. Embora essas afirmações confirmem aparentemente a hipótese de Todaro-Harris quanto à passagem dos migrantes do setor "tradicional" ao "moderno", esta relação é espúria devido ao fato de que os dados se referem a "estoques líquidos" de migrantes. Ou seja, os dados

²⁹ "No pueden darse definiciones satisfactorias, para todo uso, de las expresiones 'migrante', 'urbano' y 'rural', dificultad que deriva a su vez, de la complejidad y diversidad de los procesos en juego. Hay muchos tipos de zonas urbanas y rurales... Es insostenible la opinión que aún se da en artículos sobre problemas urbanos, de que los migrantes son principalmente campesinos desplazados y jóvenes procedentes de familias campesinas". Ver CEPAL, *Población y Desarrollo en América Latina* (México: Fondo de Cultura Económica, 1975), p. 23.

³⁰ Ver, por exemplo, Speridião Faissol, *op. cit.*, pp. 24-26; George Martine e César Peláez, "Urbanization Trends in Brazil, 1940-1970" (Santiago: CEPAL, 1972), mimeo; e César Peláez e George Martine, "Las Tendencias de la Población en el Decenio de 1960 y sus Repercusiones sobre el Desarrollo", in *Boletín Económico de América Latina*, vol. 18, n.ºs 1 e 2 (Santiago: CEPAL, 1973).

³¹ Calculado a partir de dados do *Censo Demográfico, Brasil, 1970* (Rio de Janeiro: FIBGE, 1973).

abrangem apenas os "sobreviventes" dos riscos de mortalidade e de reemigração, conforme será demonstrado em detalhe no próximo capítulo. Portanto, a única conclusão permissível nesse ponto é a de que os *sobreviventes* se encontram em melhor situação sócio-econômica com o tempo de residência. Qualquer outra interpretação seria precipitada.³²

Finalmente, a própria afirmação de que os migrantes estariam super-representados no setor informal foi seriamente contestada pelo trabalho de Merrick e Brito, já citado. Estes observam que, de fato, o setor informal serve claramente como estágio inicial de trabalho, precedendo à incorporação definitiva de um segmento importante da PEA. No entanto, afirmam que o setor informal preencheria essa função tanto para migrantes como para naturais, já que o nível de participação dos dois grupos no setor informal é similar. Os nossos dados, apresentados na Tabela VI.1, tendem a corroborar esta explicação de Merrick e Brito, pelo menos no que concerne à PEA masculina; ademais, a relação inversa entre idade e participação nos setores de subsistência ou equivalentes, sugerida pela comparação entre as Tabelas VI.1 e VI.3, estaria mais de acordo com a interpretação de Merrick e Brito do que a de Todaro-Harris. Isto porque se esses setores servem de ponte ou trampolim para alguns segmentos da PEA — particularmente entre os jovens que ingressam no mercado de trabalho — fazem-no sem discriminação da condição migratória.

Em suma, grande parte das evidências, pelo menos no Brasil, tende a pôr em dúvida a interpretação do funcionamento do mercado de trabalho urbano feita por Todaro-Harris, particularmente no que se refere à contribuição da população migrante à constituição do setor informal e à eventual passagem para o setor dinâmico. Logicamente, não sendo correto o diagnóstico, as implicações para intervenção governamental, que daí se inferem, não poderiam ser mantidas.

³² Neste erro incorrem Kalman Schaeffer e Cheywa Spindel, *op. cit.*, p. 68, quando afirmam: "... for both sexes migrants with no more than two years of residence show a greater tendency than long-term migrants to participate in the informal sector. This again supports the hypothesis that the informal sector is one of temporary, transitional employment". Na verdade, além de negligenciar o processo de sobrevivência, esta conclusão é prejudicada, adicionalmente, pela definição de migrante (isto é, inclui os migrantes com mais de 10 anos de residência entre os "não-migrantes") e pela definição bastante problemática de "setor informal" (isto é, inclui setores de tecnologia mais desenvolvida). Vale mencionar, porém, que um trabalho anterior realizado por Cheywa Spindel em São Paulo, *op. cit.*, apresenta uma sistematização dos dados e uma análise coerente com o presente estudo.

As análises do funcionamento do mercado de trabalho em diversos países, particularmente no Quênia, levaram a OIT a uma abordagem mais explícita das políticas de emprego a serem adotadas por países em vias de desenvolvimento.³³ A maior inovação no enfoque da OIT talvez seja a sua postura ideológica, pela qual o setor informal, antes relegado uniformemente pelas concepções dualistas a uma condição de absoluta inferioridade, é descrito agora como possuidor de qualidades intrínsecas importantes.

Inicialmente, a baixa produtividade e ineficiência do trabalho no setor informal, se comprovados, seriam atribuíveis à sua exclusão do capital e da tecnologia moderna e ao efeito de políticas discriminatórias. Segundo, os padrões de produção do setor informal deveriam ser entendidos dentro e a partir da sua lógica econômica de produção, onde as relações de trabalho são diferentes e, portanto, diferentes seus critérios de eficiência; a utilização do fator trabalho no setor informal é baseada mais em padrões de sobrevivência econômica (subsistência) do que em padrões de acumulação. Terceiro, grande parte das pessoas ocupadas nas atividades do setor informal fariam-no voluntariamente, após um cálculo racional das vantagens relativas dos dois setores. Finalmente, a utilização do fator trabalho feita pelo setor informal seria muito mais condizente com a realidade econômica dos países subdesenvolvidos, onde o fator capital é particularmente escasso.

Dada essa constelação de valores positivos atribuídos ao setor informal é evidente que, dentro da perspectiva da missão da OIT, esse setor deveria ser fortalecido pelos programas governamentais, em vez de ter seu desaparecimento programado ou ser mantido apenas como reserva de mão-de-obra para o setor dinâmico.

De fato, o setor informal urbano, ao demonstrar crescimento e eficiência econômica, deveria ser integrado na estratégia de desenvolvimento. Propõem-se, nesta perspectiva, medidas e instrumentos destinados a transferir recursos para o setor informal e/ou a modificar o aparato administrativo dentro do qual se realizam as atividades do setor, a fim de lhes aumentar a rentabilidade e a eficiência. Torna-se necessário buscar maneiras de canalizar recursos governamentais para o setor informal de modo a estabilizar suas bases e instituciona-

³³ ILO, *op. cit.*

lizar seu funcionamento; ademais, o Governo deveria tomar a iniciativa de criar ou robustecer laços de interdependência e de complementariedade entre os dois setores.

A ênfase sobre a necessidade de avaliar o funcionamento do setor informal dentro de sua própria racionalidade econômica e o reconhecimento de sua utilidade e eficiência econômicas constituem, indubitavelmente, uma contribuição importante dos teóricos do emprego, particularmente na formulação da OIT. Outra grande vantagem desta formulação é a de ter abstraído a pobreza do contexto de características individuais para enfocar a dinâmica interna das atividades econômicas, particularmente de ter buscado no relacionamento entre os setores formal e informal a explicação do dinamismo interno de setores considerados menos favorecidos.

Entretanto, as sugestões concretas para a formulação de políticas têm sido criticadas nos seguintes termos: o *êxito da política de canalizar recursos governamentais para o setor informal e de multiplicar seus laços funcionais com o setor formal pressupõe que as relações entre pequenas e grandes empresas favorecem às pequenas.*³⁴ Este pressuposto tem sido questionado por diversos autores, pela argumentação de que os pequenos produtores:

a) produzem bens de salário e serviços para os empregados dos grandes produtores em condições de competição extrema; isto faz com que os salários desses empregados sejam menores do que seriam de outra forma e, portanto, permite a transferência do excedente para os grandes produtores;

b) produzem insumos para os grandes produtores a preços baixos e sob a pressão de uma competição extrema, tendo como conseqüência a transferência do excedente para os grandes;

c) preenchem a função de um exército de reserva, pressionando negativamente os salários;

d) servem apenas aos mercados residuais, nos quais os grandes produtores não estão (momentaneamente) interessados; tão logo os pequenos produtores desenvolvam um mercado que se torne interessante, as grandes empresas apropriam-se dele.³⁵

³⁴ Manfred Bienefeld e Hubert Schmitz, "Capital Accumulation and Employment in the Periphery", *Discussion Paper n° 98* (Sussex: Institute of Development Studies, outubro de 1976), p. 8.

³⁵ *Ibid.*, pp. 11-12.

Em suma, “há razões importantes para supor que as últimas conseqüências de tais recomendações podem ser bastante diferentes daquelas previstas por seus proponentes. Assim, a canalização de capital para tais atividades pode simplesmente levar a uma utilização menos eficaz do capital e a uma redução tanto do consumo como da capacidade de investimento e, incidentalmente, colocar alguns pequenos estabelecimentos no caminho da formalização”.³⁶

6.6 — Pobreza, Dualismo e Diretrizes Políticas

Para os nossos propósitos, a discussão sobre o subemprego e os setores informal e tradicional serve para provocar algumas reflexões adicionais com respeito à natureza da pobreza urbana, à constituição do segmento menos favorecido da população nas diversas abordagens dualistas, assim como à orientação de diretrizes políticas.

De certo que existe uma estreita relação entre o subemprego, o setor informal e outros equivalentes por um lado e a pobreza urbana descrita no início deste capítulo, por outro. Essa convergência se dá em termos da remuneração e da qualificação que são características de determinadas atividades ocupacionais, do nível de bem-estar sócio-econômico associado a elas, ou do nível de reprodução de indivíduos. Há uma superposição bastante grande entre as populações abrangidas por nosso conceito de pobreza urbana e as contempladas no segmento inferior das diversas formulações dualistas.

Entretanto, em comparação à descrição da pobreza urbana, a análise neoclássica do subemprego tem a vantagem de salientar a necessidade de focar esse substrato em termos de organização da produção e não das características ou agregações de indivíduos.³⁷ No enfoque do setor informal, destaca-se a conveniência de diagnosticar o problema dos estratos econômicos menos favorecidos, não em termos das suas deficiências internas e da sua ineficiência na utilização de mão-de-obra, mas sim da interação e interdependência estrutural que existe entre este setor e o dinâmico.

³⁶ *Ibid.*, p. 12 (grifos nossos).

³⁷ A interpretação de processos sócio-econômicos em termos de características individuais só pode levar à sugestão de políticas assistenciais.

Dessa forma, admite-se que a tentativa de caracterizar e dimensionar a pobreza urbana utilizando dados agregados carece de uma fundamentação teórica mais sedimentada. Essa fundamentação é bem mais desenvolvida nas abordagens dualistas, embora com deficiências sérias de outra natureza. Paradoxalmente, no entanto, a *descrição da pobreza urbana em termos agregados deixa de cometer um erro de simplificação que, embora importante nas abordagens dualistas, é insuficientemente destacada na apreciação destas*: ao postular dois setores estanques, as abordagens dualistas propõem a existência de um *setor dinâmico onde, para todos os efeitos, a força de trabalho total seria produtiva e bem remunerada*. A conceituação do setor informal tem a grande vantagem de valorizar a racionalidade interna e a produtividade potencial do setor menos dinâmico, mas cai na mesma armadilha que as outras abordagens dualistas quando *presume a homogeneidade do setor formal*.

Tem-se insistido, no decorrer deste capítulo, na heterogeneidade de cada um dos setores. Se a pobreza urbana também abrange proporções importantes da população do setor dinâmico, então a aplicação de medidas beneficiando o setor menos dinâmico, conforme a perspectiva da missão da OIT (mesmo que não incorresse nos erros apontados), constituir-se-ia, igualmente, numa abordagem parcial do problema.

Embora definições operacionais do setor de subsistência variem de um trabalho a outro, há consenso em que o setor industrial urbano, assim como o subsetor da construção civil, fazem parte, necessariamente, do setor dinâmico. A Tabela VI.4 mostra a proporção da PEA, natural e migrante, que trabalhava nesses setores em 1970 e ganhava menos de Cr\$ 200,00 (limite superior de renda adotado no conceito de pobreza urbana).

Esses dados indicam que o setor secundário como um todo e o setor específico da construção civil incluem grandes proporções de trabalhadores recebendo níveis salariais próximos à subsistência. Cerca da metade dos trabalhadores na construção civil e de dois quintos de todos os trabalhadores da indústria de transformação percebiam rendimentos abaixo do nível mínimo estabelecido. Recorde-se, adicionalmente, que os dados se referem às RM onde os salários monetários estão entre os mais altos do País.

Em suma, *a pobreza urbana não é privilégio dos setores econômicos menos dinâmicos*. Paradoxalmente, portanto, o conceito de pobreza urbana, de pretensões explicativas e cor-

retivas limitadas, torna-se, de certa forma, mais abrangente que as próprias abordagens que buscam interpretar o problema a partir da estrutura diferenciada de produção. A constatação da magnitude da pobreza urbana no setor dinâmico, inclusive, obriga a repensar a validade das abordagens que sugerem solucionar o problema da sub-remuneração através da dinamização da produção no setor informal.

Essas observações, por sua vez, levam a reconsiderar a abordagem da contribuição dos migrantes à pobreza urbana. Demonstrou-se, no início deste capítulo, que os migrantes não são desproporcionalmente representados na pobreza urbana e que, portanto, eram impropriedades as avaliações negativas da opinião pública sobre o processo migratório. Agora, porém, as reflexões sobre a heterogeneidade interna dos dois setores e, mais especificamente, a constatação de que o setor dinâmico também inclui um grande contingente de pessoas sub-remuneradas, levam a reavaliar o processo migratório.

De fato, não há, de modo geral, diferenças importantes entre migrantes e naturais quanto aos níveis de inserção ocupacional e salarial. Porém, *se ambos os grupos estão concentrados nas ocupações sub-remuneradas, inclusive no próprio setor*

TABELA VI.4

PERCENTAGEM DA PEA MIGRANTE E NATURAL DO SETOR SECUNDÁRIO E SUBSETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL RECEBENDO SALÁRIOS ATÉ CR\$ 200,00 — REGIÕES METROPOLITANAS — 1970

Regiões Metropolitanas	Construção Civil		Setor Secundário	
	Migrantes	Naturais	Migrantes	Naturais
São Paulo	41,5	37,9	30,7	34,6
Rio de Janeiro	49,7	53,1	34,7	39,7
Belo Horizonte	64,3	65,9	40,0	50,2
Porto Alegre	51,4	58,6	47,1	52,5
Curitiba	43,3	48,7	40,0	51,4
Recife	72,3	77,7	57,2	66,7
Salvador	59,4	62,8	39,5	44,8
Fortaleza	75,1	80,9	74,8	79,5
Belém	61,9	64,3	52,5	62,7

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER/OIT/BN:1.

*dinâmico, então pode-se especular que a migração estaria produzindo um efeito negativo ao fornecer um fluxo constante de mão-de-obra para inflacionar a reserva urbana e, assim, diminuir as possibilidades já reduzidas de barganha coletiva e de obtenção de salários mais adequados.*³⁸ Dessa forma, o fluxo constante de migrantes estaria se tornando altamente funcional para o sistema produtivo em termos do reabastecimento periódico do estoque de mão-de-obra em reserva, mas bastante negativo em termos da consecução de níveis salariais mais condizentes com as aspirações que motivaram a própria migração.

Pelo fato de os migrantes constituírem a maior parte das camadas populacionais mais pobres, teriam certa validade os argumentos que culpam a invasão dos mesmos nas grandes cidades pelo aumento de diversas manifestações de "marginalidade" social e pela crescente incapacidade dos serviços urbanos de atenderem à população como um todo. Observe-se, porém, que a participação deles na pobreza urbana é apenas proporcional à sua participação na PEA. Ademais, a demanda de serviços urbanos só é relevante quando é solvável e, portanto, o seu nível de atendimento varia em função do perfil de renda da população.³⁹ A probabilidade de que a contribuição dos migrantes ao crescimento do produto e à geração do excedente seja muito maior que o investimento real feito pela sociedade para fornecer-lhes condições mínimas de sobrevivência reforçaria o argumento da funcionalidade do processo migratório para o sistema.

De forma mais genérica, poder-se-ia argumentar, inclusive, que a mobilidade territorial da mão-de-obra teve participação importante na dinâmica do chamado "milagre econômico brasileiro". A constante alimentação da oferta de trabalho diante de uma demanda industrial rígida e seletiva serviu tanto para manter uma reserva urbana de mão-de-obra, comprimindo os

³⁸ Para uma discussão mais ampla do papel da reserva de mão-de-obra, ver Paul Singer, "Elementos para uma Teoria de Emprego Aplicável a Países Não Desenvolvidos", in *Cadernos CEBRAP*, n.º 18 (São Paulo, 1970).

³⁹ "... se existe, portanto, uma demanda 'explosiva' por serviços urbanos de toda espécie, que permanece em grande medida insatisfeita, isto se dá não porque a população cresce depressa demais, mas porque a renda urbana se eleva de forma 'explosiva' e os mecanismos de mercado, que de modo geral deveriam equilibrar demanda e oferta, simplesmente falham no cumprimento do seu papel". Ver Paul Singer, "Urbanização e Desenvolvimento: O Caso de São Paulo", in *Economia Política da Urbanização* (São Paulo: Edições CEBRAP, 1973), pp. 126-127.

níveis salariais, como para ampliar a pobreza urbana; ambos os fatores favoreceram significativamente a acumulação do capital. "A pressão constante das migrações, de um lado, diretamente pelo aumento da oferta da força de trabalho urbana, mantinha baixos os salários. Por outro lado, ao constituir o setor urbano autônomo . . . contribuíram para aquele mesmo fim de forma indireta, pelo barateamento de importantes componentes da cesta de consumo do operário. Assim, por uma e outra via, elas sustentavam os níveis altos de acumulação de capital".⁴⁰

O caso da construção civil, a maior absorvedora de mão-de-obra migrante masculina (ver Capítulo II), fornece uma ilustração mais clara desse raciocínio. Este setor absorve cerca de 11% da PEA metropolitana e 30% do pessoal ocupado no setor industrial, mas é responsável pela geração de apenas 4,7% da renda total. Recente estudo conclui que os *salários na construção civil são determinados muito mais em função da oferta bastante elástica da força de trabalho*.⁴¹ Ademais, devido ao baixo custo do fator trabalho, a substituição deste por materiais de construção do tipo pré-fabricado ainda é mínima: "... a oferta de mão-de-obra não ou pouco especializada para a construção civil continua altamente elástica devido aos crescentes fluxos migratórios campo-cidade e aos elevados índices de desemprego e subemprego urbanos. Neste caso, a mão-de-obra estaria sendo remunerada abaixo de sua produtividade e, por conseguinte, o setor de construção se capitalizando via apropriação do fator trabalho."⁴²

A partir desse tipo de consideração, fica mais evidente que as diretrizes políticas que teriam que ser formuladas nas áreas de migração, emprego e renda ultrapassam em muito as recomendações visando a fortalecer estabelecimentos econômicos marginalizados do processo produtivo. Chega-se, inclusive, ao desenvolvimento da noção de que qualquer política eficaz nesta área começaria por uma análise crítica do próprio sistema, no que se refere à existência e distribuição de oportunidades econômicas, bem como das limitações intrín-

⁴⁰ Juez R. Brandão Lopes, "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural", in *Estudos CEBRAP* (São Paulo, outubro/dezembro de 1973), p. 134.

⁴¹ Cesar Manoel de Medeiros, "A Importância da Construção Civil no Planejamento dos Países em Desenvolvimento", in *Análise e Conjuntura* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, dezembro de 1976), pp. 14 a 23.

⁴² *Ibid.*, p. 22.

secas à criação de melhores oportunidades que existe em um modelo apoiado numa estrutura de poder e de produção altamente concentradores.

Em suma, da discussão de pobreza urbana, das explicações e soluções dualistas do subdesenvolvimento, deduz-se que seria muito irrealista buscar diretrizes de atuação política dentro do âmbito restrito do processo migratório. O deslocamento espacial de grupos populacionais, o efeito da migração sobre a constituição da pobreza urbana ou do setor informal,⁴³ a sua funcionalidade para a manutenção de um modelo sócio-econômico concentrador e suas conseqüências negativas para outros elementos constituintes da reserva de mão-de-obra em termos da redução do poder de barganha coletivo fazem parte de uma dinâmica estrutural cujos determinantes, conseqüências e alternativas prendem-se ao próprio ciclo de evolução do capital e⁴⁴ transcendem, portanto, as fronteiras do tema em discussão. De qualquer forma, far-se-á uma tentativa, no próximo capítulo, de esquematizar algumas linhas e níveis de atuação compatíveis com os argumentos aqui desenvolvidos.

6.7 — Resumo e Conclusões

Neste capítulo foram apresentados e discutidos os aspectos da pobreza urbana, da subutilização da mão-de-obra e da dualidade do mercado urbano de trabalho, com referência especial ao componente migratório. As conclusões consideradas mais importantes são as seguintes:

a) Ao se dimensionar a pobreza urbana nas RM, fica demonstrado que cerca de um quarto do conjunto da PEA masculina assim como três quintos da PEA feminina, aproximadamente, vivem em condições mínimas de subsistência.

b) A pobreza urbana não é típica da mão-de-obra migrante, pelo menos entre os homens. Entre as mulheres, porém,

⁴³ Neste caso, a pobreza urbana é resultante das "manifestações concentradas de problemas muito mais amplos de crescimento populacional, de transformação econômica, de distribuição de rendas e de oportunidades de participação no processo político decisório". Ver Marshall Wolfe, *Desenvolvimento: Para Que e Para Quem?* (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976), p. 225.

⁴⁴ Ver, a este respeito, Paul Singer, "Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho" (São Paulo: CEBRAP, 1976), mimeo.

existem desvantagens significativas contra as migrantes na maioria das cidades. Para ambos os sexos, o tempo de residência dos migrantes é inversamente relacionado com a participação na pobreza urbana. A maior participação de jovens, tanto naturais como migrantes, nessas atividades, refletiria a necessidade de complementação da renda familiar.

c) A pobreza urbana não constitui categoria analítica de maior utilidade para a compreensão dos seus determinantes, nem para a sugestão de caminhos alternativos de políticas governamentais. Pelo fato de se referir a agregados de indivíduos, o conceito de pobreza urbana, embora útil para dimensionar o problema e desmistificar a contribuição da migração para seu crescimento, pode apenas sugerir medidas do tipo assistencial.

d) Para facilitar a delimitação e a compreensão da pobreza agregada e a formulação de sugestões concretas, faz-se necessário recorrer a instrumentos analíticos que busquem explicá-la em termos da própria estrutura da economia e do mercado de trabalho.

e) A maioria das formulações que se enquadram nesta perspectiva tem buscado explicar a subutilização e sub-remuneração da mão-de-obra em termos de modelos dualistas. Escolheu-se aqui, para uma análise mais detalhada, a perspectiva do subemprego, a qual tem exercido, historicamente, muita influência sobre as tentativas de intervenção governamental nas áreas de emprego e renda.

f) A simplificação conceitual das noções de subutilização de mão-de-obra e de dualidade do mercado de trabalho na perspectiva do subemprego engendra limitações aos níveis teórico e empírico. Essas limitações, por seu turno, decorrem da eleição das atividades mais dinâmicas da economia como referência básica de alocação e de eficiência dos fatores de produção. Ao fazerem abstração da divisão social do trabalho e das formas de apropriação do excedente, aquelas noções descaracterizam a realidade histórica da sociedade econômica, especialmente em relação às funções desempenhadas pelas atividades menos dinâmicas. As conseqüências inevitáveis são a reificação do capitalismo e a impossibilidade de compreensão das relações de produção nas estruturas das economias capitalistas em desenvolvimento.

g) A proposição de que os "subutilizados" se encontram em disponibilidade permanente para serem aproveitados no setor dinâmico tem um certo fundamento na realidade econô-

mica, isto é, segmentos do setor não-dinâmico realmente constituem um exército de reserva que comprime salários e custos de produção. Entretanto, a proposição encobre a heterogeneidade desse setor (dentro do qual existem oportunidades econômicas mais almejadas do que outras do setor dinâmico) e do próprio setor dinâmico (que, nos países em desenvolvimento tendem a incluir grande proporção de ocupações mal remuneradas). Ademais, ela encobre o juízo de valor segundo o qual o setor não-dinâmico "racionalizaria" sua participação no processo de acumulação de capital às custas da manipulação indiscriminada de sua produtividade pelo setor dinâmico da economia.

h) A racionalidade econômica, medida em termos da produtividade marginal do trabalho, constitui a preocupação central das abordagens do subemprego. Entretanto, considerando a realidade econômica dos países em desenvolvimento, a eficiência deveria ser avaliada não em termos do fator de produção abundante (trabalho) mas sim do fator escasso (capital).

i) A análise desenvolvida pela missão da OIT sobre o setor informal situa melhor a manipulação dos fatores de produção dentro da realidade do subdesenvolvimento. Ademais, ela tem de positivo a avaliação do funcionamento do setor informal tanto em termos de sua lógica interna (isto é, uma racionalidade de subsistência e não de acumulação), quanto da interdependência funcional entre o setor formal e o informal.

j) De forma pragmática, a missão da OIT sugere diversas medidas visando a fortalecer as empresas do setor informal através de uma transferência de recursos públicos e de um remanejamento do aparato administrativo convencional. A atuação do governo, nesta perspectiva, deveria institucionalizar o funcionamento do setor e fortalecer sua posição de barganha promovendo sua interdependência com o setor formal. Considera, inclusive, que o dinamismo do setor informal pode tornar-se a grande estratégia do desenvolvimento em determinados países.

k) Embora demonstre nítidas vantagens teóricas e pragmáticas sobre o enfoque do subemprego, a abordagem do setor informal pode ser criticada pelo fato de presumir que uma maior interdependência entre ele e o setor formal lhe seria favorável, e de promover a formalização de determinados estabelecimentos do setor informal.

m) Por outro lado, o enfoque do setor informal incorre no mesmo erro que a abordagem do subemprego ao presumir a homogeneidade da situação privilegiada da força de trabalho ocupada no setor formal. Na realidade, este setor inclui, nos países em desenvolvimento, grandes proporções de trabalhadores que também fazem parte da pobreza urbana.

n) Dada a alta participação de indivíduos na pobreza urbana, tanto do setor formal como do informal, a dicotomização da força de trabalho e a concentração dos esforços governamentais sobre o setor menos favorecido constitui uma abordagem muito seletiva. Ademais, quando se tem em vista a funcionalidade da migração (para o reabastecimento de um estoque de reposição da força de trabalho) e do próprio setor informal para a manutenção e fortalecimento de um modelo econômico altamente concentrador, as limitações das abordagens parciais e dualistas ficam mais destacadas.

CAPÍTULO VII — DIFERENCIAIS MIGRATÓRIOS: RESULTADOS E IMPLICAÇÕES

7.1 — Principais Resultados

Este trabalho teve por objeto analisar o significado dos movimentos populacionais que se orientam para as nove Regiões Metropolitanas brasileiras em termos da participação de migrantes e não-migrantes no mercado de trabalho. Os resultados desta análise podem ser examinados tanto do ponto de vista da estrutura sócio-econômica das grandes cidades e, assim, da própria sociedade, como da perspectiva da população migrante.

Quando enfocadas sob a ótica do impacto da migração na estrutura sócio-econômica dos grandes centros urbanos, um primeiro aspecto a destacar seria a *alta funcionalidade da migração para o sistema produtivo vigente*. Considerando a primazia das RM na geração do produto nacional e a dependência do processo produtivo sobre a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, não resta dúvida que a migração intensa para as RM tem contribuído significativamente para a geração de excedente e para a manutenção de altas taxas de crescimento econômico.¹ Os migrantes, tanto homens como

¹ Cerca de 85% do Produto Nacional Bruto estão sendo formados nas áreas urbanas, mormente nas áreas metropolitanas. Nessas circunstâncias, é bastante razoável a afirmação de que "... não se pode tentar resolver o problema (isto é, de desenvolvimento e de satisfação social) através de um processo de limitação do crescimento de urbanização, pois esta é a única solução para mantermos uma alta taxa de crescimento econômico". Ver Harry J. Cole, "Desenvolvimento Urbano: Idéias para uma Política Nacional", in *Revista de Administração Municipal*, vol. 21, n.º 125 (1974), pp. 5-22.

mulheres, são mais ativos que os naturais e constituem a maioria da PEA metropolitana. Inclusive, distingue-se uma relação direta entre o nível de desenvolvimento econômico das RM e a proporção de suas respectivas PEA compostas por migrantes. Esse fato está ligado, evidentemente, à maior atração que exercem os centros mais desenvolvidos sobre os migrantes potenciais.

A contribuição elevada dos migrantes recentes para a constituição da PEA metropolitana vale menção à parte nesta perspectiva e sugere a existência de uma força de trabalho altamente móvel, que se desloca freqüentemente de uma localidade para outra em busca de melhores condições de sobrevivência, respondendo às flutuações regionais na demanda de mão-de-obra não qualificada e semiquificada.² Neste sentido, é necessário enfatizar, desde já, o fato de que, *apesar de ser altamente heterogênea e de ter representação em todas as classes sociais, a grande maioria dos migrantes, particularmente dos mais recentes, é constituída por estratos populacionais menos favorecidos.*

De fato, ao ser analisada a estrutura ocupacional das nove RM segundo *status* migratório, observa-se a importância destacada de algumas ocupações de baixa remuneração para a absorção da população migrante recém-chegada. Embora esta absorção seja condicionada pela estrutura de produção de cada RM, assim como pela composição demográfica dos diversos grupos populacionais, as pessoas recém-chegadas se concentram predominantemente em ocupações de baixa qualificação e renda.

Neste raciocínio, a funcionalidade das migrações para a estrutura produtiva das RM brasileiras fica caracterizada pelo fato de que esta se assenta na existência e manutenção de uma reserva abundante de mão-de-obra. A presença dessa reserva, em grande parte nutrida pelo afluxo maciço de migrantes em busca de melhores condições de vida, serve para pressionar o lado da oferta e assim reduzir os custos do fator trabalho. Essa argumentação pode ser ilustrada pelo desempenho do setor de construção civil, o maior absorvedor de mão-

² Na formulação de Jorge Balán, "los estímulos principales para las migraciones internas, urbanización y concentración urbana provienen de la forma en que se dan los desequilibrios regionales y sectoriales dentro de un modelo de desarrollo". Ver Jorge Balán, *op. cit.*, vol. II, p. 76.

de-obra migrante, onde os salários são determinados, predominantemente, pela pressão da mão-de-obra migrante em disponibilidade.

A maior parte deste estudo, dada a natureza dos dados, enfoca especificamente a situação relativa dos migrantes no mercado de trabalho. Do ponto de vista da população migrante, que significa a vinda para uma Região Metropolitana? A resposta a esta pergunta qualitativa não é fácil, principalmente através de dados secundários referentes a apenas um momento no tempo. Para se elaborar uma avaliação correta do significado do deslocamento espacial para o próprio migrante em termos sócio-econômicos, seria necessário, no mínimo, obter informações referentes à sua situação em dois pontos no tempo — antes da saída e depois de uma chegada mais ou menos definitiva.

Na ausência desse tipo de informação, utilizou-se um procedimento bastante difundido na literatura especializada, que consiste em comparar diversas subcategorias de migrantes utilizando também a população natural da localidade de “destino” como grupo de controle. Os resultados destas comparações podem ser discutidos em termos da compreensão que fornecem sobre o significado da migração quando enfocados sob a perspectiva do migrante. Inicialmente, serão resumidos alguns aspectos da comparação migrante-natural para então sintetizar o comportamento relativo de diferentes grupos de migrantes.

Ao se tomar a população natural de cada RM como *standard* de comparação, abre-se a perspectiva de avaliar em que medida a população migrante consegue se integrar no mercado de trabalho metropolitano. Presume-se, nestas comparações, que ao atingir um nível ocupacional e sócio-econômico equivalente ao do grupo natural, a população migrante teria, de alguma forma, alcançado um nível de adaptação satisfatório. Neste raciocínio, o grau de inadaptação seria representado pelo diferencial entre os níveis respectivos dos dois grupos. Dentro desta linha de investigação foram comparados neste trabalho migrantes e naturais sob diversos aspectos: taxa de atividade, frequência escolar, nível de escolaridade, ocupação, estrato ocupacional, renda, posição na ocupação e participação nos grupos marginalizados da sociedade.

Os resultados desses exercícios, contudo, são pouco conclusivos em termos de apreciar o significado do deslocamento para o próprio migrante. Uma das poucas generalizações válidas em todas as RM refere-se às maiores taxas de

atividade da população migrante. Essa ascendência, verificada entre homens e mulheres, persiste mesmo após a realização de controles para a correção de discrepâncias na composição demográfica dos dois grupos. Este fato, tomado isoladamente, poderia reforçar a hipótese, bastante difundida, de que os movimentos para as grandes cidades são seletivos dos elementos mais dinâmicos da população de origem, traduzindo-se, a característica, em maior ambição de mobilidade sócio-econômica, a qual por sua vez explicaria as altas taxas de atividade do grupo migrante. Na realidade, a explicação correta é menos promissora: a maior participação dos migrantes deve-se, principalmente, à entrada prematura dos jovens na força de trabalho, enquanto sua contraparte na população natural ainda está freqüentando escola. Ademais, *os níveis salariais da maioria, tanto de migrantes como naturais, apontam mais para uma busca de sobrevivência econômica de que de ascensão social.*

Ao serem examinados os níveis de inserção ocupacional (ocupação, estrato ocupacional, posição na ocupação) e de rendimentos auferidos por migrantes e naturais, nota-se que, na PEA masculina, praticamente não há tendências definidas que se possam generalizar para todas as RM. Ou seja, a PEA migrante masculina não ocupa no mercado de trabalho um nível que pode ser caracterizado como superior, igual ou inferior à PEA não-migrante em todas as RM. O que se observa, com certa nitidez, são padrões bastante diferenciados entre as RM nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro, por um lado, e o restante das RM, por outro).

Dessa forma, a comparação migrante-natural em São Paulo produz resultados singularmente sugestivos, independentemente da variável em exame. Nessa cidade, a situação sócio-econômica dos naturais é significativa e sistematicamente superior à dos migrantes. No Rio de Janeiro, a mesma situação predomina, embora em níveis menos significativos e com pequenas inversões no padrão básico. Nas outras RM, os diferenciais entre migrantes e naturais raramente são significativos embora se possa perceber, *grosso modo*, que os naturais dos centros mais desenvolvidos tendem a ostentar uma situação, relativamente aos migrantes, um pouco melhor que suas contrapartes nas RM do Norte-Nordeste.³ Entretanto, à exceção

³ Encontram-se, inclusive, algumas pequenas divergências na posição relativa dos dois grupos na mesma RM, dependendo do indicador utilizado. Elas apenas confirmam a ausência de padrões significativos fora do Rio de Janeiro e de São Paulo.

do Rio de Janeiro e São Paulo, os migrantes atingem situação sócio-econômica ligeiramente mais favorável que os naturais.

Entre as mulheres, a posição relativa de migrantes e naturais é mais acentuada. Independentemente do indicador utilizado, a PEA natural feminina encontra-se em situação privilegiada, comparada à PEA migrante. Este padrão é significativo em todas as RM, à exceção de Fortaleza, onde ambos os grupos se nivelam por baixo, e pronunciado nas RM mais desenvolvidas.

Dessa forma, a comparação migrante-natural é, *per se*, pouco conclusiva em termos de se apreciar o significado da migração para os grupos envolvidos no processo. Uma forte razão para a inoperância desse instrumento comparativo vem da influência que o próprio nível de desenvolvimento de uma região exerce sobre a estrutura de oportunidades econômicas.

Uma das implicações práticas destas observações, portanto, diz respeito à necessidade de dimensionar e caracterizar o significado do fenômeno migratório dentro da estrutura de cada região. Quem generalizasse exclusivamente a partir da análise dos dados para São Paulo seria levado a concluir que ser migrante implica competir em desvantagem no mercado de trabalho. Assim seria justificável, sob uma ótica limitada, a carga negativa que a população migrante costuma sofrer por certa parte da opinião pública. Por outro lado, generalizando a partir de uma análise baseada em dados sobre Recife, chegar-se-ia à conclusão de que o fato de ser migrante é pouco relevante. Ademais, poder-se-ia afirmar, com base numa comparação isolada efetuada entre essas duas cidades, que a situação relativa dos migrantes em São Paulo é inferior àquela dos que residem em Recife. Na realidade, os níveis de ocupação e renda dos migrantes em São Paulo são globalmente superiores aos de qualquer outro grupo migrante, embora inferiores aos dos naturais na mesma cidade.

Em suma, a comparação entre dois grupos quaisquer residentes nas RM, denominados "migrantes" e "naturais", é de pouca utilidade prática. Essa apreciação prende-se, parcialmente, à variedade de bases econômicas das diversas unidades observacionais, mas também à própria heterogeneidade dos dois subgrupos. Neste sentido, a análise da situação do migrante no mercado de trabalho ganha muito mais perspectiva quando são introduzidas outras variáveis discriminatórias.

Uma linha de investigação promissora consiste em analisar o posicionamento relativo de migrantes e naturais segundo o local de residência. Os dados atuais permitem cotejar a situa-

ção destes dois grupos por suas residências no núcleo ou na periferia de quatro RM. Estas são, justamente, as que tinham uma proporção substantiva de sua população total residindo na periferia em 1970: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife.

Estes dados permitem afirmar que, pelo menos entre os homens, o status migratório é menos relevante para o posicionamento sócio-econômico (no caso, medido em termos de estratificação ocupacional) da população dessas cidades que o local de residência. A população que reside nos respectivos municípios-núcleo dessas quatro RM atinge sempre posições na estrutura ocupacional que são significativamente mais altas que as dos residentes na periferia. Mesmo em São Paulo e Rio de Janeiro, onde ficou demonstrada a relevância do status migratório, o local de residência é mais importante. Ademais, é interessante observar que a diferenciação do posicionamento ocupacional segundo residência é mais relevante entre naturais que entre migrantes, ao ponto de minimizar, na periferia de São Paulo e Rio de Janeiro, a significância dos diferenciais entre migrantes e naturais, ou seja, confirma-se um processo acentuado de competição residencial que relega os estratos mais baixos à periferia da cidade, onde se nivelam por baixo as populações migrante e natural.

Outra linha de investigação que permite qualificar melhor as generalizações referentes ao status migratório é aquela que visa à distinção de grupos de migrantes segundo suas origens. As tabulações especiais utilizadas neste trabalho permitem estabelecer dois tipos de comparação, tendo como variável independente a renda média mensal.

Ao ser examinada a estrutura de renda dos diversos grupos de migrantes residentes no Rio de Janeiro e São Paulo, segundo sua origem, observa-se inicialmente um fenômeno que, grosso modo, pode ser sintetizado da seguinte maneira: *menor o contingente e/ou mais distante sua origem, mais seletivo é o fluxo para as grandes cidades.* Em São Paulo, por exemplo, os migrantes procedentes do Centro-Oeste e do Norte têm uma estrutura de renda privilegiada em relação a qualquer outro grupo populacional; no Rio de Janeiro, estes dois contingentes, mais o pequeno grupo de migrantes procedentes da região Sul, desfrutam novamente uma situação privilegiada em termos de renda.

Em ambos os casos, os grandes contingentes procedentes das regiões Sudeste e Nordeste ocupam, contrariamente, os últimos escalões da estrutura de renda. A única exceção a

esta relação inversa entre tamanho dos fluxos e situação de renda é constituída pelos migrantes paulistas que residem na RM de São Paulo, cuja situação é muito similar à dos próprios naturais, isto é, abaixo dos grupos menores e/ou procedentes de regiões mais distantes. Embora haja variações nesses padrões para as categorias mais jovens, estes geralmente valem tanto para homens como para mulheres.

A seguir, foi analisada a situação de renda dos 1,3 milhão de migrantes nordestinos que se encontravam ou na PEA das RM nordestinas, ou na de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo o tipo de migração e destino. Entre os homens, observou-se maior homogeneidade na estrutura salarial dos nordestinos que residem em São Paulo e Rio de Janeiro. Estes estão concentrados nas faixas de renda que se situam em torno ou um pouco acima do salário mínimo.

Os migrantes interestaduais para as RM do Nordeste, em número reduzido, constituem uma população mais heterogênea, tendo maior representação tanto nos níveis salariais mais altos como nos mais baixos. Os migrantes intra-estaduais são caracterizados por maior concentração nas faixas de renda mais baixa e proporções menores nas faixas médias e superiores. Ressalve-se que a estrutura de renda de Salvador, mais favorável que a de Recife, e esta mais que a de Fortaleza, influencia fortemente tais padrões, de modo que a distribuição de renda dos migrantes intra-estaduais em Salvador se assemelha bastante à dos interestaduais em Fortaleza. A estrutura de renda dos naturais nas RM do Nordeste situa-se numa posição intermediária entre a dos migrantes interestaduais e a dos intra-estaduais em Salvador e Recife, mas abaixo de qualquer grupo migrante em Fortaleza.

Entre as mulheres, as migrantes nordestinas que trabalham em São Paulo e Rio de Janeiro encontram-se em situação privilegiada com relação a qualquer grupo migrante ou natural que reside nas RM do Nordeste. A grande maioria das mulheres na PEA das RM nordestinas, independentemente do seu *status* migratório, está concentrada numa faixa de renda abaixo do salário mínimo. Entretanto, a mesma hierarquia entre migrantes interestaduais e intra-estaduais (isto é, com vantagem dos primeiros), predomina também entre as mulheres. As não-migrantes, porém, ocupam uma posição privilegiada em comparação com a situação dos homens.

No conjunto, o exame da estrutura de renda da população migrante nordestina revela padrões de diferenciação bastante claros segundo o tipo de migração, destino e nível de desen-

volvimento da sociedade receptora. Esses padrões serviriam para confirmar a hipótese de que os fluxos menores são mais seletivos. Mais importante, demonstrariam a racionalidade aparente dos fluxos, já que o maior contingente se dirige às RM do Centro-Sul, onde consegue níveis salariais globalmente mais altos que aqueles que se deslocam para as RM nordestinas. Esta racionalidade aparente, porém, pode ser questionada em termos de uma possível seletividade, segundo destino, dos diversos fluxos de nordestinos e da constatação de que estes ocupam os mais baixos escalões da hierarquia ocupacional em São Paulo e Rio de Janeiro.

A distinção de subgrupos de migrantes segundo a origem e segundo o local de residência, permite, portanto, melhor caracterização do processo migratório do que através da simples dicotomia migrante-natural. Contudo, *a linha de investigação utilizada mais sistematicamente ao longo deste estudo e cujos resultados levantam as questões mais interessantes é aquela que diferencia os grupos de migrantes segundo o tempo de residência na RM de destino.* Esse procedimento visa, basicamente, a avaliar a evolução da situação da população migrante no mercado de trabalho em função da maior permanência na cidade. A demonstração de uma relação direta entre o tempo de residência e os níveis ocupacional e de renda da população migrante seria interpretada, teoricamente, como evidência da adaptação positiva dessa população. O migrante estaria adquirindo conhecimentos, experiências e contatos que o habilitariam a ultrapassar os obstáculos à mobilidade sócio-econômica.

Os dados apresentados neste trabalho confirmariam os resultados de diversas pesquisas anteriores, também baseadas em dados secundários, com respeito à aparente mobilidade vertical da população migrante. Nesse aspecto, é realmente interessante o fato de que, apesar de não concordarem sobre o sentido dos diferenciais entre migrantes e naturais, praticamente todos os trabalhos consultados demonstram uma melhoria progressiva na situação dos migrantes em termos de vários indicadores sócio-econômicos, na medida em que aumenta a permanência dos migrantes na unidade geográfica ou político-administrativa em análise. Portanto, os resultados da presente investigação não fogem à regra, já que *todos os indicadores utilizados demonstram, em quase todas as RM, uma melhoria sistemática e significativa da condição sócio-econômica dos migrantes à medida que aumenta o tempo de residência na RM.*

Neste sentido, ao analisar a inserção ocupacional da população migrante, observa-se que, *entre os homens*, o setor que mais absorve migrantes recém-chegados é o da construção civil. Mais especificamente, a ocupação de servente de pedreiro, sozinha, absorve mais migrantes recentes que qualquer outra categoria ocupacional, em todas as RM, exceto em Recife. O restante das ocupações mais absorvedoras de mão-de-obra recém-chegada varia segundo a RM e o grupo etário, mas se concentra nas ocupações de baixa qualificação. *Entre as mulheres*, a grande maioria das migrantes recentes encontra trabalho como empregada doméstica. Embora o nível exato dessa participação varie segundo a idade dos migrantes e a cidade de destino, a proporção não é nunca menor que 50% e supera os três quintos da PEA migrante recente em seis RM.

O mais notável, porém, é a modificação radical no perfil ocupacional da PEA migrante com o aumento do tempo de residência, particularmente entre as mulheres. A proporção de mulheres migrantes nos serviços domésticos diminui significativamente com o tempo de residência em quase todos os grupos etários e RM, sendo que a maioria das outras categorias ocupacionais registram um aumento relevante. Entre os homens, na maioria dos grupos etários e cidades, a ocupação de servente de pedreiro perde destaque com o tempo de residência, enquanto que outras ocupações e posições (serviços não qualificados, ocupações de escritório, ocupações do ramo de transporte, proprietários de nível médio) refletem um aumento progressivo.

Esses padrões são observados ainda mais claramente quando as ocupações são agrupadas em cinco estratos hierarquicamente delimitados. Neste caso, o tempo de residência revela-se uma variável crucial, já que a maior permanência implica uma melhoria progressiva e significativa no posicionamento ocupacional, para ambos os sexos, em quase todas as cidades.

Verifica-se situação análoga nas distribuições de renda e de posição na ocupação dos migrantes segundo seu tempo de permanência nas diversas RM. Aqueles que se mantêm na PEA, tanto homens como mulheres, colocam-se em condições muito mais favoráveis que os migrantes recentes em termos de renda. De fato, a renda auferida pelos migrantes antigos é tão privilegiada que supera a dos naturais em todas as RM, exceto entre as mulheres em São Paulo e Rio de Janeiro. Igualmente, a posição na ocupação dos migrantes altera-se positivamente com o tempo de residência. O mesmo ocorre com a renda dos

migrantes dentro de cada categoria ocupacional (autônomos, empregados e empregadores). Finalmente, a participação dos migrantes nos grupos menos favorecidos da população (pobreza urbana) está indiretamente associada ao tempo de residência.

Em suma, fica amplamente caracterizada a melhoria progressiva na situação sócio-econômica da população migrante à medida que aumenta sua permanência no local de destino. *A constância desse padrão, tanto neste estudo como em outros anteriores, exige um maior aprofundamento da sua dinâmica e serve como ponto de partida para uma reflexão sobre o significado e implicações dos resultados.* De fato, a interpretação da aparente mobilidade vertical propiciada pela maior permanência no mercado de trabalho desponta como a questão mais relevante para avaliação do processo migratório.

7.2 — Diferenciais por Tempo de Residência e suas Implicações

Numa revisão rápida dos estudos recentes sobre diferenciais sócio-econômicos, que utilizaram dados derivados do censo, verifica-se que suas conclusões são diversas e até conflitantes com respeito à situação comparativa de migrantes e naturais.⁴ Alguns sustentam que a população natural se encontra sistematicamente numa situação sócio-econômica superior à dos migrantes.⁵ Outros chegam a resultados diametralmente opostos e concluem que são justamente os migrantes que, por serem os elementos mais dinâmicos da população, desfrutam uma situação sócio-econômica superior à dos não-migrantes.⁶ Ainda outros encontram diferenciais variáveis segundo o tipo de fluxo e o nível de desenvolvimento da localidade receptora⁷ e, completando a gama de alternativas, outros autores concluem que a dimensão migratória não é significativa na constituição dos grupos sócio-econômicos.⁸

⁴ Ver estudos citados na nota 6 da Introdução.

⁵ M. G. Castro, *et alii*, *op. cit.*; Shaeffer e Spindel, *op. cit.*; e Cheywa Spindel, *op. cit.*

⁶ M. da Mata, *et alii*, *op. cit.*; e M. A. Costa, *op. cit.*

⁷ Martine e Peliano, *op. cit.*; e Elza Keller, *op. cit.*

⁸ Moura, *et alii*, *op. cit.* Os trabalhos de Merrick e Brito sustentam basicamente a mesma tese com dados não-censitários. Ver, por exemplo, T. W. Merrick e F. A. Brito, *op. cit.*

Grande parte dessas divergências nos resultados pode ser reconciliada, ou pelo menos explicada, em termos de discrepâncias conceituais e metodológicas. A definição de migrantes varia teórica e operacionalmente segundo procedimentos adotados e unidades de análise contempladas. A maioria dos estudos citados não dispõe de controles sobre fatores intervenientes fundamentais, como idade e sexo, o que influencia diretamente os resultados. Ademais, os procedimentos de operacionalização de variáveis independentes levam a conclusões divergentes.⁹

Entretanto, é mais interessante constatar que, *apesar das divergências conceituais e metodológicas, quase todos esses mesmos estudos revelam um padrão evolutivo idêntico com respeito à aparente adaptação positiva dos migrantes, segundo o tempo de residência numa determinada localidade ou região.*

As implicações teóricas e práticas desta melhoria progressiva no posicionamento de migrantes seriam aparentemente claras. Já que a situação sócio-econômica da população migrante melhora sensivelmente à medida que aumenta seu tempo de residência, a ponto de os migrantes antigos estarem em melhor situação que os naturais na maioria das RM, então estar-se-ia diante de um processo francamente saudável de mobilidade social propiciada pela mobilidade geográfica. Bastaria ao migrante um tempo mínimo para acumular experiências, contatos e *savoir-faire* urbano para que se adaptasse à sociedade receptora e aí se estabelecesse como membro ativamente produtor. Simultaneamente, a migração estaria cumprindo um papel importante no processo de modernização econômico-social já que funcionaria como mecanismo através do qual a sociedade de orientação agrícola-tradicional se transformaria em sociedade urbano-industrial. De um ponto de vista político prático, não haveria nenhuma razão para interferir, a não ser superficialmente, no processo migratório (isto é, através de medidas assistenciais), dado que a dinâmica natural seria funcional para a sociedade e benéfica para os agentes.

Contornando o problema da suficiência desse tipo de argumentação, *devem ser examinadas algumas considerações adicionais de natureza metodológica antes de se aceitar esta avaliação otimista dentro do seu próprio contexto.*

Em primeiro lugar, há o fato de que a estrutura econômico-político-demográfica da sociedade receptora, especialmente

⁹ Para uma discussão mais extensa desses problemas, ver George Martine, *op. cit.*

em localidades de crescimento dinâmico, é sujeita a transformações substanciais ao longo do período. Estas, inevitavelmente, influenciam o modo de inserção da população tanto natural como migrante em épocas diferentes. Hogan e Berlinck,¹⁰ ao lembrarem este aspecto, enfatizam a irrelevância da população natural como *standard* de comparação, já que, dependendo de sua idade, as pessoas nascidas numa determinada localidade terão passado por experiências de socialização estruturalmente diferenciadas. A mesma observação aplicar-se-ia também aos migrantes, sendo que os mais antigos se teriam inserido num contexto estrutural distinto daquele encontrado pelos migrantes recentes. Nesse caso, as *comparações entre migrantes recentes e antigos seriam distorcidas pela própria evolução na estrutura da sociedade receptora.*

Em segundo lugar, o exame de informações mais detalhadas sobre a estrutura ocupacional dos subgrupos migrantes nas RM, feitos neste trabalho, revela um questionável processo de mobilidade. Parece improvável que haja uma permeação das ocupações de mais alto *status* pelos migrantes que, ao chegarem, empregavam-se como trabalhadores não qualificados e empregadas domésticas. *Suspeita-se que a transformação no perfil ocupacional com o tempo de residência estaria refletindo não somente uma possível mobilidade mas, de alguma forma, a evasão do mercado de trabalho de grupos migrantes menos qualificados.*

Tendo em vista essas possíveis discrepâncias, a interpretação da aparente mobilidade e adaptação progressiva dos migrantes deve ser precedida de uma análise do processo de evasão, bem como de uma tentativa de sondar sua dimensão e características. Nesse caso, os próprios dados censitários revelam um volume de migração repetida substancial.¹¹ Algumas pesquisas diretas também constataram o fenômeno. Uma investigação realizada em Brasília, por exemplo, demonstrou que dois terços dos migrantes entrevistados haviam feito pelo menos uma etapa anterior em outra localidade e cerca de um

¹⁰ Daniel Hogan e Manoel Berlinck, "Occupation, Access to Information and the Use of Urban Resources", in *International Union for the Scientific Study of Population* (Bélgica: Liege, 1973), mimeo.

¹¹ Por exemplo, 26% dos migrantes inter-regionais informaram ter tido, até o Censo de 1970, pelo menos um estágio após a saída de sua região de nascimento. Esta proporção atinge 37% para os migrantes nascidos em São Paulo e 49% para imigrantes no Paraná. Ver Manoel Augusto Costa, "Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil", in Manoel Augusto Costa (ed.), *op. cit.*, pp. 84-91.

quinto havia cumprido pelo menos três movimentos anteriores. A média de permanência em cada localidade teria sido de três a quatro anos.¹² Ademais alguns migrantes teriam cumprido até 22 etapas antes de chegar a Brasília.¹³

Em outro estudo, constatou-se que 28% dos imigrantes em Belo Horizonte haviam feito pelo menos um estágio prévio e que um terço havia residido em três ou mais localidades antes de lá chegar. Ademais, é altamente significativa a observação de que a migração repetida aumenta rapidamente com a idade, alcançando 31% entre os migrantes de 25-34 anos, 51% entre os de 35-44 anos e 65% entre aqueles com mais de 45 anos.¹⁴

A hipótese clássica que explicaria toda essa movimentação populacional seria a da migração por etapas. Nessa perspectiva o migrante, notadamente o de origem rural, faria estágios em localidades cada vez maiores e/ou cada vez mais distantes da região de origem e adquiriria vivência urbana, ou seja, uma ressocialização progressiva que lhe permitiria, eventualmente, fixar-se numa grande cidade. Esta hipótese amplamente difundida, que se ajusta bem ao enfoque da modernização e da evolução progressiva da sociedade dualista, tem sido pouco comprovada no contexto latino-americano.

Embora não se negue a factibilidade desse tipo de trajeto, inclusive para um segmento importante da população migrante, pode-se contrapor outra hipótese igualmente viável. Segundo esta, os baixíssimos níveis de renda de consideráveis segmentos da população, independentemente da localidade ou condição migratória, levariam uma proporção significativa dos migrantes a reemigrarem, uma ou mais vezes, em busca de sobrevivência econômica. Poder-se-ia postular, com base em estudos de casos e informações parciais, a existência de um substrato de verdadeiros nômades em busca de oportunidades passageiras de subsistência. Ademais, as grandes metrópoles estão igualmente sujeitas ao processo de reemigração, embora exerçam forte poder de atração sobre migrantes potenciais. A Região Metropolitana não é necessariamente o destino final de uma progressão de deslocamentos geográficos por etapas na medida em que não oferece condições adequadas de reprodução econômica a determinados contingentes migratórios. A esse respeito, é muito pertinente a seguinte observação:

¹² Élbio Gonzalez e Maria Inês Bastos, *Migração para Brasília* (Brasília: UnB, 1973), pp. 62-74.

¹³ *Ibid.* Comunicação pessoal dos autores.

¹⁴ Léa Melo da Silva, *op. cit.*, vol. 1, pp. 127-168.

“Por outro lado, a atração de centros industriais mais próximos — São Paulo e redondezas — perde um pouco a sua eficácia, pela distância e pelo fato de São Paulo ter sido, quase sempre, uma etapa já vencida do fluxo migratório de trabalhadores desempregados, oriundos do Nordeste do País. Um pequeno período de vida no grande centro industrial, um a dois anos, foi suficiente para mostrar ao migrante nordestino que aqui chegou as dificuldades relativas à conquista de um emprego satisfatório.”¹⁵

A relevância dessas informações sobre migrações múltiplas para a avaliação do peso relativo da adaptação progressiva *versus* a evasão seletiva da população migrante no estudo de diferenciais reside na seguinte premissa: na medida em que se verifica que um segmento significativo da população migrante costuma efetuar movimentos múltiplos e que a proporção de migrantes repetidos aumenta rapidamente com a idade, pode-se supor que a população migrante captada numa determinada localidade em dado momento, quer seja no censo quer numa pesquisa direta, contém uma parcela importante de pessoas que brevemente empreenderá outro movimento. Ou seja, não há motivo para acreditar que, para muitos migrantes, o deslocamento enumerado seja o último. Pelo mesmo raciocínio, a enumeração da população migrante em qualquer momento deixará de registrar um contingente significativo que já se deslocou nas mesmas condições. Portanto, os migrantes enumerados em qualquer corte transversal constituem apenas um resíduo momentâneo de indivíduos, os sobreviventes de um processo contínuo de movimentação geográfica de população.

7.3 — Dimensões da Evasão e Sobrevivência

A chave para a interpretação dos dados sobre diferenciais reside, portanto, no dimensionamento e na caracterização da evasão ou reemigração no período anterior à enumeração censitária. Infelizmente, nenhum tipo de informação existente permite a investigação direta desses fenômenos. No entanto, a reemigração pode ser estimada, a nível das Regiões Metropolitanas, por um processo indireto bastante simples. Para os cálculos respectivos, presume-se que o aumento do fluxo migra-

¹⁵ Maria Conceição d'Incao e Mello, *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria* (Petrópolis: Editora Vozes, 1975), p. 75 (grifos nossos).

tório tenha sido relativamente constante durante a década anterior ao censo e que as diferenças entre o número de migrantes teoricamente chegados em distintos períodos e aquele citado no censo sejam devidas ao efeito combinado da mortalidade e da reemigração. O procedimento adotado, assim como suas possíveis deficiências, são discutidos no Anexo III. Basta mencionar aqui que o procedimento é forçosamente tentativo, mas que os resultados provavelmente refletem tanto a ordem de magnitude da evasão e retenção de migrantes nas RM brasileiras como as dimensões relativas desse fenômeno em diferentes cidades e grupos.

Neste sentido, os dados apresentados na Tabela VII.1 refletem a proporção de todos os migrantes que chegaram durante os períodos de setembro de 1959 a setembro de 1964 e de setembro de 1964 a setembro de 1967, respectivamente, e que sobreviveram até a data do Censo de 1970. Isto é, representam os migrantes que não teriam falecido ou reemigrado antes do censo.

De modo geral, os dados sugerem que apesar das RM brasileiras serem geralmente consideradas como as localidades de maior poder de atração e retenção da população, elas expulsam grande parte do seu contingente imigratório. Aproximadamente um terço dos migrantes, homens e mulheres, chegados entre setembro de 1964 e setembro de 1967, teria reemigrado e/ou falecido antes do Censo de 1970. Para os migrantes que chegaram entre 1959 e 1964, a taxa de retenção oscila entre 40 e 63%, indicando que quase 45% de todos os imigrantes dessa época não teriam sobrevivido até a data do censo.

A retenção e a evasão não oscilam significativa e sistematicamente segundo o sexo ou a procedência urbano-rural dos migrantes. Contudo, as taxas variam muito entre as cidades, destacando-se Belo Horizonte como a de maior poder de retenção. Poder-se-ia buscar nas características supostamente tradicionalistas da sociedade e família mineiras a explicação desta ascendência; para os propósitos deste trabalho, porém, é mais relevante observar que, apesar da alta retenção, 20% dos migrantes não sobreviveram a uma temporada média de cinco anos e cerca de 40% não resistiram a uma média de nove anos nessa cidade. No outro extremo, as RM nordestinas geralmente têm uma taxa de retenção muito baixa, à exceção dos migrantes de origem rural em Recife, onde o grau de retenção é surpreendentemente alto.

TABELA VII.1

**TAXA DE RETENÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR SEXO,
 QUADRO DE PROCEDÊNCIA E PERÍODO DE CHEGADA NAS
 REGIÕES METROPOLITANAS — 1959/70**

Regiões Metropolitanas	Homens				Mulheres			
	1964/67		1959/64		1964/67		1959/64	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
São Paulo	65	58	59	58	67	64	61	63
Rio de Janeiro	69	64	60	57	70	68	61	60
Belo Horizonte	78	80	61	63	74	79	59	62
Porto Alegre	68	67	57	58	68	68	58	56
Curitiba	66	62	45	40	66	63	44	41
Recife	59	75	41	52	58	67	41	50
Salvador	60	58	50	48	63	62	51	50
Fortaleza	66	62	51	43	61	58	50	45
Belém	77	69	57	50	72	70	54	47
Total	67	63	57	56	67	66	58	58

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

Os migrantes mais antigos em Curitiba também sofreram uma evasão notável dos seus contingentes, independentemente do quadro de procedência. Esse fato ajusta-se tanto aos dados censitários citados anteriormente, que demonstravam uma grande mobilidade horizontal da imigração paranaense, como às características da capital de uma região que era, até pouco, de fronteira. Quanto a São Paulo e Rio de Janeiro, a evasão nos primeiros anos é alta mas aumenta pouco de um grupo a outro no tempo. Esse fato sugere a convergência de dois fatores principais: por um lado, a deterioração das condições de fixação nessas metrópoles e, por outro, a retenção seletiva dos elementos mais capacitados que, se conseguem sobreviver aos primeiros anos, garantem sua permanência nessas localidades. Esta seletividade mantém estreita relação com a estratificação residencial das metrópoles pelo fato de a retenção ser consideravelmente maior nos municípios-núcleo que nas periferias respectivas (dados não apresentados).

Essas estimativas, portanto, sugerem que uma elevada proporção de todos os migrantes nas RM é obrigada a empreender nova retirada poucos anos após a chegada.¹⁶ De fato, tendo em vista a grande parcela de jovens na estrutura etária da população migrante e a própria dimensão de sua aparente evasão, é óbvio que a contribuição de reemigração deve ser muito maior que o componente “mortalidade” na evasão das grandes cidades.¹⁷ Ademais, deve ser lembrado que essas estimativas de reemigração são conservadoras de acordo com a lógica dos procedimentos adotados na elaboração do índice (ver Anexo III). Um estudo da FIBGE vai ainda mais longe ao afirmar que

¹⁶ Deste modo, a mobilidade geográfica da força de trabalho não tem refletido, nem de longe, a sua mobilidade social ascendente. O ritmo desta estaria sendo inversamente proporcional ao daquela. Esta afirmação seria coerente com os seguintes dados sobre o Brasil na década de 60: tomando-se o incremento da taxa de urbanização (referente às localidades de 20 mil e mais habitantes) como *proxy* de mobilidade geográfica com destino urbano e o incremento do índice de desigualdade de Theil (para a renda urbana) como *proxy* de mobilidade social urbana, obtêm-se os valores de 35,1 e 37,0%, respectivamente. Fontes: César Peláez e George Martine, *op. cit.*, Quadro 9, p. 100 (taxa de urbanização), e Carlos Geraldo Langoni, *op. cit.*, p. 70 (índice de desigualdade de Theil).

¹⁷ Poderiam ser aplicados coeficientes de mortalidade para determinar a proporção da evasão devida a cada um dos fatores, mas a precariedade das estimativas não justifica tal sofisticação. Em todo caso, pode-se afirmar, *a priori*, que se a evasão é alta a reemigração será fator primordial nesta configuração.

uma vez iniciado o processo de migração a probabilidade de o migrante continuar migrando no primeiro ano é relativamente (*sic*) elevada, 58% . . ." ¹⁸

7.4 — A Retenção Seletiva de Migrantes

Aceitos os argumentos bem como a hipótese de que esteja havendo um alto nível de evasão dos contingentes populacionais que estagiam nas RM, a próxima indagação refere-se às características das pessoas que reemigram. Teoricamente poder-se-ia supor que, na medida em que fatores de atração impulsionassem esses movimentos múltiplos, a reemigração seria seletiva dos elementos mais capacitados e dinâmicos. Por outro lado, na medida em que fatores de expulsão prevalecessem, esperar-se-ia maior evasão da população não qualificada ou menos capacitada para competir no mercado de trabalho urbano. A verificação empírica dessas hipóteses é extremamente importante para a avaliação do processo migratório, já que a interpretação da seletividade da reemigração em termos positivos ou negativos define um posicionamento valorativo frente a esse processo e, portanto, determina a conveniência e o grau de intervenção governamental no problema migratório. ¹⁹

A comprovação empírica da seletividade de reemigração é bastante problemática, pois, se não existem informações sobre o volume da evasão, muito menos sobre a qualidade desta. Entretanto, uma aproximação pode ser feita através do exame das características da população migrante enumerada

¹⁸ L. C. Gomes, N. do Valle e A. C. Olinto, "Recuperação de Informação e Migração" (Rio de Janeiro: FIBGE/Instituto Brasileiro de Informática, s.d.), mimeo.

¹⁹ É incontestável a preocupação de diversos setores governamentais com o "problema migratório", e este interesse altera bastante o caráter acadêmico dos estudos pertinentes. Recente número de uma importante revista oficial — *Planejamento e Desenvolvimento*, vol. 4, n.º 37 (Brasília: SEPLAN, junho de 1976) — citava longos trechos do trabalho de M. A. Costa, *Urbanização e Migração . . .*, *op. cit.*, e concluía que "... os migrantes urbanos alcançam (em média) maior êxito empresarial do que os não-migrantes. Os dados sustentam a conclusão de que há mudanças no *status* de emprego de migrantes à medida que aumenta o tempo de residência" (p. 33). Tais conclusões tranquilizadoras evidentemente favorecem a avaliação positiva da dinâmica migratória e levam à adoção de atitudes e políticas passivas.

nos dados censitários, resguardando-se, porém, da armadilha da circularidade de raciocínio já que foi justamente a interpretação da evolução dessas características por tempo de residência que suscitou a hipótese sobre a evasão. Faz-se necessário concentrar a atenção sobre uma característica que não seja suscetível à modificação com o tempo de residência. A única característica pouco influenciada pelo tempo de residência parece ser o nível de escolaridade e, mesmo assim, a comparação pode ser efetuada apenas a nível de grupos étnicos adultos, cuja frequência escolar atual é negligenciável e, portanto, cuja escolaridade não está mais sujeita a alterações.²⁰

Nesta perspectiva, a Tabela VII.2 apresenta informações sobre o nível de escolaridade da população migrante de 25 anos e mais, segundo o tempo de residência. De acordo com esses dados, o nível educacional da população migrante aumenta substancialmente com o tempo de residência em seis das nove RM (as cinco RM da região Centro-Sul mais Fortaleza). Nestes casos, os diferenciais são bastante mais nítidos na população masculina que na feminina. A mesma tendência é observada na população masculina em Salvador e nas populações masculina e feminina em Belém. Em Recife os padrões são assistemáticos. Em resumo, observa-se uma retenção seletiva da população migrante mais escolarizada que é significativa tanto nas cinco RM mais desenvolvidas como em Fortaleza e apenas sugestiva em Belém e Salvador.

Estas observações são bastante relevantes para a hipótese da retenção seletiva. De fato, se ao ser controlada uma característica pouco sujeita a variações, como é o nível de escolaridade da população adulta, constata-se que há realmente uma melhoria no nível educacional da população migrante com o tempo de residência, então se impõe a conclusão de que tem havido uma retenção seletiva dos elementos mais capacitados. Ao se levar em conta que o País tem experimentado no tempo (de acordo com os dados oficiais) uma melhoria gradativa na cobertura do ensino e observando-se que os migrantes antigos, por serem mais velhos, teriam tido, *ceteris pa-*

²⁰ Dados não mostrados indicam que a frequência escolar na população adulta (no caso, a de 25 anos e mais) é ínfima em todas as RM, independentemente do *status* migratório. Observa-se que a presença de migrantes antigos que teriam recebido parte de sua educação na RM de residência atual não se constitui em fator distorsivo. Pelo contrário, reforça o raciocínio na medida em que implica claramente uma retenção seletiva dos elementos mais instruídos entre este grupo de migrantes.

TABELA VII.2

**NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO MIGRANTE
ADULTA^a POR SEXO, SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970**

(%)

Nível de Escolaridade e Tempo de Residência	Homens									Mulheres								
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonto	Porto Alegre	Curitiba	Recife	Sal- vador	Forta- leza	Belém	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonto	Porto Alegre	Curitiba	Recife	Sal- vador	Forta- leza	Belém
Sem Instrução e Primário Incom- pleto																		
0 — 2	58	56	52	49	49	60	58	74	60	65	64	59	56	56	67	65	79	69
3 — 5	53	53	53	45	43	63	56	68	55	60	64	60	53	50	69	63	71	69
6 — 10	51	52	47	44	39	63	54	64	58	60	61	56	52	47	70	65	67	66
11 e +	43	44	37	40	35	62	53	62	56	54	56	48	50	44	70	63	67	68
Primário Completo																		
0 — 2	28	26	32	31	31	20	22	13	18	25	22	27	29	29	20	20	15	18
3 — 5	32	29	31	33	35	19	22	17	25	28	23	27	32	33	18	22	18	19
6 — 10	34	30	34	34	36	19	25	19	26	29	26	28	33	35	18	22	19	24
11 e +	39	34	40	36	39	22	28	20	27	34	28	34	35	38	19	23	20	23
Secundário ou Su- perior																		
0 — 2	14	18	16	19	19	20	20	13	22	10	14	14	15	14	13	15	9	13
3 — 5	15	18	16	23	22	18	22	14	20	11	12	14	16	17	13	15	11	12
6 — 10	14	17	19	22	24	18	21	18	15	11	13	16	16	18	13	14	13	10
11 e +	17	22	23	24	26	16	10	18	17	12	15	17	15	17	11	13	13	9

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.^a Adulta = 25 anos e mais.

ribus, menos acesso ao sistema educacional aperfeiçoado que os migrantes recentes, então a conclusão sobre a retenção seletiva fica ainda mais reforçada. Em outros termos, os migrantes metropolitanos mais antigos têm níveis de escolaridade mais altos que os recentes, apesar de terem passado pelo sistema escolar quando este era mais precário.

Por outro lado, é interessante observar que esta melhoria no nível educacional com a permanência é registrada justamente nas RM mais e menos desenvolvidas. Nas RM do Centro-Sul, a explicação da retenção seletiva seria simples: os elementos menos capacitados não conseguem se manter adequadamente no mercado de trabalho e optam pela reemigração. No que se refere a Salvador, Recife e Belém, pode-se apenas registrar a suposição de que a reemigração ocorre em todos os níveis ou que a população marginalizada conhece menos opções que seus semelhantes nas RM do Centro-Sul. Moura, Holder e Sampaio, ao chamarem a atenção para a alta proporção de migrantes antigos constituídos de pessoas sem curso elementar nas RM nordestinas, argumentam que o grande esforço despendido por este contingente no exercício da sobrevivência diária impede a busca de caminhos alternativos.²¹ Nesse sentido, os dados anteriores sugerem que a alta retenção da população de origem rural em Recife ajusta-se mais à hipótese de reemigração dos elementos com um mínimo de capacitação, enquanto a evasão negativamente seletiva em Fortaleza seria o produto de uma incapacidade total de sobrevivência nos setores menos favorecidos.

A hipótese de que a melhoria da situação dos migrantes por tempo de residência, observada neste e em quase todos os trabalhos anteriores, refletiria uma adaptação progressiva ao novo meio fica bastante abalada pela constatação de uma grande evasão negativamente seletiva da população migrante. Isto é, observa-se, na maioria das RM, uma melhoria no nível educacional por tempo de residência em estratos populacionais que, pela idade, praticamente não teriam mais acesso ao sistema escolar. Esta constatação só pode ser interpretada como resultado de uma retenção seletiva dos elementos mais capacitados e de uma expulsão dos migrantes menos preparados para competirem no mercado de trabalho urbano. Sem querer enxertar teorias orgânicas exógenas, poder-se-ia dizer

²¹ Moura, *et alii*, *op. cit.*

que o processo migratório está mais sujeito ao processo de sobrevivência dos mais fortes que à adaptação progressiva dos migrantes.

Vale observar, finalmente, que a tese da migração repetida e, portanto, da movimentação contínua de um segmento considerável de indivíduos sobre o espaço geográfico brasileiro, complementa e reforça a anterior sobre a funcionalidade do processo migratório na criação e manutenção de uma reserva estrutural de mão-de-obra necessária à expansão do processo de reprodução do capital. De fato, a movimentação contínua de indivíduos, trabalhadores não qualificados e semiqua- lificados na sua maioria, garante a presença de uma reserva de mão-de-obra barata e maleável ao preenchimento e atendimento das atividades econômicas setoriais e regionais — obras públicas na cidade e no campo, serviços agrícolas, flutuações cíclicas da produção industrial, prestação de serviços pessoais, etc. A conformação das estruturas salarial e ocupacional aos requisitos do sistema de produção capitalista, tanto no campo quanto na cidade, garante a geração e a reprodução permanente dessa reserva de mão-de-obra, cuja mobilidade geográfica, consequência inevitável desse processo, passa a ser altamente funcional à manutenção das taxas de acumulação do capital.

7.5 — Resumo e Conclusões: Implicações para uma Política Migratória

A análise da situação do migrante no mercado de trabalho metropolitano através de informações derivadas do censo demográfico, mesmo circunscrita pela própria natureza dos dados, permite uma caracterização razoável do processo migratório e do seu significado.

Sob as perspectivas do sistema produtivo e do modelo de desenvolvimento predominante, evidencia-se a funcionalidade do afluxo migratório para as RM em termos do fornecimento e manutenção de uma reserva de mão-de-obra barata, cuja dimensão é superior à capacidade real de absorção. Pelas mesmas razões, a migração para as grandes cidades deixa de se constituir num caminho satisfatório à consecução de con-

dições socio-econômicas significativamente superiores para a grande massa de trabalhadores não qualificados e semiquali- ficados.

Em conseqüência, o exame da situação sócio-econômica de migrantes e naturais nas nove RM brasileiras não indica a existência de diferenças significativamente válidas entre elas. É verdade que, entre os homens, os naturais se encontram, a nível agregado, em situação bastante superior à dos migrantes nos dois maiores centros urbanos do País. Entretanto, nas outras sete RM, o fato de ser "migrante" em geral não influencia categoricamente a posição sócio-econômica. Entre as mulheres, devido às limitações do mercado de trabalho feminino e a relação inversa entre urbanização e discriminação de sexo nas oportunidades educacionais e profissionais, a grande maioria das migrantes nas Regiões Metropolitanas obtém emprego nos serviços domésticos. Por esta razão, as migrantes situam-se num plano sócio-econômico nitidamente inferior às não-mi- grantes em todas as RM.

A heterogeneidade da população englobada pela definição censitária de "migrante" ficou claramente estabelecida através deste estudo. Este fato alerta contra as deficiências de genera- lizações sobre "o fenômeno migratório" ou sobre a população migrante que não introduzam elementos discriminativos sobre variáveis tais como sexo, idade, origem, estrutura produtiva do local de destino, residência, etc. Deve-se enfatizar que essas variáveis não são explicativas da estratificação social, mas per- mitem eliminar a influência de fatores secundários intervenien- tes. *A agregação é obviamente necessária para efeitos de ge- neralização, mas não dispensa a utilização mínima de controles adequados.*

A caracterização da situação sócio-econômica de migran- tes e naturais demonstra mais semelhanças que diferenças entre os dois grupos, apesar das especificidades em certos sub- grupos ou RM. Na medida em que ambos se adicionam para compor uma oferta maciça de mão-de-obra, estão contribuindo para o seu nivelamento sócio-econômico por baixo. Desta forma, impressiona mais a concentração de ambos os grupos nos estratos sócio-econômicos mais pobres do que as van- tagens relativas que podem advir a uma ou outra categoria populacional. Mesmo entre as mulheres, onde existe uma van- tagem sistemática para as não-migrantes, as diferenças se observam mais claramente em níveis abaixo do salário mínimo.

Esta visão global deve ser qualificada na medida em que a análise também revela que determinados subgrupos de mi-

grantes desfrutam de situações relativamente privilegiadas. No entanto, estas sempre se referem a grupos menores, cuja participação no total é mínima. Ao nível da maioria da população migrante, a constatação mais sistemática e, à primeira vista, a mais alentadora — de que a situação dos migrantes melhora sensivelmente com o tempo de residência — não resiste a um escrutínio mais cuidadoso. De fato, em vez de uma adaptação progressiva e de uma melhoria notável na condição sócio-econômica dos migrantes, o aprofundamento analítico destes mesmos dados sugere uma evasão pronunciada da população migrante menos capacitada.

Que subsídios adicionais estas informações poderiam fornecer para a formulação de políticas na área de migrações internas? Diversas alternativas, correspondentes a níveis diferenciados de generalização, podem ser contempladas. Não são mutuamente exclusivas, devendo, ao contrário, ser programadas e articuladas conjuntamente de modo a se complementarem e a maximizarem os resultados das soluções políticas propostas.

Dentro de uma visão bastante limitada e imediatista, alguns aspectos salientados no trabalho com relação à inserção ocupacional do migrante podem gerar medidas visando a reduzir o "custo social" da chegada nas grandes cidades. Neste particular, é importante retomar as constatações anteriormente feitas a respeito da existência de determinados grupos populacionais que se constituem em candidatos potenciais aos objetivos específicos de uma política social (os *target groups* na terminologia da ONU).

*Os migrantes recentes, por se encontrarem sempre em situação sócio-econômica inferior a qualquer outro grupo, merecem certamente uma atenção especial de órgãos assistenciais. A atuação junto a esse grupo é particularmente necessária quando se sabe que ele inclui grande número de indivíduos que, brevemente, serão obrigados a empreender novo deslocamento em busca de trabalho. A assistência visaria, basicamente, a aliviar as necessidades do migrante no trajeto e na chegada em termos de hospedagem, alimentação, documentação, serviços de saúde, assim como sua integração econômica e social através de orientação, treinamento e colocação no mercado de trabalho.*²²

²² Ver Ministério do Interior (Secretaria-Geral/CESE), "Projeto Nacional de Centros de Triage e Encaminhamento de Migrantes" (Brasília, 1974), mimeo; e M. G. Castro *et alii*, "Alternativa para a Ação Governamental no Campo das Migrações Internas", in *Mudanças na Composição do Emprego...*, *op. cit.*

Nesta linha de assistência, já existe grande número de agências atendendo ao migrante. Entidades governamentais de todos os níveis, instituições beneficentes, religiosas e particulares estão empenhadas em aliviar as dificuldades enfrentadas pela população migrante recém-chegada. Entretanto, as características mais marcantes desses serviços são a atomização e a duplicidade. Apesar dos esforços e recursos despendidos nestes tipos de atividades, elas carecem totalmente de integração ou mesmo de orientação comum. Resulta que cada agência presta serviços à população migrante da maneira que lhe pareça mais conveniente, provocando, muitas vezes, atendimento reduzido da clientela, duplicação e, conseqüentemente, deficiente utilização dos serviços. Em termos da assistência à população migrante recém-chegada, portanto, faz-se necessário conseguir a coordenação e a integração dos serviços prestados a fim de aumentar sua eficácia e eficiência.

Outras categorias populacionais que, de acordo com os resultados deste trabalho, merecem atenção específica de uma política migratória são as *mulheres migrantes* e os *trabalhadores da construção civil*. A situação sócio-econômica das mulheres migrantes é uniformemente inferior tanto aos homens quanto às mulheres não-migrantes. Essa desvantagem se prende basicamente à importância relativa da ocupação de empregada doméstica. A grande maioria das migrantes recém-chegadas assim como uma proporção substancial das demais migrantes encontram-se nos serviços domésticos. Apesar das vantagens comparativas de alojamento, alimentação, vestuário, etc., os salários são reconhecidamente baixos nessa ocupação. Ademais, fatores como jornada de trabalho maior e dominação sócio-cultural domiciliar contribuem decisivamente para a desvalorização relativa dessa ocupação. Entretanto, dada a importância desta atividade para a absorção de mão-de-obra feminina, particularmente migrante, seria recomendável um esforço governamental visando a fiscalizar a aplicação da legislação trabalhista e previdenciária a favor das empregadas domésticas como forma de minorar suas desvantagens salariais.

A importância da construção civil, particularmente da ocupação de "servente de pedreiro", na absorção de migrantes recém-chegados poderia servir de base para uma atuação dirigida à ampliação e ao melhoramento sistemáticos das informações sobre as possibilidades ocupacionais do setor. Seriam dados, nesta perspectiva, informações básicas e/ou treinamento mínimo que permitissem aos migrantes competirem em

melhores condições no mercado de trabalho, orientação aos recém-chegados sobre a abrangência dos direitos trabalhistas, bem como maior rigor na fiscalização de sua aplicação.

Em suma, ao nível da inserção ocupacional no meio urbano, uma série de medidas assistenciais capazes de reduzir o "custo social" da chegada do migrante poderiam ser padronizadas, orientadas e integradas por organismos governamentais a fim de aumentar a abrangência e eficácia da rede de prestação de serviços sociais.

Numa linha um pouco mais ativa, poder-se-ia sugerir o reforço das tentativas de racionalizar o funcionamento do mercado de trabalho pela contínua adequação entre a oferta e a demanda local, setorial e regional de mão-de-obra. Em vista da importância do fator "emprego" na constituição da motivação migratória, seria altamente recomendável a articulação dos serviços destinados a facilitar a inserção do migrante no meio urbano com serviços de colocação, tais como o do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Esse entrosamento serviria para a integração dos trabalhadores no setor formal da economia e, se articulado em níveis espaciais diferenciados, poderia até racionalizar os deslocamentos de determinadas camadas de trabalhadores.

Dada a grande representatividade de grupos populacionais marginalizados do processo produtivo formal, poder-se-ia pensar, também, na implementação de programas de apoio ao setor "informal" urbano a fim de melhorar sua estabilidade ocupacional e rentabilidade econômica através da formação de cooperativas, de abertura de linhas especiais de crédito, de garantias de mercado no setor público, etc.

É importante reconhecer, entretanto, que essas categorias de medidas não constituem, isolada ou conjuntamente, uma efetiva política migratória. De fato, não podem pretender mais do que a amenização temporária de alguns dos aspectos negativos mais visíveis decorrentes do próprio fato de migrar. *A médio e longo prazos, o problema fundamental não se limita ao nível dos migrantes e de sua relativa capacidade de competir no mercado de trabalho, mas diz respeito à própria disponibilidade e distribuição de oportunidades econômicas.*²³ A

²³ "A questão que se coloca é saber se o fato de numerosos migrantes não serem absorvidos pelo mercado de trabalho se explica pela sua inferioridade econômica ou desajustamento face às condições requeridas pela economia industrial, ou se os fluxos migratórios suscitados pela industrialização capitalista tendem inerentemente a produzir, nas áreas urbanas, uma oferta de trabalho superior à demanda". Ver Paul Singer, *Economia Política da Urbanização*, op. cit., p. 41.

partir da análise compreensiva e detalhada de informações referentes aos naturais e subgrupos de migrantes, destacou-se mais a concentração de todos os grupos nos níveis de renda baixa, refletindo claramente a inadequação das oportunidades econômicas que condicionam as migrações, do que a eventual existência de diferenças sócio-econômicas entre estes grupos.

Estas considerações podem ser ilustradas com referência a outros *target groups* identificados neste trabalho: a *população residente nos bairros periféricos das grandes cidades e os migrantes "nômades"*. Observou-se que a situação inferiorizada da população residente nos bairros periféricos independe da condição migratória, havendo claramente uma nivelção por baixo que supera qualquer outro diferencial. Este fato não surpreende quando se considera que a concentração dos estratos populacionais menos favorecidos nos bairros periféricos não é mais do que o resultado lógico da competição pelo espaço urbano que rege a localização de atividades econômicas e a utilização do solo nas economias de mercado. Nesta competição, os segmentos mais carentes da população são empurrados para as localidades que, por serem mais distantes, inacessíveis, desprovidas de recursos ou, de outra forma indesejáveis, não despertam os interesses dos grupos econômicos dominantes.

Não menos insatisfatória é a situação dos migrantes "nômades", aqueles que se deslocam continuamente no espaço geográfico em busca do mínimo necessário à sua sobrevivência econômica. Pelo contrário, sua situação é bem mais desesperadora na medida em que chegam a substituir a permanência nas pobres periferias das grandes cidades pela aventura da migração repetida. Nestes casos, ocorre a acentuada rejeição dos "nômades" pelas periferias tal qual a rejeição das populações periféricas pelas metrópoles. Este processo seletivo e cumulativo pela posse e uso do solo urbano reflete, antes de tudo, o perfil marcadamente desigual da distribuição de poder político-econômico nas metrópoles brasileiras.

A tentativa de melhorar a situação sócio-econômica dos residentes nos bairros periféricos e dos migrantes "nômades" implica uma intervenção governamental no sentido de neutralizar os efeitos desiguais das leis do mercado a favor da progressiva "habitabilidade" da periferia. Faz-se conveniente, então, a adoção de incentivos à fixação de atividades produtivas próximas a estas áreas, com garantias de níveis salariais compatíveis com os estabelecidos nos núcleos urbanos, como exigências mínimas que possibilitem emprego e remuneração

adequados aos indivíduos. Por seu turno, o fornecimento de serviços urbanos básicos (saneamento, eletrificação, transportes, etc.) complementar e reforçaria as medidas de combate à competição desigual pelo espaço urbano.

De forma mais genérica, considerando que os movimentos populacionais representam o reflexo da realocação setorial e espacial das atividades econômicas, *uma política migratória eficaz implicaria uma tentativa de racionalizar a distribuição da população sobre o espaço de forma a maximizar a criação de oportunidades econômicas, assim como as alternativas de fixação do migrante.*²⁴ Tendo em vista o papel primordial dos investimentos públicos sobre a organização e localização dessas atividades, há um campo aberto para o redimensionamento de políticas governamentais visando a uma racionalização do uso do espaço que seja condizente com a expansão de oportunidades econômicas para os estratos populacionais mais pobres.

A título de ilustração, enfatizar-se-ia, no processo de colonização de áreas novas, a absorção do excedente rural mesmo que a ocupação territorial através de grandes empresas (voltadas para a exportação e pouco absorvedoras de mão-de-obra) possa parecer mais racional em termos econômicos. Em projetos de irrigação, procurar-se-ia absorver e fixar a população residente em vez de expulsá-la e substituí-la dentro de uma visão limitada e elitista orientada para a produção. Na implantação de grandes projetos governamentais, dar-se-ia preferência, quando adequadas, a técnicas mais absorvedoras de mão-de-obra. Nos programas de desenvolvimento social, particularmente (PIS, PASEP, FAS e outros), atribuir-se-ia total preferência à população de baixa renda, a exemplo do PRONAM que visa explicitamente a apoiar o pequeno produtor.

Em suma, diversos mecanismos e instrumentos existentes poderiam ser acionados para impulsionar a redistribuição de oportunidades e benefícios econômicos dentro de uma visão social do desenvolvimento. Essa radical mobilização, entretanto, exigiria um projeto político-econômico que favorecesse a criação e a maximização de oportunidades econômicas para todos os indivíduos, concomitantemente com a escolha de alternativas reais de fixação do migrante.

²⁴ Para uma discussão do conteúdo e abrangência de uma política migratória, ver CENMIG, *Política de Migrações Internas* (Brasília: MINTER, 1976); e José Otamar de Carvalho, "Migrações Campo—Cidade: Algumas Considerações sobre a Fixação do Homem no Campo", palestra proferida no Simpósio sobre *O Homem e o Campo* (Brasília, 1976).

Por um lado, a racionalização da distribuição espacial das atividades econômicas e da população requer uma visão integrada das alternativas de realocação espacial dessas atividades e da reordenação que, conseqüentemente, terá que ser realizada a médio e longo prazos. Como não existe, atualmente, plano integrado de desenvolvimento espacial, a alocação de recursos governamentais no espaço tende a se processar de forma dispersa, casuística e, às vezes, contraditória. Para que seja elaborado tal plano, faz-se necessário avaliar os custos alternativos e os parâmetros políticos das grandes opções de redistribuição populacional (descentralização, fixação, interiorização, colonização, aumento ou diminuição do crescimento das populações, etc.), assim como de suas conseqüências demográficas, econômicas e sociais.

Por outro lado, *como a distribuição das atividades econômicas sobre o espaço, em dado momento histórico, é determinada pela estrutura e exigências do modelo político-econômico dominante, a eficácia da política migratória é condicionada pela reorientação dos objetivos do próprio modelo de desenvolvimento, de forma a privilegiar os instrumentos que favoreçam a redistribuição da renda e dos benefícios do crescimento econômico às regiões, setores e grupos sociais menos favorecidos.*

Neste sentido, é evidente que o problema migratório e o esforço para traçar diretrizes políticas na área de migrações internas transcendem esse campo específico para abranger a preocupação com a própria direção e modalidade do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Na ausência de um enfoque mais adequado, a migração intensa, a desigualdade das oportunidades econômicas e a pobreza urbana vão constituir-se numa carga cada vez mais pesada para a sociedade em termos de demanda crescente de assistência social direta e indireta, de acumulação progressiva de desequilíbrios econômicos e, finalmente, de geração de tensões e crises sociais acentuadas.

ANEXO I — CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS *

A. CLASSIFICAÇÃO DETALHADA

Categorias Ocupacionais	Índice Social
1. Administradores e Proprietários	
Industriais	41,83
Administradores de Bancos e Companhias de Seguros	42,22
2. Profissionais e Técnicos de Nível Superior	
Inspetores de Trabalho	40,31
Engenheiros	84,57
Arquitetos	77,97
Químicos	58,17
Farmacêuticos	44,51
Geólogos	63,00
Agrônomos	52,52
Veterinários	50,26
Médicos	85,98
Dentistas	47,41
Economistas	62,21
Contadores	45,41
Sociólogos	42,17
Professores Superiores	63,99
Magistrados	88,75
Procuradores, etc.	76,53

(continua)

* Baseado em Nelson do Valle Silva, "Posição Social das Ocupações" (Rio de Janeiro: FIBGE/Centro de Informática, 1973), mimeo.

(continuação)

Categorias Ocupacionais	Índice Social
Advogados e Defensores	75,63
Escritores e Jornalistas	40,06
Aviadores Cíveis	48,18
Delegados e Comissários	42,48
3. Proprietários	
Pecuaristas	26,49
Avicultores e Criadores	38,57
Outros Proprietários	35,07
4. Administração	
Administradores do Serviço Público	34,27
Outros Administradores	32,33
5. Profissionais e Técnicos	
Agentes Fiscais	32,54
Oficiais e Técnicos Administrativos	27,59
Coletores e Exatores	25,68
Técnicos de Contabilidade	27,50
Taquígrafos	28,43
Redatores	34,66
Intérpretes e Tradutores	33,22
Programadores	35,33
Meteorologistas	26,18
Naturalistas	38,18
Enfermeiros Diplomados	38,56
Estofistas	37,03
Professores Secundários	32,15
Inspetores de Ensino	26,82
Tabeliães e Oficiais de Registro	29,56
Religiosos	24,87
Assistentes Sociais	33,07
Oficiais de Marinho Mercante	29,62
Representantes Comerciais	20,94
Propagandistas	27,80
Corretores de Seguros	30,92
Corretores de Títulos e Valores	31,87
Corretores de Imóveis	24,94
6. Técnicos e Administradores do Setor Primário	
Agrimensores	18,61
Técnicos Agrícolas, etc.	17,99
Trabalhadores na Extração de Petróleo, etc.	18,57
Administradores Agropecuários	9,77

(continuo)

(continuação)

Categorias Ocupacionais	Índice Social
7. Proprietários do Nível Médio	
Comerciantes	16,95
Hoteleiros e Donos de Pensão	17,87
Agricultores	17,97
8. Técnicos e Auxiliares	
Caixas e Tesoureiros	16,80
Bibliotecários e Documentaristas	22,97
Operadores	18,75
Desenhistas	22,51
Fisioterapeutas	17,81
Protéticos	16,17
Operadores de Raio X	18,61
Práticos de Farmácia	15,00
Laboratoristas	11,35
Escrivães e Auxiliares	22,09
Agentes Sociais	20,33
Escultores e Pintores	18,58
Músicos	12,62
Artistas de Cinema, de Teatro, etc.	18,50
Locutores	15,92
Decoradores e Cenógrafos	20,45
Cinegrafistas e Operadores	15,14
Fotógrafos	12,60
Outros Técnicos de Cinema, etc.	12,68
Pracistas e Viajantes	20,94
Outros Agentes e Corretores	23,13
Compradores	23,22
Linotipistas	17,23
Clicheristas e Gravadores	13,05
Revisores (Indústria Gráfica)	18,05
Aeromoças	22,81
Maquinistas de Embarcação	15,08
Agentes de Estrada de Ferro	14,42
Condutores e Chefes de Trem	13,58
Inspetores Desp. Transportes	13,60
Agentes Postais e Telégrafos	15,26
Postalistas	19,32
Telegrafistas e Radiotelegrafistas	17,91
Vendedores de Selos	15,24
Técnicos de Esporte	24,73
Investigadores de Polícia	21,17
Datiloscopistas	19,06
Inspetores e Fiscais	17,18
9. Professores Primários e Afins	
Professores Primários	13,81
Professores sem Especialização	21,87
Inspetores de Alunos	13,11

(continuo)

(continuação)

categorias ocupacionais	Índice Social
10. Ocupações de Escritório	
Almoxarifes	12,79
Datilógrafos	12,83
Auxiliares-de-Escritório	13,93
11. Mestres e Contramestres	
Mestres-de-Obras	16,44
Mestres, Contramestres e Técnicos Industriais	16,98
12. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	
Modeladores e Formistas de Metais	9,95
Fundidores de Metais	8,64
Laminadores e Trefiladores	8,96
Afiadores e Amoladores	10,10
Estampadores Mecânicos	8,65
Fresadores e Furadores	11,58
Torneiros Mecânicos	10,82
Mecânicos de Motor a Explosão	9,44
Mecânicos sem Especificação	11,15
Galvanizadores e Niqueladores	9,09
Soldadores	9,10
Caldeireiros	9,85
Ferreiros e Serralheiros	8,11
Lanterneiros de Veículos	9,67
Rebitadores de Metais	10,30
Funileiros de Metais	9,71
Ferradores	7,54
13. Outras Ocupações Qualificadas ou Semiquali- ficadas do Setor Industrial	
Tipógrafos	11,25
Impressores	10,62
Outras Ocupações na Indústria Gráfica	10,30
Ourives e Relojoeiros	10,58
Lapidadores	8,88
Marmoristas	8,43
Polidores e Esmerilhadores	8,55
Pintores a Pistola	8,97
Operárias de Reparo Naval	9,74
Artífices sem Especificação	10,63
Outras Ocupações na Indústria de Transformação	9,56
Tapeceiros	9,17
Estampadores Têxteis	8,05
Eletricistas	11,43
Radiotécnicos	12,99
Vidreiros e Ampaleiros	7,94
Encadernadores e Cartonadores	7,84

(continua)

(continuação)

categorias ocupacionais	Índice Social
14. Ocupações do Transporte e Comunicações	
Mestre de Embarcação	10,27
Foguistas de Embarcação	11,94
Marinheiros Cíveis	9,45
Taifeiros	10,45
Guindosteiros	11,35
Estivadores	8,77
Maquinistas	11,84
Foguistas de Trem	10,46
Guarda-Freios	10,14
Manobreiros e Sinaleiros	10,20
Motoristas	10,83
Telefonistas	10,03
Carteiros	10,90
Guarda-Fios	11,59
Trabalhadores em Conservação de Ferrovias	7,78
15. Trabalhadores na Indústria de Construção	
Armadores de Concreto	7,83
Pedreiros	6,94
Pintores e Caiadores	7,78
Estucadores	8,37
Ladrilheiros e Taqueiros	8,94
Encanadores	8,87
Vidraceiros	8,27
Calceteiros e Asfaltadores	6,48
Calafates	8,38
Operadores de Máquinas na Construção Civil	8,65
16. Trabalhadores na Indústria de Madeira e Móveis	
Marceneiros	8,44
Carpinteiros	7,39
Tanoeiros	8,56
Estofadores e Capoteiros	8,65
Lustradores de Madeira	7,41
Colchoeiros	6,18
17. Outras Ocupações Qualificadas e Semiquali- ficadas Não-Industriais	
Parteiros	9,90
Enfermeiros Não-Diplomados	11,01
Barbeiros e Cabeleireiros	9,00
Guarda-Cíveis e Inspetores de Trânsito	10,42
Carcereiros e Guardas de Presídios	12,08
Ascensoristas	8,79

(continuo)

Categorias Ocupacionais	Índice Social
Capatazes	10,75
Guardas Sanitárias	9,76
Operadores Cinematográficos	8,77
Operadores de Máquinas	9,12
18. Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Couro e do Vestuário	
Cortadores e Penturadores	6,41
Maçorquheiros, etc.	5,83
Fiandeiros	5,83
Urdidores e Remetedores	6,78
Cordoeiros	4,40
Tecelões	6,65
Alvejadores e Tintureiros	7,73
Acabadores de Pano	6,49
Alfaiates e Costureiros	7,19
Chapeleiros (excl. de Palha)	6,19
Sapateiros	6,69
Bolseiros e Cinteiros	6,11
Correeiros e Seleiros	6,18
Curtidores	6,37
19. Trabalhadores na Indústria de Alimentação	
Lingüiceiros e Salsicheiros	7,28
Charqueadores	6,13
Magarefes	5,98
Monteigueiros e Queijeiros	6,10
Doceiros e Confeiteiros	7,32
Macorroneiros e Pasteleiros	6,57
Padeiros	6,36
Farinheiros e Moleiros	5,24
Ocupações das Usinas e Engenhos	5,80
Ocupações das Destilarias	6,75
Ocupações de Moagem e Torrefação de Café	6,55
Ocupações da Indústria de Pescado	5,16
Açougueiros	6,50
20. Trabalhadores não Qualificados na Indústria ou Artesanato	
Rendeiros	2,49
Redeiros	2,88
Bordodeiros e Cerzideiros	4,41
Chapeleiros de Palha	1,81
Oleiros	4,50
Fogueteiros	4,61
Cesteiros e Esteireiros	3,17

(continua)

(continuação)

categorias Ocupacionais	Índice Social
Vassoueiros	4,90
Charuteiros e Cigarreiros	4,77
Aprendizes	3,31
Ceramistas e Louceiros	5,68
Pintores Cerâmicos	5,96
Vulcanizadores e Recauchutadores	7,60
Lubrificadores	7,61
Foguistas (excl. Embarcações e Trem)	7,65
Embaladores e Expedidores	6,38
21. Trabalhadores Braçais Diversos	
Serradores	5,82
Carroceiros e Tropeiros	4,61
Barqueiros e Canoeiros	6,10
Trabalhadores na Conservação de Rodovias	5,83
Lixeiros	5,56
Trabalhadores Braçais sem Especificação	5,30
22. Serviço Doméstico	
Empregados Domésticas	3,33
Lavadeiras e Engomadeiras	3,68
23. Outros Serviços	
Cozinheiros	6,32
Garções	7,31
Manicures e Pedicures	7,47
Porteiros, Vigias e Serventes	7,13
Trocadores	6,42
Engraxates	3,76
24. Vendedores Ambulantes	
Total	7,39
25. Outras Ocupações no Comércio	
Balconistas e Entregadores	7,39
Vendedores de Jornais e Revistas	8,84
26. Serventes de Pedreiro	4,82
27. Trabalhadores no Setor Primário	
Aradores	3,92
Tratoristas	6,11

(continua)

(conclusão)

Categorias Ocupacionais	Índice Social
Chacareiros, etc.	5,04
Jordineiros	5,55
Trobalhadores no Enxada	3,49
Trobalhadores na Pecuária	5,45
Caçadores	4,84
Pescadores	4,20
Madeireiros e Lenhadores	4,40
Carvoeiros	4,28
Seringueiros	4,21
Ervateiros	4,61
Apanhadores, Descascadores, etc.	2,50
Mineiros	6,48
Conteiras e Marroeiros	5,38
Garimpeiros	4,90
28. Outros	
Atletas Profissionais	12,22
Forças Armadas	13,60
Corpo de Bombeiros	7,38
Outras Ocupações ou Ocupações Mol Definidas	10,64
Sem Declaração de Ocupação	
Procurando Trabalho pela Primeira Vez	

B. CLASSIFICAÇÃO AGRUPADA

Grupo	Constituído por Categorias Ocupacionais e 2
Grupo 2	Constituído por Categorias Ocupacionais 3 a 5
Grupo 3	Constituído por Categorias Ocupacionais 6 a 11
Grupo 4	Constituído por Categorias Ocupacionais 12 a 17
Grupo 5	Constituído por Categorias Ocupacionais 18 a 26
Grupo 6	Trabalhadores no Setor Primário (Categoria Ocupacional 27)
Grupo 7	Outros (Categoria Ocupacional 28)

**ANEXO II — OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS DA PEA
MASCULINA**

TABELA A.II.1

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 10-14 ANOS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970***

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte						
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	
	1. Vendedores Ambulantes	5	5	4	3	4	4	6	9	10	7	8	6	10	6	9	7	9	4
2. Serviços Pessoais Não-Domésticos	11	12	13	15	13	15	12	16	15	14	14	12	20	19	20	14	18	15	15
3. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	14	11	14	13	13	13	16	14	12	12	14	13	16	18	13	13	15	11	11
4. Trabalhadores Não Qualificados na Indústria ou Artesanato	11	11	11	10	11	11	5	6	4	4	5	6	3	2	4	4	3	3	3
5. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	5	7	7	9	7	7	4	2	3	3	4	5	3	2	5	4	4	4	4
6. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	5	4	3	3	3	3	7	6	6	7	7	7	6	6	3	7	5	6	6
a) Serventes de Pedreiro	3	3	2	2	2	2	6	5	5	5	6	5	5	3	2	3	3	3	3
7. Serviços Domésticos	1	2	1	1	1	1	7	4	3	3	5	2	2	1	2	—	—	1	1
8. Trabalhadores Braçais Diversos	3	2	3	3	3	2	1	5	4	3	4	5	6	6	5	7	6	8	4
9. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almojarifes)	4	4	4	7	5	8	2	5	2	5	4	4	1	4	5	4	3	4	4
10. Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Couro e do Vestuário	3	4	4	4	4	3	4	2	2	3	4	2	1	—	2	3	1	1	1

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife						
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	
	1. Vendedores Ambulantes	10	12	7	4	8	8	12	11	5	9	9	8	14	17	27	16	18	18
2. Serviços Pessoais Não-Domésticos	20	6	20	20	17	16	12	7	5	6	8	13	5	7	6	6	5	8	7
3. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	10	22	14	10	13	8	12	15	12	15	14	10	16	7	12	10	12	10	3
4. Trabalhadores Não Qualificados na Indústria ou Artesanato	5	2	2	5	4	5	2	7	14	4	7	8	2	1	3	3	3	3	3
5. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	3	15	6	6	7	4	4	6	4	13	7	5	1	1	8	6	4	6	6
6. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	8	5	5	8	6	4	9	8	3	6	6	4	2	6	6	3	5	3	5
a) Serventes de Pedreiro	5	5	4	6	4	2	7	8	3	4	5	3	2	6	3	3	4	3	3
7. Serviços Domésticos	1	5	—	—	1	1	2	3	6	—	3	3	22	14	1	9	14	4	4
8. Trabalhadores Braçais Diversos	6	5	6	5	6	5	12	11	8	4	9	5	4	5	1	6	4	7	7
9. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almojarifes)	4	2	1	5	4	5	6	6	10	2	6	10	1	1	—	—	1	1	1
10. Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Couro e do Vestuário	7	14	9	10	9	15	1	—	2	4	2	3	—	—	6	1	1	1	1

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém						
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	
	1. Vendedores Ambulantes	13	16	23	13	14	13	19	23	14	12	18	13	30	21	17	25	24	25
2. Serviços Pessoais Não-Domésticos	5	10	6	15	9	5	9	16	10	18	12	8	—	5	—	—	1	6	6
3. Ocupações Secundárias do Comércio (Balconistas e Entregadores) e Vendedores de Jornais e Revistas	12	11	15	9	11	11	7	4	5	8	7	8	8	4	12	18	10	10	10
4. Trabalhadores Não Qualificados na Indústria ou Artesanato	1	10	—	2	2	6	4	5	3	3	4	8	8	—	7	7	5	6	6
5. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	3	6	3	1	3	9	1	4	—	—	1	2	4	9	12	7	8	6	6
6. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	2	—	9	4	2	7	11	4	3	9	8	6	4	9	—	—	3	6	6
a) Serventes de Pedreiro	2	—	6	4	2	5	9	4	3	9	7	5	4	9	—	—	3	6	6
7. Serviços Domésticos	33	17	3	7	23	9	8	—	3	—	4	5	16	—	11	7	9	2	2
8. Trabalhadores Braçais Diversos	1	—	3	6	2	1	3	7	—	4	4	5	4	6	7	—	4	5	5
9. Ocupações de Escritório (Auxiliares de Escritório, Datilógrafos, Almojarifes)	—	2	—	—	—	1	3	—	3	—	1	2	—	20	—	7	6	2	2
10. Trabalhadores na Indústria Têxtil, do Couro e do Vestuário	1	—	3	2	1	3	1	11	8	—	4	3	4	6	18	—	6	2	2

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTEP, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas ou não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA A.II.2

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 15-19 ANOS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970 ***

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N
1. Ocupações Secundárias do Comércio	9	10	10	9	10	8	15	16	14	15	15	12	17	13	15	15	15	12
2. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	14	9	7	6	9	5	13	15	11	10	12	7	16	16	12	10	13	11
a) Serventes do Pedreiro	9	5	4	3	5	3	14	9	7	6	8	4	11	11	7	6	8	6
3. Ocupações de Escritório	8	10	13	16	12	22	5	6	7	9	7	11	6	8	8	11	8	11
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	9	8	8	8	9	9	13	13	12	11	12	11	15	15	12	11	13	10
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	8	10	11	11	10	10	4	6	6	6	6	6	5	6	7	7	6	7
6. Vendedores Ambulantes	2	3	3	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	3	3	2

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife					
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N
1. Ocupações Secundárias do Comércio	10	10	10	9	9	9	10	10	9	11	10	9	10	13	13	11	12	9
2. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	13	9	9	10	10	6	11	11	8	10	10	6	10	10	8	8	9	8
a) Serventes do Pedreiro	9	6	6	5	6	3	8	7	4	5	6	5	6	6	7	6	6	5
3. Ocupações de Escritório	10	11	13	12	11	14	11	14	16	18	14	17	5	6	6	7	6	6
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	12	11	9	8	9	9	9	10	10	10	9	8	10	11	9	9	9	9
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	9	9	11	12	9	8	5	7	3	4	5	5	5	7	7	6	6	7
6. Vendedores Ambulantes	2	3	2	1	2	2	3	2	2	2	2	1	7	8	6	7	7	6

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém					
	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N	0-2	3-5	6-10	11e+	M	N
1. Ocupações Secundárias do Comércio	15	17	16	14	15	12	10	12	10	9	10	9	10	17	8	12	12	12
2. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	16	12	16	15	15	12	19	9	13	12	13	13	17	10	12	16	14	12
a) Serventes do Pedreiro	13	7	11	10	11	7	14	6	8	7	9	8	12	6	7	5	8	6
3. Ocupações de Escritório	4	7	6	6	5	7	5	3	9	8	7	8	7	4	6	9	7	6
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	12	14	12	7	12	10	8	10	9	11	9	8	8	6	8	7	7	9
5. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	3	3	5	6	4	8	2	6	2	5	3	6	6	6	5	4	5	7
6. Vendedores Ambulantes	10	9	7	7	8	5	6	7	9	7	7	6	8	15	13	5	9	6

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, o MINTER, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA A.II.3

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 20-29 ANOS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970 ^a**

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras) a) Serventes de Pedreiro	16	10	9	7	11	5	21	16	13	10	15	8	22	17	14	12	16
2. Ocupações de Escritório	8	3	2	2	4	2	12	7	5	4	7	3	12	7	5	4	7	4
3. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	7	8	8	11	9	15	6	7	7	10	8	13	8	10	10	10	10	12
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	9	11	13	14	12	11	5	6	7	7	6	6	7	7	8	8	7	10
5. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	8	7	5	4	6	3	13	13	12	9	11	8	9	8	6	6	6	5
6. Ocupações Secundárias do Comércio (Entregadoras e Balconistas) e Vendedores de Jornais e Revistas	4	5	6	6	5	6	4	5	5	6	5	5	5	6	6	7	6	7
4	5	5	4	5	4	7	9	9	8	8	6	7	7	7	7	7	7	7

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras) a) Serventes de Pedreiro	13	9	8	9	10	8	17	12	9	8	12	10	12	11	10	10	11
2. Ocupações de Escritório	6	3	3	3	4	3	7	3	2	2	4	4	6	5	4	4	5	4
3. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	9	12	11	12	11	14	9	11	11	13	11	13	7	7	8	8	7	8
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	10	10	9	10	10	8	7	8	7	8	7	6	6	6	6	5	6	6
5. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	7	6	6	5	6	5	6	6	4	4	5	4	10	10	8	7	8	8
6. Ocupações Secundárias do Comércio (Entregadoras e Balconistas) e Vendedores de Jornais e Revistas	5	4	6	6	5	7	5	6	7	8	7	9	6	6	7	8	7	7
5	5	5	5	5	7	5	6	5	5	5	5	6	7	6	7	7	7	7

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras) a) Serventes de Pedreiro	26	18	13	15	18	14	22	13	10	11	14	13	13	13	11	11	12
2. Ocupações de Escritório	15	8	6	6	9	6	12	5	4	4	6	6	6	5	4	4	5	5
3. Ocupações das Indústrias Mecânica e Metalúrgica	7	8	9	9	8	11	4	9	10	9	8	9	5	8	6	9	7	10
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	5	4	5	7	6	8	6	5	6	6	6	6	7	5	6	6	6	6
5. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	9	11	10	8	9	7	9	8	7	6	8	6	6	6	6	6	6	6
6. Ocupações Secundárias do Comércio (Entregadoras e Balconistas) e Vendedores de Jornais e Revistas	6	6	6	8	6	7	6	5	5	7	6	6	6	4	8	6	6	7
5	8	9	7	7	6	7	8	10	7	8	6	6	6	8	7	6	7	7

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA A.II.4

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 30-39 ANOS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970 ***

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N
	1. Ocupações de Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	18	14	12	9	11	6	20	17	14	11	13	9	25	25	18	13	16
a) Serventes de Pedreiro	7	4	3	1	3	2	9	6	4	3	4	2	12	9	6	3	5	3
2. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	7	7	7	8	8	9	7	8	8	9	8	9	9	9	7	8	9	9
3. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	9	10	12	12	11	10	6	6	7	7	7	7	5	6	3	7	7	8
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	8	7	6	5	6	3	9	10	11	8	9	6	5	6	6	5	5	4
5. Proprietários de Nível Médio	3	4	4	7	5	6	2	3	3	6	5	3	4	3	5	6	5	5
6. Ocupações de Escritório	3	3	4	5	4	7	5	5	5	6	5	9	4	4	5	6	5	7
7. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	3	4	4	5	4	8	4	4	5	4	7	3	4	4	7	5	8	8

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre					Curitiba					Recife							
	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N
	1. Ocupações de Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	12	12	10	9	10	9	18	14	11	9	11	11	11	15	12	11	12
a) Serventes de Pedreiro	5	4	3	2	3	2	8	4	2	2	3	2	4	5	3	3	3	3
2. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	10	7	9	9	9	10	11	11	10	10	13	10	11	10	9	10	10	10
3. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	9	10	10	9	9	8	3	7	6	6	6	8	6	6	5	6	7	7
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	7	6	5	5	4	5	5	5	3	4	2	7	4	6	7	6	4	4
5. Proprietários de Nível Médio	4	5	6	6	6	5	5	6	5	5	4	6	4	4	5	5	7	7
6. Ocupações de Escritório	4	5	5	6	5	7	3	3	4	6	5	5	5	4	4	5	5	7
7. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	4	4	6	6	6	7	3	4	6	6	5	5	5	4	4	4	4	4

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém					
	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N	0-2	3-5	6-10	11o+	M	N
	1. Ocupações de Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	22	20	16	15	16	15	21	15	15	10	14	16	14	12	16	13	13
a) Serventes de Pedreiro	9	7	5	4	5	4	8	4	5	2	4	6	8	5	7	5	6	4
2. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	8	8	8	8	8	11	8	11	11	11	10	10	9	7	7	13	10	11
3. Ocupações da Indústria Mecânica e Metalúrgica	6	5	5	5	5	6	3	6	5	5	5	5	3	5	6	5	5	6
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	6	6	7	8	8	7	8	8	5	6	6	5	3	6	3	6	5	6
5. Proprietários de Nível Médio	4	5	7	7	6	4	7	9	10	9	10	8	5	7	10	9	8	5
6. Ocupações de Escritório	3	5	6	5	5	6	3	3	5	5	4	5	3	6	4	4	4	6
7. Técnico e Auxiliares de Nível Médio	3	4	4	4	4	4	2	4	4	5	4	4	3	5	4	4	4	4

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas ou não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA A.II.5

PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 40-64 ANOS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS — 1970 *

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
	1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	23	16	16	10	12	9	23	18	17	11	12	10	22	22	19	12	16
a) Serventes de Pedreiro	10	5	4	2	3	3	11	6	5	2	3	3	11	10	7	3	5	3
2. Proprietários de Nível Médio	5	6	7	10	9	8	4	4	5	8	7	5	9	8	9	9	9	7
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	5	6	6	7	7	8	7	7	9	8	8	9	6	6	6	8	7	9
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	10	10	9	7	7	4	11	12	12	10	10	6	8	9	10	6	7	6
5. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	3	3	3	4	4	7	4	4	4	5	5	7	6	4	4	6	5	6
6. Ocupações nas Indústrias Mecânicas e Metalúrgica	4	6	7	7	7	7	4	4	5	5	5	5	4	4	4	5	5	8
7. Ocupações de Escritório	2	2	3	4	3	5	3	3	3	4	4	8	3	3	4	4	4	5
8. Vendedores Ambulantes	3	4	4	3	3	1	2	2	2	2	2	2	3	3	2	2	2	1
Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	16	13	10	7	10	9	17	12	10	8	11	12	12	12	13	10	11	10
a) Serventes de Pedreiro	7	4	3	1	3	3	7	4	3	1	3	3	3	4	4	2	3	2
2. Proprietários de Nível Médio	7	9	8	9	9	8	8	8	10	10	9	9	7	9	11	10	9	7
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	8	7	8	8	8	8	8	8	10	10	9	9	9	9	8	9	9	9
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	8	5	7	6	6	6	6	8	5	5	5	4	10	10	8	10	10	9
5. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	5	5	5	6	5	7	3	6	5	6	5	4	4	3	3	5	4	5
6. Ocupações nas Indústrias Mecânicas e Metalúrgica	5	6	7	6	6	5	4	4	3	5	4	4	4	4	3	5	5	6
7. Ocupações de Escritório	3	4	4	5	4	6	2	2	3	4	3	4	4	4	4	4	4	6
8. Vendedores Ambulantes	1	1	2	1	1	2	4	2	1	2	2	1	6	6	7	6	6	7
Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Baltm					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
1. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	20	15	12	14	14	13	22	16	14	11	12	12	13	7	7	8	9	10
a) Serventes de Pedreiro	9	7	4	4	4	3	9	5	4	2	3	3	6	2	2	2	3	2
2. Proprietários de Nível Médio	10	11	11	12	11	7	13	12	16	13	13	12	9	10	14	15	13	8
3. Ocupações do Setor de Transportes e Comunicações	5	8	9	7	7	9	7	8	9	10	9	8	7	6	8	12	9	8
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	7	4	6	4	5	4	6	3	7	7	7	5	8	6	9	7	7	7
5. Técnicos e Auxiliares de Nível Médio	3	5	5	4	4	6	4	4	6	4	4	4	4	4	3	4	4	4
6. Ocupações nas Indústrias Mecânicas e Metalúrgica	3	4	4	4	4	4	2	5	3	5	4	4	4	2	4	3	3	4
7. Ocupações de Escritório	3	4	3	4	4	6	2	4	4	3	3	3	2	3	2	4	4	6
8. Vendedores Ambulantes	7	7	6	8	7	7	9	7	8	7	7	6	9	6	12	6	7	6

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

* A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações, indefinidas, não declaradas e não estatísticas.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

TABELA A.II.6

**PARTICIPAÇÃO (%) DA PEA MASCULINA DE 65 ANOS E MAIS EM OCUPAÇÕES E CATEGORIAS
OCUPACIONAIS SELECIONADAS POR STATUS MIGRATÓRIO:
REGIÕES METROPOLITANAS — 1970^a**

Categorias Ocupacionais	São Paulo						Rio de Janeiro						Belo Horizonte					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
1. Profissionais e Técnicos	10	7	9	10	10	14	9	10	6	13	13	15	10	5	17	16	15	15
2. Proprietários de Nível Médio	7	7	7	15	15	9	6	8	8	15	13	8	21	15	9	16	15	15
3. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	21	16	12	9	9	9	18	13	14	9	9	8	12	18	14	6	8	11
a) Serventes de Pedreiro	10	9	5	2	2	2	8	5	6	2	2	2	6	11	5	2	3	3
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	14	7	11	8	8	6	11	10	12	10	9	7	—	5	10	6	6	5
5. Vendedores Ambulantes	10	14	13	7	7	4	7	8	6	3	4	2	6	11	9	4	6	5

Categorias Ocupacionais	Porto Alegre						Curitiba						Recife					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
1. Profissionais e Técnicos	7	10	12	19	17	10	17	—	13	12	12	7	4	7	6	10	9	7
2. Proprietários de Nível Médio	7	13	11	16	15	13	6	19	18	15	16	14	5	20	18	18	17	12
3. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	10	8	7	6	6	5	10	22	6	7	9	7	9	9	7	7	7	9
a) Serventes de Pedreiro	3	4	1	1	1	2	6	11	—	1	3	2	1	6	1	2	2	1
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	8	11	6	6	6	8	6	14	15	5	6	5	12	6	11	9	10	8
5. Vendedores Ambulantes	1	6	8	3	5	7	10	6	5	3	3	2	15	9	16	12	12	13

Categorias Ocupacionais	Salvador						Fortaleza						Belém					
	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N	0-2	3-5	6-10	11 e +	M	N
1. Profissionais e Técnicos	16	14	7	13	13	12	11	11	8	8	7	14	—	—	—	6	5	7
2. Proprietários de Nível Médio	8	25	26	21	21	13	13	14	20	19	16	18	11	24	17	25	24	6
3. Ocupações da Construção Civil (Excluindo Mestres-de-Obras)	15	17	16	8	10	12	18	33	8	11	12	22	—	—	—	4	2	9
a) Serventes de Pedreiro	3	10	11	2	4	3	8	25	—	3	4	4	—	—	—	1	—	1
4. Serviços Pessoais Não-Domésticos	—	7	—	5	5	5	11	9	12	9	10	16	—	15	11	7	8	9
5. Vendedores Ambulantes	8	5	5	9	8	7	13	9	17	8	10	3	29	9	7	9	10	9

Fontes: FIBGE, *Tabulações Especiais*, e MINTER, *Programa de Migrações*.

^a A tabela exclui atividades agrícolas, assim como ocupações indefinidas, não declaradas e não estratificáveis.

Notas: M = total migrantes e N = total não-migrantes.

ANEXO III — PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO CÁLCULO DA TAXA DE RETENÇÃO

Para se estimar a retenção da população migrante, dividiu-se, inicialmente, o número de migrantes recentes (isto é, os que chegaram entre setembro de 1967 e setembro de 1970 e ficaram até a data do censo) pelo número de anos no período (três anos). Considerou-se o resultado desse cálculo como sendo a média anual preliminar de imigração bruta à RM no período decenal que antecedeu o censo. Em seguida, dividiu-se o número de migrantes que declararam ter chegado durante os dois outros períodos (setembro de 1959/64 e setembro de 1964/67) pelo número de anos de cada período (cinco e três, respectivamente), para se obter uma média anual dos migrantes de cada período que sobreviveram até a data do censo.

Presumindo-se uma migração anual constante durante o decênio, a diferença entre a média para o período 1967/70 e aquelas para os períodos 1959/64 e 1964/67 seria atribuível ao efeito combinado da mortalidade e da reemigração. A taxa de retenção, portanto, foi calculada dividindo-se as respectivas médias anuais de 1959/64 e 1964/67, corrigidas para acompanhar o crescimento populacional, pela média anual do período 1967/70. Ou seja:

$$\text{Taxa de Retenção} = \frac{\text{Média Anual de Imigrantes Sobreviventes (corrigida) no Período}}{\text{Média Anual de Imigrantes Sobreviventes no Período-Base (1967/70)}}$$

A propriedade do procedimento utilizado evidentemente depende da validade das suas premissas no sentido que:

a) o número de migrantes que chegaram à RM é relativamente constante durante o período; e

b) este número constante pode ser representado pela média anual de imigrantes que chegaram durante o período de migração recente (1967/70) e sobreviveram até a data do censo.

Neste sentido, acredita-se que o uso de médias anuais reduz o efeito de flutuações anuais, assim como de erros de memória e de preferências digitais. Por outro lado, é óbvio que a migração absoluta tende a aumentar anualmente, *ceteris paribus*, devido ao crescimento da base populacional e, portanto, do número de migrantes potenciais. Por esse motivo, a média anual do período 1959/64 foi incrementada por um fator de 10%. Esses fatores correspondem, *grosso modo*, a um crescimento populacional de 2,9% ao ano durante sete e três anos, respectivamente. Vale mencionar que estes fatores sobrecorrigem intencionalmente o numerador a fim de fornecer estimativas conservadoras da evasão.

Deve-se observar, também, que a média anual para o período-base, o de migração recente, já é significativamente reduzida pela reemigração e pela mortalidade. Considerando-se que a reemigração deve ser bastante alta justamente durante os primeiros anos, a taxa de retenção calculada dessa forma deve ser mais alta que na realidade. Tendo em vista que o propósito destes cálculos é o de demonstrar a dimensão da evasão, o uso de um fator de correção no numerador junto com a utilização de uma média subestimada no denominador leva a estimativas conservadoras da evasão. Ou seja, a retenção da população migrante deve ser ainda *menor* na realidade do que aquela demonstrada na Tabela I.1.

Por estes procedimentos, portanto, considera-se suficientemente reduzida a possibilidade de distorções decorrentes de erros de memória, de preferência digital e de crescimento populacional. Acredita-se, ademais, que as taxas de evasão estimadas desta forma são bastante conservadoras. Nada se pode afirmar, entretanto, quanto ao efeito de momentos distintos do ciclo político-econômico sobre flutuações de imigração e reemigração. De fato, é possível sustentar, teoricamente, a influência de conseqüências contraditórias de momentos ascendentes e descendentes do ciclo sobre a migração, os quais, todavia, não podem ser controlados.

BIBLIOGRAFIA

- BALÁN, Jorge. "Urbanización, Migraciones Internas y Desarrollo Regional". *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973. Vol. II.
- BARCLAY, George W. *Techniques of Population Analysis*. Nova York: John Wiley and Sons, Inc., 1958.
- BIENEFELD, Manfred, e SCHMITZ, Hubert. "Capital Accumulation and Employment in the Periphery". *Discussion Paper n.º 98*. Sussex: Institute of Development Studies, outubro de 1976.
- CARNOY, Martin. "Schooling, Income, The Distribution of Income and Unemployment: A Critical Appraisal". California: Stanford University, 1973. Mimeo.
- CARVALHO, José Otamar de. "Migrações Campo—Cidade: Algumas Considerações sobre a Fixação do Homem no Campo". Palestra proferida no Simpósio sobre *O Homem e o Campo*. Brasília, 1976.
- CASTRO, M. G. "Uma Experiência de Pesquisa sobre Migrações Internas através de Dados Secundários". *Conferência sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, junho de 1976.

- CASTRO, M. G., FRAENKEL, L. M., NETO, E. T., SOUZA, M. D. de, e GRABOIS, G. P. *Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos sobre as Migrações Internas*. Brasília: MINTER/OIT/BNH, 1976.
- COLE, Harry J. "Desenvolvimento Urbano: Idéias para uma Política Nacional". *Revista de Administração Municipal*. Vol. 21, n.º 125 (1974).
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. *La Distribución del Ingreso en Brasil*. Santiago, 1970.
- . *Población y Desarrollo en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DE MIGRAÇÕES INTERNAS. *Política de Migrações Internas*. Brasília: Ministério do Interior, 1976.
- COSTA, Manoel Augusto (ed.). *Estudos de Demografia Urbana*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. N.º 18.
- COSTA, Manoel Augusto. *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. N.º 21.
- . "Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil". Manoel Augusto Costa (ed.). *Estudos de Demografia Urbana*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. N.º 18.
- COSTA, T. C. Araujo, OLIVEIRA, J. Souto de, OLIVEIRA, L. M. Garcia de, e PRADO, R. Santos. "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica". Rio de Janeiro: FIBGE/Grupo Projeto Indicadores Sociais, 1974. Mimeo.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. "Dez Anos de Política Salarial". São Paulo, 1975. Mimeo.
- DUARTE, João Carlos. *Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970*. Tese de Mestrado. Piracicaba: ESALQ/USP, 1971.
- EKERMAN, Raul. "Absorção de Mão-de-Obra nos Mercados Formal e Informal, Tecnologia e Distribuição de Renda". São Paulo: FIPE/USP, 1976. Mimeo.

- FAISSOL, Speridião. *Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro; FIBGE/Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, 1973.
- FISHLOW, Albert. "Brazilian Size Distribution of Income". *American Economic Review* (maio de 1972).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico — Brasil, 1970*. Rio de Janeiro, 1973.
- GOMES, L. C., VALLE, Nelson do, e OLINTO, A. C. "Recuperação de Informação e Migração". Rio de Janeiro: FIBGE/ Instituto Brasileiro de Informática, s. d. Mimeo.
- GONZALEZ, Élbio, e BASTOS, Maria Inês. *Migração para Brasília*. Brasília: UnB, 1973.
- GRACIARENA, Jorge. "Estructura de Poder y Distribución del Ingreso en América Latina". *Distribución del Ingreso*. Seleção de Alejandro Foxley. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- GRAHAM, Douglas H. e HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. "Interregional and Urban Migration and Economic Growth in Brazil". *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973. Vol. II.
- HARBERGER, Arnold C. "On Measuring the Social Opportunity Cost of Labor". *International Labour Review*. N.º 103 (junho de 1971).
- HOFFMAN, Helga. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Brasília, agosto de 1972.
- HOFFMAN, Rodolfo. *Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e da Posse de Terra no Brasil*. Tese de Livre-Docência. Piracicaba: ESALQ/USP, 1971.
- HOGAN, Daniel, e BERLINCK, Manoel. "Occupation, Access to Information and the Use of Urban Resources". *International Union for the Scientific Study of Population*. Bélgica: Liege, 1973. Mimeo.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*. Genebra, 1972.

- KELLER, Elza. "Migrações Internas na Região Sudeste: Alguns Resultados Preliminares". Rio de Janeiro: FIBGE, 1976. Mimeo.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.
- LACERDA, C. S., JAPIASSU, J., e AURELIANO, Z. "Migrações e Educação nas Áreas Metropolitanas do Brasil". Recife: MINTER/SUDENE, 1975. Mimeo.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- LAUTERBACH, Albert. "Employment, Unemployment and Underemployment: A Conceptual Re-Examination". *American Journal of Economic and Sociology*. Vol. 36, n.º 3 (julho de 1977), pp. 283-298.
- LEMBKE, Hans, e CAMARGO, Lísio. "Estrutura Ocupacional da PEA: Análise Comparativa e Padrões de Mobilidade, 1960/70". *Projeto de Planejamento de Recursos Humanos*. Relatório Técnico n.º 34. Brasília: PNUD, 1977.
- LEWIS, ARTHUR W. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. Inglaterra: The Manchester School of Economics and Social Studies, maio de 1954.
- LOPES, José Sérgio Leite. "Notas Críticas ao Desemprego e Subemprego no Brasil". Rio de Janeiro: FINEP, 1974. Mimeo.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Cultural". *Estudos CEBRAP*. São Paulo, outubro/dezembro de 1973.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão, e PATARRA, Neide Lopes. "Redistribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira". *Cadernos CEBRAP*. N.º 20 (São Paulo).
- MACHADO, Luís A. S. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.
- MALAN, Pedro, e WELLS, John. "Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 3, n.º 4 (dezembro de 1973).

- MARTINE, George. "Adaptação de Migrantes ou Sobrevivência dos Mais Fortes?". *Projeto de Planejamento de Recursos Humanos*. Relatório Técnico n.º 30. Brasília: PNUD, 1976.
- MARTINE, George, e PELÁEZ, César. "Urbanization Trends in Brazil, 1940-1970". Santiago: CEPAL, 1972. Mimeo.
- MARTINE, George, e PELIANO, José Carlos. "Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas". Manoel Augusto Costa (ed.). *Estudos de Demografia Urbana*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. N.º 18.
- MATA, Milton da, CARVALHO, Eduardo Werneck R. de, e CASTRO E SILVA, Maria Thereza L. L. de. *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*. Coleção Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. N.º 19.
- MEDEIROS, Cesar Manoel de. "A Importância da Construção Civil no Planejamento dos Países em Desenvolvimento". *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, dezembro de 1976.
- MELLO, Maria Conceição d'Incao e. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- MERRICK, Thomas. "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte". *The Journal of Developing Areas*. Vol. 10 (abril de 1976).
- . "Labor Absorption and the Traditional Urban Sector". Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973. Mimeo.
- MERRICK, Thomas, e BRITO, Fausto. "Informal Sector Employment in Brazil: A Case Study for Belo Horizonte". Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1974. Mimeo.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR (Secretaria-Geral). *Plano Anual de Trabalho da Secretaria de Pesquisas e Programas*. Brasília, 1974.
- . (Secretaria-Geral/CESE). "Classificação dos Grupos de Ocupação, Considerando Documento Elaborado por Nelson do Valle Silva". Brasília: FIBGE, 1974. Mimeo.
- . "Projeto Nacional de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes". Brasília, 1974. Mimeo.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *O Salário Familiar*. Rio de Janeiro, 1954.

MOURA, Hélio, e COELHO, José Olímpio. *Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características Demográficas*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1975.

MOURA, Hélio, HOLDER, C. S., e SAMPAIO, Aidil. *Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre Naturais e Migrantes*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1975.

MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama*. Inglaterra: Pelican Books, 1970.

NURSKE, Ragnar. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Inglaterra: Oxford University Press, 1953.

O'BRIEN, F. S., e SALM, C. L. "Desemprego e Subemprego no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 24, n.º 4 (outubro/dezembro de 1970).

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos CEBRAP*. N.º 2 (São Paulo, outubro de 1972).

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Medición del Subempleo: Conceptos y Métodos*. 11.ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho. Genebra, 1966.

———. *Hacia el Pleno Empleo*. Genebra, 1970.

OSÓRIO, Carlos. *Desigualdades de Renda e Absorção de Migrantes nas Regiões Metropolitanas Nordestinas*. Série Texto para Discussão. Recife: PIMES/Universidade Federal de Pernambuco, 1976. N.º 98.

PELÁEZ, César, e MARTINE, George. "Las Tendencias de la Población en el Decenio de 1960 y sus Repercusiones sobre el Desarrollo". *Boletín Económico de América Latina*. Vol. 18, n.ºs 1 e 2 (Santiago: CEPAL, 1973).

PELIANO, José Carlos. "Setor Informal ou Pobreza Urbana?". *Migrações Internas*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, junho de 1976.

- PROGRAMA REGIONAL DEL EMPLEO PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. "La Subutilización de la Mano de Obra Urbana en Países Subdesarrollados". *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1975.
- ROBINSON, Joan. "Disguised Unemployment". *Economic Journal*. Vol. 46, n.º 182 (junho de 1936).
- RODAN, Rosenstein. "Disguised Unemployment in Agriculture". *Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics*. Roma: FAO, julho/agosto de 1957.
- SCHAEFFER, Kalman, e SPINDEL, Cheywa. *São Paulo, Urban Development and Employment*. Genebra: ILO, 1976.
- SEPLAN. *Planejamento e Desenvolvimento* (Periódico). Brasília, junho de 1976.
- SETHURAMAN, S. V. "Towards a Definition of the Informal Sector". Genebra: ILO, 1974. Mimeo.
- SILVA, Nelson do Valle. "Posição Social das Ocupações". Rio de Janeiro: FIBGE/Centro de Informática, 1973. Mimeo.
- SILVA, Léa Melo da. "Pesquisa de Fluxos Migratórios para Belo Horizonte". *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1973. Vol. I.
- SINGER, Hans, LUBELL, Harold, TOKMAN, Vitor, e SOUZA, Paulo Renato de. "Memorando ao Seminário sobre Políticas de Emprego para o Setor Informal Urbano". Brasília, 2-6 de fevereiro de 1976. Mimeo.
- SINGER, Paul. "Elementos para uma Teoria de Emprego Aplicável a Países Não Desenvolvidos". *Cadernos CEBRAP*. N.º 18 (São Paulo, 1970).
- . "Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho". São Paulo: CEBRAP, 1976. Mimeo.
- . "Urbanização e Desenvolvimento: O Caso de São Paulo". *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Edições CEBRAP, 1973.
- SPINDEL, Cheywa. "A MetrÓpole e o Migrante: Região Metropolitana de São Paulo". São Paulo, 1974. Mimeo.
- THOMAS, Brinley. *Migration and Economic Growth — A Study of Great Britain and the Atlantic Economy*. Inglaterra: Cambridge University Press, 1954.

- TODARO, Michael P. "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries". *American Economic Review*. Vol. 44 (1969).
- . *Internal Migration in Developing Countries*. Geneva: ILO, 1976.
- TODARO, Michael P., e HARRIS, P. "Migration, Unemployment and Development: A Two Sector Analysis". *American Economic Review*. Vol. 45 (1970).
- TOLOSA, Hamilton C. "Subutilização e Mobilidade de Mão-de-Obra Urbana". Rio de Janeiro: IPEA/INPES, novembro de 1975. Mimeo.
- TURNHAM, David. *The Employment Problem in Less Developed Countries — A Review of Evidence*. Paris: OECD, 1971.
- WEEKS, John. "Policies for Expanding Employment in the Informal Urban Sector of Developing Economies". *International Labour Review*. Vol. III (janeiro de 1975).
- WOLFE, Marshall. *Desenvolvimento: Para Que e Para Quem?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

IPEA — **Serviço Editorial:** Alcides F. Vilar de Queiroz (Diretor); Ruy Jungmann e Antonio de Lima Brito (Coordenação editorial); Djalma Gomes e T. A. de Sant'Anna Neto (Supervisão gráfica); Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).

OBRAS PUBLICADAS PELO IPEA

Coleção Relatórios de Pesquisa

- R. 1 — ANÁLISE GOVERNAMENTAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO NO BRASIL: PROCEDIMENTOS E RECOMENDAÇÕES — Edmar Lisboa Bacha, Aloísio Barbosa de Araújo, Milton da Mata e Rui Lyrio Modenesi.
- R. 2 — EXPORTAÇÕES DINÂMICAS BRASILEIRAS — Carlos von Doellinger, Hugo Barros de Castro Faria, José Eduardo de Carvalho Pereira e Maria Helena T. T. Horta.
- R. 3 — EFICIÊNCIA E CUSTOS DAS ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO: UM ESTUDO-PILOTO NA GUANABARA — Cláudio de Moura Castro.
- R. 4 — ESTRATÉGIA INDUSTRIAL E EMPRESAS INTERNACIONAIS: POSIÇÃO RELATIVA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL — Fernando Fajnzylber.
- R. 5 — POTENCIAL DE PESQUISA TECNOLÓGICA NO BRASIL — Francisco Almeida Biato, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães e Maria Helena Poppe de Figueiredo.
- R. 6 — A INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE (Vol. I — A ECONOMIA REGIONAL) — David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.

- R. 7 — SISTEMA INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA — Fernando Fajnzylber.
- R. 8 — COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NO BRASIL: SUAS POSSIBILIDADES NA REGIÃO AMAZÔNICA — Vania Porto Tavares, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva.
- R. 9 — FINANCIAMENTO DE PROJETOS INDUSTRIAIS NO BRASIL — Wilson Suzigan, José Eduardo de Carvalho Pereira e Ruy Affonso Guimarães de Almeida.
- R. 10 — ENSINO TÉCNICO: DESEMPENHO E CUSTOS — Cláudio de Moura Castro, Milton Pereira de Assis e Sandra Furtado de Oliveira.
- R. 11 — DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO NORDESTE — George F. Patrick.
- R. 12 — ENCARGOS TRABALHISTAS E ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: UMA INTERPRETAÇÃO DO PROBLEMA E SEU DEBATE — Edmar Lisboa Bacha, Milton da Mata e Rui Lyrio Modenesi.
- R. 13 — AVALIAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NA ECONOMIA BRASILEIRA: ESTRUTURA FUNCIONAL DA DESPESA — Fernando A. Rezende da Silva.
- R. 14 — TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: 1964/70 — Carlos von Doellinger, Hugo Barros de Castro Faria, Raimundo Nonato Mendonça Ramos e Leonardo Caserta Cavalcanti.
- R. 15 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO: DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS INDUSTRIAIS — Sergio Boisier, Martin O. Smolka e Aluizio A. de Barros.
- R. 16 — TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS — Aloísio Barbosa de Araújo, Maria Helena T. Taques Horta e Claudio Monteiro Considera.
- R. 17 — PEQUENAS E MÉDIAS INDÚSTRIAS: ANÁLISE DOS PROBLEMAS, INCENTIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO — Frederico J. O. Robalinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi.

- R. 18 — DINÂMICA DO SETOR SERVIÇOS NO BRASIL: EMPREGO E PRODUTO — Wanderly J. M. de Almeida e Maria da Conceição Silva.
- R. 19 — MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: ASPECTOS ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS — Milton da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva.
- R. 20 — INCENTIVOS À INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- R. 21 — SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE ECONÔMICA — Fernando A. Rezende da Silva e Dennis Mahar.
- R. 22 — A POLÍTICA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR E SEUS EFEITOS: 1967/73 — Carlos von Doellinger, Hugo B. de Castro Faria e Leonardo Caserta Cavalcanti.
- R. 23 — SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: ASPECTOS SETORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES — Wanderly J. Manso de Almeida.
- R. 24 — INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREGO NO BRASIL — José Almeida.
- R. 25 — MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL NO BRASIL: MOBILIDADE, TREINAMENTO E PRODUTIVIDADE — Cláudio de Moura Castro e Alberto de Mello e Souza.
- R. 26 — CRESCIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL: INCENTIVOS E DESEMPENHO RECENTE — Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius Antônio Lodder.
- R. 27 — FINANCIAMENTO EXTERNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: 1966/73 — José Eduardo de Carvalho Pereira.
- R. 28 — TECNOLOGIA E RENTABILIDADE NA AGRICULTURA BRASILEIRA — Claudio R. Contador.
- R. 29 — EMPRESAS MULTINACIONAIS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA — Carlos von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti.

- R. 30 — FGTS: UMA POLÍTICA DE BEM-ESTAR SOCIAL — Wanderly J. M. de Almeida e José Luiz Chautard.
- R. 31 — DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS ÁREAS METROPOLITANAS — Celsius A. Lodder.
- R. 32 — A DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: SEU PAPEL NO FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS — Maria da Conceição Silva.
- R. 33 — A TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA E INCENTIVOS FISCAIS NO BRASIL — Claudio Roberto Contador.
- R. 34 — DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EMPREGO EM SERVIÇOS — Anna Luiza Ozorio de Almeida.
- R. 35 — CICLOS ECONÔMICOS E INDICADORES DE ATIVIDADE NO BRASIL — Claudio R. Contador.
- R. 36 — POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1939/52) — Pedro S. Malan, Regis Bonelli, Marcelo de P. Abreu e José Eduardo de C. Pereira.
- R. 37 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA A POPULAÇÃO URBANA: UMA AVALIAÇÃO DO PLANASA — Wanderly J. Manso de Almeida.
- R. 38 — POLÍTICA E ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS — Carlos von Doellinger, Leonardo C. Cavalcanti e Flávio Castelo Branco.
- R. 39 — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS — Dennis J. Mahar.

Série Monográfica

- M. 1 — POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA GUANABARA (ESTUDO DEMOGRÁFICO) — Manoel Augusto Costa.
- M. 2 — CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS — Clóvis de Faro.

- M. 3 — EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS NÃO-TRADICIONAIS — Carlos von Doellinger e Hugo Barros de Castro Faria.
- M. 4 — EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS — Carlos von Doellinger e Gilberto Dupas.
- M. 5 — MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL — Manoel Augusto Costa (ed.), Douglas H. Graham, João Lyra Madeira, José Pastore, Nelson L. Araújo Moraes e Pedro Pinchas Geiger.
- M. 6 — RESTRIÇÕES NÃO-TARIFÁRIAS E SEUS EFEITOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — Carlos von Doellinger.
- M. 7 — A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL — Nuno Fidelino de Figueiredo.
- M. 8 — PLANEJAMENTO REGIONAL: MÉTODOS E APLICAÇÃO AO CASO BRASILEIRO — Paulo R. Haddad (ed.), Samuel Schickler, Celsius Antônio Lodder, Carlos Maurício de C. Ferreira e Hamilton C. Tolosa.
- M. 9 — ESTUDOS SOBRE UMA REGIÃO AGRÍCOLA: ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS — Stahis S. Panagides, Léo da Rocha Ferreira, Lon C. Cesal, Antonio Lima Bandeira, T. Kelley White Jr. e Dilson Seabra Rocha.
- M. 10 — POLÍTICA DO GOVERNO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA: 1889-1945 — Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan.
- M. 11 — ESTUDOS SOBRE UMA REGIÃO AGRÍCOLA: ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (II) — Euter Paniago, Miguel Ribon, Sebastião M. Ferreira da Silva e Antônio Raphael Teixeira Filho.
- M. 12 — INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DE DUAS COMUNIDADES INDUSTRIAIS — Cláudio de Moura Castro.
- M. 13 — O SISTEMA TRIBUTÁRIO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS: UMA ANÁLISE DA RECENTE CONTROVÉRSIA SOBRE O ICM — Fernando A. Rezende da Silva e Maria da Conceição Silva.

- M. 14 — O IMPOSTO SOBRE A RENDA E A JUSTIÇA FISCAL — Fernando A. Rezende da Silva.
- M. 15 — ASPECTOS FISCAIS DAS ÁREAS METROPOLITANAS — Aloísio Barbosa de Araújo.
- M. 16 — DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL — Paulo R. Haddad (ed.), José Alberto Magno de Carvalho, Jacques Schwartzman, Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha, Celsius A. Lodder e Martin O. Smolka.
- M. 17 — TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA — Claudio Roberto Contador (ed.), G. Edward Schuh, William H. Nicholls, George F. Patrick, José Pastore, Eliseu Alves, T. W. Schultz, Ruy Miller Paiva, Rodolfo Hoffmann, José F. G. da Silva, D. Gale Johnson e Alberto Veiga.
- M. 18 — ESTUDOS DE DEMOGRAFIA URBANA — Manoel Augusto Costa (ed.), João Lyra Madeira, Equipe SERFHAU, George Martine, José Carlos Peliano, Alzira Nunes Coelho, Thomas W. Merrick e Equipe do CBED.
- M. 19 — O IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS EMPRESAS — Fernando Rezende (ed.), Celso L. Martone e Claudio R. Contador.
- M. 20 — ESTRUTURA METROPOLITANA E SISTEMA DE TRANSPORTES: ESTUDO DO CASO DO RIO DE JANEIRO — Josef Barat.
- M. 21 — URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO URBANA NO BRASIL — Manoel Augusto Costa.
- M. 22 — POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO: ASPECTOS METROPOLITANOS E LOCAIS — Josef Barat (ed.), Hamilton C. Tolosa, Manoel Augusto Costa, Pedro Pinchas Geiger, João Paulo de Almeida Magalhães e James Hicks.
- M. 23 — HISTÓRIA MONETÁRIA DO BRASIL: ANÁLISE DA POLÍTICA, COMPORTAMENTO E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS — Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan.

- M. 24 — DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NA INDÚSTRIA BRASILEIRA: TRÊS ESTUDOS DE CASO — Grupo de Pesquisas da FINEP: José Tavares de Araújo Jr. (ed.), Vera Maria Candido Pereira, Sulamis Dain, Ricardo A. Bielschowsky, Maria Fernanda Gadelha, Eduardo Augusto A. Guimarães e Leonídia Gomes dos Reis.
- M. 25 — TECNOLOGIA E CRESCIMENTO INDUSTRIAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NOS ANOS 60 — Regis Bonelli.
- M. 26 — ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NA ECONOMIA — Fernando Rezende, Jorge Vianna Monteiro, Wilson Suzigan, Dionísio Dias Carneiro Netto e Flávio P. Castelo Branco.
- M. 27 — DOIS ESTUDOS SOBRE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS — Eginardo Pires, Ricardo Bielschowsky e Célia Maria Poppe de Figueiredo.

Série Pensamento Econômico Brasileiro

- PEB. 1 — ESTUDOS DO BEM COMUM E ECONOMIA POLÍTICA, OU CIÊNCIA DAS LEIS NATURAIS E CIVIS DE ANIMAR E DIRIGIR A GERAL INDÚSTRIA, E PROMOVER A RIQUEZA NACIONAL, E PROSPERIDADE DO ESTADO — José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu).
- PEB. 2 — NOTAS ESTATÍSTICAS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CARESTIA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO IMPÉRIO DO BRASIL — Sebastião Ferreira Soares.
- PEB. 3 — A CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA — Roberto C. Simonsen e Eugênio Gudin.

Série Estudos para o Planejamento

- EP. 1 — VARIAÇÕES CLIMÁTICAS E FLUTUAÇÕES DA OFERTA AGRÍCOLA NO CENTRO-SUL DO BRASIL (VOL. I — RELATÓRIO DA PESQUISA. VOL. II — ZONEAMENTO ECOLÓGICO).

- EP. 2 — APROVEITAMENTO ATUAL E POTENCIAL DOS CERRADOS (VOL. I — BASE FÍSICA E POTENCIALIDADES DA REGIÃO).
- EP. 3 — MERCADO BRASILEIRO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS — Amílcar Pereira da Silva Filho, Maurício Jorge Cardoso Pinto, Antonio Carlos da Motta Ribeiro e Antonio Carlos de Araújo Lago.
- EP. 4 — A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NO BRASIL — Francisco Almeida Biato, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães e Maria Helena Poppe de Figueiredo.
- EP. 5 — DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE CADEIAS DE ALIMENTOS FRIGORIFICADOS PARA O BRASIL (AVALIAÇÃO PRELIMINAR)
- EP. 6 — DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA — DÉCADA 1960/70 — Sylvio Wanick Ribeiro.
- EP. 7 — TECNOLOGIA MODERNA PARA A AGRICULTURA (VOL. I — DEFENSIVOS VEGETAIS) — Miguel Martins Chaves.
- EP. 8 — A INDÚSTRIA DE MÁQUINAS-FERRAMENTA NO BRASIL — Franco Vidossich.
- EP. 9 — PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL — Amílcar Pereira da Silva Filho e Antonio Carlos da Motta Ribeiro.
- EP. 10 — CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES DO PANTANAL MATOGROSSENSE — Demóstenes F. Silvestre Filho e Nilton Romeu.
- EP. 11 — TECNOLOGIA MODERNA PARA A AGRICULTURA (VOL. II — FERTILIZANTES QUÍMICOS).
- EP. 12 — POLUIÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL.
- EP. 13 — REGIÃO METROPOLITANA DO GRANDE RIO: SERVIÇOS DE INTERESSE COMUM.
- EP. 14 — RECURSOS NATURAIS DA ÁREA-PROGRAMA DE ARIPUANÃ.

- EP. 15 — POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES ALTERNATIVAS — Jorge Guilherme Francisconi e Maria Adélia Aparecida de Souza.
- EP. 16 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti.
- EP. 17 — CLASSIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DO SETOR PRIMÁRIO.
- EP. 18 — INFLAÇÃO NO BRASIL: 1947/67 — Luiz Zottmann.
- EP. 19 — MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO — George Martine e José Carlos P. Peliano.

Série Documentos

- D. 1 — TREINAMENTO DE PESSOAL PARA TELEVISÃO EDUCATIVA: UM MODELO PILOTO — Rudy Bretz e Dov Shinar.
- D. 2 — PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.
- D. 3 — RÁDIO EDUCATIVO NO BRASIL: UM ESTUDO.

OUTRAS EDIÇÕES DO IPEA

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA URBANA, por Manoel Augusto Costa *et alii*.

O Brasil ainda é um País em fase inicial de urbanização. A problemática urbana brasileira seria determinada menos pelo nível de urbanização do País do que pelo tamanho e ritmo de crescimento da população em algumas cidades e metrópoles de grande porte, onde a qualidade da vida já começa a dar mostras de que ou se está degradando ou, pelo menos, não se está elevando como seria desejável. *A menos que se consiga reduzir o ritmo desse crescimento e programar melhor as atividades econômicas nas grandes cidades, a deterioração será inevitável, como irremediável será o empobrecimento do meio ambiente.* Todos os autores dão ênfase ao papel desempenhado pelo problema das migrações no desmesurado crescimento das nossas grandes cidades, afirmando que a nossa problemática urbana está, assim, intimamente associada à do meio rural, a ponto de uma não poder ser resolvida sem a solução da outra.

URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO URBANA, Por Manoel Augusto Costa.

Éis um trabalho que interessará a geógrafos, economistas, sociólogos, autoridades públicas em geral e todos aqueles que simplesmente querem manter-se bem informados sobre um aspecto fundamental da realidade brasileira. Pela primeira vez, na nossa literatura especializada, são apresentados e discutidos dados inéditos sobre fecundidade e mortalidade de subgrupos da população urbana, em cotejo com traços sócio-econômicos básicos, tais como educação, atividade econômica e rendimentos. O autor analisa uma série de diferenciais entre migrantes e não-migrantes urbanos em nível regional, e chega a valiosas conclusões sobre alguns dos principais efeitos sócio-demográficos das migrações nas áreas de destino. O trabalho é enriquecido com um estudo de caso, onde as conclusões gerais são aplicadas à cidade do Rio de Janeiro, que, como outras, sofre com o problema da migração, uma vez que, com suas infra-estruturas já sobrecarregadas, mal consegue atender aos seus atuais residentes.